

Introdução à Economia

11.º ano



Ministério
da Educação



Manual Digital na app
EV Smart Book e em
www.escolavirtual.cv



Explora o manual digital do teu livro

Exercícios Interativos

Para resolução com *feedback* imediato.



Vídeos e interatividades

Explicam a matéria de forma motivadora.



Jogos

Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.



Áudios

Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.



QuizEV

Desafiam-te a mostrares o que sabes.
Podes, também, jogar com os teus amigos.



Introdução à Economia

11.º ano



Manual Revisto

O presente manual foi revisto e validado
pela Universidade de Cabo Verde.

Explora o teu manual digital



<https://escolavirtual.cv>

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv



**Ministério
da Educação**

Podes também aceder ao teu livro
através da **app EV Smart Book**



Conhece o teu manual

O manual está organizado para que possas aprender de forma autónoma e que consigas ter sucesso. Cada capítulo contribuirá para desenvolveres saberes, capacidades, atitudes e valores, que te permitirão atingir os objetivos da disciplina de **Introdução à Economia** do 11.º ano.

Cada unidade inicia com o separador...

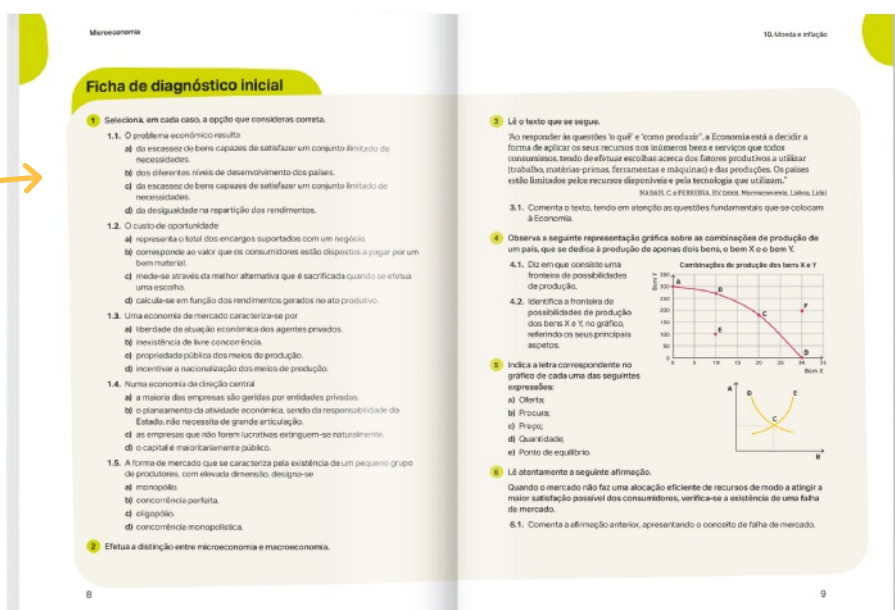


Designação
do tema

Identificação
dos capítulos
a tratar

... e com uma ficha de diagnóstico...

Exercícios
com tipologias
variadas



Ao longo da unidade, podes encontrar...

13 O circuito económico e a Contabilidade Nacional

Objetivos de aprendizagem:

- Distinguir fluxo real de fluxo monetário.
- Elaborar um circuito económico.
- Justificar a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa economia a parte do circuito económico.
- Definir setor institucional e caracterizar os diversos setores institucionais.
- Explicar o conceito de território económico.
- Distinguir unidade residente de unidade não residente.
- Identificar as ramais de atividade.
- Justificar as diferentes perspetivas de cálculo do valor da produção.
- Explicar em que consiste o problema da múltipla contagem e distinguir os dois métodos de cálculo do valor da Produção.
- Distinguir valor da produção do valor do Produto.
- Explicar o conceito de VAB e deduzir o valor do Produto a partir do VAB.
- Explicar o conceito de acrescentação/consumo de capital fixo (CDP).
- Saber calcular e distinguir Produto Líquido de Produto Bruto, Produto Interno de Produto Nacional e Produto a preços constantes de Produto a preços constantes.
- Distinguir as várias componentes do Rendimento e calcular o seu valor.
- Identificar as componentes do Rendimento Disponível dos Particulares.
- Distinguir as várias componentes da Despesa.
- Saber calcular e distinguir Despesa Interna de Despesa Nacional.
- Saber calcular a Procura Interna e a Procura Global.
- Explicar as limitações da Contabilidade Nacional.

13.1. O circuito económico

Antes de vermos como se elabora um circuito económico, convém relembrar as entidades económicas anteriormente estudadas e as respetivas funções.

Revisão de conceitos:

Agentes económicos: entidades, indivíduos ou coletivos, que desempenham uma determinada função na atividade económica com autonomia de decisão.

Atividade económica: conjunto de operações que visam a produção de bens e serviços suscetíveis de satisfazer as necessidades humanas.

Principais funções dos agentes económicos:

- Famílias: consumir bens e serviços.
- Empresas não financeiras: produzir bens e prestar serviços não financeiros.
- Instituições financeiras: prestar serviços financeiros.
- Estado: promover a satisfação das necessidades coletivas da população e operar a redistribuição do rendimento.
- Resto do Mundo: efetuar transações com agentes residentes.

Objetivos de aprendizagem a adquirir em cada tema

Esquemas

Recursos digitais

Textos explicativos de acordo com o programa

13. O circuito económico e a Contabilidade Nacional

Atividade económica

```

    graph TD
        AE[Atividade económica] --> P[Produção]
        AE --> D[Distribuição]
        AE --> RP[Repartição do Rendimento]
        AE --> UR[Utilização do Rendimento]
        P --> L[Lúculos]
        P --> R[Rendos]
        P --> J[Juros]
        P --> S[Salários]
        D --> C[Consumo]
        D --> POU[ poupança]
    
```

Como sabemos, os agentes económicos classificam-se de acordo com a função principal que desempenham na atividade económica que, conforme se pode ver no esquema acima, engloba a Produção, a Distribuição, a Repartição e a Utilização de Rendimentos na qual se incluem o Consumo e a Poupança.

No desempenho das suas funções, os agentes económicos estabelecem numerosas relações uns com os outros. Vigiamo alguns exemplos de relações que se estabelecem entre os diversos agentes:

- As Famílias consomem os bens que as Empresas não financeiras produzem e adquirem os serviços financeiros prestados pelas Instituições financeiras. Mas as empresas necessitam de mão de obra para produzirem bens e serviços. Assim, além de consumidores, as famílias também entregam às empresas a sua força de trabalho em troca de uma remuneração.
- Os indivíduos que trabalham para a Administração Pública recebem do Estado os seus vencimentos. Em sentido contrário, as Famílias entregam ao Estado os respetivos impostos e contribuições sociais. Além disso, através da atribuição de subsídios, o Estado aplica as verbas que recebe dos cidadãos na redistribuição do rendimento, dedicando-as, por outro lado, à produção de bens e serviços que visam a satisfação das necessidades coletivas.
- As empresas também estabelecem relações com a Administração Pública. O Estado consome bens e contrata serviços às empresas efetuando o pagamento correspondente e, inversamente, cobra-lhes impostos. Mas as empresas também estabelecem relações com o agente Resto do Mundo sempre que efetuam transações comerciais com o exterior.

Estes são apenas alguns dos exemplos das relações que se estabelecem entre os diversos agentes económicos, um tema que iremos aprofundar mais à frente.

Encontras também...

Documentos que apoiam a aprendizagem

Questões que te ajudam a estudar

Gráficos

Definições de conceitos importantes

Mauroeconomia

Documento 9

"De acordo com informações ainda provisórias, a balança corrente registou, em 2024, um superávit de 34,3 mil milhões de euros (37 por cento do PIB), o que se compara com um défice de 15,6 mil milhões de euros (16 por cento do PIB) registado no ano anterior. Para esta evolução concorrem, sobretudo, os aumentos verificados das exportações de serviços de turismo (em 3,9 por cento), das exportações de construtivos e viaturas não pontuais e aeroportos internacionais (em 2,5 por cento), nas exportações de mercadorias (em 2,1 por cento), nas remessas dos emigrantes (em 1,5 por cento), nas transferências correntes oficiais (em 1,2 por cento), associado à entrada da ajuda temporal da União Europeia e do Luxemburgo, e nas outras transferências correntes privadas (em 1,2 por cento), em particular, doações de individualidades e instituições sem fins lucrativos, bem como o alívio do imposto registado nas importações de bens e serviços, que passaram de um crescimento de 5,6 por cento em 2023 para 2,3 por cento em 2024, em linha com a moderação da procura interna. Entretanto, a contribuir negativamente para a evolução da balança corrente destaca-se o aumento das remessas de investimento direto estrangeiro e dos pagamentos de juros da dívida externa pública."

BCV, Relatório de Política Monetária | Evolução Revisão do Estado da Economia

Nota: o termo reexportação significa que um país importa produtos e exporta-os em seguida, sendo os produtos reexportados geralmente vendidos sem qualquer transformação adicional.

Balança corrente

BCV, Nota de Informação estatística - 4.º trimestre de 2024

14. As relações económicas com o Resto do Mundo

Atividade 9

Balança corrente

O comportamento da balança corrente traduziu o aumento da balança de rendimento secundária (em 2024) e o excedente da balança de serviços (em 2024), não obstante um aumento do défice da balança de rendimento primário (em 13,3 mil milhões de euros) e da balança de bens (em 2%)

BCV, Nota de Informação estatística - 4.º trimestre de 2024

1. Explicite o sentido da afirmação anterior, referente ao 4.º trimestre de 2024 comparativamente com o período homólogo do ano anterior, tendo em atenção o gráfico trimestral da balança corrente cabo-verdiana entre o final de 2021 e 2024.

Operações de câmbio

No âmbito do comércio internacional, é fundamental compreender o que são as operações de câmbio, pois, para um país efetuar um pagamento a outro país, necessita de trocar a sua moeda pela moeda do país em causa.

No comércio internacional é possível encontrar muitas moedas diferentes de aceitação generalizada. O processo de troca de uma moeda por outra designa-se por **câmbio** e as moedas que se usam como meio de pagamento no contexto do comércio internacional denominam-se **divisas**. O euro, o dólar americano e o iene japonês são alguns exemplos de divisas.

A taxa de câmbio exprime a relação de troca que se estabelece entre duas moedas diferentes. Importa compreender dois sistemas de taxas de câmbio: o sistema de taxas de câmbio fixas e o sistema de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes. No primeiro sistema, as taxas de câmbio são fixadas pelas autoridades monetárias, que intervêm sempre que é necessário alterar o valor estabelecido. No segundo sistema, funciona o mecanismo de mercado sem intervenção da autoridade monetária ou havendo intervenção apenas em situações especiais.

Cabo Verde mantém um regime cambial de paridade fixa com a moeda portuguesa desde 1996. Inicialmente, o escudo cabo-verdiano (CVE) estava indexado ao escudo português (PTE) e, a partir 1999, passou a estar indexado ao euro quando a moeda portuguesa passou a ser o euro (EUR).

Câmbio
Processo de troca de uma moeda por outra.

Divisa
Moeda internacionalmente aceite como meio de pagamento.

Taxa de câmbio
Valor que exprime a relação de troca entre duas moedas.

Cada unidade encerra com...

Microeconomia

Conceitos-chave

- Comércio interno
- Comércio externo
- Comércio internacional
- Organização Mundial do Comércio / General Agreement on Tariffs and Trade (OMC/GATT)
- Protecçãoismo
- Barreiras alfandegárias
- Direitos alfandegários
- Contingentação
- Regulamentação especial
- Subsídios à exportação
- Dumping
- Livre comércio
- Especialização dos países
- Vantagem absoluta
- Vantagem comparativa
- Balança de pagamentos
- Balança corrente
- Balança de bens
- Importações
- Exportações
- Saldo da balança
- Balança de serviços
- Balança de rendimento primário
- Rendimentos de trabalho
- Rendimentos de investimento
- Balança de rendimento secundário
- Operações de câmbio
- Divisas
- Taxa de câmbio (fixa ou flexível/ flutuante)
- Valorização/desvalorização monetária
- Estrutura das importações e exportações
- Taxa de cobertura
- Balança de capital
- Necessidade/capacidade líquida de financiamento externo
- Balança financeira
- Investimento directo
- Investimento de carteira
- Outros investimentos
- Ativos de reserva
- Integração económica
- Integração formal e informal
- Sistema de preferências aduaneiras
- Zona de comércio livre
- União aduaneira
- Mercado comum
- União económica
- Integração económica total
- Blocos económicos de integração regional
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Instituições e agências especializadas da CEDEAO

234

14. As relações económicas com o Resto do Mundo

Síntese

- O comércio é a atividade que disponibiliza os bens necessários ao consumo, podendo ser realizado entre agentes do mesmo país – **comércio interno**, ou entre agentes de diferentes países. No segundo caso, pode ser denominado **comércio externo** ou **comércio internacional**, conforme diga respeito às relações comerciais entre um país e o Resto do Mundo ou designar, de forma genérica, as transações entre os diversos países do mundo.
- A **Organização Mundial do Comércio (OMC)** sucedeu, em 1995, ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), tendo como objetivo principal promover a liberalização do comércio a nível mundial.
- O **Cabo Verde aderiu à OMC em 2008**, através de um processo complexo iniciado no ano 1995, que envolveu importantes reformas legislativas em termos de relações comerciais e acesso ao mercado dos bens e serviços, bem como a implementação de políticas de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos necessários.
- Um país pode adotar diferentes políticas relativamente ao seu posicionamento no comércio internacional. As principais taxas definidas são o **livre-comércio** e o **protecçãoismo**, deixando o comércio funcionar livremente, sem intervenção, ou protegendo-se as indústrias nacionais da concorrência externa com barreiras alfandegárias e subsídios à exportação.
- Ao longo dos tempos, **os países foram-se especializando** na produção de determinados bens sobre os quais criaram mais vantagens, passando a comprar a outros países os bens que não produzem.
- Diz-se que um país tem uma **vantagem absoluta** quando consegue produzir bens de forma mais eficiente que outros países. As vantagens absolutas podem ser **naturais** ou **adquiridas**. No entanto, um país pode ter vantagem absoluta relativamente a certos bens, mas especializar-se apenas na produção de alguns, aqueles bens em que tem uma **vantagem comparativa**, isto é, em que é comparativamente mais eficiente.
- A **balança de pagamentos** é o mapa onde se registam, por meio de um sistema de contas, as transações existentes entre um país e o Resto do Mundo. A balança de pagamentos coborveriana é composta pela **balança corrente**, a **balança de capital**, a **balança financeira** e por uma rubrica designada **erros e omissões**.
- A balança corrente regista as transações correntes entre agentes residentes e não residentes, englobando a balança de bens, a balança de serviços, a balança de rendimento primário e a balança de rendimento secundário.

235

Conceitos-chave

Sínteses dos conteúdos

... e fichas de trabalho...

Microeconomia

Ficha de trabalho 10 (cont.)

2. Explica em que consiste a troca indireta, comentando o papel que o dinheiro tem no processo de transição da troca direta.

3. Diz o que significa o curso forçado das moedas.

4. Lê o texto seguinte.

"A poupança é utilizada na formação de capital, através do investimento directo ou através da colocação em depósitos à ordem ou a prazo nas instituições bancárias, que posteriormente será canalizada para a atividade económica. O seu montante depende de vários fatores, nomeadamente do rendimento disponível, da taxa de juro e da conjuntura nacional e internacional."

SAALDI, C. e FERREIRA, M. (2004). Microeconomia. Lisboa: Lidel.

4.1. Diz o que entendes por poupança.

4.2. Comenta o texto, tendo em atenção as principais tendências da poupança.

4.3. Identifica no texto alguns motivos por que se poupa.

5. Analisa o gráfico que se segue.

Evolução das taxas de juro médias efetivas das operações de crédito e do spread

Nota: o spread bancário corresponde à diferença entre a taxa de juro média efetiva sobre a taxa de juro média efetiva pessoal.

5.1. Indica as principais funções dos bancos.

5.2. Distingue crédito ao consumo e crédito à produção.

5.3. Diz o que é o efeito multiplicador do crédito.

5.4. Explica como uma taxa de juro pode influenciar a poupança.

5.5. Cita classificações e investimentos dos particulares?

54

10. Inflação e Deflação

4. Observa o gráfico.

Preço do petróleo (por barril) - USD

Baixas de principal: Janeiro de 1980, Início da década de 1990, Início da década de 2000, Início da década de 2010.

6.1. Indica os principais fatores de que depende o preço de um bem.

6.2. Analisa a evolução do preço do petróleo (por barril), explicando o impacto que os aumentos do preço dos combustíveis podem ter sobre os preços dos outros bens.

6.3. Estabelece uma relação entre a inflação e o poder de compra dos cidadãos.

7. Observa o gráfico que se segue.

Contribuição das classes para a variação mensal do IPC nacional total

Classes de consumo: Alimentação e bebidas, Alojamento, Energia, Transportes, Saúde, Educação, Cultura, Lazer, recreio e outros, Bens duráveis, Bens não duráveis, Serviços, Outros.

7.1. Diz o que são os índices de preços, explicando como se calculam.

7.2. Analisa o comportamento das diferentes classes de despesas que compõem o IPC coborveriano, identificando as que tiveram maior impacto na sua taxa de variação em dezembro de 2004.

55

Fichas de trabalho onde podes consolidar os teus conhecimentos

3

Microeconomia

6

10. Moeda e inflação

10.1. Moeda e sistema financeiro

10

10.2. Preço dos bens – noção e fatores que influenciam a sua formação

31

10.3. A inflação – noção e medida da inflação

34

11. Fatores de produção: o fator trabalho

56

11.1. Fator trabalho – alguns indicadores

56

11.2. O desenvolvimento tecnológico

69

12. A repartição dos rendimentos

90

12.1. A atividade produtiva e a formação dos rendimentos

90

12.2. Repartição dos rendimentos

92

12.3. Indicadores de desigualdades na repartição pessoal dos rendimentos

102

12.4. Redistribuição dos rendimentos

112

4

Macroeconomia

126

13. O circuito económico e a Contabilidade Nacional

128

13.1. O circuito económico

128

13.2. A Contabilidade Nacional

139

14. As relações económicas com o Resto do Mundo

180

14.1. As relações económicas internacionais

180

14.2. Registo das relações com o Resto do Mundo – Balança de Pagamentos

192

14.3. A integração económica

216

14.4. A economia cabo-verdiana na atualidade

227

3





Microeconomia

Capítulo 10: Moeda e inflação

Capítulo 11: Fatores de produção:
o fator trabalho

Capítulo 12: A repartição dos
rendimentos

Ficha de diagnóstico inicial

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. O problema económico resulta

- a) da escassez de bens capazes de satisfazer um conjunto ilimitado de necessidades.
- b) dos diferentes níveis de desenvolvimento dos países.
- c) da escassez de bens capazes de satisfazer um conjunto limitado de necessidades.
- d) da desigualdade na repartição dos rendimentos.

1.2. O custo de oportunidade

- a) representa o total dos encargos suportados com um negócio.
- b) corresponde ao valor que os consumidores estão dispostos a pagar por um bem material.
- c) mede-se através da melhor alternativa que é sacrificada quando se efetua uma escolha.
- d) calcula-se em função dos rendimentos gerados no ato produtivo.

1.3. Uma economia de mercado caracteriza-se por

- a) liberdade de atuação económica dos agentes privados.
- b) inexistência de livre concorrência.
- c) propriedade pública dos meios de produção.
- d) incentivar a nacionalização dos meios de produção.

1.4. Numa economia de direção central

- a) a maioria das empresas são geridas por entidades privadas.
- b) o planeamento da atividade económica, sendo da responsabilidade do Estado, não necessita de grande articulação.
- c) as empresas que não forem lucrativas extinguem-se naturalmente.
- d) o capital é maioritariamente público.

1.5. A forma de mercado que se caracteriza pela existência de um pequeno grupo de produtores, com elevada dimensão, designa-se

- a) monopólio.
- b) concorrência perfeita.
- c) oligopólio.
- d) concorrência monopolística.

2 Efetua a distinção entre microeconomia e macroeconomia.

3 Lê o texto que se segue.

“Ao responder às questões “o quê” e “como produzir”, a Economia está a decidir a forma de aplicar os seus recursos nos inúmeros bens e serviços que todos consumimos, tendo de efetuar escolhas acerca dos fatores produtivos a utilizar (trabalho, matérias-primas, ferramentas e máquinas) e das produções. Os países estão limitados pelos recursos disponíveis e pela tecnologia que utilizam.”

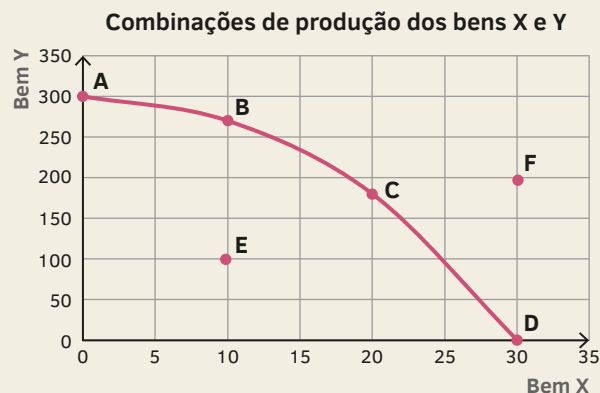
NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

3.1. Comenta o texto, tendo em atenção as questões fundamentais que se colocam à Economia.

4 Observa a seguinte representação gráfica sobre as combinações de produção de um país, que se dedica à produção de apenas dois bens, o bem X e o bem Y.

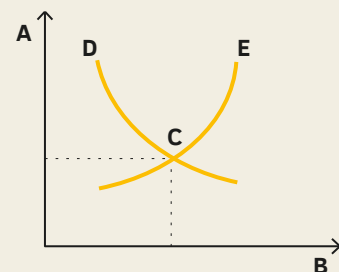
4.1. Diz em que consiste uma fronteira de possibilidades de produção.

4.2. Identifica a fronteira de possibilidades de produção dos bens X e Y, no gráfico, referindo os seus principais aspetos.



5 Indica a letra correspondente no gráfico de cada uma das seguintes expressões:

- a) Oferta;
- b) Procura;
- c) Preço;
- d) Quantidade;
- e) Ponto de equilíbrio.



6 Lê atentamente a seguinte afirmação.

Quando o mercado não faz uma alocação eficiente de recursos de modo a atingir a maior satisfação possível dos consumidores, verifica-se a existência de uma falha de mercado.

6.1. Comenta a afirmação anterior, apresentando o conceito de falha de mercado.

10 Moeda e inflação

Objetivos de aprendizagem:

- Justificar o surgimento da moeda e descrever a evolução das suas diferentes formas.
- Explicar as funções da moeda.
- Reconhecer a importância da moeda no desenvolvimento económico.
- Relacionar a evolução tecnológica com o processo de desmaterialização da moeda.
- Caracterizar o sistema financeiro.
- Identificar formas de financiamento da atividade económica.
- Caracterizar o sistema bancário nacional e compreender o seu processo de desenvolvimento.
- Descrever diferentes formas de poupança e investimento.
- Definir preço de um bem.
- Identificar os fatores que influenciam o preço de um bem.
- Definir inflação e interpretar o significado dos índices de preços no consumidor.
- Relacionar a inflação com o poder de compra e o valor da moeda.
- Calcular a taxa de inflação a partir do IPC.
- Analisar a evolução da inflação em Cabo Verde.
- Comparar a evolução da inflação de parceiros económicos.

10.1. Moeda e sistema financeiro

10.1.1. Moeda

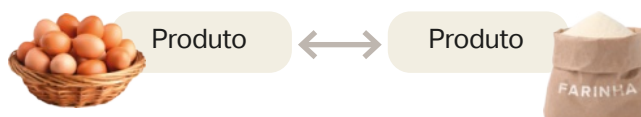
Evolução: da troca direta à troca indireta

Os primeiros povos eram nómadas e colhiam os bens da Natureza de acordo com as suas necessidades. A partir do momento em que se sedentarizaram, os seres humanos começaram a dedicar-se a atividades, como a agricultura, que geravam mais bens do que aqueles que eram necessários. Surgia então a divisão natural do trabalho, dando lugar à especialização das tarefas, ao desenvolvimento de instrumentos de trabalho e, consequentemente, a um aumento da produção, que tornava possível a existência de um excedente.

Troca direta

Troca de produto por produto.

O excedente da produção de cada indivíduo podia ser trocado por outros bens de que necessitasse, dando-se, assim, início a um sistema de trocas. A princípio, funcionava um sistema de **troca direta** no qual os produtos eram trocados diretamente por outros que fizessem falta.



No entanto, este tipo de troca apresentava alguns **inconvenientes**. Por um lado, era necessário encontrar outro indivíduo que tivesse interesses compatíveis, isto é, alguém que tivesse em excesso os bens de que a outra parte necessitava e que, simultaneamente, desejasse ter os bens que esse indivíduo podia dar em troca.

Por outro lado, em determinados casos era difícil atribuir um valor aos bens que iam ser trocados, pois as valorizações eram feitas em unidades diferentes e nem sempre se chegava a um acordo, acabando por dificultar as trocas. Além disso, o facto de certos bens não serem divisíveis aumentava a dificuldade das trocas, pois tornava-se muito mais complicada a compatibilização de interesses contrários.

Se, por exemplo, um indivíduo pretendesse entregar um produto de grande porte e não fracionável, em troca de um bem de dimensão reduzida, seria muito difícil obter um acordo nesse processo de negociação.

Mas ainda podiam ser apontadas algumas dificuldades relativas à perecibilidade de determinados bens, aqueles que se poderiam estragar mais facilmente, e à possibilidade de haver bens com mais do que uma utilidade, não sendo apenas de uso económico, como, por exemplo, o sal, que poderia ser utilizado para a conservação de alimentos.

Assim, podemos apontar como **principais obstáculos à troca direta**:

- a dificuldade de compatibilizar os interesses das duas partes;
- a dificuldade de atribuir valor aos bens;
- a indivisibilidade de certos bens;
- o transporte de grandes quantidades de bens/bens de grande porte;
- a perecibilidade de determinados bens;
- a existência de bens de uso não exclusivamente económico.

Como forma de ultrapassar os inconvenientes da troca direta, surge a **troca indireta**, que inclui um novo intermediário, a moeda. A troca passa então a ser efetuada em duas fases: primeiro troca-se um produto por moeda e, mais tarde, troca-se essa moeda por um novo produto.

A troca indireta tornou mais fácil a compatibilização de interesses contrários, dando origem a um aumento do volume das trocas, que incrementava a atividade económica. A utilização da moeda no sistema de trocas trazia mais vantagens, pois resolvia o problema de transporte de certos bens, assim como o problema dos bens de deterioração rápida.

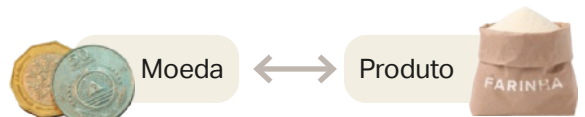
Troca indireta

Troca processada em duas fases: primeiro troca-se um produto por moeda, depois troca-se essa moeda por um novo produto.

1.ª Fase:



2.ª Fase:



A **moeda** aparece então como bem intermediário nas trocas, aceite por todos os indivíduos, sendo utilizada para medir o valor de outros bens e serviços.

Mas as primeiras moedas não eram como as que hoje utilizamos, pois qualquer bem que a generalidade dos

Moeda

Bem utilizado como intermediário nas trocas, de aceitação generalizada, que serve de meio de reserva de valor e para medir o valor dos bens.

indivíduos de uma comunidade considerasse útil poderia servir como moeda (por exemplo, o sal). Só mais tarde é que os metais preciosos passaram a ser usados como moeda.



Vídeo
Evolução
da moeda



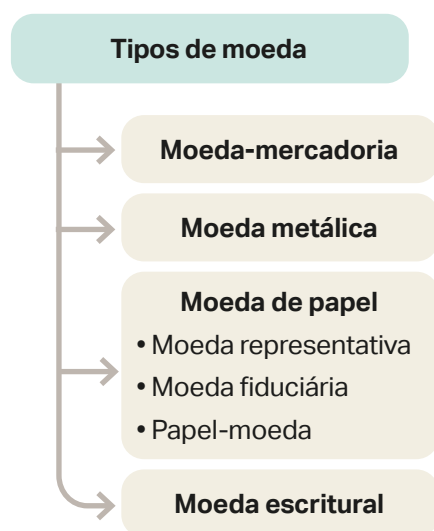
Atividade 1

“A evolução da sociedade impôs a necessidade de se facilitarem as trocas e, como aperfeiçoamento desse processo, surge a moeda, um objeto que, pelas suas características, servia de elemento intermediário e compensador do processo de troca. A partir desse instante, o procedimento rudimentar e primitivo da troca, que tinha como base o câmbio direto de bens, passa a ter mais uma componente e a ser realizado agora em duas fases: primeiro, vende-se para obter um bem genérico e depois emprega-se este, numa segunda transformação, para adquirir um objeto específico, destinado à satisfação das necessidades.”

BCV, *O que é o dinheiro*, Caderno n.º 2, Série de educação financeira, Banco de Cabo Verde, <https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Cadernos%20de%20Educacao%20Financeira/caderno02.pdf> [consult. 17 fev 2025]

- 1 Comenta o texto, justificando o surgimento da moeda.
- 2 Refere a importância da moeda no desenvolvimento económico.
- 3 Pesquisa outros textos sobre o aparecimento da moeda.

Tipos de moeda



Numa primeira fase, a moeda era um bem geralmente relacionado com a principal atividade da comunidade e que, por esse motivo, era bem aceite como meio de pagamento. Era a fase da **moeda-mercadoria**, em que cada comunidade usava como moeda de troca um bem valorizado pela generalidade dos seus membros.

Moeda-mercadoria

Bem de aceitação generalizada que, na fase inicial da moeda, servia de intermediário nas trocas. Qualquer bem considerado útil por uma comunidade poderia servir como moeda de troca.

Numa fase seguinte, os metais preciosos, como o ouro e a prata, passaram a ser os principais intermediários das trocas, pois apresentavam vantagens relativamente à maioria dos outros bens. Uma das vantagens era a sua divisibilidade, já que poderiam ser fracionados em submúltiplos, o que facilitava as trocas; outra

vantagem era a sua conservação, pois não se deterioravam com o tempo, como acontecia com outros bens. Além disso, apresentavam uma característica especial: os indivíduos atribuíam-lhes valor, mas não lhes davam grande utilidade. Normalmente, o ouro e a prata eram usados apenas para fins decorativos – o seu uso não tinha outros fins, como acontecia, por exemplo, com o sal, que, como era utilizado para múltiplas finalidades na vida quotidiana, poderia eventualmente esgotar-se.

Estava-se, então, na fase da **moeda metálica**, em que, a princípio, se usavam os metais não cunhados, isto é, nos quais não tinha sido colocada uma inscrição gravada (um cunho) que fizesse corresponder a um determinado valor. Numa fase posterior, quando os metais preciosos começaram a ser cunhados, eram gravadas inscrições que indicavam o valor correspondente ao peso de cada moeda. Atualmente, ainda se usa a moeda metálica como **moeda divisionária** ou de **trocos**, embora o seu valor facial não corresponda ao seu valor real.

A moeda metálica apresentava alguns inconvenientes: os metais preciosos eram escassos, podiam tornar-se bastante pesados e acarretavam custos de extração. Assim, a partir da Idade Média, surge a **moeda de papel**, substituindo-se os metais preciosos por um documento escrito. Por outro lado, os Descobrimentos contribuíram para que houvesse um incremento das trocas, de que resultava, frequentemente, o aparecimento de dificuldades inerentes ao transporte de moeda. Assim, para facilitar o transporte de valores, os cambistas e os ourives emitiam letras de câmbio e certificados de depósito no valor da moeda que lhes era entregue.

A primeira fase da moeda de papel era a **moeda representativa**, fazendo-se corresponder, através de um certificado representativo, uma determinada quantia em ouro ou prata previamente depositada. Nesta altura, a quantia representada nas notas em circulação correspondia exatamente ao valor depositado nos cofres dos bancos.

Num segundo momento, a moeda de papel passou a ser **moeda fiduciária**, tendo como base a confiança sobre os bancos. No século XVIII, como a maioria dos clientes não levantava o valor depositado em metal, o Banco de Estocolmo decidiu emitir moeda a descoberto, isto é, colocar em circulação notas num valor superior àquele que tinha sido efetivamente depositado.

Moeda metálica

Metais preciosos que eram utilizados como moeda de troca. Inicialmente, os metais não eram cunhados, mas, mais tarde, começaram a sê-lo, tendo gravadas inscrições a indicar o valor de cada moeda. Atualmente, a moeda metálica é usada como moeda divisionária ou de trocos, embora o seu valor facial não corresponda ao seu valor real.

Moeda de papel

Documento escrito representativo de moeda que facilitava o transporte de valores. A moeda de papel teve três fases: moeda representativa, moeda fiduciária e papel-moeda.

Moeda representativa

Notas em circulação correspondentes ao valor exato que foi depositado em metal precioso nos cofres dos bancos.

Moeda fiduciária

Notas convertíveis emitidas num montante superior ao valor efetivamente depositado.

Curso forçado

Imposição do Estado pela qual passa a ser obrigatória a aceitação de notas como meio de pagamento definitivo.

Inconvertibilidade

Impossibilidade de conversão das notas em metal precioso.

Papel-moeda

Notas inconvertíveis, de curso forçado imposto pelo Estado.

Moeda escritural

Depósitos bancários movimentados através de cheques, transferências, ordens de pagamento ou cartões bancários.

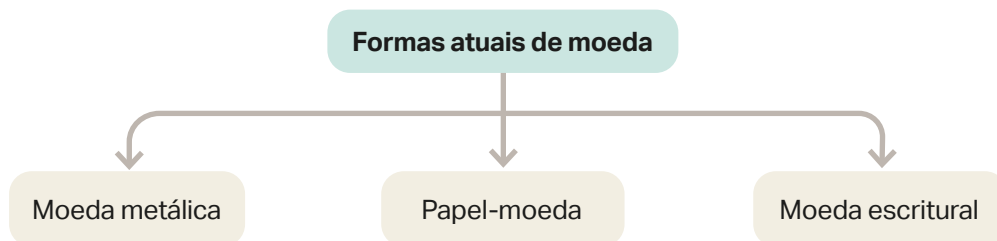
Moeda eletrônica

Inclui os cartões bancários de débito ou de crédito, que são uma das formas de movimentação da moeda escritural.

Muitos bancos começaram, então, a emitir moeda a descoberto, e, a certa altura, a situação era demasiado arriscada. Como as notas eram convertíveis, isto é, podiam ser trocadas a qualquer momento pelo valor depositado em metal, corria-se o risco de, numa situação de crise (uma guerra, por exemplo), todos os clientes desejarem converter as suas notas em metal, levando os bancos à falência. O excesso de emissão de moeda conduziu ao descrédito de muitos bancos, o que exigiu a intervenção dos Estados, que passaram a impor o **curso forçado das notas** e a sua **inconvertibilidade**, isto é, o Estado passava a obrigar a aceitação das notas como meio de pagamento definitivo, que, por outro lado, deixavam de poder ser convertidas em moeda metálica. A emissão de moeda passou a ser confiada aos bancos emissores, que eram as instituições financeiras controladas pelos Estados, iniciando-se a fase do papel-moeda.

O **papel-moeda** vigora até aos dias de hoje e apresenta como principais vantagens a facilidade de transporte, manuseamento e guarda. As notas não têm valor intrínseco, ou seja, o valor do material em que são feitas não corresponde ao valor nelas inscrito.

Mais tarde começou a ser usada a **moeda escritural**, que é constituída pelos depósitos bancários. Os valores depositados nos bancos podem ser movimentados através de cheques, transferências, ordens de pagamento ou cartões bancários (**moeda eletrônica**). A moeda é denominada escritural porque é usada através de movimentos de escrita, isto é, quando, por exemplo, o banco recebe instruções para fazer uma transferência, debita uma certa conta bancária numa determinada quantia para em seguida a creditar noutra conta. Atualmente, também se utiliza com frequência o computador ou o telefone para movimentar os depósitos bancários, pois é possível efetuar transferências ou dar ordens de pagamento através da Internet (**moeda informática**).



Atividade 2

“A moeda atual pode também existir sem ter uma representação física. O dinheiro pode existir numa conta bancária sob a forma de um registo informático ou estar depositado numa conta poupança. A moeda digital ou eletrónica consiste num valor monetário registado, por exemplo, num cartão pré-pago ou num telemóvel. Os débitos diretos, os pagamentos através da Internet e os pagamentos com cartão são formas de pagamento que não envolvem numerário. Mais recentemente, surgiram até novas moedas digitais descentralizadas ou sistemas de moeda virtual, como a Bitcoin, que não estão sob a alçada de uma instância de controlo centralizada, como um banco central. Do ponto de vista jurídico, essas moedas não são consideradas dinheiro.”

https://www.ecb.europa.eu/ecb-and-you/explainers/tell-me-more/html/what_is_money.pt.html
[consult. 18 set 2024]

- 1 Explica em que consiste a moeda escritural.
- 2 Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de moeda eletrónica.

Funções da moeda

A moeda desempenha um papel muito importante na vida das sociedades, tendo-se tornado um elemento vital de muitos aspetos do nosso dia a dia. Constitui-se como o intermediário preferencial das trocas entre os seres humanos, mas também pode ser usada para medir o valor dos bens e serviços ou para preservar valor ao longo do tempo, reservando-o. Assim, as três principais funções da moeda são servir como meio de pagamento geral e definitivo, como medida de valor e como instrumento de reserva de valor.

- **Meio de pagamento geral e definitivo** – a moeda é um bem de aceitação generalizada, sendo utilizado como um intermediário geral das trocas. Diz-se que a moeda é de aceitação generalizada porque os indivíduos em geral lhe reconhecem a capacidade de servir como meio de pagamento geral e definitivo; geral, porque permite efetuar o pagamento de qualquer bem ou serviço; e definitivo, porque, após esse pagamento ter sido totalmente realizado, a dívida deixa de existir, pois a obrigação cessa definitivamente.
- **Medida de valor** – a moeda permite medir o valor dos bens e serviços, funcionando, simultaneamente, como um instrumento de avaliação e como uma unidade de conta. Assim, por um lado, a moeda serve para expressar o valor dos bens e serviços, mas, por outro, também permite efetuar comparações entre diferentes tipos de bens e serviços.
- **Instrumento de reserva de valor** – a moeda é considerada como um instrumento de reserva de valor, porque pode ser conservada durante um determinado período, preservando ao longo do tempo um certo valor. O valor reservado no momento presente pode ser utilizado para adquirir no futuro os bens e serviços que se deseja obter.

e Manual Digital

Vídeo
Funções
da moeda



Atividade 3

- 1 Explica por que motivo se diz que a moeda é um meio de pagamento geral e definitivo.
- 2 Distingue as funções monetárias de reserva de valor e medição de valor.

As novas formas de pagamento – desmaterialização da moeda



Atualmente, a forma de moeda mais utilizada em todo o lado é a moeda escritural. Os cartões bancários, os cheques e as instruções informáticas aos bancos têm sido os substitutos dos pagamentos em dinheiro “vivo”. Os movimentos de escrita vêm, assim, sobrepor-se às trocas físicas de moeda, que tem vindo gradualmente a perder o seu conteúdo material. Estamos perante uma desmaterialização da moeda, em que os seus proprietários deixam cada vez mais de possuir um bem corpóreo para passarem a ter apenas documentos comprovativos da sua posse.

Documento 1

“Apesar das várias crises financeiras que já assolaram o mundo, nos sistemas monetários contemporâneos as moedas nacionais mantêm-se como moedas estatais fiduciárias, no sentido de terem o seu valor garantido apenas pela autoridade do Estado emissor e de serem dotadas do princípio de curso forçado no espaço nacional, ou seja, devem ser aceites obrigatoriamente pelos agentes económicos em território nacional. [...]

A revolução monetária seguinte passou pela criação da moeda escritural, uma forma desmaterializada de dinheiro, que resulta da mobilização de depósitos bancários através de cheque, transferências bancárias e levantamento em caixas automáticas.”

ALCARVA, Paulo (2021), *Bitcoin e Blockchain. Guia prático para perceber, gerar e investir em criptomoedas*, Coimbra, Conjuntura Actual Editora (Grupo Almedina)

Atividade 4

“Termos como criptomoedas e moedas digitais (das quais a *bitcoin* será talvez a mais famosa), *contactless* (sem contacto com dinheiro físico) ou *cashless* (sem dinheiro físico) estão a ganhar peso na economia e a mudar a forma como se compra e vende por todo o mundo.

Que impacto tem a desmaterialização do dinheiro no nosso dia a dia?

Se as criptomoedas [...] ainda não têm um impacto profundo na vida quotidiana, o mesmo não se poderá dizer dos sistemas de pagamento baseados em tecnologia *contactless* e *cashless*.”

<https://maisribatejo.pt/2020/12/05/desmaterializacao-do-dinheiro-e-o-impacto-no-dia-a-dia/>
[consult. 20 fev 2025]

- 1 Comenta o texto, relacionando a evolução tecnológica com o processo de desmaterialização da moeda.

10.1.2. Sistema financeiro

Documento 2

“O sistema financeiro é o conjunto de pessoas e instituições envolvidas nas diversas atividades financeiras e na sua regulação e supervisão.

A principal função do sistema financeiro é ligar os agentes deficitários da economia (os que precisam de dinheiro) aos agentes superavitários (que dispõem de recursos/dinheiro para emprestar).”

Brochura Sistema Financeiro, www.bcv.cv [consult. 20 set 2024]

10.1.2.1. Financiamento da atividade económica – autofinanciamento e financiamento externo

As empresas necessitam de capital para se manterem em funcionamento dado que têm de suportar encargos com existências, equipamentos, recursos humanos, etc. No entanto, como nem sempre dispõem do total necessário para cobrir as despesas com a sua atividade, em algumas situações, as empresas têm necessidade de recorrer a capital alheio. O seu financiamento pode então ser efetuado através de fundos próprios, o chamado **financiamento interno**

Financiamento interno (autofinanciamento)

Financiamento com capitais próprios.

Financiamento externo

Financiamento com capitais alheios. Pode ser direto (mercado de títulos) ou indireto (crédito das instituições financeiras).



Vídeo
Crédito aos
particulares



(ou autofinanciamento), ou recorrendo a capitais de terceiros, isto é, por meio de **financiamento externo**.

Nas situações em que as empresas detêm os meios suficientes para o financiamento da sua atividade, diz-se que dispõem de capacidade de financiamento. Nos casos em que as empresas não dispõem de fundos próprios suficientes para financiar a sua atividade, diz-

-se que têm necessidade de financiamento. Nestas situações, as empresas têm de recorrer ao financiamento externo.

O financiamento externo pode ser obtido por dois processos, através de um **financiamento indireto**, recorrendo ao crédito das instituições financeiras ou, então, por meio de um **financiamento direto**, acedendo ao mercado de títulos.

Financiamento da atividade económica		
Financiamento interno (autofinanciamento)	Fundo próprios	
Financiamento externo	Indireto	Crédito
	Direto	Mercado de títulos

10.1.2.2. Financiamento externo indireto – o crédito**Crédito**

Cedência temporária de uma determinada quantia tendo como contrapartida os juros.

As empresas, quando necessitam de fundos que não dispõem, recorrem por vezes às instituições financeiras para obterem crédito. O **crédito** consiste na cedência temporária de uma determinada quantia tendo como contrapartida os juros. O acordo estabelecido entre o detentor do capital (mutuante) e o beneficiário do crédito (mutuário) é feito por meio de um contrato, o contrato de mútuo (empréstimo). Esse empréstimo pressupõe que o montante cedido seja devolvido ao seu proprietário nas condições acordadas, assim como lhe devem ser pagos nas datas combinadas os juros devidos.

O crédito é fundamental para qualquer economia, pois permite potenciar o seu crescimento. Por um lado, o crédito **estimula a produção** viabilizando o investimento das empresas e possibilitando o seu financiamento pontual para a resolução de problemas de tesouraria e, por outro, **estimula o consumo** das famílias ao permitir-lhes adquirir antecipadamente os bens que desejam.



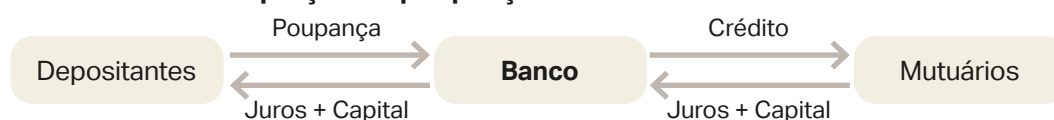
Conforme se apresenta na tabela a seguir, o crédito pode ser classificado de acordo com vários critérios.

Tipos de crédito		
Quanto à duração	Curto prazo: quando o período de crédito concedido é inferior a um ano.	
	Médio prazo: quando o período de crédito concedido é compreendido entre um e cinco anos.	
	Longo prazo: quando o período de crédito concedido é superior a cinco anos.	
Quanto ao beneficiário	Privado: quando o beneficiário do crédito é um indivíduo ou uma empresa particular.	
	Público: quando o beneficiário do crédito é o Estado.	
Quanto à sua origem	Interno: quando a instituição que concede o crédito reside em território nacional.	
	Externo: quando a instituição que concede o crédito reside em território estrangeiro.	
Quanto à finalidade	Crédito à produção: crédito que é concedido às empresas.	Ao funcionamento: crédito concedido para resolver necessidades pontuais de tesouraria sendo, geralmente, de curta duração.
		De financiamento: crédito para investimento que, normalmente, é de longa duração.
	Crédito ao consumo: crédito concedido às famílias para a aquisição de bens de consumo.	

Por norma, os bancos apenas concedem empréstimos quando consideram que os devedores oferecem confiança no que respeita ao cumprimento do contrato. No entanto, muitas vezes eles pedem aos seus clientes a entrega de garantias adicionais como forma de assegurar o cumprimento integral dos contratos. Estas garantias podem ser reais, se implicam uma entrega acessória de bens do património do devedor ou de terceiros, as chamadas garantias pessoais, caso corresponsabilizem mais pessoas e as envolvam no pagamento da dívida, como acontece com os fiadores.

Os **bancos** são as instituições que se dedicam, por um lado, à **captação das poupanças** de quem dispõe de capital excedentário, isto é, quem não necessita de utilizar todo o seu dinheiro durante um determinado período e que, por essa razão, o pode entregar àquelas instituições recebendo em troca uma remuneração, um juro. Por outro lado, os bancos utilizam uma parte das poupanças captadas para as disponibilizar aos indivíduos que necessitam de financiamento, concedendo-lhes assim **crédito**.

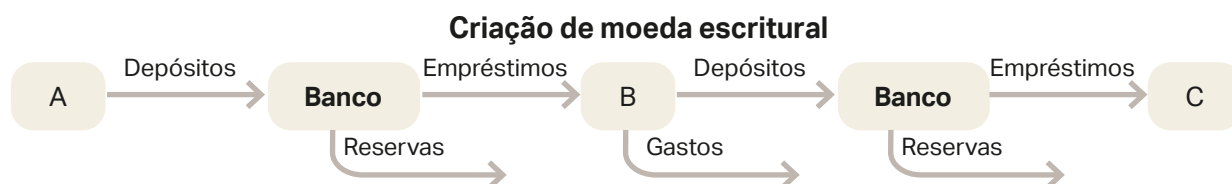
Captação de poupança e concessão de crédito



Mas os bancos desempenham outra função importante na atividade económica, eles **criam moeda**. Estas instituições, quando permitem que parte das poupanças por si

captadas voltem a entrar no mercado pela via do crédito, estão a criar moeda escritural – é o chamado efeito multiplicador do crédito. Os bancos são obrigados a constituir uma reserva, isto é, guardar uma percentagem dos valores captados nos depósitos, por isso não podem aplicar todas as poupanças em crédito. Contudo, a parte que é destinada ao crédito faz com que o capital que estaria, por exemplo, guardado num cofre possa ser utilizado para financiar outro agente, que, por sua vez, o pode aplicar de novo fazendo aumentar a moeda escritural, sem que, na prática, tenha havido um aumento de notas e moedas em circulação.

Como se pode observar no esquema seguinte, o processo efetua-se do seguinte modo: o cliente X deposita uma determinada quantia no banco, que, por sua vez, coloca uma parte de lado, como reserva, e outra parte empresta ao cliente Z. O cliente Z utiliza uma parte do empréstimo e deposita o restante até ser necessário utilizar. E o processo repete-se, estendendo-se a toda a atividade bancária.



Como acabamos de ver, a captação de depósitos, a concessão de crédito e a criação de moeda escritural são as principais funções dos bancos. Mas os bancos também podem dedicar-se a serviços, como a guarda e administração de valores, a prestação de serviços de consultadoria, a emissão e colocação de valores mobiliários ou a gestão de meios de pagamento como os cartões, cheques, etc.

Atividade 5

- 1 Diz o que é o crédito, explicando as suas principais funções.
- 2 Distingue crédito de financiamento do crédito ao funcionamento.
- 3 Apresenta as principais funções desempenhadas pelos bancos.

Juros

Juro

Remuneração pela cedência temporária de moeda.

O **juro** consiste numa remuneração pela cedência temporária de uma determinada quantia em dinheiro. Quando um indivíduo possui capital que não necessita de utilizar durante um determinado período de tempo, pode cedê-lo, recebendo juros

em troca. O juro é o preço do dinheiro, isto é, o valor que é pago a alguém pela disponibilização temporária de uma determinada quantia a outra pessoa.

Os juros são o principal motor da atividade bancária, sendo a principal forma de remuneração das suas operações. As **operações bancárias** podem ser ativas ou passivas: as **passivas** dizem respeito à captação das poupanças dos clientes e as **ativas** correspondem aos empréstimos que os bancos concedem. Em ambos os casos, a retribuição é um juro, um juro de depósito ou um juro de empréstimo, sendo os juros dos empréstimos superiores aos juros dos depósitos, porque é através da diferença entre ambos que se gera a margem de lucro dos bancos.

Operações passivas

Operações de captação de recursos (depósitos).

Operações ativas

Operações de cedência de capitais (empréstimos).

Os bancos têm de calcular os juros a pagar aos seus clientes pelas quantias depositadas, bem como os juros que os clientes lhes têm de pagar pelos empréstimos concedidos. Conforme se apresenta a seguir, os juros simples podem ser calculados multiplicando-se o capital inicial pelo período de tempo do depósito/empréstimo e pela respetiva taxa. Também se poderia falar em regime de juros compostos, significando, nesse caso, que, periodicamente, o capital renderia juros que iriam ser acrescentados ao capital inicialmente investido. Mas, para simplificar a compreensão, vamos apresentar apenas o regime de juros simples.

Regime de juros simples:

O **juro** (J) é função das seguintes variáveis:

- da quantia inicial: **capital** (C)
- do prazo que decorre entre o início e o fim da operação: **tempo** (n)
- da taxa de juro expressa em percentagem e referida ao período de um ano: **taxa** (i)

$$J = C.n.i$$

Vejamos alguns exemplos.

- Imaginemos que pretendíamos calcular quanto nos renderia um depósito de 1000 u.m. num banco, durante um ano, a uma taxa de juro de 7%, em regime de juros simples. Para proceder ao cálculo do juro produzido pelo referido depósito teríamos de fazer:

$$C = 1000 \text{ u.m.}$$

$$n = 1 \text{ ano}$$

$$i = 7 \%$$

$$J = 1000 \times 1 \times 0,07 = 70 \text{ u.m.}$$

- E se o período de tempo daquele depósito, em vez de um ano, fosse de três meses, qual seria o montante de juros?

$$C = 1000 \text{ u.m.}$$

$$n = 3 \text{ meses} = \frac{3}{12} \text{ ano}$$

$$i = 7 \%$$

$$J = 1000 \times \frac{3}{12} \times 0,07 = \mathbf{17,5 \text{ u.m.}}$$

- E se fosse um depósito de 181 dias, que juro renderia?

$$C = 1000 \text{ u.m.}$$

$$n = 181 \text{ dias} = \frac{181}{365} \text{ ano}$$

$$i = 7 \%$$

$$J = 1000 \times \frac{181}{365} \times 0,07 = \mathbf{34,71 \text{ u.m.}}$$

Nota: pode ser considerado o ano comercial (360 dias).

Vimos que os juros remuneram as operações bancárias (ativas e passivas) e que a margem de lucro das instituições de crédito é obtida pela diferença entre os juros de empréstimos cobrados aos devedores e os juros de depósitos entregues aos depositantes. Convém ainda referir que os juros podem, por um lado, constituir um **incentivo à poupança**. Isso acontece quando as suas taxas estão mais elevadas, pois faz com que os aforradores sejam convidados a poupar. Por outro lado, quando as taxas estão baixas, os juros também podem fornecer um **incentivo ao consumo e ao investimento**. As taxas de juro mais baixas não convidam à poupança, mas antes ao crédito, que pode ser canalizado quer para o consumo quer para o investimento.

Atividade 6

“As taxas de juro são o preço do crédito. Por outras palavras, correspondem ao valor pago por alguém ao utilizar o dinheiro de outrem durante determinado período, restituindo posteriormente o capital acrescido de um rendimento (juro).”

<https://www.bancocarregosa.com> [consult. 20 set 2024]

- 1 Comenta a afirmação, explicando de que forma os juros podem constituir um incentivo à poupança ou um incentivo ao consumo e ao investimento.

Desenvolvimento do sistema bancário

O desenvolvimento do sistema bancário é essencial numa sociedade moderna, na medida em que permite o crescimento natural da sua economia. O sistema bancário cabo-verdiano evoluiu bastante nas últimas décadas. O Banco de Cabo Verde (BCV) surgiu em 1975, após a independência, assumindo até 1991 as funções de banco central e

emissor, autoridade cambial, caixa do Tesouro e de banco comercial. A partir de então, passou a exercer apenas as funções de banco central do país, deixando de desempenhar o papel de banco comercial, papel que gradualmente passou a ser desempenhado por outras instituições. Atualmente, operam em Cabo Verde: o Banco Comercial Atlântico (BCA), a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), o Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN), o Banco Interatlântico (BI), o International Investment Bank (IIB), o Banco BAI Cabo Verde (BAI) e o Ecobank Cabo Verde, encontrando-se dois outros em processo de liquidação.

Em 2023, por cada 3990 habitantes, havia 1 agência/balcão em funcionamento no país. E nota-se alguma disparidade em termos de distribuição geográfica de balcões. Praia (Santiago) é o concelho com maior representatividade bancária, havendo apenas três instituições bancárias com agências em todas as ilhas cabo-verdianas habitadas.

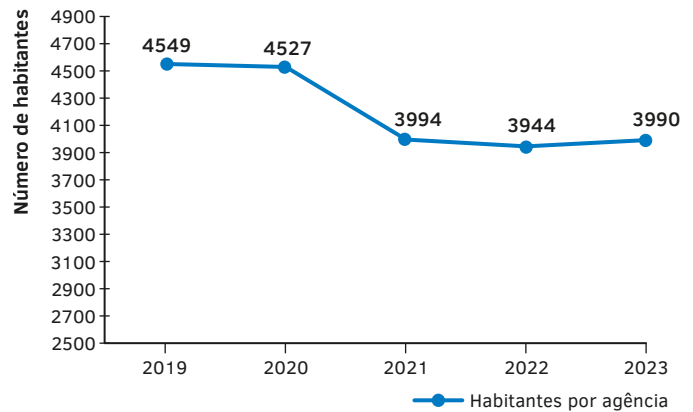
Segundo o BCV, o sistema bancário cabo-verdiano tem vindo a melhorar o seu desempenho nos últimos anos, apesar de apresentar algumas vulnerabilidades, nomeadamente, a sua elevada concentração nos mercados de crédito e de depósitos. Importa ainda referir que a supervisão prudencial do BCV e a participação da população civil, nomeadamente através dos sindicatos, têm dado um importante contributo no processo de desenvolvimento do sistema financeiro cabo-verdiano.

10.1.2.3. Financiamento externo direto – o mercado de títulos

Já vimos que a atividade económica pode ser financiada por meio de fundos próprios, o denominado autofinanciamento, ou através do recurso ao crédito das instituições financeiras. Mas, no caso das grandes empresas ou do Estado, ainda existe outra forma de financiamento que é o acesso ao mercado financeiro (ou de capitais) e mais concretamente a um segmento designado mercado de títulos.

O **mercado de títulos** é o mercado onde são transacionados os valores mobiliários como as ações ou as obrigações. No mercado de títulos, as empresas ou o Estado podem obter o capital de que necessitam através da emissão de valores mobiliários. Este mercado é composto pelo mercado primário e pelo mercado secundário.

Evolução da cobertura média da população por agência/balcão



Relatório do Sistema de Pagamentos Cabo-verdiano, 2023

Mercado de títulos

Mercado onde são transacionados valores mobiliários.

Valores mobiliários

Títulos, como as ações ou as obrigações, que conferem direitos (de crédito ou de rendimento) aos seus proprietários e que podem ser transacionados, nomeadamente, em bolsas de valores.

Mercado primário

Mercado onde são emitidos os novos ativos.

Mercado secundário

Mercado onde se transacionam os títulos já cotados em bolsa.

Bolsa de valores

Local de encontro entre a oferta e a procura dos valores mobiliários cotados.

Cotação

Preço dos ativos em cada momento diferente.

O **mercado primário** é o mercado onde os novos ativos são emitidos, gerando assim entradas de capital nos agentes que procuram financiar-se, ou seja, é o mercado onde os títulos iniciam a sua circulação, embora ainda não tenham sido admitidos a cotação em bolsa. O **mercado secundário** é o mercado onde são transacionados os títulos emitidos no mercado primário que já reúnem as condições de admissão a cotação em bolsa.

A **bolsa de valores mobiliários** é o local de encontro dos proprietários de títulos já emitidos e em circulação com os investidores que desejam adquirir esses títulos. O preço dos ativos, designado **cotação**, reflete os interesses da oferta e da procura de cada título a cada momento. Se a procura de um ativo for superior à oferta, a sua cotação sobe; por outro lado, se a sua procura for inferior à oferta, a cotação tem tendência a descer. As operações realizadas nas bolsas de valores têm de ser efetuadas por agentes credenciados – intermediários.

Documento 3**“Quem são considerados os intermediários/operadores da Bolsa? Qual o seu papel?”**

São, atualmente, intermediários/operadores de Bolsa as seguintes entidades: Banco Comercial do Atlântico (BCA); Caixa Económica de Cabo Verde (CECV); Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN); Banco BAI Cabo Verde (BAI); Banco Interatlântico (BI); e International Investment Bank (IIB). Os operadores de Bolsa têm as seguintes funções: receção, execução e transmissão de ordens de investimento por conta de terceiros; abertura de contas de registo das operações e depósito dos valores mobiliários; gestão de carteira de valores mobiliários; consultoria para investimento; prestação de informações sobre o mercado para que o investidor possa tomar uma decisão fundamentada.”

<https://bvc.cv> [consult. 26 set 2024]

10.1.3. Poupança e investimento**10.1.3.1. Poupança****Poupança**

Parte do rendimento que não é utilizada em consumo.

A **poupança** é a parte do rendimento que não é empregada em consumo. A poupança consiste em deixar de satisfazer certas necessidades no momento presente, para ser possível satisfazer necessidades futuras. Assim, dizemos que



Vídeo
Poupança



poupar é pôr de lado uma certa quantia, num determinado momento, para a poder utilizar num momento futuro.

Documento 4

“O importante para quem poupa, é ter em atenção que devemos assumir uma postura de prudência, que acaba por ser recompensada quer seja por conseguirmos suportar as despesas quando aparecem (confere um sentimento de segurança muito positivo), quer seja por recebermos juros pela aplicação do dinheiro em contas poupança ou outros produtos de investimento.”

<https://www.bancobai.cv/literacia-financeira/poupanca/> [consult. 10 jul 2025]

Principais razões que levam as famílias a poupar

São muitos os motivos que levam as famílias a poupar, um deles pode ser o seu nível de rendimento. As famílias que obtêm rendimentos superiores ao valor dos seus encargos com consumo podem ir reservando uma parte e constituir uma poupança. Essa parte do rendimento poderá inclusivamente ser aplicada de forma especulativa de modo a gerar mais-valias. Assim, dizemos que o **nível de rendimento** e o montante de **rendimento disponível** de uma família influenciam diretamente o valor da sua poupança, pois quanto maior for o seu rendimento disponível, maior será o valor que remanesce depois de se descontarem os encargos com o consumo, ou seja, maior poderá ser a poupança.

Outro motivo pode ser o **desejo de comprar algum objeto dispendioso**, como, por exemplo, um computador ou uma mota, sendo necessário juntar dinheiro durante um certo período de tempo até se obter a quantia total. Além disso, a vontade de efetuar um determinado **investimento futuro** numa atividade que se considere lucrativa também pode ser uma motivação para a poupança.

A **incerteza quanto ao futuro** pode ser outra razão para as famílias pouparem. Estas podem recear não ter rendimentos no futuro ou quererem simplesmente precaver-se contra o aparecimento de despesas imprevistas, reservando uma quantia no presente, como meio de precaução. As **expectativas quanto ao futuro** também são um fator determinante da poupança, havendo, geralmente, uma maior tendência para poupar nas situações em que há maior incerteza quanto aos rendimentos do futuro.

Por outro lado, como vivemos numa sociedade de consumo, a poupança também depende do **grau de consumismo das famílias**. Muitas vezes, a publicidade, as técnicas de venda agressivas e as facilidades de pagamento concedidas geram necessidades de consumo nas pessoas que não são reais. Frequentemente, as famílias são tentadas a utilizar o excedente do seu rendimento em bens de consumo, não poupando tanto para situações futuras.

Documento 5

“Porque poupam as famílias?”

As famílias poupam para comprar bens imobiliários a fim de se alojarem. Elas poupam também a fim de se protegerem contra certas eventualidades (desemprego, grandes despesas não previstas, etc.); trata-se, portanto, igualmente de uma poupança de precaução.

As famílias podem também decidir poupar para os seus “dias de velhice”. A teoria económica analisou as implicações de uma tal estratégia de poupança sob o nome de teoria do “ciclo de vida”. Apresentada simplesmente, esta indica que as famílias poupam durante a sua vida ativa a fim de acumular um património que “consumirão” durante a sua reforma. Esta teoria põe assim em evidência a demografia para explicar o montante da poupança das famílias numa economia. Se os ativos de um país são numerosos e os inativos em número pequeno, a poupança será elevada.

As famílias podem também decidir poupar para obter recursos regulares sob a forma de juros. A este respeito, a teoria económica apresenta duas visões opostas do fenómeno da poupança.

Para os economistas clássicos, a repartição do rendimento entre consumo e poupança explica-se pelo nível da taxa de juro; assim, uma taxa de juro elevada favorece a poupança que é então bem remunerada. Uma taxa elevada compensa o sacrifício representado pela renúncia a um consumo presente.

Para o economista John M. Keynes, as famílias escolhem de início um certo nível de consumo, sendo então a poupança o que resta do rendimento. Assim, as famílias com baixos rendimentos pouparão pouco, enquanto as famílias com rendimentos elevados pouparão uma parte mais importante dos seus recursos.”

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

Mas as famílias não são os únicos agentes que poupam. As empresas também colocam parte dos seus lucros de lado, poupando no presente para mais tarde investirem. Em seguida, abordaremos de forma mais aprofundada o tema do investimento.

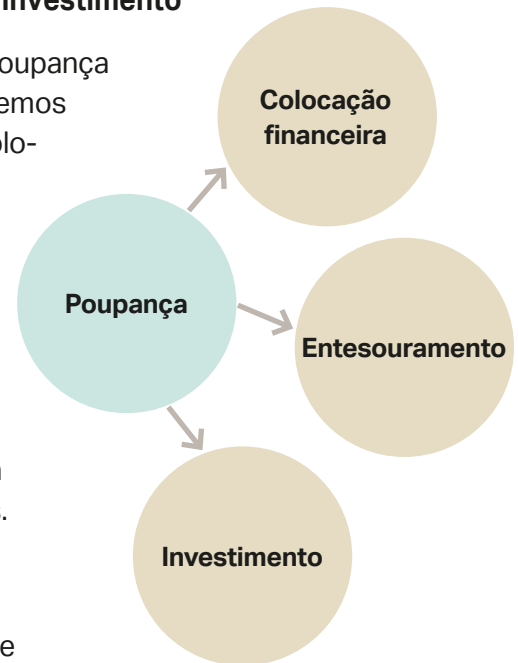
Atividade 7

- 1 Apresenta uma noção de poupança.
- 2 Identifica no documento 5, algumas das principais razões que levam as famílias a poupar.

10.1.3.2. Os destinos da poupança – a importância do investimento

A parte do rendimento disponível que é destinada à poupança pode ser utilizada de várias formas. Genericamente, podemos apresentar três destinos possíveis para a poupança: colocação financeira, entesouramento e investimento.

Quando uma pessoa dispõe de um determinado capital e decide colocá-lo a render numa instituição financeira, diz-se que está a aplicar a sua poupança. Uma das formas de aplicar a poupança é através da sua colocação em produtos financeiros, sendo assim possível obter um rendimento adicional. Isso acontece, por exemplo, quando se coloca uma determinada quantia numa aplicação a prazo e ao fim de algum tempo se obtêm juros.



Colocação financeira

A colocação financeira consiste então na aplicação de uma poupança em produtos financeiros como as contas a prazo disponibilizadas pelas instituições financeiras. Como exemplo de produtos financeiros disponíveis nos mercados internacionais, podemos referir os depósitos a prazo, as ações, as obrigações, os fundos de investimento, entre outros. Dada a sua variedade, é importante definir um critério para a sua escolha.

Colocação financeira

Parte da poupança que é aplicada em produtos financeiros disponibilizados pelas instituições financeiras.

Dois fatores decisivos na escolha do produto financeiro são o montante e o período de tempo que o detentor do capital – o aforrador – está disposto a renunciar à utilização do mesmo. Mas a seleção do produto mais adequado para cada aforrador deve também levar em consideração os seguintes aspetos:

- O **risco**, se o produto garante, ou não, uma determinada rentabilidade ou se a sua taxa de rentabilidade é fixa ou variável;
- A **rentabilidade**, se o rendimento esperado do produto é mais ou menos elevado;
- A **liquidez**, se o título é mais ou menos facilmente convertível em moeda;
- A **fiscalidade**, se existem benefícios fiscais associados ao produto e como são tributados os seus rendimentos.

Depois de considerar todos os aspetos anteriores, o aforrador deve escolher o produto que melhor se ajusta às suas necessidades ou, então, optar pela diversificação, isto é, escolher vários produtos diferentes e “colocar os ovos em vários cestos”, minimizando assim o risco.

Entesouramento

Entesouramento

Parte da poupança que não é aplicada, limitando-se a ser reservada pelos seus proprietários.

Outro destino possível para a poupança é o entesouramento. O entesouramento consiste em conservar consigo a poupança, ficando neste caso esta à guarda dos seus proprietários ou à guarda de terceiros, mas sem o objetivo de fazer aumentar o valor do capital. O entesouramento não tem como intuito a rentabilização do património. No

entanto, isso não significa que, por exemplo, uma obra de arte adquirida como objeto de decoração, embora não se destine a ser revendida, não possa ser considerada entesouramento, mesmo que mais tarde se venha a valorizar.

O entesouramento pode ser realizado através da guarda de objetos e de valores em cofres ou em locais de natureza semelhante, assim, como, através da aquisição de bens, como, por exemplo, joias, que não se depreciem com o tempo e que não tenham sido adquiridas com intenção de posterior revenda.

Investimento

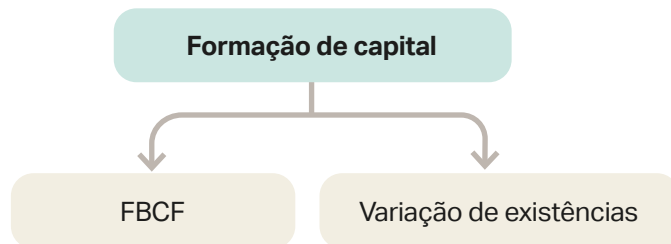
Investimento (formação de capital)

Parte da poupança que é canalizada para a atividade produtiva.

O investimento é a terceira alternativa para a utilização da poupança. Trata-se de canalizar a poupança para a atividade produtiva, de forma a permitir manter ou aumentar a sua capacidade. A poupança pode ser utilizada na aquisição ou substituição de equipamentos

e na reposição dos *stocks* das matérias-primas utilizadas no fabrico de bens.

O investimento também se denomina **formação de capital**, dividindo-se em duas componentes: a formação bruta de capital fixo (FBCF) e a variação de existências.



- A **formação bruta de capital fixo (FBCF)** é o valor do investimento líquido realizado com a compra de bens duradouros (capital fixo) juntamente com o valor do capital fixo que, entretanto, foi consumido (amortizações). A FBCF engloba o valor total investido em bens de equipamento, edifícios, etc., incluindo assim o montante relativo à aquisição de novos bens e o valor dos encargos com a substituição ou reparação dos equipamentos já existentes. No primeiro caso, quando o investimento se relaciona com a aquisição de bens novos, estamos perante um investimento de capacidade; no segundo caso, trata-se de um investimento de substituição (ou renovação).
- A **variação de existências** representa as alterações dos *stocks* de existências entre dois períodos diferentes, calculando-se, normalmente, relativamente ao período de um ano. Apura-se o seu cálculo, subtraindo-se o valor das matérias-primas, produtos semiacabados e produtos acabados existentes no final do ano civil, pelo valor existente no início desse ano. Assim se contabilizam as variações dos *stocks* de existências ocorridas ao longo do ano.

Formação bruta de capital fixo (FBCF)

Representa o valor do investimento realizado com a aquisição de capital fixo.

Variação de existências

Representa as alterações verificadas nos *stocks* de existências, entre dois períodos diferentes.

Documento 6

“A atividade produtiva exige a utilização de bens de capital, como o capital fixo – equipamento, máquinas, edifícios – e capital circulante – matérias-primas e matérias subsidiárias. O capital fixo desgasta-se pela sua utilização e o capital circulante é transformado e incorporado nos produtos. Para que a produção continue, é necessário repor esse capital e aumentar a capacidade produtiva do país, isto é, os agentes económicos têm de investir.”

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

Atividade 8

- 1 Distingue os três principais destinos da poupança.

Contudo, existem outras classificações do investimento. Quanto à sua natureza, o investimento pode ser classificado em três categorias: investimento material, imaterial e financeiro.

Investimento material

Representa o valor das aquisições de bens materiais.

Investimento imaterial

Representa o valor dos gastos com bens incorpóreos, como os serviços.

Investimento financeiro

Representa o valor das aquisições de ativos financeiros.

Investimento de substituição (renovação)

Representa o valor dos encargos tidos com a reposição da capacidade produtiva de uma unidade de fabrico.

Investimento de inovação (racionalização)

Representa o valor dos gastos com o melhoramento tecnológico dos processos de fabrico.

Investimento de capacidade

Representa o valor das aquisições dos bens de equipamento que permitem aumentar a capacidade de produção.

Investimento público

Investimento realizado pelo Estado.

Investimento privado

Investimento realizado pelas famílias e pelas empresas privadas.

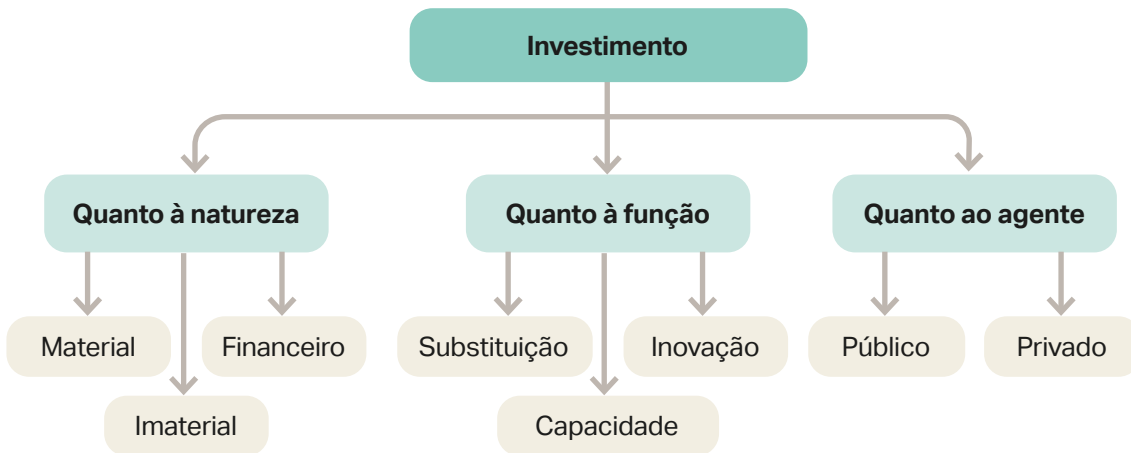
- O **investimento material** diz respeito à aquisição de bens tangíveis, isto é, a compra de bens com existência física, bens corpóreos, como a aquisição de uma máquina ou de um computador;
- O **investimento imaterial** refere-se à aquisição de bens intangíveis, bens não corpóreos, como a prestação de serviços relacionados com a formação ou Investigação & Desenvolvimento (I&D), a aquisição de marcas, patentes ou *software* informático, despesas com publicidade, etc.;
- O **investimento financeiro** envolve a aquisição de ativos financeiros como, por exemplo, a compra de ações ou obrigações.

Por outro lado, o investimento também pode ser classificado de acordo com as suas funções principais:

- Assegurar a manutenção da capacidade produtiva através da reposição do capital à medida que este vai sendo utilizado – **investimento de substituição** (ou renovação) e aquisição de existências;
- Manter os equipamentos e os processos de fabrico tecnologicamente atualizados para garantir a eficiência e competitividade das unidades produtivas – **investimento de inovação** (ou racionalização);
- Possibilitar o aumento da capacidade produtiva da unidade de produção através da aquisição de mais bens de equipamento – **investimento de capacidade**.

No entanto, não são só as empresas que investem, o Estado também investe ao construir infraestruturas públicas como vias de comunicação, pontes, escolas ou hospitais. O investimento pode assim ser classificado em **público** ou **privado** conforme é efetuado pelo Estado ou por agentes privados. Ambos são importantes para um país, pois permitem criar emprego e aumentar a sua riqueza, dando lugar a mais poupança que, por sua vez, gera novos investimentos e potencia um crescimento económico sustentado.

Classificação dos principais tipos de investimento



Atividade 9

“O investimento pode ser de substituição (repor uma máquina obsoleta), de inovação (introdução de novas tecnologias) e de aumento da capacidade produtiva (construção de novos edifícios e novas máquinas). O investimento contribui para a substituição dos meios de produção e para o aumento da capacidade produtiva de uma empresa ou de um país, contribuindo, assim, para o crescimento a longo prazo de uma economia.”

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

- 1 Identifica no texto diferentes tipos de investimento.
- 2 Comenta a última frase do texto.
- 3 Distingue investimento material de imaterial.

10.2. Preço dos bens – noção e fatores que influenciam a sua formação

Sempre que se efetua uma compra, deve-se ter em atenção o preço do bem que se pretende obter e procurar conhecer aprofundadamente o mercado para se poder identificar as melhores oportunidades de negócio. Na maioria das vezes, o preço é o fator que mais influencia uma decisão de compra, existindo, no entanto, outros fatores que contribuem para essa decisão, como, por exemplo, as características específicas do bem, o tipo de atendimento, a marca, a forma de pagamento, os serviços de pós-venda, entre outros.

Dada a relevância do fator preço sobre as decisões de compra dos consumidores, é fundamental que os empresários ponderem bem os diversos cenários possíveis antes de decidirem quais os preços a aplicar. A definição do preço de um bem deve, assim, resultar de uma análise cuidadosa de todos os aspetos que dizem respeito a esse bem.

Preço

Quantidade de moeda que é necessário despendar para se poder obter um determinado bem (ou serviço).

Mas, afinal, o que é o preço de um bem? O **preço** de um bem corresponde à quantidade de moeda que é necessário entregar para se obter esse bem. Representa o valor desse bem expresso numa determinada unidade monetária, que, no caso cabo-verdiano, é o escudo. O preço de cada bem é atribuído, antes de mais, em função das **características do próprio bem** e da **utilidade** que os consumidores lhe conferem,

pois, em geral, os consumidores estão dispostos a pagar mais pelos bens que desejam obter e aos quais atribuem uma maior utilidade. E vice-versa, isto é, normalmente, os consumidores apenas estão dispostos a pagar uma quantia reduzida pelos bens que consideram ter uma menor utilidade. Convém, no entanto, realçar que o conceito de utilidade é um conceito subjetivo, estando, portanto, dependente da opinião de cada indivíduo.

Atualmente, os empresários consideram a formação do preço dos bens como uma questão estratégica para a empresa, pois o tipo de preço que é praticado pode ter um forte impacto nos resultados das vendas. O preço pode ser definido com base numa estratégia de baixo custo, pela qual se procura eliminar a concorrência através de uma prática de preços baixos, mas também pode acontecer o contrário, existindo situações em que a empresa pode ter interesse em praticar preços mais elevados. Isso acontece quando os consumidores associam preços elevados a características como qualidade ou prestígio, fazendo com que estejam dispostos a pagar mais por certos bens, aos quais associam uma determinada **imagem de marca**.



Vídeo
Preço dos bens



Documento 7

“É possível que a política de preços ajude na formação de uma marca. Algo mais caro pode sugerir ao consumidor um produto ou serviço de mais qualidade. Se for muito barato, pode induzir ao pensamento contrário”.

<https://www.linkedin.com/pulse/o-preço-forma-imagem-de-marca-ou-da-é-que-murillo-boccia/>
[consult. 19 fev 2025]

O preço dos bens também depende de um conjunto de fatores associados ao seu processo de fabrico e posicionamento no mercado, como:

- **os custos de produção;**

- **as margens de lucro;**
- **os encargos com a distribuição;**
- **o número de compradores e de produtores;**
- **o tipo de tecnologia utilizada na produção;**
- **a intervenção estatal,** entre outros.

Um preço deve refletir todos os encargos suportados com a produção dos respectivos bens. Os **custos de produção** englobam os custos diretos e indiretos suportados pelas unidades produtivas. Os custos diretos são todos os encargos relacionados com a produção, como os gastos com as matérias-primas ou a remuneração dos trabalhadores. Quanto aos custos indiretos, são os encargos que a unidade produtiva tem de suportar, mas que não se relacionam diretamente com a produção, como, por exemplo, as despesas com água, eletricidade, telecomunicações, publicidade, seguros ou rendas.

Além destes custos, também é necessário incluir no preço de um bem a margem de lucro e os custos relativos à sua distribuição. A **margem de lucro** representa a remuneração devida aos empresários pelo capital, empreendedorismo e tempo que investiram no negócio, enquanto os custos associados à **distribuição** englobam todas as atividades desenvolvidas após a produção dos bens, incluindo o transporte e a logística, assim como os encargos com a promoção e comercialização dos bens.

Por outro lado, quando analisámos as leis da oferta e da procura no 10.º ano, vimos que o **número de compradores e de produtores** também influencia a formação do preço dos bens, variando, em princípio, a estratégia de definição de preços conforme se trata de um mercado com muitos consumidores ou de um mercado com um número reduzido de consumidores. O mesmo acontece com os produtores, isto é, não se aplica a mesma política de preços numa situação em que há muita concorrência e numa situação em que há pouca. Normalmente, verifica-se, por exemplo, que ocorre um aumento do preço dos bens que têm uma grande procura em determinadas épocas do ano, como acontece no caso dos bens alimentares tradicionalmente associados ao Natal; assim como, em circunstâncias normais, se constata que o preço de um bem vai diminuindo à medida que aumenta a quantidade de bens que os produtores estão dispostos a vender.

Outro fator que pode influenciar o preço dos bens é a **tecnologia**. Por norma, quanto mais tecnologia se incorpora nos processos produtivos, mais eficiente é a produção, isto é, os avanços tecnológicos permitem produzir um maior número de bens a um custo médio inferior. Os ganhos de produtividade que a tecnologia origina tornam possível uma redução dos preços sem perda da margem de lucro, aumentando assim a competitividade das empresas. Os resultados são favoráveis para as duas partes, pois os consumidores passam a dispor de bens a um preço inferior e os empresários mantêm as suas margens.

E já sabemos que os preços também podem ser influenciados pela **intervenção do Estado**. Por um lado, o Estado pode intervir, fixando o limite do preço de alguns bens e serviços, ou então através da concessão de subsídios à produção de bens considerados

essenciais para a sociedade, passando assim a ser possível ao produtor vender os seus bens a preços mais baixos. Mas também constituem formas de intervenção estatal na formação dos preços dos bens a aplicação de impostos e a existência de regulamentação respeitante à produção, que estabelece obrigações relativas às normas de qualidade e segurança ou de natureza ambiental.

Documento 8

“O conceito de preço refere-se ao valor monetário atribuído a um bem ou serviço, que o consumidor deve pagar para adquiri-lo. A definição do preço envolve uma série de fatores, como: custos de produção e conceção do produto (mão de obra, despesas gerais, custo por unidade, margem de lucro), relação entre a oferta e a procura do mercado, concorrência, políticas de preço internas da empresa (se há alguma estratégia interna de promoção, por exemplo), fatores externos, como impostos e cenário económico.”

<https://exame.com/pme/qual-e-o-significado-de-preco-e-como-adicionar-valor-em-cima-de-um-produto/>
[consult. 10 fev 2025]

Atividade 10

- 1 Apresenta a noção de preço de um bem (ou serviço).
- 2 Relaciona o valor de um bem com a utilidade que os consumidores lhe atribuem.
- 3 Esclarece como os custos de produção interferem na formação dos preços dos bens.
- 4 Indica de que forma a intervenção do Estado pode contribuir para a definição dos preços dos bens.

10.3. A inflação – noção e medida da inflação

Se observarmos durante algum tempo o comportamento dos preços dos bens que consumimos habitualmente, podemos constatar que estes não se mantêm sempre constantes. Normalmente, à medida que o tempo passa, vão-se registando alterações nos

preços dos bens e serviços. Estas alterações, por vezes, são esperadas, como, por exemplo, as que resultam da sazonalidade dos bens, como os produtos agrícolas, ou as que derivam do habitual ciclo de vida dos produtos.

Mas nem todas as variações de preço decorrem do funcionamento normal da atividade, algumas oscilações não são esperadas. Assim, quando se observa uma subida dos preços de forma contínua e generalizada, dizemos que há **inflação**.

Inflação

Aumento contínuo e generalizado dos preços.

A inflação considera-se um aumento:

- **contínuo**, porque esse aumento dos preços deve ser verificado durante um certo período de tempo, e não de forma esporádica, numa ou outra situação;
- **generalizado**, porque a subida de preço deve ser relativa à generalidade dos bens e serviços de uma sociedade, não sendo esse aumento apenas observável num número reduzido de casos.

A inflação traduz uma tendência geral de subida dos preços, que representa um valor médio para o qual a subida do preço de uns produtos pode ter contribuído mais do que a subida de outros, não abrangendo, no entanto, subidas de preço expectáveis, normais e intrínsecas aos bens, como o aumento de preço dos frutos da época devido à sua sazonalidade característica.

E as oscilações de preços nem sempre correspondem a um aumento, também se podem dar em sentido descendente. Nesse caso, falamos em **deflação**, que é o oposto de inflação, ou seja, é uma quebra contínua e generalizada dos preços.

Deflação

Diminuição contínua e generalizada dos preços.

Documento 9

“A inflação e a deflação

A inflação e a deflação são fenómenos económicos importantes com consequências negativas para a economia. Basicamente, a inflação define-se como sendo um aumento geral, ou abrangente, dos preços dos bens e dos serviços ao longo de um período de tempo prolongado que resulta num decréscimo do valor da moeda e, consequentemente, do seu poder de compra.

A deflação é muitas vezes definida como sendo o oposto da inflação, isto é, como uma situação em que o nível geral de preços desce ao longo de um período prolongado. Quando não existe inflação nem deflação, pode dizer-se que existe estabilidade de preços, se, em média, os preços não sobem nem descem e permanecem estáveis ao longo do tempo. Se, por exemplo, com 100 euros se compra o mesmo cabaz de bens que, digamos, há um ou dois anos, então pode dizer-se que existe uma situação de estabilidade de preços absoluta.”

Banco Central Europeu, *Caderno: A estabilidade de preços é importante porquê?* (2009)

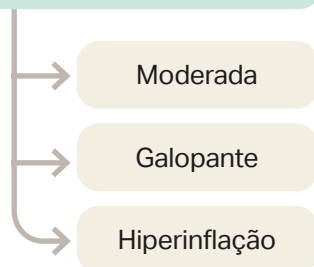
Atividade 11

- 1 Explica se podemos afirmar que estamos perante inflação sempre que se verifica um aumento de preços.
- 2 Diz o que entendes por inflação.

Por outro lado, as variações do nível de preços podem ser mais ou menos acentuadas, sendo por isso muito importante conhecer os valores normais da taxa de inflação de cada país. Assim, habitualmente, distinguem-se três **tipos de inflação**, correspondendo cada um a uma situação económica muito diferente:

- inflação moderada;
- inflação galopante;
- hiperinflação.

Tipos de inflação



A **inflação moderada** representa a situação em que os preços aumentam de forma lenta, atingindo, por norma, a taxa de inflação anual valores inferiores a 10%, como o que tem acontecido em Cabo Verde nas duas últimas décadas. A **inflação galopante** abrange as situações em que a taxa de inflação anual assume valores de dois ou três dígitos, situando-se acima dos 10% e podendo atingir valores muito superiores. Nestes casos, já se verificam problemas económicos de grande gravidade, mas, em geral, ainda é possível a sobrevivência das economias. O mesmo não se pode dizer quanto à chamada **hiperinflação**, a inflação pela qual se cria uma situação fatal para as economias que a sentem, apresentando taxas superiores a 1000%.

Evolução da taxa de inflação anual (%) – 1990 a 2024

Ano	Taxa de Inflação Nacional	Ano	Taxa de Inflação Nacional	Ano	Taxa de Inflação Nacional	Ano	Taxa de Inflação Nacional
1990	9	1999	3,9	2008	6,8	2017	0,8
1991	6,4	2000	-2,4	2009	1	2018	1,3
1992	5,2	2001	3,7	2010	2,1	2019	1,1
1993	5,9	2002	1,9	2011	4,5	2020	0,6
1994	3,3	2003	1,2	2012	2,5	2021	1,9
1995	8,4	2004	-1,9	2013	1,5	2022	7,9
1996	6	2005	0,4	2014	-0,2	2023	3,1
1997	8,7	2006	5,4	2015	0,1	2024	1,4
1998	4,3	2007	4,5	2016	-1,4		

Documento 10

“A hiperinflação

Uma situação em que a taxa de inflação é muito elevada e/ou aumenta constantemente e sobre a qual se acaba por não ter qualquer controlo é chamada ‘hiperinflação’.

Em termos sociais, a hiperinflação é um fenómeno destrutivo com consequências graves para os indivíduos e a sociedade em geral. Ao longo do século XX, verificaram-se várias vezes períodos de hiperinflação e de inflação muito elevada.

A seguir são apresentados alguns exemplos de países que observaram taxas anuais de inflação elevadas, sendo fornecidos os respetivos valores para os anos indicados.

1922 Alemanha 5000%

1985 Bolívia mais de 10 000%

1989 Argentina 3100%

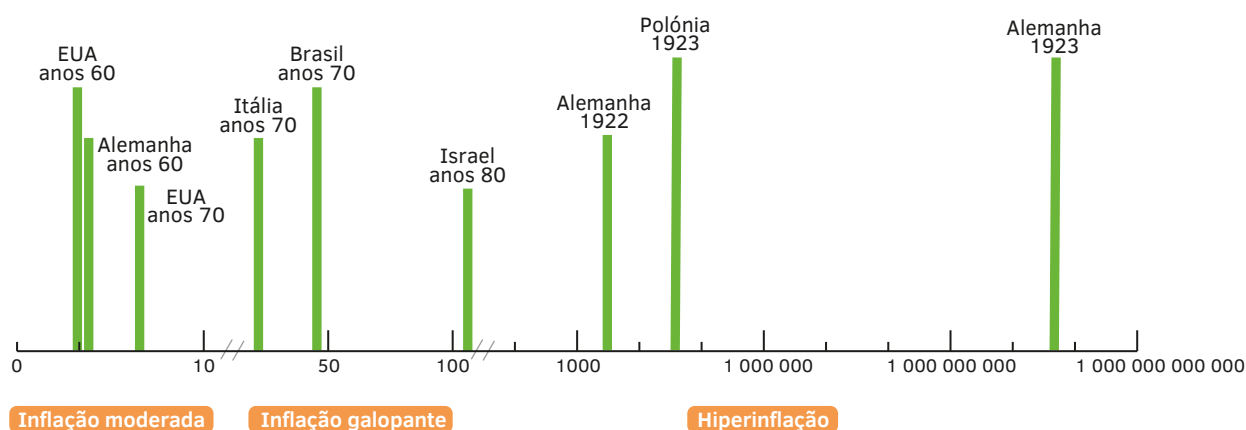
1990 Peru 7500%

1993 Brasil 2100%

1993 Ucrânia 5000%

[...] De facto, na Alemanha, a hiperinflação que se seguiu à Primeira Guerra Mundial e que atingiu o seu nível máximo em 1923 teve consequências económicas, sociais e políticas devastadoras.”

Banco Central Europeu, *Caderno: A estabilidade de preços é importante porquê?* (2009)

Três tipos de inflação**Taxa de inflação anual**

SAMUELSON, P. e NORDHAUS, W. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Atividade 12

- 1 Comenta o gráfico, tendo em atenção os diferentes tipos de inflação.

Por outro lado, quando se verifica uma diminuição do ritmo de crescimento dos preços dos bens, dizemos que estamos perante **desinflação**. Esta expressão designa uma diminuição dos valores da taxa de inflação, ou seja, continua a registar-se um aumento

Desinflação

Diminuição da taxa de inflação.

contínuo dos preços da generalidade dos bens, mas esse aumento começa a ser cada vez menor. Embora persista uma situação de inflação, a sua taxa de crescimento vai-se tornando gradualmente mais baixa.

Estagflação

Situação em que uma inflação elevada é associada à estagnação da atividade económica.

Outro conceito utilizado é o conceito de **estagflação**, pelo qual se associa a inflação com a estagnação da atividade económica. Verifica-se estagflação quando ocorre uma subida galopante do nível dos preços, acompanhada de um elevado nível de desemprego, conduzindo esta situação a uma estagnação da economia.

Depreciação do valor da moeda e do poder de compra

A inflação pode ter grandes implicações na vida dos indivíduos, pois, quando se dá um aumento generalizado dos preços dos bens e serviços, verifica-se que, se os rendimentos das famílias não acompanharem esses aumentos, as pessoas deixam de poder consumir o que consumiam antes.

Poder de compra

Quantidade de bens que um dado rendimento permite adquirir.

Nestes casos, dá-se uma **perda de poder de compra**, isto é, diminui a quantidade de bens que o rendimento das famílias permite adquirir, sendo esta uma das consequências da inflação. Para ultrapassar a perda de poder de compra, geralmente o que acontece é que os indivíduos passam a consumir uma menor quantidade dos bens habituais, ou, em alternativa, substituem-nos por outros de preço mais reduzido.

Depreciação do valor da moeda

Situação na qual uma determinada quantidade de moeda já não permite adquirir o mesmo número de bens que permitia anteriormente. Este conceito, normalmente, associa-se à perda de poder de compra.

Outra das consequências da inflação é a **depreciação do valor da moeda**, isto é, o consumidor, com a mesma quantidade de moeda, já não consegue adquirir a mesma quantidade de bens e serviços. Perante inflação, hoje, com 1000 escudos, podemos comprar menos bens do que há um ano atrás.



Deterioraram-se, assim, as condições de vida dos cidadãos cujos rendimentos não acompanham o aumento dos preços, nomeadamente aqueles que auferem um rendimento fixo.

Atividade 13

“O PIB *per capita*, medido em termos de paridade do poder de compra (PPP), situou-se nos 9257 dólares dos EUA em 2023 (8610 dólares em 2021, tendo em conta o Censo de 2021).”

Relatório do Estado da Economia – 2023, Banco de Cabo Verde

- 1 Comenta a afirmação, tendo em atenção o conceito de poder de compra.

Medição da inflação – índice de preços

Importa agora analisar o modo como se mede a inflação de cada país ou região. O método de medição mais frequente é através do cálculo de índices de preços.

Os **índices de preços** representam as variações do preço dos bens em diferentes períodos de tempo, utilizando-se um determinado ano-base (=100) como ponto de partida. O ano-base usa-se como ano de referência para se poder comparar a evolução de um determinado preço ao longo do tempo. Para se calcular um índice de preços, divide-se o preço do ano em causa pelo preço do ano de referência (ano-base), multiplicando-se esse quociente por 100.

$$\text{Índice de preços de um bem}_{\text{ano } x/\text{ano-base}} = \frac{\text{Preço do bem}_{\text{ano } x}}{\text{Preço do bem}_{\text{ano-base}}} \times 100$$

Para exemplificar, suponhamos que uma dada bicicleta custava, em 2020, 24 000 escudos e que, em 2023, já custava 25 500 escudos. Se pretendêssemos calcular a variação de preço ocorrida entre 2023 e 2020, aplicávamos a fórmula anterior, fazendo o seguinte:

$$I_{2023/2020} = \frac{\text{Preço}_{2023}}{\text{Preço}_{2020}} \times 100 = \frac{25\,500}{24\,000} \times 100 = 106,25$$

Neste caso, o índice de preços da bicicleta de 2023 relativamente a 2020 era 106,25. Isso significa que o preço da bicicleta tinha aumentado 6,25% relativamente ao ano de 2020, pois, como o ano de 2020 era o ano-base, correspondia a 100, e, subtraindo o resultado do índice calculado pelo valor-base (106,25 – 100), apurávamos a variação ocorrida, conforme se apresenta a seguir.

$$I_{2023-2020} - I_{2020} = 106,25 - 100 = 6,25$$

O principal índice de preços utilizado na maioria dos países é o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**, que corresponde à média ponderada dos preços de um cabaz de bens considerados representativos do consumo médio de uma família. As variações dos preços dos produtos que fazem parte desse cabaz são analisadas, sendo assim possível avaliar a evolução do custo de vida das famílias. Periodicamente, os bens que compõem o cabaz são revistos, podendo ser alterados se ocorrerem mudanças significativas nos hábitos de consumo dos cidadãos.

Documento 11

“A maior parte dos países adotou uma abordagem simples e sensata de medição da inflação, utilizando o denominado ‘Índice de Preços no Consumidor’ (IPC)¹.

Para o efeito, os padrões de compra dos consumidores são analisados com vista a determinar quais são os bens e os serviços habitualmente adquiridos pelos consumidores, que, por conseguinte, podem ser considerados representativos do consumidor médio de uma economia.

Enquanto tal, incluem não só o que os consumidores compram numa base diária (por exemplo, pão e fruta), mas também aquisições de bens duradouros (tais como automóveis, computadores, máquinas de lavar, etc.) e transações frequentes (por exemplo, pagamento de rendas).

A elaboração desta ‘lista de compras’ e a ponderação do peso de cada uma das suas componentes em função da sua importância nos orçamentos dos consumidores resultam no que se designa por ‘cabaz de compras’.

Todos os meses, um grupo de ‘auditores de preços’ visita vários estabelecimentos e verifica os preços dos produtos incluídos no cabaz. Subsequentemente, os custos do cabaz são comparados ao longo do tempo, sendo determinada então a série do índice de preços.

A taxa de inflação anual pode ser calculada apresentando a variação dos custos do cabaz de compras corrente como uma percentagem dos custos, no ano anterior, de um cabaz de compras idêntico.

Contudo, a evolução do nível de preços revelada por esse cabaz de compras reflete apenas a situação de um consumidor ‘médio’ ou representativo.

Se os hábitos de consumo de um indivíduo são substancialmente diferentes do padrão de consumo médio e, por conseguinte, do cabaz de compras em que o índice se baseia, a alteração no custo de vida sentida por esse indivíduo poderá ser distinta da evidenciada pelo índice.

Assim, haverá sempre algumas pessoas para quem a ‘taxa de inflação’ do seu ‘cabaz de compras específico’ será mais elevada e outras para quem será mais baixa.

Por outras palavras, o cálculo da inflação através do índice é apenas uma medida aproximada da situação média da economia e não corresponde exatamente à totalidade das variações de preços que afetam cada um dos consumidores.

¹ Na realidade, o Índice de Preços no Consumidor, que mede as variações nos preços dos bens de consumo e dos serviços, não é o único índice de preços de uma economia. Outro índice com uma importância idêntica em termos económicos é o Índice de Preços no Produtor, que mede as alterações feitas pelos produtores nacionais de bens e serviços nos preços de venda ao longo do tempo.”

Atividade 14

- 1 Determina o índice de preços de 2022 relativamente a 2020, sabendo que o preço da bicicleta, em 2022, era 25 000 escudos. Comenta os resultados obtidos.

Apresentam-se a seguir dados relativos ao IPC de Cabo Verde de 2020 a 2024. Neste caso, o ano de referência é 2018. O quadro, por um lado, apresenta dados respeitantes ao índice total, e, por outro, também nos dá informação sobre o comportamento do IPC das diferentes classes que compõem o IPC total cabo-verdiano, que são as seguintes:

- C01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- C02 Bebidas alcoólicas e tabaco
- C03 Vestuário e calçado
- C04 Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis
- C05 Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação
- C06 Saúde
- C07 Transportes
- C08 Comunicação
- C09 Lazer, recreação e cultura
- C10 Educação
- C11 Restaurantes e hotéis
- C12 Bens e serviços diversos

Índices de Preços no Consumidor

	Total	C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10	C11	C12
2020	101,72	103,04	110,47	97,79	100,26	101,42	107,34	100,28	98,96	101,63	99,83	110,41	101,97
2021	103,61	103,62	119,32	100,46	102,13	106,34	106,78	106,54	99,89	101,62	98,55	111,14	100,45
2022	111,83	119,91	133,57	104,18	106,27	111,54	115,35	118,36	100,37	106,70	98,31	116,29	103,00
2023	116,00	130,53	142,16	107,17	108,37	115,25	115,34	118,95	95,54	109,05	97,97	122,08	106,83
2024	117,21	131,79	147,12	105,96	110,89	115,54	118,39	118,73	90,69	110,42	97,99	124,45	110,84

INE, Índice de Preços no Consumidor – dezembro de 2024

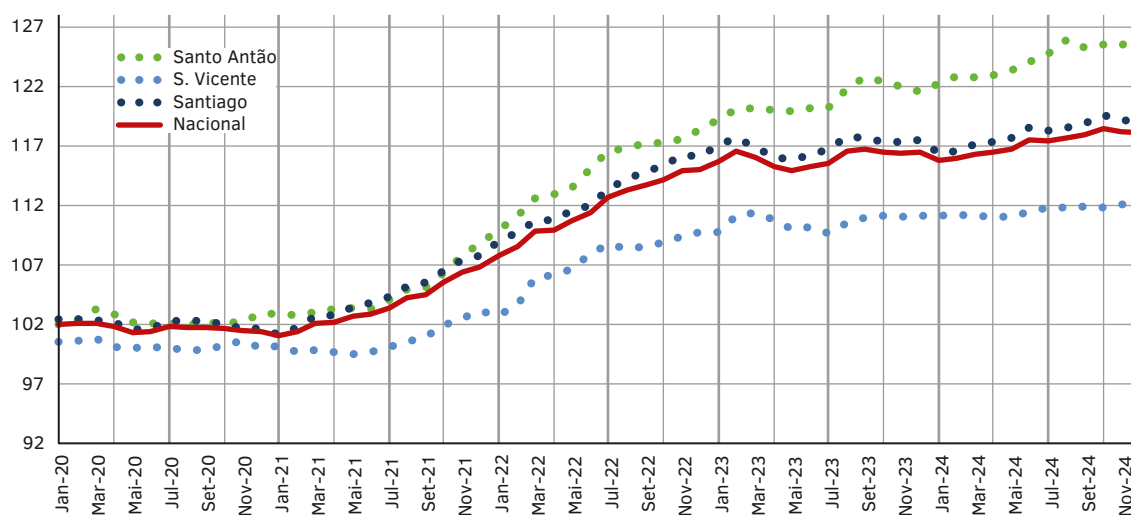
Documento 12

“O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é um indicador que tem por finalidade medir a evolução no tempo dos preços de um conjunto de bens e serviços considerados representativos da estrutura de consumo da população residente em Cabo Verde. O IPC não é, desta forma, um indicador do nível de preços registado entre períodos diferentes, mas antes um indicador da sua variação. A estrutura de consumo da atual série do IPC (2018 = 100) bem como os bens e serviços que constituem o cabaz do indicador foram inferidos com base no Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 2015. O IPC encontra-se classificado em doze classes de produtos (Classificação do Consumo Individual por Objetivo) e a sua compilação resulta da agregação de três índices de preços regionais (Santo Antão, São Vicente e Santiago).”

INE – Instituto Nacional de Estatística

O gráfico seguinte apresenta dados respeitantes ao IPC nacional mensal e aos índices de preços regionais das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago, entre 2020 e 2024.

Índices das ilhas e IPC nacional



INE, Índice de Preços no Consumidor – dezembro de 2024

Taxa de inflação

Sabemos já que a forma mais comum de se medir a inflação é através do cálculo de índices de preços. Mas ainda não vimos como se calcula, na prática, uma taxa de inflação. De uma forma simples, podemos dizer que a **taxa de inflação** é a taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor entre duas datas.

Assim, para se calcular uma taxa de inflação, dividimos o acréscimo do IPC ocorrido entre os dois momentos pelo IPC mais antigo, multiplicando o resultado desse quociente por 100. Ou seja, aplicamos a seguinte fórmula:

$$\text{Tx. inflação}_{\text{ano } x} = \frac{\text{IPC}_{\text{ano } x} - \text{IPC}_{\text{ano } x-1}}{\text{IPC}_{\text{ano } x-1}} \times 100$$

Se, no ano X, o IPC for igual a 105, sabendo que no ano anterior o IPC tinha sido igual a 100, podemos determinar a taxa de inflação entre esses dois anos utilizando a fórmula anterior, fazendo os seguintes cálculos:

$$\text{Tx. inflação}_{\text{ano } x} = \frac{105 - 100}{100} \times 100 = 5\%$$

 Manual Digital

Vídeo
Inflação,
deflação e
desinflação



Atividade 15

- 1 Determina a taxa de inflação entre o ano 1 e o ano 2, sabendo que:

$$\text{IPC}_{\text{ano } 1} = 105$$

$$\text{IPC}_{\text{ano } 2} = 107$$

Habitualmente, a taxa de inflação diz respeito ao período de um ano. Mas é possível calcular a taxa de inflação com outro tipo de periodicidade, conforme o que se pretende analisar. As três formas mais utilizadas são a taxa de variação mensal, a taxa de variação homóloga e a taxa de variação média dos últimos 12 meses.

- **Taxa de variação mensal:** permite efetuar comparações do valor da inflação entre dois meses consecutivos.

$$\text{Tx. variação mensal} = \left(\frac{\text{IPC}_{\text{mês } x}}{\text{IPC}_{\text{mês } x-1}} - 1 \right) \times 100$$

- **Taxa de variação homóloga:** permite comparar o valor da inflação de um mês com o mesmo mês, num ano anterior.

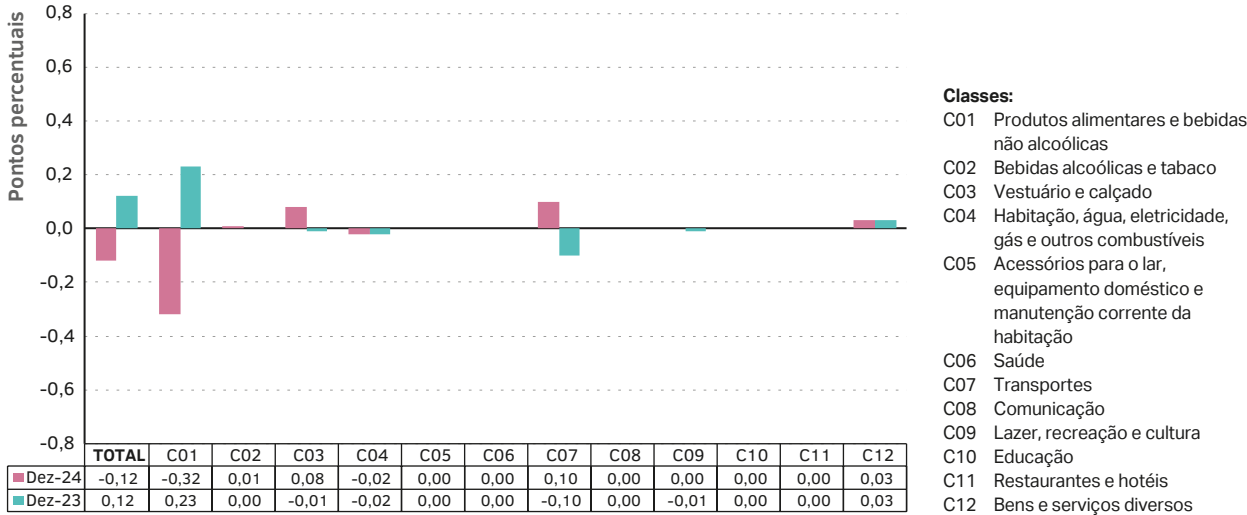
$$\text{Tx. variação homóloga} = \left(\frac{\text{IPC}_{\text{mês } x \text{ do ano } x}}{\text{IPC}_{\text{mês } x \text{ do ano } x-1}} - 1 \right) \times 100$$

- **Taxa de variação média dos últimos 12 meses:** é uma média simples das últimas doze taxas, comparada com a média das doze taxas homólogas. Esta taxa pode ser calculada a partir de qualquer mês do ano, não tendo os doze meses de

corresponder ao ano civil. Se, por exemplo, fizermos o cálculo em meados de outubro de 2023, devemos somar todos os IPC desde outubro de 2022 até setembro de 2023 e dividi-los pela soma de todos os IPC homólogos, isto é, os IPC de outubro de 2021 até setembro de 2022.

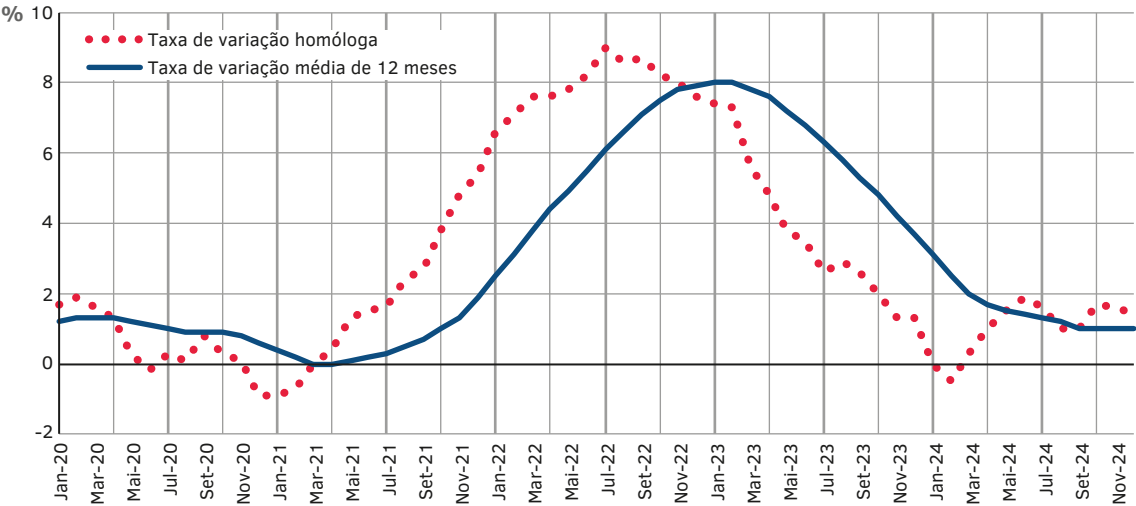
$$\text{Tx. var. média últimos 12 meses} = \left(\frac{\text{Somatório dos últimos 12 IPC}}{\text{Somatório dos 12 IPC homólogos}} - 1 \right) \times 100$$

Variação mensal do IPC nacional total e das classes



INE, Índice de Preços no Consumidor, Síntese dos Resultados – dezembro 2024

IPC – Taxas de variação homóloga e média de 12 meses



INE, Nota de Imprensa – IPC dezembro 2024

Também é importante conhecer dois outros conceitos: a taxa de variação acumulada e o indicador de inflação subjacente. No primeiro caso, ficamos a conhecer a inflação acumulada desde o início do ano até um determinado mês desse ano e no segundo caso, analisa-se a evolução dos índices deixando de fora produtos de elevada volatilidade (produtos energéticos e alimentares não transformados) que podem ter bastante impacto nos dados, não permitindo obter uma boa compreensão da realidade relativamente aos restantes preços.

Documento 13

“Taxa de variação acumulada

A variação acumulada compara o nível do índice entre o mês corrente e o mês de dezembro do ano anterior. Esta taxa de variação dá uma indicação do nível médio de preços de um determinado mês do ano em curso face ao nível registado no final do ano precedente. No mês de dezembro o seu valor é idêntico ao da taxa de variação homóloga. A comparação do perfil da variação acumulada com a que se registou no ano anterior dá uma indicação da intensidade do movimento dos preços ao longo do ano corrente face à do ano precedente.

Indicador de inflação subjacente

O indicador de inflação subjacente obtém-se a partir do IPC excluindo os produtos energéticos e alimentares não transformados. Com este indicador pretende-se medir a variação dos preços excluindo bens que possam apresentar grande volatilidade dos preços devido a choques temporários e/ou exógenos.”

INE – Instituto Nacional de Estatística

Atividade 16

“No mês de dezembro de 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação mensal de -0,1%, valor inferior em 0,1 p.p. ao registado no mês anterior. A taxa de variação acumulada do IPC foi de 1,4%, taxa superior em 0,1 p.p. à observada no mês homólogo do ano anterior.

A taxa de variação homóloga do IPC total, no mês de dezembro de 2024, foi de 1,4%, valor inferior 0,2 p.p. em relação ao mês anterior.

No período em análise, o IPC registou uma variação média dos últimos doze meses de 1,0%, valor idêntico ao registado no mês anterior.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo energia e bens alimentares não transformados) assinalou uma variação homóloga de 1,6%, valor idêntico, ao registado em novembro de 2024.”

INE, Índice de Preços no Consumidor – Síntese dos Resultados – dezembro de 2024

- 1 Explicita o sentido das partes destacadas no texto.

Dossiê: Inflação na União Europeia

A seguir, apresentam-se alguns documentos com dados sobre a inflação na União Europeia ao longo da última década. Sugere-se a sua análise, comparando a evolução da inflação em Portugal e na União Europeia, uma vez que são importantes parceiros económicos de Cabo Verde.

Taxa de variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor¹ (%)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
União Europeia – 27 países (desde 2020)	0,1	0,2	1,6	1,8	1,4	0,7	2,9	9,2	6,4	2,6
Bélgica	0,6	1,8	2,2	2,3	1,2	0,4	3,2	10,3	2,3	4,3
Bulgária	-1,1	-1,3	1,2	2,6	2,5	1,2	2,8	13,0	8,6	2,6
Chéquia	0,3	0,6	2,4	2,0	2,6	3,3	3,3	14,8	12,0	2,7
Dinamarca	0,2	0,0	1,1	0,7	0,7	0,3	1,9	8,5	3,4	1,3
Alemanha	0,7	0,4	1,7	1,9	1,4	0,4	3,2	8,7	6,0	2,5
Estónia	0,1	0,8	3,7	3,4	2,3	-0,6	4,5	19,4	9,1	3,7
Irlanda	0,0	-0,2	0,3	0,7	0,9	-0,5	2,4	8,1	5,2	1,3
Grécia	-1,1	0,0	1,1	0,8	0,5	-1,3	0,6	9,3	4,2	3,0
Espanha	-0,6	-0,3	2,0	1,7	0,8	-0,3	3,0	8,3	3,4	2,9
França	0,1	0,3	1,2	2,1	1,3	0,5	2,1	5,9	5,7	2,3
Croácia	-0,3	-0,6	1,3	1,6	0,8	0,0	2,7	10,7	8,4	4,0
Itália	0,1	-0,1	1,3	1,2	0,6	-0,1	1,9	8,7	5,9	1,1
Chipre	-1,5	-1,2	0,7	0,8	0,5	-1,1	2,3	8,1	3,9	2,3
Letónia	0,2	0,1	2,9	2,6	2,7	0,1	3,2	17,2	9,1	1,3
Lituânia	-0,7	0,7	3,7	2,5	2,2	1,1	4,6	18,9	8,7	0,9
Luxemburgo	0,1	0,0	2,1	2,0	1,6	0,0	3,5	8,2	2,9	2,3
Hungria	0,1	0,4	2,4	2,9	3,4	3,4	5,2	15,3	17,0	3,7
Malta	1,2	0,9	1,3	1,7	1,5	0,8	0,7	6,1	5,6	2,4
Países Baixos	0,2	0,1	1,3	1,6	2,7	1,1	2,8	11,6	4,1	3,2
Áustria	0,8	1,0	2,2	2,1	1,5	1,4	2,8	8,6	7,7	2,9
Polónia	-0,7	-0,2	1,6	1,2	2,1	3,7	5,2	13,2	10,9	3,7
Portugal	0,5	0,6	1,6	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,3	2,7
Roménia	-0,4	-1,1	1,1	4,1	3,9	2,3	4,1	12,0	9,7	5,8

¹ O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) é o índice utilizado pela União Europeia para medir a inflação. O IHPC permite comparar de forma harmonizada os diferentes índices de preços no consumidor de cada um dos países-membros.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Eslovénia	-0,8	-0,2	1,6	1,9	1,7	-0,3	2,0	9,3	7,2	2,0
Eslováquia	-0,3	-0,5	1,4	2,5	2,8	2,0	2,8	12,1	11,0	3,2
Finlândia	-0,2	0,4	0,8	1,2	1,1	0,4	2,1	7,2	4,3	1,0
Suécia	0,7	1,1	1,9	2,0	1,7	0,7	2,7	8,1	5,9	2,0

Eurostat, https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/prc_hicp_aind__custom_15511289/default/table?lang=en
[consult. 21 fev 2025]

Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
União Europeia – 27 países (desde 2020)	100,0	100,18	101,74	103,57	105,04	105,76	108,82	118,82	126,38	129,67
Bélgica	100,0	101,77	104,03	106,44	107,77	108,23	111,71	123,26	126,07	131,52
Bulgária	100,0	98,68	99,85	102,48	104,99	106,27	109,30	123,52	134,15	137,63
Chéquia	100,0	100,7	103,1	105,1	107,8	111,4	115,1	132,1	147,9	151,9
Dinamarca	100,0	100,0	101,1	101,8	102,5	102,9	104,9	113,8	117,6	119,1
Alemanha	100,0	100,4	102,1	104,0	105,5	105,8	109,2	118,7	125,9	129,0
Estónia	100,0	100,80	104,48	108,05	110,50	109,80	114,72	137,03	149,52	155,10
Irlanda	100,0	99,8	100,1	100,8	101,7	101,2	103,6	112,0	117,8	119,4
Grécia	100,0	100,02	101,15	101,94	102,46	101,17	101,75	111,21	115,84	119,31
Espanha	100,0	99,66	101,69	103,46	104,26	103,91	107,04	115,95	119,89	123,33
França	100,0	100,31	101,47	103,60	104,95	105,50	107,68	114,04	120,50	123,29
Croácia	100,0	99,37	100,67	102,23	103,04	103,06	105,82	117,11	126,94	132,04
Itália	100,0	99,9	101,3	102,5	103,2	103,0	105,0	114,2	120,9	122,3
Chipre	100,0	98,78	99,45	100,23	100,78	99,67	101,92	110,17	114,50	117,09
Letónia	100,0	100,10	103,00	105,63	108,53	108,62	112,14	131,47	143,38	145,32
Lituânia	100,0	100,68	104,42	107,07	109,47	110,63	115,75	137,57	149,52	150,79
Luxemburgo	100,0	100,04	102,15	104,21	105,93	105,93	109,61	118,55	122,02	124,77
Hungria	100,0	100,45	102,84	105,84	109,46	113,15	119,04	137,22	160,59	166,56
Malta	100,0	100,90	102,18	103,95	105,54	106,37	107,12	113,69	120,01	122,94
Países Baixos	100,0	100,11	101,40	103,02	105,78	106,96	109,98	122,78	127,81	131,92
Áustria	100,0	100,97	103,22	105,41	106,98	108,47	111,46	121,07	130,40	134,21
Polónia	100,0	99,8	101,4	102,6	104,8	108,6	114,3	129,4	143,5	148,7
Portugal	100,0	100,64	102,20	103,40	103,71	103,58	104,55	113,03	118,98	122,15
Roménia	100,0	98,93	100,00	104,08	108,15	110,67	115,21	129,06	141,64	149,91

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Eslovénia	100,0	99,85	101,40	103,36	105,11	104,82	106,97	116,94	125,38	127,87
Eslováquia	100,0	99,52	100,90	103,46	106,33	108,47	111,53	125,05	138,79	143,17
Finlândia	100,0	100,39	101,23	102,42	103,58	103,98	106,12	113,74	118,67	119,83
Suécia	100,0	101,14	103,02	105,12	106,93	107,63	110,49	119,39	126,44	128,98

Eurostat, https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/prc_hicp_aind__custom_15511289/default/table?lang=en
[consult. 21 fev 2025]

Taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

Classes de bens e serviços (COICOP ¹)		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CP00	Todos os bens e serviços	0,4	0,1	0,2	1,6	1,8	1,4	0,7	2,9	9,2	6,4	2,6
CP01	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	-0,2	0,3	0,5	2,1	1,9	2,1	2,5	1,6	11,9	12,6	2,3
CP02	Bebidas alcoólicas e tabaco	3,0	2,2	1,7	2,1	3,7	3,1	3,9	3,1	4,3	7,8	5,6
CP03	Vestuário e calçado	0,1	0,0	0,2	0,2	-0,1	0,5	-0,1	1,0	2,9	4,4	1,6
CP04	Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	0,7	-0,5	-0,8	1,8	2,5	1,8	-0,1	4,8	18,0	3,4	1,9
CP05	Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	0,1	0,3	0,3	0,0	0,4	0,6	0,7	1,8	7,2	6,8	0,7
CP06	Saúde	1,0	0,9	0,7	1,1	1,0	1,2	1,3	0,9	2,4	4,3	4,0
CP07	Transportes	-0,2	-2,7	-1,5	3,0	3,4	1,2	-2,2	6,8	12,1	2,5	0,8
CP08	Comunicações	-2,5	-0,7	-0,3	-1,4	-1,1	-1,7	-1,2	-0,1	-0,1	1,1	-1,5
CP09	Lazer, recreação e cultura	0,2	1,8	0,3	1,0	1,0	0,6	0,5	1,6	4,9	6,1	2,9
CP10	Educação	0,6	1,0	1,3	0,2	-0,9	0,8	1,1	0,6	2,0	5,4	4,9
CP11	Restaurantes e hotéis	1,5	1,7	1,7	2,3	2,2	2,2	1,4	2,0	8,1	8,4	5,2
CP12	Bens e serviços diversos	0,8	1,0	1,3	0,9	1,1	1,6	2,2	2,3	3,7	5,9	4,4

¹ Classificação Individual do Consumo por Objetivo das Nações Unidas

Eurostat, https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/PRC_HICP_AIND__custom_15513210/default/table?lang=en
[consult. 21 fev 2025]

Documento 14

"Inflação da zona euro desce para 2,5% em janeiro"

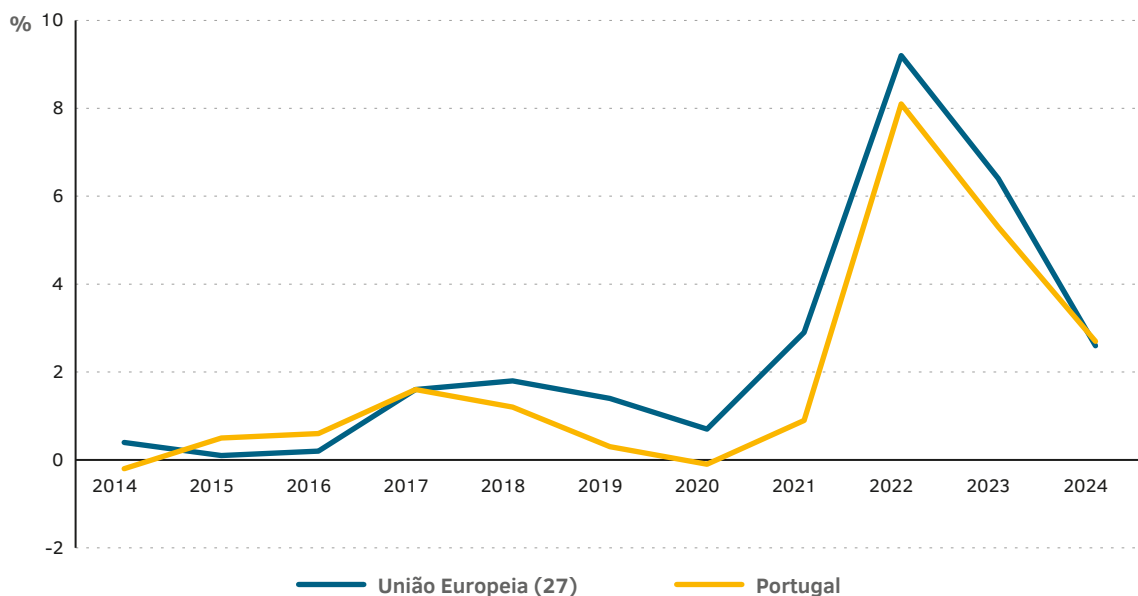
Segundo os dados do serviço estatístico da União Europeia, espera-se que os serviços tenham a taxa anual mais elevada em janeiro, seguidos pelos produtos alimentares, álcool e tabaco.

A inflação anual da zona euro fixou-se em 2,5% em janeiro de 2025, abaixo dos 2,8% do mês homólogo do ano anterior, mas acima dos 2,4% de dezembro de 2024, segundo estimativa divulgada esta segunda-feira pelo Eurostat.

Segundo os dados do serviço estatístico da União Europeia (UE), olhando para as principais componentes da inflação da área do euro, espera-se que os serviços tenham a taxa anual mais elevada em janeiro (3,9%, em comparação com 4,0% em dezembro), seguidos pelos produtos alimentares, álcool e tabaco (2,3%, face aos 2,6% em dezembro), energia (1,8%, em comparação com 0,1% em dezembro) e bens industriais não energéticos (0,5%, estável em comparação com dezembro).

A inflação subjacente, que exclui os elementos mais voláteis como álcool e produtos alimentares processados, é estimada em 2,7% em janeiro, estável na comparação mensal e abaixo dos 3,3% do mês homólogo."

<https://observador.pt/2025/02/03/inflacao-da-zona-euro-desce-para-25-em-janeiro/> [consult. 21 fev 2025]

Taxa de variação anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

Eurostat

Conceitos-chave

- Troca direta
- Troca indireta
- Moeda
- Moeda-mercadoria
- Moeda metálica
- Moeda de papel
- Moeda escritural
- Moeda eletrônica
- Curso forçado
- Inconvertibilidade
- Desmaterialização da moeda
- Sistema financeiro
- Autofinanciamento
- Financiamento externo direto e indireto
- Crédito
- Juro
- Operações ativas e passivas
- Instituições financeiras
- Mercado de títulos
- Mercado primário e mercado secundário
- Bolsa de valores mobiliários
- Cotação
- Sistema bancário
- Poupança
- Colocação financeira
- Entesouramento
- Investimento
- Formação Bruta de Capital Fixo
- Variação de existências
- Investimento material
- Investimento imaterial
- Investimento financeiro
- Investimento de substituição
- Investimento de inovação
- Investimento de capacidade
- Investimento público e investimento privado
- Preço de um bem
- Inflação
- Deflação
- Tipos de inflação
- Desinflação
- Estagflação
- Poder de compra
- Depreciação do valor da moeda
- Índice de preços
- Índice de Preços no Consumidor (IPC)
- Taxa de inflação
- Taxa de variação mensal
- Taxa de variação homóloga
- Taxa de variação média
- Taxa de variação acumulada
- Indicador de inflação subjacente

Síntese

- A **moeda** surgiu como intermediário das trocas, de forma a ultrapassar os obstáculos da **troca direta**, dando assim origem à **troca indireta**. A moeda foi evoluindo ao longo do tempo, tendo passado pelas seguintes fases: **moeda-mercadoria**, **moeda metálica**, **moeda de papel** (representativa, fiduciária e papel-moeda) e **moeda escritural**.
- Nos dias de hoje, com a crescente utilização de moeda escritural, verifica-se a **desmaterialização da moeda**, sendo possível constatar que, cada vez mais, esta tem vindo a perder o seu conteúdo material.
- As principais funções da moeda são servir como **meio de pagamento geral e definitivo**, como **medida de valor** e como **instrumento de reserva de valor**.
- A principal função do **sistema financeiro** é "ligar os agentes deficitários da economia (os que precisam de dinheiro) aos agentes superavitários (que dispõem de recursos/dinheiro para emprestar)."
- As empresas que têm capacidade de **autofinanciamento** dispõem de meios suficientes para financiarem a sua atividade e as que não dispõem de meios próprios suficientes para financiar a sua atividade têm necessidade de **financiamento externo**, que pode ser **indireto** (crédito) ou **direto** (mercado de títulos).
- O **crédito** representa a cedência temporária de capital mediante o pagamento de juros e a obrigação do reembolso no prazo acordado. O crédito, por um lado, **estimula a produção** viabilizando o investimento e, por outro, **estimula o consumo** das famílias.
- O **juro** é a remuneração pela cedência temporária de uma quantia em dinheiro. As **taxas de juro** correspondem ao preço do dinheiro.
- Os **bancos** são instituições financeiras monetárias. As suas principais funções são a captação de depósitos, a concessão de crédito e a criação de moeda escritural. O **desenvolvimento do sistema bancário** é essencial para o crescimento natural de uma economia.
- O **mercado de títulos** é o mercado onde se transacionam valores mobiliários, como as ações ou as obrigações. As **ações** são títulos representativos do capital social das sociedades anónimas e as **obrigações** são títulos representativos de partes da dívida de uma empresa que correspondem a um empréstimo dos aforradores.
- O **mercado primário** é o mercado onde os novos ativos são emitidos. O **mercado secundário** é o mercado onde são transacionados os títulos emitidos no mercado primário que já reúnem as condições de admissão a cotação em bolsa.
- A **bolsa de valores** é o local onde se transacionam títulos mobiliários cotados. A **cotação** é o preço de um ativo em cada momento.

Síntese (cont.)

- Os principais destinos da poupança são: a **colocação financeira**, que é a aplicação da poupança em produtos financeiros disponibilizados através das instituições financeiras; o **entesouramento**, que é a parte da poupança que não é aplicada, ficando à guarda dos seus proprietários sem intuito de ser rentabilizada; e o **investimento** (ou **formação de capital**), que é a parte da poupança canalizada para a atividade produtiva.
- A formação de capital divide-se em duas componentes: a **formação bruta de capital fixo**, que é o investimento realizado com a aquisição e amortização de bens duradouros, e a **variação de existências**, que contabiliza as oscilações dos *stocks* de matérias-primas, dos produtos acabados e semiacabados num dado período.
- Quanto à sua natureza, o investimento pode classificar-se como: **investimento material**, no caso da aquisição de bens corpóreos; **investimento imaterial**, relativamente à contratação de serviços (bens imateriais); e **investimento financeiro**, se diz respeito à aquisição de ativos financeiros.
- De acordo com a sua principal função, o investimento também pode ser classificado como: **investimento de substituição (renovação)**, no que se refere à reposição do capital que vai sendo utilizado; **investimento de inovação**, nos gastos com a atualização tecnológica dos processos de produção; e **investimento de capacidade**, nos encargos com o aumento da capacidade de produção.
- O investimento pode ainda ser classificado como **público** ou **privado** conforme é efetuado pelo Estado ou por agentes privados.
- O **preço de um bem** representa a quantidade de moeda que é necessário entregar para se obter esse bem. Os preços dependem de diversos fatores, nomeadamente dos **custos de produção**, das **margens de lucro**, do **número de compradores e de produtores**, do tipo de **tecnologia** utilizada na produção e da existência de **intervenção estatal**.
- A **inflação** caracteriza-se como um aumento inesperado, contínuo e generalizado dos preços dos bens, podendo ser de três tipos: **moderada**, **galopante** ou **hiperinflação**. A inflação geralmente reflete-se na vida dos indivíduos, podendo dar origem à **perda de poder de compra** e a uma **depreciação do valor da moeda**.
- Os índices de preços usam-se para medir as variações dos preços. O principal índice de preços utilizado é o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**.
- A **taxa de inflação** mede a variação do Índice de Preços no Consumidor entre dois períodos diferentes. A taxa de inflação pode ser calculada mensalmente; em termos de variação homóloga (comparação do mesmo mês/período em anos diferentes); pela média dos últimos 12 meses; de forma acumulada ou sem incluir os produtos energéticos e alimentares não transformados.

Ficha de trabalho 10

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. A forma de moeda representada através de um certificado correspondente a uma quantia previamente depositada, em ouro ou prata, designa-se por

- a)** moeda eletrónica.
- b)** moeda escritural.
- c)** moeda fiduciária.
- d)** moeda representativa.

1.2. Uma das funções da moeda é

- a)** avaliar a qualidade dos bens.
- b)** atuar como intermediário da troca direta.
- c)** atuar como instrumento de política monetária.
- d)** atuar como meio de pagamento geral e definitivo.

1.3. Atualmente, assiste-se cada vez mais a uma perda do conteúdo material da moeda

- a)** passando, muitas vezes, os seus proprietários a deter apenas documentos comprovativos da sua posse.
- b)** verificando-se uma desvalorização monetária.
- c)** que corresponde a uma diminuição das prestações sociais do Estado.
- d)** patente na diminuição das remessas dos emigrantes.

1.4. O investimento diz-se de substituição se

- a)** se refere à aquisição de bens intangíveis.
- b)** envolve a aquisição de ativos financeiros.
- c)** visa assegurar a manutenção da capacidade produtiva.
- d)** visa aumentar a capacidade produtiva.

1.5. O financiamento externo de uma unidade económica pode ser obtido

- a)** através de fundos próprios.
- b)** de forma indireta, através do capital dos sócios.
- c)** de forma direta, através do acesso ao crédito.
- d)** através do recurso ao crédito ou ao mercado de títulos.

1.6. A taxa de inflação é

- a)** a taxa de crescimento dos juros.
- b)** o preço do dinheiro.
- c)** a taxa de crescimento dos preços no consumidor.
- d)** a taxa de referência dos câmbios.

Ficha de trabalho 10 (cont.)

- 2 Explica em que consiste a troca indireta, comentando o papel que a moeda teve no processo de transição da troca direta.
- 3 Diz o que significa o curso forçado das notas.
- 4 Lê o texto seguinte.

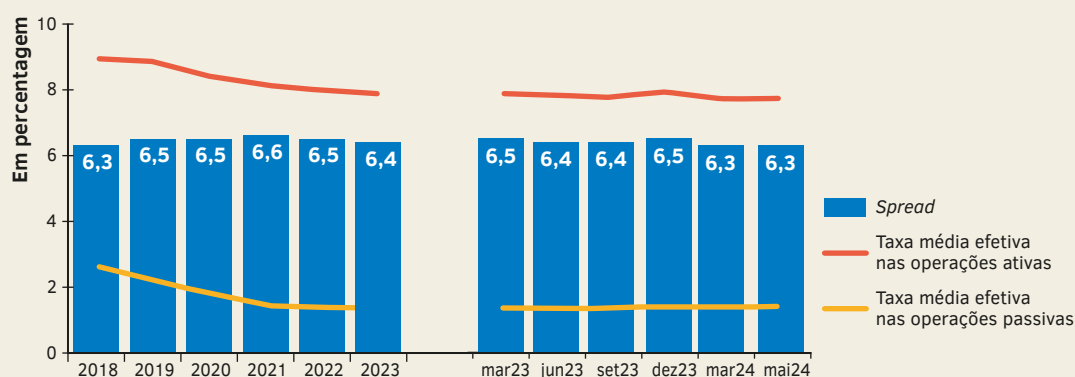
“A poupança é utilizada na formação de capital, através do investimento direto ou através da colocação em depósitos à ordem ou a prazo nas instituições bancárias, que posteriormente será canalizada para a atividade económica. O seu montante depende de vários fatores, nomeadamente do rendimento disponível, da taxa de juro e da conjuntura nacional e internacional.”

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

- 4.1. Diz o que entendes por poupança.
- 4.2. Comenta o texto, tendo em atenção os principais destinos da poupança.
- 4.3. Identifica no texto alguns motivos por que se poupa.

- 5 Analisa o gráfico que se segue.

Evolução das taxas de juro médias efetivas das operações de crédito e do *spread*

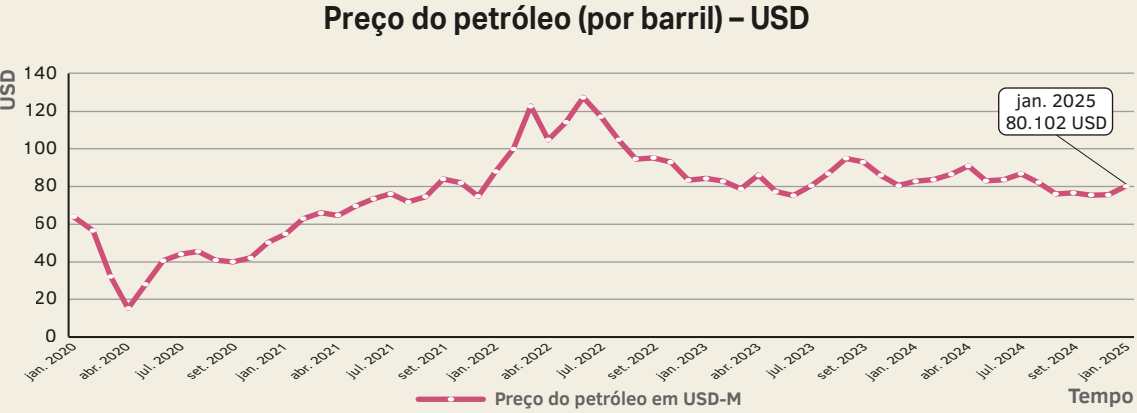


BCV, Relatório de Estabilidade Financeira 2023

Nota: o *spread* bancário corresponde à diferença entre a taxa de juro média efetiva ativa e a taxa de juro média efetiva passiva.

- 5.1. Indica as principais funções dos bancos.
- 5.2. Distingue crédito ao consumo e crédito à produção.
- 5.3. Diz o que é o efeito multiplicador do crédito.
- 5.4. Explica como uma taxa de juro pode influenciar a poupança.
- 5.5. Como classificas o investimento dos particulares?

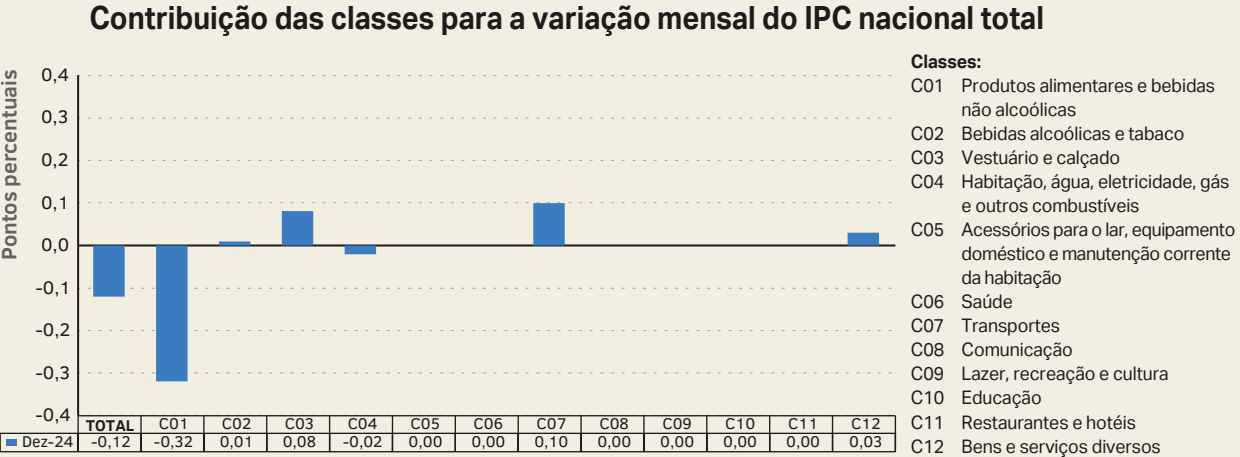
6 Observa o gráfico.



Banco de Portugal – janeiro de 2025, <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12645915> [consult. 21 fev 2025]

- 6.1. Indica os principais fatores de que depende o preço de um bem.
- 6.2. Analisa a evolução do preço do petróleo (por barril), explicando o impacto que os aumentos de preços dos combustíveis podem ter sobre os preços dos outros bens.
- 6.3. Estabelece uma relação entre a inflação e o poder de compra dos cidadãos.

7 Observa o gráfico que se segue.



INE, Índice de Preços no Consumidor, Síntese dos Resultados – dezembro 2024

- 7.1. Diz o que são os índices de preços, explicando como se calculam.
- 7.2. Analisa o comportamento das diferentes classes de despesa que compõem o IPC cabo-verdiano, identificando as que tiveram maior impacto na sua taxa de variação em dezembro de 2024.

Objetivos de aprendizagem:

- Definir trabalho.
- Descrever a composição da população ativa.
- Calcular e interpretar indicadores associados ao fator trabalho.
- Referir as causas do desemprego e identificar os tipos de desemprego.
- Constatar a existência de custos e benefícios associados ao desenvolvimento tecnológico.
- Compreender os efeitos da evolução tecnológica na estrutura do emprego.
- Explicitar o conceito de Economia Baseada no Conhecimento.
- Reconhecer o papel da educação/formação na valorização profissional dos indivíduos e no combate ao desemprego.
- Compreender a importância da formação ao longo da vida.

11.1. Fator trabalho – alguns indicadores

Os recursos que o ser humano colhe da Natureza, na maioria das vezes, necessitam de ser transformados, em maior ou menor grau, antes de poderem ser utilizados para as suas respetivas funções, e os processos de transformação a que estes recursos são sujeitos implicam sempre alguma intervenção humana.

Trabalho

Atividade humana remunerada que permite a produção de bens e serviços necessários ao ser humano.

O **trabalho** define-se, assim, como a atividade, física ou intelectual, que é desempenhada pelo ser humano de modo remunerado, cujo principal objetivo é a produção de bens e/ou a prestação de serviços que permitam a satisfação de necessidades.

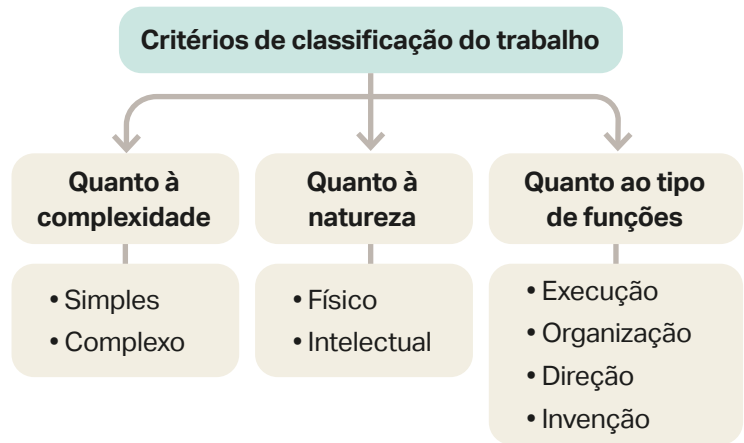
Isto quer dizer que ficam excluídas deste conceito todas as atividades que, embora possam ser fundamentais para a sociedade, não são desempenhadas de forma remunerada, como todo o trabalho de solidariedade social, a produção para consumo próprio ou até o trabalho doméstico.

Existem diversos géneros de trabalho, variando, de uns casos para os outros, as exigências quanto ao grau de qualificação, quer em termos de aptidões quer de conhecimentos. O trabalho considera-se **simples** quando não é necessária qualquer qualificação particular, como o trabalho de um operador de caixa ou de uma linha de montagem que envolva tarefas simples e rotineiras, e classifica-se de **complexo** quando, pelo contrário, implica um conjunto de qualificações específicas que só podem ser obtidas por meio de um determinado treino/formação ou através de uma certa experiência profissional, como o trabalho de um cirurgião ou de um piloto de avião.

Por outro lado, o trabalho também se pode classificar em **manual**, nas situações em que predomina o esforço físico, como o trabalho de um pedreiro ou de um artesão, e **intelectual**, nos casos em que sobressai o esforço mental, como o trabalho de um professor ou de um investigador científico.

As tarefas desempenhadas pelo ser humano nos diferentes tipos de trabalho também dão origem a outro tipo de classificação. Assim, considera-se:

- trabalho de **execução** aquele que envolve a concretização de tarefas preestabelecidas, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido por um operário numa fábrica;
- trabalho de **organização** aquele relativo às tarefas de coordenação do trabalho do ser humano com utilização de máquinas e equipamentos, como, por exemplo, o trabalho administrativo de uma empresa;
- trabalho de **direção** aquele que se refere às tarefas de planeamento e controlo da atividade produtiva, como, por exemplo, o trabalho realizado por um chefe de um departamento de uma determinada empresa;
- trabalho de **invenção** aquele que diz respeito às descobertas de novos produtos e processos produtivos através da investigação, como, por exemplo, as pesquisas levadas a cabo por um determinado laboratório de investigação científica.

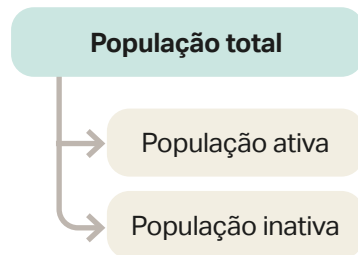


A seguir, importa procurar compreender como é composta a população que se dedica à produção de bens e/ou prestação de serviços numa determinada sociedade, através do desempenho de uma atividade laboral remunerada. A questão é que nem todas as pessoas que fazem parte da população residente de um país trabalham ou estão em condições de trabalhar. Em Cabo Verde, para um cidadão poder trabalhar, necessita de ter, pelo menos, 15 anos de idade.

A **população total** de um país é composta pela população ativa e pela população inativa.

A **população ativa** representa todos os indivíduos que desempenham atividades remuneradas ou os que, mesmo não estando empregados nesse determinado momento, se encontrem à procura de um emprego.

Por seu lado, a **população inativa** é composta por todas as pessoas que não têm capacidade para desempenhar uma atividade remunerada, incluindo-se, assim, os indivíduos com idade até 15 anos ou com idade superior a 64 anos. Os estudantes, as donas de casa, as pessoas com incapacidade ou invalidez, as crianças, os reformados ou os pensionistas, todos fazem parte da população inativa.



Vídeo
O mundo do trabalho: a população ativa e inativa



População ativa

Parte da população residente num país que constitui a sua força de trabalho num determinado momento.

População inativa

Conjunto de indivíduos de um país que não fazem parte da população ativa.

Atividade 1

- 1 Diz o que entendes por população ativa, explicando a importância do estudo deste conceito.
- 2 Apresenta dois exemplos de indivíduos que pertençam à população inativa.
- 3 Analisa o quadro com indicadores da população ativa cabo-verdiana, com 15 anos ou mais, e elabora um comentário sobre os principais aspetos a destacar.

População ativa

Empregados

Desempregados

População subempregada

População composta por indivíduos com 15 anos ou mais de idade que, no período de referência, tinham trabalhado menos que 35 horas, declarando estar disponíveis para trabalhar mais horas, caso tivessem encontrado uma outra atividade.

subempregada inclui os indivíduos com 15 anos ou mais de idade que, no período de referência, tinham trabalhado menos que 35 horas, declarando estar disponíveis para trabalhar mais horas, caso tivessem encontrado uma outra atividade.

População ativa com 15 anos ou mais, por sexo, grupo etário e nível de instrução

N.º indivíduos

População ativa	2022	2023
Cabo Verde	214 014	212 313
Sexo		
Masculino	120 129	119 896
Feminino	93 885	92 418
Grupo etário		
15-35	99 328	100 634
15-34	93 740	94 364
15-24	29 918	27 961
25-34	63 823	66 402
35-64	117 491	115 431
65 ou +	2 783	2 518
Nível de instrução frequentado		
Sem instrução	8 159	5 966
Básico	77 133	68 072
Secundário	94 063	105 857
Médio/Superior	34 659	32 419

INE, Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023

A população ativa é composta pela **população empregada** e pela **população desempregada**.

A **população empregada** engloba os indivíduos com 15 anos ou mais de idade que, no período de referência, tinham trabalhado pelo menos uma hora, recebendo uma contrapartida em dinheiro ou em géneros (incluindo o trabalho familiar não remunerado) ou os que tinham uma ligação formal a um emprego em que estiveram temporariamente ausentes. No contexto cabo-verdiano é conveniente destacar a subcategoria da população subempregada, que tem um peso elevado no total da população empregada de Cabo Verde. A **população**

Documento 1

Em 2024 (2.º t), a **população subempregada foi estimada em 17 376 e a taxa de subemprego em 8,8%**. Por meio de residência, o meio rural apresentou a maior taxa de subemprego, 13,3%, contra 7,8% no meio urbano. Entre as mulheres, a taxa de subemprego foi de 9,8% e entre os homens de 8,0%.

INE, *Comunicado de Imprensa – Estatísticas do mercado de trabalho – 2.º trimestre de 2024*

Por seu lado, a **população desempregada** abrange os indivíduos com 15 anos ou mais de idade que, no período de referência, não tinham trabalhado pelo menos uma hora, não tinham uma ligação formal a um emprego, tendo procurado ativamente um emprego nas 4 semanas anteriores e encontrando-se disponíveis para trabalhar.

Mais à frente, abordaremos o tema do desemprego com mais detalhe, mas primeiro vamos analisar alguns aspetos relevantes sobre o emprego.

Um dos indicadores importantes do emprego é a sua **estrutura setorial**. Este indicador revela o modo como se decompõe a população empregada, tendo por base a classificação da atividade económica pelos diferentes setores.

Na década de 40 do século passado, o economista Colin Clark dividiu a atividade económica em três setores como forma de organizar as diversas atividades geradoras de bens e serviços. Surgia assim a classificação de setor primário, setor secundário e setor terciário.

No **setor primário** incluem-se as atividades relacionadas com a recolha dos bens que a Natureza disponibiliza, como a pesca, a agricultura, a pecuária e a silvicultura.

No **setor secundário** estão englobadas as indústrias transformadoras de matérias-primas fornecidas pelo setor primário. Abrange, por um lado, as indústrias ligeiras, que se caracterizam por ter menos investimento e mais trabalho intensivo, como a indústria de calçado ou têxtil, e, por outro, as indústrias pesadas de capital intensivo, como a indústria do cimento, metalúrgicas, construção naval, produção de energia, etc.

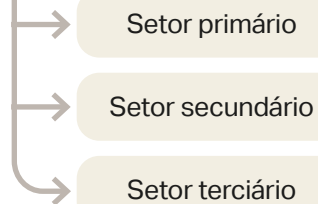
No **setor terciário** estão compreendidos os serviços e todas as atividades não abrangidas pelos outros setores. Alguns exemplos são o comércio, a banca, as seguradoras, os transportes, o turismo, a comunicação social, a educação, a defesa, a justiça, etc.

Cada setor é subdividido em vários ramos de atividade¹, correspondendo cada um deles a uma atividade económica distinta.

Estrutura setorial do emprego

Modo como se decompõe a população empregada pelos diferentes setores de atividade.

Classificação da atividade económica



e Manual Digital

Vídeo
Setores de atividades económicas



Documento
Classificação
CAE-Rev.1

¹ Conforme vimos no 10.º ano, as atividades económicas cabo-verdianas que compõem cada setor estão codificadas, desde 2008, segundo o critério de classificação CAE-Rev.1

**Evolução da população de 15 anos ou mais, empregada,
segundo o ramo de atividade económica**

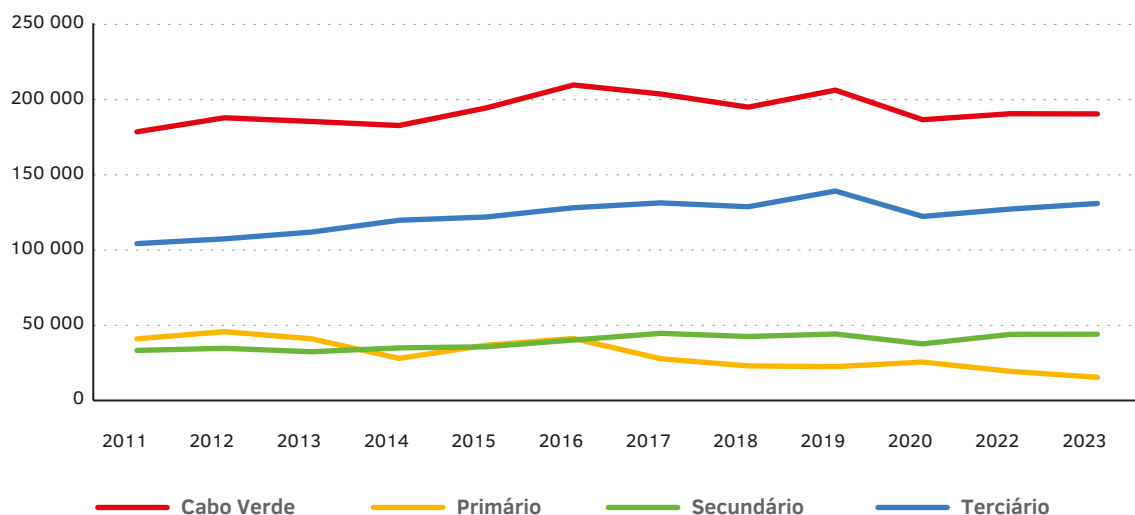
Cabo Verde, 2022-2023

	2022	2023
Cabo Verde	190 579	190 461
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	18 568	14 820
Indústrias Extrativas	868	595
Indústria Transformadora	19 347	18 731
Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	925	1 864
Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição	574	702
Construção	23 060	22 771
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	31 056	31 593
Transporte e Armazenagem	10 023	9 866
Alojamento e Restauração	14 487	18 389
Atividades de Informação e Comunicação	2 821	2 367
Atividades Financeiras e Seguros	1 296	1 580
Atividades Imobiliárias	376	534
Atividades de Consultoria Científicas e Técnicas	1 138	1 692
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	7 917	8 231
Administração Pública e Defesa Segurança Social	20 025	18 888
Educação	14 823	13 265
Saúde Humana e Ação Social	5 400	4 943
Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	1 867	1 524
Outras Atividades e Serviços	5 272	5 366
Famílias Empregadores de Domésticos	10 609	12 143
Organismos Internacionais e ONG	127	598

INE, Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023

A classificação da atividade económica em setores apresenta bastantes vantagens, nomeadamente, a possibilidade de dar a conhecer a **estrutura setorial do emprego**, revelando o contributo de cada setor na produção total de um país; de analisar a evolução e o dinamismo dos vários ramos de atividade; de comparar os valores de um país com os de outros países e tirar conclusões acerca do seu nível de desenvolvimento.

População empregada: total e por setor de atividade



INE, Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023

Analisando os dados sobre a evolução do emprego em Cabo Verde, entre 2011 e 2023, podemos constatar que o valor total não se alterou muito. No entanto, é de referir que, a partir de meados de 2013, o setor primário deixou de ultrapassar o setor secundário, passando a ter um peso cada vez menor na economia do país. Por outro lado, o setor terciário apresentou uma tendência geral de subida, sendo o setor com maior preponderância na economia cabo-verdiana, no período em análise.

Atividade 2

- 1 Analisa o quadro da página anterior sobre a evolução da população cabo-verdiana de 15 anos ou mais, empregada, segundo o ramo de atividade económica, em 2022 e 2023, tendo em atenção os diferentes setores de atividade.

A **estrutura setorial** de cada país permite tirar algumas conclusões sobre o seu **nível de desenvolvimento**. Os países desenvolvidos, geralmente, apresentam um setor terciário com um grande peso, relativamente aos outros dois setores, enquanto os países em desenvolvimento costumam apresentar um menor peso relativo do setor terciário, como se pode observar no quadro com o Valor Acrescentado Bruto (VAB)² de cada setor de atividade.

A **estrutura setorial** de um país ajuda a aferir o seu **nível de desenvolvimento**. Geralmente, associa-se um maior peso relativo do setor terciário a um nível de desenvolvimento mais elevado.

² A repartição do VAB por setor, em % do PIB, revela a distribuição da economia por cada setor, representando o modo como a população empregada se encontra distribuída pelos diferentes setores.

Conforme veremos a seguir, o peso do setor terciário habitualmente vai aumentando à medida que aumenta o nível de rendimento dos países.

Valor Acrescentado Bruto por setor (% do PIB) – 2022

Terciarização da economia

Processo de expansão do setor terciário aos setores primário e secundário, através da promoção de atividades relativas aos serviços.

Setor	Economias em desenvolvimento			Economias desenvolvidas
	Baixo rendimento	Médio rendimento	Elevado rendimento	
Primário	26,6%	14,6%	6,7%	1,6%
Secundário	26,7%	33,9%	38,3%	23,3%
Terciário	46,6%	51,5%	55,0%	75,2%

UNCTAD, <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.GDPComponent>
[consult. 25 fev 2025]

Ano	População empregada no setor terciário (%)
2011	58,4%
2012	57,2%
2013	60,4%
2014	65,5%
2015	62,7%
2016	61,1%
2017	64,5%
2018	66,3%
2019	67,6%
2020	65,9%
2022	66,8%
2023	68,8%

INE, Estatísticas do mercado de trabalho
– IMC 2023

A estrutura da atividade económica tem-se vindo a alterar ao longo das últimas décadas, passando o setor terciário a ocupar uma parcela cada vez maior do conjunto total de atividades. O fenómeno a que nos referimos designa-se por **terciarização da economia** e resulta da expansão dos serviços às atividades que tradicionalmente pertenciam ao setor primário e secundário.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, como a Internet, originou novas formas de atividade, conciliando os setores tradicionais com os serviços disponibilizados pelas novas tecnologias.

A terciarização tem provocado uma profunda alteração na estrutura das atividades económicas, fazendo-se sentir de várias formas. Por um lado, promove o setor primário, aliando atividades mais rudimentares ao setor dos serviços; é o que acontece, por exemplo, com o comércio eletrónico de alguns produtos agrícolas de origem biológica ou outros produtos artesanais. Com o auxílio das novas tecnologias, exploram-se certos nichos de mercado que surgem, trazendo mais valor acrescentado a atividades como a agricultura ou as pescas. Por outro lado, a terciarização auxilia o setor secundário, permitindo uma maior e mais rápida aproximação aos consumidores finais.

Muitas indústrias, além de se dedicarem à produção, subcontratam alguns dos serviços de que necessitam, como, por exemplo, o *catering* (fornecimento de alimentos) ou serviços de limpeza. Além disso, por vezes, as empresas oferecem também serviços adicionais, como, por exemplo, serviços de consultoria ou outros serviços conexos à atividade, de modo a promover a comercialização e fidelização dos seus produtos.



A terciarização também está patente nas nossas casas. Nos dias de hoje, verifica-se com frequência que a execução de serviços outrora executados em casa passa agora, muitas vezes, a ser efetuada por terceiros, como, por exemplo, a entrega de refeições ao domicílio ou o tratamento de roupa. Por outro lado, os serviços associados à tecnologia disponibilizam os bens mais facilmente, promovendo a transversalidade entre os três setores de atividade.

O setor dos serviços em Cabo Verde tem vindo a aumentar de forma consistente, ao longo dos anos, tendo havido um importante contributo do turismo, dos transportes e do comércio.

Atividade 3

- 1 Comenta a evolução do emprego no setor terciário em Cabo Verde, entre os anos 2011 e 2023, tendo em atenção o último quadro.
- 2 Explicita o conceito de terciarização.

Associado à noção de população ativa, surge o conceito de taxa de atividade. A **taxa de atividade** representa a percentagem da população total que é ativa, isto é, que trabalha ou que deseja trabalhar de forma remunerada.

A taxa de atividade é um importante indicador da situação de um país, na medida em que permite aferir a parte da população total que contribui para a produção do país. Quanto maior for a taxa de atividade de um país, maior será a sua capacidade produtiva.

$$\text{Tx. atividade} = \frac{\text{população ativa}}{\text{população total}} \times 100$$

Aplicando a fórmula da taxa de atividade aos dados que constam na tabela com a população total e a população ativa do País A, no ano x , teríamos:

$$\text{Tx. atividade}_{\text{Ano } x} = \frac{5\,527,2 \text{ milhares}}{10\,598 \text{ milhares}} \times 100 \approx 52,2\%$$

Taxa de atividade

Percentagem da população total de um país que é ativa, isto é, que contribui para a produção do país.

População total e ativa – País A

Milhares de indivíduos

	Ano x
População total	10 598,0
População ativa	5 527,2

População com 15 anos ou mais, total e ativa, por sexo

População total	2023
Cabo Verde	367 514
Sexo	
Masculino	183 826
Feminino	183 688
População ativa	2023
Cabo Verde	212 313
Sexo	
Masculino	119 896
Feminino	92 418

INE, Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023

No entanto, a taxa de atividade pode ser calculada em função de diferentes critérios, permitindo, em cada caso, dar uma informação mais detalhada, como, por exemplo, a taxa de atividade em função do sexo, do grupo etário, do nível de escolaridade completo ou da região a que respeita.

Para calcular cada uma dessas taxas, substitui-se, na fórmula geral, o numerador pelo número de indivíduos ativos que compõem essa categoria e o denominador pelo número de indivíduos da população total que pertencem a essa categoria.

A título de exemplo, iremos determinar a taxa de atividade da população cabo-verdiana com 15 anos ou mais³ e a taxa de atividade da população feminina, com 15 anos de idade ou mais, com base nos dados da tabela sobre a população com 15 anos ou mais, total e ativa, por sexo, em 2023.

$$\begin{aligned}\text{Tx. atividade pop. c/ 15 anos ou mais} &= \frac{\text{pop. ativa c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. total c/ 15 anos ou mais}} \times 100 = \\ &= \frac{212\,313}{367\,514} \times 100 \approx 57,8\%\end{aligned}$$

Tx. atividade pop. feminina c/ 15 anos ou mais =

$$= \frac{\text{pop. ativa feminina c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. total feminina c/ 15 anos ou mais}} \times 100 = \frac{92\,418}{183\,688} \times 100 \approx 50,3\%$$

Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por sexo e grupo etário (%)

Taxa de atividade	2022	2023
Cabo Verde	58,2	57,8
Sexo		
Masculino	65,4	65,2
Feminino	51,0	50,3
Grupo etário		
15-35	58,0	57,5
15-34	57,0	56,5
15-24	37,2	33,8
25-34	76,0	78,8
35-64	70,0	70,6
65 ou +	7,8	6,8

Analisando o quadro com as taxas de atividade por sexo e grupo etário, verificamos que a população cabo-verdiana com 15 ou mais anos de idade, ativa, isto é, que estava empregada ou que pretendia estar, diminuiu 0,4 pontos percentuais (p.p.), de 2022 para 2023, passando de 58,2% para 57,8%.

Também se verifica que as taxas de atividade feminina eram, em ambos os anos, inferiores às taxas de atividade masculina, havendo uma diferença de cerca de 14 a 15 p.p. entre os dois sexos, em 2022 e em 2023, com as taxas de atividade masculina da população com 15 e mais anos a rondar os 65% e as respetivas taxas de atividade feminina a situarem-se pouco acima dos 50%.

Quanto à análise por grupo etário, constata-se que, entre os 25 e os 34 anos, as taxas de atividade assumem os valores mais elevados, tendo subido de 2022 para 2023, de 76% para 78,8%, contrariando a tendência geral de diminuição anteriormente referida. Por

INE, Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023

³ Fórmula habitualmente utilizada pelo INE no cálculo da taxa de atividade.

outro lado, a taxa de atividade dos jovens dos 15 aos 24 anos era de 37,2%, em 2022, mas diminuiu no ano a seguir, passando para 33,8%.

Constata-se ainda que na faixa etária dos 35 aos 64 anos, as taxas de atividade se situaram nos 70%, nos anos em análise, e no grupo dos 65 ou mais anos, a taxa de atividade em 2022 era 7,8%, e menos 1 p.p. em 2023.

Atividade 4

Analisa com atenção o quadro seguinte.

Nível de instrução frequentado pela população total e pela população ativa

População total	2022	2023
Cabo Verde	367 860	367 514
Nível de instrução frequentado		
Sem nível	33 193	30 543
Básico	130 877	118 072
Secundário	158 243	173 029
Médio/Superior	45 547	45 870
População ativa	2022	2023
Cabo Verde	214 014	212 313
Nível de instrução frequentado		
Sem instrução	8 159	5 966
Básico	77 133	68 072
Secundário	94 063	105 857
Médio/Superior	34 659	32 419

INE, Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023

- 1 Determina a taxa de atividade para os diferentes níveis de instrução, em cada ano.
- 2 Constrói uma tabela com as taxas de atividade apuradas.
- 3 Comenta os valores calculados.

Como se sabe, o conceito de população ativa abrange todos os indivíduos que constituem a força de trabalho de um país. No entanto, não nos devemos esquecer de que os desempregados também são uma das componentes da população ativa. Assim, para podermos ter uma verdadeira abordagem do conceito de população ativa, iremos agora dedicar a nossa atenção ao tema do desemprego.

Desemprego

Desemprego

Problema que traduz a falta de emprego por parte de quem, reunindo condições para o fazer, se encontra à procura de um trabalho.

Nas últimas décadas, temos ouvido falar em crise económica com bastante frequência. Este é um problema que afeta não só Cabo Verde, mas também o resto do mundo. Um dos principais problemas de uma crise económica são as dificuldades sentidas pelas empresas, que acabam por se refletir numa diminuição do número de postos de trabalho, o que, por sua vez,

pode gerar um fenómeno social denominado **desemprego**.

O desemprego, além de poder provocar angústia e desgaste psicológico nos desempregados e no seu seio familiar, também conduz a uma redução do poder de compra dos indivíduos, gerando, consequentemente, uma perda na sua qualidade de vida.

Os desempregados constituem a parte da população ativa que não está empregada, ou seja, são o conjunto de indivíduos que, embora reúnam condições e vontade para trabalhar, não conseguem obter emprego.

Documento 2

“Perfil dos desempregados

A população de 15 anos ou mais, desempregada, em 2023, era maioritariamente do sexo masculino, totalizando 51,8% contra 48,2% do sexo feminino. A idade média dos desempregados para Cabo Verde era de 31 anos, sendo de 32 anos nos homens e 30 anos nas mulheres.

A taxa de alfabetização dos desempregados foi de 98,4%. Cerca de 4,2% dos desempregados estavam a frequentar um estabelecimento de ensino, com maior incidência entre os homens, 4,7%, contra 3,8% entre as mulheres desempregadas.

Com uma média de 9,3 anos de escolaridade (8,6 anos de estudo nos homens e 10,0 anos de estudo nas mulheres), mais de metade dos desempregados tem como nível de instrução frequentado o nível secundário (60,3%), com maior incidência entre as mulheres (65,1% contra 55,7% entre as mulheres), e 10,7% o curso superior, com maior incidência entre as mulheres (13,3% contra 8,3% entre os homens).

A grande maioria dos desempregados já alguma vez tinha trabalhado (81,4%), e 18,6% estavam à procura do primeiro emprego. Outro dado importante de notar é que 33,2% dos desempregados já se encontravam nesta condição há um ou mais anos. Além disso, a duração média no desemprego é de 15 meses.

Perfil dos jovens desempregados

Os desempregados de 15-24 anos eram na sua grande maioria do sexo masculino (56%) e tinham em média 10,0 anos de estudo. Cerca de 41% estavam à procura do seu primeiro emprego e 37% já estavam nessa condição há um ano ou mais.

Por sua vez, os desempregados de 15-35 anos eram na sua grande maioria do sexo feminino (52%) e tinham em média 10,0 anos de estudo. A grande maioria já tinha trabalhado alguma vez, e 36% estavam no desemprego há um ano ou mais.”

Podemos calcular a **taxa de desemprego** para apurar a percentagem de população ativa que está desempregada num determinado momento. Para isso, aplicamos a fórmula seguinte:

$$\text{Tx. desemprego} = \frac{\text{população desempregada}}{\text{população ativa}} \times 100$$

Tal como a taxa de atividade, a taxa de desemprego também pode ser decomposta em função das suas diferentes categorias. Assim, é possível calcular a taxa de desemprego feminino, masculino, por região, por grupo etário, por nível de escolaridade completo, entre outras.

O cálculo efetua-se substituindo, na fórmula geral, o numerador pela população desempregada da categoria de desemprego que se está a estudar e o denominador pela população ativa que pertence a essa categoria⁴.

A título de exemplo, iremos apurar a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos e a respetiva taxa de desemprego masculina, em 2023, de acordo com os dados da tabela:

Taxa de desemprego

Percentagem da população ativa de um país que está desempregada.

População com 15 anos ou mais, desempregada e ativa, por sexo

População desempregada	2023
Cabo Verde	21 853
Sexo	
Masculino	11 320
Feminino	10 532
População ativa	2023
Cabo Verde	212 313
Sexo	
Masculino	119 896
Feminino	92 418

INE, Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023

Tx. desemprego pop. c/ 15 anos ou mais =

$$= \frac{\text{pop. desempregada c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. ativa c/ 15 anos ou mais}} \times 100 = \frac{21\,853}{212\,313} \times 100 \approx 10,3\%$$

Tx. desemprego pop. masculina c/ 15 anos ou mais =

$$= \frac{\text{pop. desempregada masculina c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. ativa masculina c/ 15 anos ou mais}} \times 100 = \frac{11\,320}{119\,896} \times 100 \approx 9,4\%$$

Atividade 5

- 1 Determina a taxa de desemprego da população feminina com 15 ou mais anos, em 2023, com base nos dados da tabela anterior.

⁴ O INE costuma utilizar a categoria da população de 15 anos ou mais na sua forma de cálculo da taxa de desemprego.

Como se pode observar no quadro, com a evolução da taxa de desemprego da população cabo-verdiana de 15 anos ou mais, entre 2011 e 2023, a taxa de desemprego atingiu valores bastante mais elevados na década passada do que nos anos mais recentes. Apesar de ter alcançado 16,8%, em 2012, e de se ter mantido elevada nos anos seguintes, no ano 2023, a taxa de desemprego da população em idade ativa já tinha baixado para 10,3%.

Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%) – 2011 a 2023

	Resolução da 13.ª CIET											Resolução I da 19.ª CIET	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022	2022	2023
Cabo Verde	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	8,7	11,0	10,3

INE, Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023

Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%), por concelho

Taxa desemprego	2022	2023	Taxa desemprego	2022	2023
Cabo Verde	11,0	10,3	Santa Catarina	10,5	17,5
Concelho			Santa Cruz	16,4	9,7
Ribeira Grande	4,2	4,1	Praia	13,5	12,7
Paul	10,3	10,2	São Domingos	11,2	17,2
Porto Novo	12,2	11,0	São Miguel	11,4	9,3
São Vicente	9,7	8,5	São Salvador do Mundo	4,4	8,5
Ribeira Brava	8,5	14,5	São Lourenço dos Órgãos	8,9	17,7
Tarrafal de São Nicolau	24,0	10,1	Ribeira Grande de Santiago	11,2	13,9
Sal	2,4	3,1	Mosteiros	14,2	4,3
Boa Vista	8,6	2,2	São Filipe	6,3	9,8
Maio	8,9	8,9	Santa Catarina do Fogo	17,7	10,3
Tarrafal	16,1	9,8	Brava	6,0	2,0

INE, Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023

Documento 3

“População desempregada e taxa de desemprego

Em 2024 (2.º T), a população desempregada foi estimada em 19 049 desempregados e a taxa de desemprego em 8,8%. Da análise por sexo, verificou-se uma taxa de desemprego de 8,9% entre os homens e 8,7% entre as mulheres. No meio urbano, a taxa de desemprego foi de 8,4% e, no meio rural, foi de 10,5%.
A taxa de desemprego nos jovens de 15-24 anos foi de 22,1%, e na faixa etária de 25-34 anos foi de 11,9%.

Por concelho, verificou-se que os concelhos de São Domingos e São Lourenço dos Órgãos registaram as maiores taxas de desemprego do país, 19,8% e 13,4%, respetivamente. As menores taxas de desemprego foram registadas nos concelhos de Ribeira Grande (3,3%), Ribeira Brava (5,0%) e Mosteiros (5,1%), com uma taxa abaixo dos 6%.”

INE, COMUNICADO DE IMPRENSA – Estatísticas do mercado de trabalho – 2.º trimestre de 2024

Atividade 6

- 1 Analisa a tabela e o texto anteriores, comentando os principais aspetos da evolução da taxa de desemprego por concelho, em Cabo Verde.

11.2. O desenvolvimento tecnológico

O fenómeno do desemprego está intimamente relacionado com o forte desenvolvimento tecnológico que se tem verificado nas últimas décadas. O acelerado ritmo a que se produzem novas descobertas nos dias de hoje faz com que os produtos e processos de fabrico se tornem rapidamente obsoletos.

Como o ser humano utiliza máquinas e ferramentas para trabalhar, o esforço que necessita de despende depende, em grande parte, do grau de tecnologia incorporado nos instrumentos de trabalho que usa. Em alguns casos, o seu trabalho chega a ser quase integralmente substituído pelo trabalho das máquinas devido ao desenvolvimento tecnológico verificado.

Causas e tipos de desemprego

Há diversos tipos de desemprego, variando a sua classificação em função do período de tempo durante o qual ele é sentido, das suas causas e do grau de dificuldade de o combater.

Algumas das principais causas de desemprego são a existência de mão de obra pouco qualificada, substituição do trabalho humano por máquinas, crises económicas, elevados custos de contratação de pessoal (impostos e outras contribuições), condições climáticas, legislação laboral pouco flexível, má gestão empresarial, entre outras.

As causas do desemprego consideram-se **estruturais**, se resultam de mudanças profundas na economia. Em geral, nestes casos, o desemprego é mais difícil de combater, as

Causas de desemprego

Estruturais

Conjunturais

suas medidas de implementação podem demorar bastante tempo até começarem a produzir resultados.

As causas do desemprego também podem ser qualificadas como **conjunturais**, quando dizem respeito a fatores cíclicos da economia, por exemplo, quando se verifica uma recessão económica. Neste caso, geralmente, é menor o período de implementação de medidas de combate ao desemprego.

Desemprego de longa duração

Situação de desemprego com um período superior a um ano.



Ao analisarmos o problema do desemprego, tendo em atenção o período durante o qual este se faz sentir, devemos observar particularmente o caso do desemprego de longa duração. O **desemprego de longa duração** representa a situação dos indivíduos que se encontram à procura de emprego há mais de um ano.

Geralmente, as pessoas desempregadas recorrem aos mecanismos da Segurança Social para obter um subsídio de desemprego durante uma primeira fase, mas, quando este tipo de desemprego se prolonga por muito tempo, as pessoas deixam de poder receber os seus subsídios, ficando, muitas vezes, em situações de grande pobreza.

Chegados a esse ponto, os indivíduos acabam por ficar em risco de exclusão social, fazendo com que ainda seja mais difícil a obtenção de um emprego. Este é um dos tipos de desemprego mais difíceis de combater, uma vez que as suas marcas são muito profundas.

Um caso diferente é a situação temporária de desemprego, que ocorre sempre que os indivíduos se encontram entre dois empregos, tendo saído de um para irem para outro. Esta situação não causa o mesmo tipo de constrangimentos que o caso anterior, pois o seu impacto é, em geral, muito menor, tratando-se, muitas vezes, de uma situação resultante de uma escolha voluntária por parte do desempregado, quando este pretendia mudar de emprego.

O desemprego estrutural, geralmente, resulta de um desfasamento entre as necessidades de mão de obra das empresas e o número de trabalhadores que compõem a oferta. Isto acontece quando a sociedade evolui e a mão de obra não acompanha os avanços tecnológicos e as mudanças que vão ocorrendo entretanto, quer em termos de conhecimentos, quer em número de efetivos.

O progresso tecnológico conduz a uma maior eficiência dos mecanismos de produção, reduzindo-se assim as necessidades de mão de obra. Normalmente, o combate a este tipo de desemprego é muito complexo, exigindo mudanças nas políticas dos governos e nos processos de ensino dos profissionais atuais e das gerações futuras, tratando-se, assim, de uma mudança que requer um período de implementação razoavelmente longo.

As empresas modernas, para se manterem ativas no mercado, têm de ser bastante competitivas, necessitando de evoluir de acordo com as tendências tecnológicas. Assim, é

fundamental que os recursos humanos sejam capazes de manter os seus conhecimentos atualizados. Quando isso não acontece, verifica-se o chamado desemprego tecnológico.

O **desemprego tecnológico** corresponde à dificuldade de acompanhamento da evolução tecnológica por parte dos trabalhadores e que afeta, sobretudo, os grupos etários mais elevados. Habitualmente, este tipo de desemprego surge como consequência dos desfasamentos estruturais da sociedade.

Outro tipo de desemprego bastante comum é o desemprego repetitivo. O **desemprego repetitivo** é característico dos indivíduos que mudam de emprego de forma sistemática, não conseguindo manter-se num posto de trabalho por muito tempo.

Em geral, este tipo de desemprego associa-se a pessoas com baixas qualificações, fazendo-se sentir sobretudo nas camadas mais jovens.

O **desemprego jovem** é um fenómeno frequente nos nossos dias, havendo uma elevada percentagem da população mais jovem que não consegue obter emprego, fazendo-se sentir sobretudo nos primeiros anos de idade ativa.

Desemprego tecnológico

Situação de desemprego devido a um desajuste entre o progresso tecnológico e a mão de obra.

Desemprego repetitivo

Situação de desemprego que se caracteriza pela contínua mudança de emprego por parte do trabalhador.

Desemprego jovem

Situação de desemprego que afeta de modo especial a população mais jovem em idade ativa.

Documento 4

“Jovens sem emprego e fora do sistema de ensino ou de formação

O IMC¹ 2024 (2.ºt) permitiu estimar que **41 852 jovens de 15-35 anos** estavam sem emprego e fora do sistema de ensino ou formação, representando **24,5%** do total dos jovens nesta faixa etária.

Considerando a faixa etária de **15-24 anos**, a proporção de jovens sem emprego e fora do sistema de ensino ou formação foi **de 23,0%, equivalente a 18 928 jovens**.

Da análise por sexo, registou-se que esse indicador teve maior incidência entre as mulheres: 27,4% para as jovens mulheres de 15-35 e 23,9% para mulheres de 15-24 anos. Entre os homens, registou-se 21,8% para os jovens de 15-35 anos e 22,2% entre os de 15-24 anos.”

INE, COMUNICADO DE IMPRENSA – Estatísticas do mercado de trabalho – 2.º trimestre de 2024

¹ IMC – Inquérito Multi-Objetivo Contínuo

Por vezes, também se observa uma tendência sazonal de desemprego. Isso ocorre principalmente nos ramos de atividade que têm características associadas a certas

épocas específicas, como o caso de algumas formas de produção agrícola ou de um certo tipo de turismo.

Desemprego sazonal

Situação de desemprego que afeta particularmente alguns setores de atividade, como a agricultura ou o turismo, devido à grande oscilação do ritmo ao longo do ano.

Neste caso, trata-se de um género de atividades cujos ritmos de produção oscilam muito ao longo do ano, apresentando, por isso, necessidades pontuais de mão de obra apenas em determinadas épocas do ano, facto que conduz a situações de desemprego nas fases de menor atividade – **desemprego sazonal**.

Atividade 7

- 1 Procura descobrir as principais formas de desemprego existentes na tua localidade, refletindo sobre as suas causas eventuais e possíveis soluções para as reverter.

Evolução tecnológica

Documento 5



Vídeo
Andrew McAfee:
Como serão os
empregos do
futuro?



“A inovação é essencial como fator impulsionador do progresso económico, sendo benéfica para os consumidores, as empresas e o conjunto da economia. [...] Em termos económicos, a inovação consiste no desenvolvimento e aplicação de ideias e tecnologias que melhoram os bens e serviços ou tornam a produção dos mesmos mais eficiente.

O desenvolvimento da tecnologia da máquina a vapor no século XVIII constitui um exemplo clássico de inovação. A máquina a vapor passou a ser utilizada nas fábricas, possibilitando a produção em massa, e revolucionou o transporte ferroviário. Mais recentemente, a tecnologia de informação transformou a forma como as empresas produzem e comercializam bens e serviços, tendo simultaneamente aberto novos mercados e dado origem a novos modelos de negócio.”

<https://www.ecb.europa.eu/ecb-and-you/explainers/tell-me-more/html/growth.pt.html> [consult. 6 mar 2025]

O computador foi uma das descobertas do século passado com maior impacto nas nossas vidas. Começou por ser utilizado como um mero instrumento de medição e cálculo, chegando à fase em que é praticamente impossível determinar qual será a próxima função ou serviço que este será capaz de executar.

Nos nossos dias, o computador é considerado um instrumento de trabalho imprescindível, fazendo parte da maioria das áreas de atividade humana. Esta indispensável ferramenta permite uma maior organização e controlo das atividades, assim como torna possível uma considerável redução dos tempos de execução das tarefas e dos custos associados.

A Internet, que surgiu na década de 90 do século XX, veio impulsionar ainda mais a utilização do computador.

• Informatização

A **informatização** é o processo por meio do qual grande parte dos assuntos respeitantes ao ser humano e à atividade produtiva vai sendo progressivamente integrada pela informática, através da utilização de ferramentas, como certo tipo de *software* que promove o aumento da eficiência da ação do ser humano.

A evolução tecnológica tem vindo a ganhar cada vez mais preponderância nas sociedades atuais, dinamizando a atividade económica, levando, inclusivamente, ao surgimento de novas atividades profissionais como a engenharia de dados ou a gestão de *marketing* digital.

Vejamos mais algumas consequências do desenvolvimento tecnológico:

Atualmente, é possível desempenhar inúmeras tarefas com muito menos esforço, de modo muito mais rápido e em muito menos tempo. O trabalho passou a ser muito facilitado com a introdução da digitalização, da automação, da robotização ou da inteligência artificial.

• Digitalização

A **digitalização** é o processo através do qual se passa informação em formato físico para um formato digital, passando grande parte dos assuntos respeitantes ao ser humano e à atividade produtiva a ser progressivamente integrada pela informática por meio de determinados *softwares*.

A digitalização promove o aumento da eficiência da ação do ser humano na medida em que permite novas formas de armazenamento, processamento e transmissão de dados, sem necessidade de uma grande ocupação de espaço físico.

Nos dias de hoje, os processos de digitalização estão presentes nas mais diversas áreas de ação humana, podendo ser identificados quer ao nível da esfera da vida privada, quer na esfera pública e nas variadas atividades empresariais. Encontramos indícios da sua existência no manuseamento de contas bancárias, em registos biográficos e de



Informatização

Processo que envolve a crescente aplicação do uso do computador às tarefas humanas.

Sugestão:

Pesquisa outros exemplos de novos tipos de emprego que tenham surgido com os recentes avanços tecnológicos.

Digitalização

Processo através do qual se passa informação de um formato físico para um formato digital.

domiciliação fiscal, nos serviços de saúde e justiça, nas diferentes formas de atividade comercial e em inúmeras situações.

Documento 6

“Na fase em que Cabo Verde está é fundamental a digitalização das informações históricas e da administração pública cabo-verdiana” – MCIC, Abraão Vicente.

O Instituto do Arquivo Nacional de Cabo Verde é conhecido como o guardião da história de Cabo Verde. Por ter na sua posse documentos muito importantes para o país, é importante que esta instituição esteja capacitada para fornecer dados à distância de um *clic*.

Na abertura da formação “Transição Digital – na gestão dos arquivos da Administração Pública”, que aconteceu na manhã desta terça-feira, 02 de abril, o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas lembrou que o mundo está num processo muito acelerado e que Cabo Verde precisa acompanhar esse passo. “A gestão de informação é crucial para os tempos que passam. Por isso, a digitalização é importante visto que coloca num sistema informático todos os dados para que estejam acessíveis em qualquer lado”, afirmou o Governante para quem é também importante que a disponibilização dos dados faça com que a inteligência artificial nos permita ter acesso ainda mais rápido aos mesmos.”

<https://www.governo.cv/na-fase-em-que-cabo-verde-esta-e-fundamental-a-digitalizacao-das-informacoes-historicas-e-da-administracao-publica-cabo-verdiana-mcic-abraao-vicente/> [consult. 6 mar 2025]

Automação

Conjunto de técnicas computorizadas aplicadas em máquinas ou processos de fabrico, de forma a torná-los mais eficientes e autónomos.



• Automação

Outra forma como o desenvolvimento tecnológico se faz sentir na atividade económica é utilizando a tecnologia de maneira a obter resultados com o mínimo de participação humana. Atualmente, é possível reduzir o uso da mão de obra em grande parte das atividades, através de elaborados processos mecânicos e computadorizados, a chamada automação. A **automação** consiste na utilização de sistemas automáticos de execução de tarefas e respetivo controlo.

A automação tanto pode ser usada para substituir tarefas simples e rotineiras das pessoas, como para uniformizar processos mais complexos que envolvam várias etapas, permitindo aumentar a eficiência e a produtividade. Nos dias de hoje, a automação está cada vez mais presente, sendo frequentemente utilizada no mundo empresarial.

Documento 7

“O *software* e as tecnologias de automação são usados numa ampla variedade de setores, das finanças à saúde, dos serviços públicos à defesa e praticamente em todos os lugares intermédios. A automação pode ser usada em todos os aspetos das funções de negócios e as organizações que a utilizam de forma mais eficaz podem obter uma vantagem competitiva significativa.

As organizações usam a automação para aumentar a produtividade e a rentabilidade, melhorar o atendimento e a satisfação do cliente, reduzir custos e erros operacionais, aderir aos padrões de conformidade, otimizar a eficiência operacional e muito mais. A automação é um componente-chave da transformação digital e é inestimável para ajudar as empresas a crescer.”

<https://www.ibm.com/br-pt/topics/automation> [consult. 6 mar 2025] (adaptado)

• Robotização

Por seu lado, a **robotização** é o processo pelo qual certas tarefas humanas passam a ser integralmente desempenhadas por robôs, através da utilização de tecnologias sofisticadas.

Alguns mecanismos podem agir sem necessidade de interação humana, sendo capazes de executar procedimentos de autocorreção, como, por exemplo, a robótica utilizada ao serviço de uma linha de montagem ou a otimização das atividades de armazenamento e logística.

• Inteligência Artificial

A **inteligência artificial (IA)** é um dos expoentes máximos da evolução tecnológica dos nossos dias, consistindo na capacidade de uma máquina reproduzir competências humanas de aprendizagem, raciocínio, planeamento ou criatividade. Com a inteligência artificial é possível um equipamento reconhecer o ambiente à sua volta através de sensores, e, em seguida, funcionar de modo a alcançar objetivos específicos e/ou resolver eventuais problemas, sendo capaz de se ir adaptando, em cada momento, à medida que vai aprendendo a forma mais eficiente de atuar nas diversas circunstâncias com que se pode deparar.

Robotização

Processo pelo qual certas tarefas humanas passam a ser desempenhadas por robôs, por meio de tecnologias sofisticadas.



Inteligência artificial

Sistema tecnológico com capacidade de reconhecer dados, aprender, tomar decisões e de se adaptar a novas situações.



A IA tem uma vasta aplicação, estando presente em muitas situações da nossa vida e em constante desenvolvimento: assistentes virtuais de empresas de produtos ou serviços que compramos; sistemas de reconhecimento de imagem de *smartphones*; eletrodomésticos domésticos como, por exemplo, os robôs de aspiração ou de cozinha; captação de imagens por meio de *drones*; motores de busca da Internet; sistemas de legendagem ou tradução automática de imagens e textos, entre muitos outros.

Documento 8

“O recurso a tecnologias inteligentes, como a robótica e a Inteligência Artificial (IA), é cada vez mais comum na área da logística. Estas ferramentas têm vindo a revelar-se cruciais na **otimização das atividades de armazenamento e logística**.

A gestão das operações em armazém constitui uma atividade complexa e exigente e tem estado cada vez mais sob pressão fruto de circunstâncias como o crescimento do comércio eletrónico, a escassez de mão de obra disponível (sobretudo especializada) e o facto de este tipo de trabalho ser muito consumidor de recursos humanos, consequência da predominância de tarefas de mão de obra intensiva. Aos trabalhadores é exigido que realizem tarefas como a **separação individual, o embalar e o envio, item a item**.

A forte pressão trazida pelo crescimento do comércio eletrónico, por exemplo, tem-se refletido não só numa maior procura, mas também em clientes mais exigentes quanto à **rapidez nas entregas**, à **qualidade do serviço** e à **disponibilidade de stocks**. A pandemia teve um impacto profundo e transformador na atividade dos retalhistas, fabricantes e cadeias de fornecimento. [...]

O que são robots de logística

Quando falamos do uso de *robots* na logística, referimo-nos, no essencial, ao processo de **armazenamento e mobilização de produtos** à medida que são deslocados dentro da cadeia de fornecimento. São utilizados principalmente em **instalações de armazenamento** e depósito para **organizar e transportar produtos**. Permitem, por outro lado, que se consiga atingir velocidades de realização das tarefas muito superiores ao que seria possível conseguir com o trabalho manual, o que contribui para ganhos de **rentabilidade e produtividade**.

Existem os tradicionais **AGV – Automated Guided Vehicle**, *robots* que começaram por ser a única opção para **automatizar as tarefas de transporte interno**. Trabalham em caminhos predefinidos, manobrando produtos para armazenamento dia e noite, ajudando a **simplificar as cadeias de logística e minimizando custos**. São particularmente utilizados em grandes estruturas, onde é necessário realizar entregas de materiais de forma consistente e repetitiva. O investimento inicial nesta tecnologia é considerável, o que significa que tende a ser suportado sobretudo por empresas cuja estrutura financeira suporte grandes custos iniciais e lentos retornos do investimento.

Os AMR (*robots* móveis autónomos), que – graças ao ‘machine learning’, à Inteligência Artificial e à visão computacional para navegação –, permitem a realização de tarefas sem intervenção humana, são **uma tecnologia mais sofisticada, flexível e económica**. Os **drones aéreos** também estão incluídos nesta nova gama de ‘trabalhadores’ tecnológicos que, nesta área da logística, ajudam a otimizar os processos de **inventário do armazém**, de forma mais rápida e precisa, e transmitir informação para uma melhor gestão de *stocks*. Não requerem *lasers* ou marcadores para os guiar, nem ocupam espaço em armazéns, e podem viajar rapidamente e chegar a locais de difícil acesso. A inovação não se fica, claro, por aqui, existindo outras tecnologias de robótica ao serviço da logística como é o caso dos *robots* de ASRS (‘Automated Storage and Retrieval Systems’) e de outros.

Depois, há ainda outro tipo de tecnologia de robótica que são os ***cobots* ou *collaborative robots***, que, em lugar de substituir os seres humanos na realização de tarefas, trabalham ao lado dos mesmos. Graças aos avanços significativos da tecnologia de visão e sensores, os *cobots* operam com segurança e sucesso ao lado de humanos sem a necessidade de barreiras físicas entre eles.”

CALDEIRA, Maria, <https://www.sage.com/pt-pt/blog/a-robotizacao-da-logistica/> [consult. 6 mar 2025]

Documento 9

“Estratégia Nacional para a Inteligência Artificial

As tecnologias de IA devem ser facilmente disponíveis para promover a eficiência e qualidade de todas as atividades, incluindo das PME, serviços públicos e cada cidadão. Isto exige qualificar a força de trabalho existente no setor público e privado para que a inteligência artificial, baseada na combinação de vários fatores, nomeadamente da tecnologia e da grande quantidade de dados, permita ganhos significativos na prestação de serviços aos cidadãos e empresas, bem como ganhos de produtividade e eficiência nas próprias instituições públicas, acelerando as tomadas de decisão de forma automatizada.

Todo esse conjunto de esforços terá de ser analisado de forma pormenorizada e estratégica, alicerçando-se em pilares sustentáveis, no intuito de avaliar o modelo de implementação num país insular e diaspórico como Cabo Verde, que, apesar das limitações, já possui exemplos de aplicação, através de *chatbots* públicos, que poderão ser replicados para melhorar a interação da A.P. com o cidadão, funcionário e empresas.”

<https://governacaodigital.gov.cv/estrategia-nacional-para-a-inteligencia-artificial/> [consult. 6 mar 2025]

Atividade 8

“Cabo Verde: Agricultores recorrem à inteligência artificial

O projeto “Ferramentas de monitorização e Inteligência Artificial para a agricultura inteligente” pretende preparar Cabo Verde para os desafios agrícolas como os prolongados ciclos de seca. A agricultura inteligente surge como uma solução inovadora e sustentável para enfrentar os desafios singulares de países com escassez de chuvas, como Cabo Verde. A implementação de sistemas de Agricultura Inteligente em Cabo Verde abarca uma diversidade de tecnologias, incluindo a Internet das Coisas (IoT), a Inteligência Artificial (IA) e o uso de *drones* para mapeamento e monitorização agrícola. O projeto inovador em agricultura inteligente está a ser implementado pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).”

<https://www.rfi.fr/pt/áfrica-lusófona/20240303-cabo-verde-agricultores-recorrem-à-inteligência-artificial>
[consult. 6 mar 2025]

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção o impacto que a aplicação da inteligência artificial pode ter na sociedade.
- 2 Diz o que entendes por automação e robotização, explicando o seu impacto na esfera do trabalho.
- 3 Pesquisa exemplos de processos de digitalização.

A evolução tecnológica tem sido essencial para o desenvolvimento das sociedades atuais. No entanto, convém refletir sobre os seus **custos e benefícios**, sendo importante prestar atenção aonde nos vai levando todo este progresso tecnológico e procurar manter um sentido de equilíbrio relativamente às necessidades da humanidade e do planeta.

Se, por um lado, o desenvolvimento tecnológico nos permite aumentar a produtividade, ganhar tempo e realizar tarefas com menos esforço, por outro lado, além de tendencialmente poder vir a eliminar um grande número de postos de trabalho, também nos coloca alguns dilemas éticos, como uma eventual perda de privacidade, com os dados pessoais de cada indivíduo a ficarem mais expostos, ou a existência de avanços de natureza biotecnológica que coloquem questões deontológicas, como, por exemplo, os recursos humanos de certas empresas poderem precisar de um implante subcutâneo de *chips* eletrónicos, para conseguirem aceder às suas instalações profissionais e/ou a plataformas digitais.

A seguir, apresenta-se um texto para reflexão sobre custos e benefícios do desenvolvimento tecnológico na esfera do trabalho.

Documento 10

“Ninguém pode contra-argumentar que a tecnologia teve um impacto positivo no local de trabalho:

- simplifica os processos e a forma como o trabalho é feito;
- melhora as condições de trabalho;
- aumenta a segurança;
- simplifica a comunicação e o fluxo e intercâmbio de informação.

Todos os trabalhadores, independentemente de onde estejam, podem trabalhar no mesmo documento, ao mesmo tempo, em tempo real. A tecnologia aumenta a mobilidade dos trabalhadores, libertando-os das suas mesas, permitindo-lhes trabalhar a partir de casa, do carro ou de qualquer parte do mundo a que tenham acesso à Internet. Os apoiantes da tecnologia afirmam que esta melhora as relações de trabalho porque promove a partilha e a colaboração.

As pessoas que trabalham remotamente adoram a flexibilidade e o equilíbrio trabalho/vida pessoal que ela suporta. Por outro lado, a perda de proximidade física com os colegas afeta a capacidade de uma pessoa para aperfeiçoar as suas capacidades interpessoais e, por conseguinte, a sua capacidade de construir relações de forma importante. Em vez de uma pausa para café com o colega de trabalho, dobram a roupa. Podem ficar isolados e perder as suas competências interpessoais *face-to-face*, o que tem um impacto negativo nas relações no local de trabalho. Podem fazer parte de uma equipa virtual, mas não há muito espaço ou tempo para conversa fiada – a forma habitual que muitas vezes ajuda a construir relações interpessoais no local de trabalho. Estar na presença física de alguém permite-nos não só ouvir o que ele diz, mas também ler e avaliar a sua linguagem corporal, não verbal e emocional, e determinar as respostas adequadas. Com este tipo de comunicação existem menos mal-entendidos e mais oportunidades de esclarecimento. No entanto, graças à tecnologia estamos disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana. Dito isto, tecnologias como o Skype e o FaceTime, que nos permitem ver e comunicar com os nossos colegas, criam uma forma de “estar na presença de”. Eles são a nova cara a cara de muitas organizações generalizadas ou internacionais. Fazem-nos trocar as nossas calças e chinelos por um guarda-roupa mais adequado ao trabalho. Sentamo-nos mais direitos, envolvemo-nos mais, ouvimos mais atentamente, monitorizamos caras e linguagem corporal para compreender melhor. Podemos estar a trabalhar a partir da mesa da sala de jantar, mas ainda estamos a trabalhar. A comunicação parece – e sente-se – mais profunda, mais rica, mais significativa e substancial do que poderia ser num número restrito de toques de tecla. Em suma, temos de invocar as nossas capacidades de comunicação e de envolvimento, mesmo que estejamos separados.

O que acontece se nunca aprendemos essas competências? Ou se as esquecermos por falta de uso? Aprendemos competências interpessoais através da experiência. Os nossos pais, professores, colegas, e o mundo em geral ensinam-nos a relacionar-nos uns com os outros de forma específica com a nossa esfera cultural específica. Estas são as competências através das quais aprendemos a resolver conflitos – uma competência crítica à medida que amadurecemos e encontramos o nosso lugar no mundo do trabalho. [...]

O mundo do trabalho continua a evoluir. Os empregadores procuram cada vez mais trabalhadores que combinem conhecimentos, experiência, *know-how* técnico e *soft skills*. A capacidade de comunicar está no topo dessa lista. Os cursos de gestão incluem a capacidade de comunicação como uma parte importante do currículo, porque sabem que não importa o quão bem desempenha a sua tarefa ou o quão inteligente é se não se conseguir relacionar com os outros. Cada vez

Documento 9 (cont.)

mais empresas estão a reconhecer a capacidade de prestar um bom serviço ao cliente como um diferencial crítico no mercado. Muitas vezes, isso determina quais são as empresas que vão subir ao topo e quais as que se vão afundar como pedras.

Um bom serviço ao cliente depende inteiramente dos processos inteligentes que funcionam e das pessoas – humanos – para os implementar e fazer avançar. Independentemente da opinião que tenha sobre a tecnológica, a sua influência não pode ser subestimada. A tecnologia mudou drasticamente a forma como as empresas fazem negócios, tornando-as mais eficientes e racionalizadas, e aumentando a sua produtividade. Muitas tecnologias são concebidas para melhorar a colaboração e interação, e integrar os fluxos de trabalho. As redes sociais são o novo melhor amigo, conectando os colegas de trabalho e aumentando a sua proximidade.”

<https://www.randstad.pt/tendencias-360/mercado-do-trabalho/a-influencia-da-tecnologia-nas-relacoes-de-trabalho/>
[consult. 18 mar 2025]

Atividade 9

- 1 Identifica algumas vantagens e desvantagens da evolução tecnológica no mundo do trabalho, tendo em atenção o texto anterior.
- 2 Procura refletir sobre esta temática, apresentando outros aspetos que te pareçam relevantes.

Sociedade do conhecimento e formação ao longo da vida**Documento 10**

“O futuro dificilmente estará do lado dos que não possuem um elevado nível de qualificações. Mas também não estará do lado dos que apenas detêm informação. Muito provavelmente, os ventos soprarão a favor dos que detêm o conhecimento indispensável a processar a informação disponível de forma a construir novo conhecimento socialmente válido e economicamente transacionável, à escala global.”

<https://www.publico.pt/2020/11/19/opiniao/noticia/6-sociedade-conhecimento-> [consult. 7 mar 2025]

Em meados do século XX, a necessidade de fazer frente aos problemas causados pelas guerras levou a diversas descobertas no campo das ciências e das tecnologias. Desde então, deram-se grandes avanços na área das comunicações, da eletrónica, da energia atómica, nuclear, entre outras áreas, que passaram a ser aplicados a uma grande

variedade de atividades e em inúmeros contextos, dando depois origem a novos produtos e novas formas de trabalho e de produção.

Mais tarde, a informática e a automação vieram dinamizar os setores da indústria e dos serviços, assim como se foram desenvolvendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que permitiram aproximar os mercados e intensificar o processo de mundialização das trocas a uma escala sem precedentes. Essa fase da Revolução Industrial fez surgir um novo modelo de desenvolvimento económico, no qual o conhecimento é considerado o principal fator de alavancagem da economia – a chamada **Economia Baseada no Conhecimento**.

Documento 11

“Economia Baseada no Conhecimento

Expressão cunhada para descrever as tendências das economias avançadas no sentido de uma maior dependência do conhecimento, da informação e de elevados níveis de competências, bem como a necessidade crescente de acesso imediato a todos estes elementos por parte das empresas e dos setores públicos.”

https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Knowledge-based_economy&action=statexp-seat&lang=pt [consult. 7 mar 2025]

Documento 12

“O conhecimento é cada vez mais um bem transacionável e um fator de produção, não suscetível de ser confundido com a trilogia clássica da terra, trabalho e capital. O conhecimento assume-se como fator suscetível de ser incorporado na mercadoria de quatro formas distintas:

- O **conhecimento incorporado na tecnologia** – que é a forma mais tradicional de criação de valor e que o transforma em capital fixo;
- O **conhecimento incorporado no produto** – que se pode expressar através do *design*, da marca, de um particular processo de produção ou do conjunto de significados expressos através de símbolos;
- O **conhecimento incorporado nas pessoas** – o que geralmente se designa por capital humano, enquanto combinatória de capacidades desenvolvidas pelos indivíduos ao longo do seu trajeto de vida;
- O **conhecimento enquanto bem intangível suscetível de ser transacionado**. Consideram-se nesta categoria os contributos para o avanço do conhecimento científico, as aplicações, as bases de dados sistematicamente organizadas, no que alguns teóricos definem como bens digitais.”

<https://www.publico.pt/2020/11/19/opinioao/noticia/6-sociedade-conhecimento-> [consult. 7 mar 2025]



Principais aspetos que caracterizam a Economia Baseada no Conhecimento:

- O conhecimento passou a ser visto como um recurso essencial que impulsiona a economia, trazendo inúmeras vantagens para a sociedade;
- Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e inovação;
- Rápida difusão do conhecimento e das novas descobertas através das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC);
- Importância da formação contínua ao longo da vida e da aposta na qualificação dos recursos humanos.

O conhecimento desempenha um papel fundamental nas sociedades, potenciando o seu crescimento económico, seja enquanto **input** (matéria-prima) na produção de outros bens, incorporado nos respetivos processos produtivos ou como **produto final**, sob a forma de bem de elevada intensidade tecnológica e/ou através da transmissão do próprio conhecimento, pela via da educação ou formação, contribuindo assim para elevar o nível de competências do capital humano.

O investimento em **Investigação e Desenvolvimento (I&D)** faz com que a produtividade das empresas vá melhorando à medida que a investigação vai gerando resultados, pois as inovações permitem-lhes agir de forma mais eficiente. Atualmente, a investigação assume um papel decisivo na competitividade das empresas – graças a ela, os produtos e processos de fabrico vão sendo sistematicamente inovados. O investimento em **inovação** tem vindo a ganhar cada vez mais importância nas sociedades atuais, desempenhando a tarefa fundamental de dinamizar a atividade económica. As inovações podem ser de produto ou de processo, tratando-se no primeiro caso de alterações ao nível do produto e no segundo caso de melhorias no processo de fabrico.

Por outro lado, vivemos numa época em que o progresso tecnológico é de tal forma acelerado que exige uma constante atualização dos conhecimentos. Com o acesso generalizado à Internet e às redes digitais, as pessoas estão cada vez mais sedentas de informação, a **difusão do conhecimento** passou a ser muito mais rápida, alcançando todos os pontos do globo.

Na era do conhecimento, não basta apostar na educação no início da vida, é necessário investir em **formação contínua ao longo da vida** para não se ficar desatualizado. A

formação inicial deve promover o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos de modo a permitir que, mais tarde, possam ser autodidatas e continuar a procurar novos conhecimentos à medida que vão sentindo necessidade. Cada pessoa deve decidir o trilha que pretende percorrer e procurar adquirir os conhecimentos de acordo com os seus objetivos.

A aposta individual e institucional da sociedade em educação e formação



fomenta a valorização profissional da população em geral, permitindo criar melhores condições no combate ao desemprego.

A competitividade das empresas depende do seu nível de capital humano, sendo fundamental uma forte aposta na **qualificação dos recursos humanos**, que, além do mais, conduz a um aumento da respetiva **empregabilidade** – o conjunto de competências que cada indivíduo possui que o auxiliam a obter um emprego. Quanto maior é a empregabilidade de uma pessoa, maior é a sua probabilidade de encontrar trabalho.

Empregabilidade

Conjunto de aptidões para o trabalho que contribuem para aumentar a facilidade de um indivíduo obter emprego.

Por outro lado, o desemprego é menor nos casos em que os indivíduos detêm um grau de empregabilidade superior, pois o facto de possuírem mais aptidões valoriza-os, sendo vistos como recursos com maior potencial do ponto de vista do empregador. **A formação ao longo da vida contribui de forma decisiva para o aumento do grau de empregabilidade de um indivíduo.**

Atividade 10

“A sociedade do conhecimento designa uma forma de organização social, económica e cultural que tem como base, material e simbólica, o conhecimento. Ora, o conhecimento é verdadeiramente importante para os humanos se ajustarem ao mundo, à realidade em que vivem e vão viver, é, pois, uma condição de sobrevivência. Ao mesmo tempo que o conhecimento se baseia na atividade humana (seja senso comum ou conhecimento científico), a educação também se baseia no conhecimento, num triplo sentido: a educação absorve conhecimento, a educação reproduz conhecimento e a educação produz conhecimento. Contudo, a relação tradicional da sociedade com o conhecimento tem vindo a mudar através das tecnologias digitais. Estas permitem às pessoas aprenderem onde e quando querem, de modo livre e flexível, participando em diversas comunidades de interesse e de práticas. [...]”

Com o advento do período pós-industrial, houve uma maior concentração da força de trabalho nos serviços, nas ideias e na comunicação, emergindo uma sociedade diferente, onde o modelo de trabalho valorizou a polifuncionalidade, a flexibilidade e as redes descentralizadas. [...]

Se o sucesso económico das sociedades de tipo industrial funcionava com base no poder das máquinas, uma sociedade de tipo pós-industrial funciona com o poder dos cérebros e da sua capacidade de pensar, de aprender e de inovar.”

<https://impactum-journals.uc.pt/estudossecxx/article/download/7756/8032/46050> [consult. 7 mar 2025]

- 1 Comenta os principais aspetos do texto, tendo em atenção o conceito de Economia Baseada no Conhecimento.
- 2 Explicita o sentido do último parágrafo.
- 3 Explica a importância da formação ao longo da vida no que respeita ao conceito de empregabilidade.

Conceitos-chave

- Setores de atividade
- Estrutura setorial do emprego
- Terciarização
- Trabalho
- Trabalho simples
- Trabalho complexo
- Trabalho físico
- Trabalho intelectual
- Trabalho de execução
- Trabalho de organização
- Trabalho de direção
- Trabalho de invenção
- População total
- População ativa
- População inativa
- Taxa de atividade
- Desemprego
- Taxa de desemprego
- Desemprego de longa duração
- Desemprego tecnológico
- Desemprego repetitivo
- Desemprego jovem
- Digitalização
- Automação
- Robotização
- Inteligência artificial
- Formação contínua ao longo da vida
- Empregabilidade

Síntese

- O **trabalho** é toda a atividade física ou intelectual, desempenhada pelo ser humano de forma remunerada e que tem como objetivo a produção de bens e serviços de modo a satisfazer necessidades. O trabalho também se pode classificar como simples ou complexo, ou de execução, organização, direção ou invenção.
- A **população total** de um país é composta pela população ativa e pela população inativa. A **população ativa** corresponde à população residente num país que constitui a sua força de trabalho num determinado momento e a **população inativa** é composta por todas as pessoas que não têm capacidade para desempenhar uma atividade remunerada.
- A população ativa é composta pela **população empregada**, que engloba os indivíduos com 15 anos ou mais de idade que, no período de referência, tinham trabalhado pelo menos uma hora, recebendo uma contrapartida em dinheiro ou em géneros; e pela **população desempregada**, que abrange os indivíduos com 15 anos ou mais de idade que, no período de referência, não tinham trabalhado pelo menos uma hora, não tinham uma ligação formal a um emprego, tendo procurado ativamente um emprego nas 4 semanas anteriores e encontrando-se disponíveis para trabalhar.
- Segundo Colin Clark, a atividade económica decompõe-se em três setores: **primário**, **secundário** e **terciário**.

- As principais **vantagens da classificação da atividade económica em setores** são: possibilidade de dar a conhecer a estrutura setorial do emprego, revelando o contributo de cada setor na produção total de um país; analisar a evolução e o dinamismo dos vários ramos de atividade; comparar os valores de um país com os de outros países e tirar conclusões acerca do seu nível de desenvolvimento.
- A **estrutura setorial** de um país ajuda a aferir o seu **nível de desenvolvimento**. Geralmente, associa-se a existência de um maior peso relativo do setor terciário a um nível de desenvolvimento mais elevado.
- A **terciarização** é o processo de expansão do setor terciário aos setores primário e secundário, através da promoção de atividades relativas aos serviços.
- A **taxa de atividade** representa a percentagem da população total que é ativa, isto é, a população que trabalha ou deseja trabalhar de forma remunerada.
- O **desemprego** traduz a situação de falta de emprego de quem se encontra à procura de trabalho. O fenómeno do desemprego está diretamente relacionado com o forte **desenvolvimento tecnológico** que se tem verificado nas últimas décadas.
- A **taxa de desemprego** é a percentagem de população ativa de um país que se encontra desempregada num determinado momento.
- As **causas de desemprego** podem ser estruturais ou conjunturais, existindo diversos **tipos de desemprego**, nomeadamente, o desemprego de longa duração, o desemprego tecnológico, o desemprego repetitivo e o desemprego jovem.
- A **evolução tecnológica** tem vindo a ganhar cada vez mais preponderância nas sociedades atuais, dinamizando a atividade económica, levando, inclusivamente, ao surgimento de novas atividades profissionais.
- A **informatização** é o processo que envolve a crescente aplicação do uso do computador às tarefas humanas.
- A **digitalização** é o processo através do qual se passa informação em formato físico para um formato digital, passando grande parte dos assuntos respeitantes ao ser humano e à atividade produtiva a ser progressivamente integrada pela informática por meio de determinados *softwares*.
- A **automação** é o conjunto de técnicas computadorizadas aplicadas em máquinas ou processos de fabrico, de forma a torná-los mais eficientes e autónomos. A automação tanto pode ser usada para substituir tarefas simples e rotineiras das pessoas, como para uniformizar processos mais complexos que envolvam várias etapas, permitindo aumentar a eficiência e a produtividade.
- A **robotização** é o processo pelo qual certas tarefas humanas passam a ser integralmente desempenhadas por robôs, através da utilização de tecnologias sofisticadas.

Síntese (cont.)

- A **Inteligência Artificial (IA)** é um sistema tecnológico com capacidade de reconhecer dados, aprender, tomar decisões e de se adaptar a novas situações. A IA tem uma vasta aplicação, estando presente em muitas situações da nossa vida e em constante desenvolvimento.
- Apesar de a evolução tecnológica ter sido essencial para o desenvolvimento das sociedades atuais, importa refletir sobre o seu impacto em termos da relação **custo/benefício**. Se, por um lado, o desenvolvimento tecnológico permite aumentar a produtividade, ganhar tempo e realizar tarefas com menos esforço, por outro lado, pode vir a eliminar um grande número de postos de trabalho, além de colocar alguns dilemas éticos/deontológicos.
- A **Economia Baseada no Conhecimento** corresponde ao modelo de desenvolvimento económico, no qual o conhecimento é considerado como o principal fator de alavancagem de uma economia.
- **Aspetos característicos de uma Economia Baseada no Conhecimento:** conhecimento visto como um recurso essencial que impulsiona a economia, trazendo inúmeras vantagens para a sociedade; investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e inovação; rápida difusão do conhecimento e das novas descobertas através das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e importância da formação contínua ao longo da vida e da aposta na qualificação dos recursos humanos.
- Na era do conhecimento, não basta apostar na educação no início da vida, é necessário investir em **formação contínua ao longo da vida** para não se ficar desatualizado. A formação inicial deve promover o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos para que, mais tarde, possam ser autodidatas e continuar a procurar novos conhecimentos à medida que sentirem necessidade.
- A aposta individual e institucional da sociedade em educação e formação, fomenta a valorização profissional da população em geral, permitindo criar melhores condições no **combate ao desemprego**.
- A formação ao longo da vida permite melhorar a **empregabilidade** dos recursos humanos, facilitando a obtenção de um emprego.

Ficha de trabalho 11

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. A taxa de atividade de um país permite apurar

- a) a relação percentual entre a população ativa e a população inativa do país.
- b) a relação percentual entre a população ativa e a população total do país.
- c) o número de pessoas que fazem parte da população ativa do país.
- d) o número de pessoas empregadas.

1.2. A taxa de desemprego determina

- a) o número de desempregados.
- b) a percentagem de desempregados de longa duração.
- c) a percentagem de desempregados sobre a população total.
- d) a percentagem de desempregados sobre o total da população ativa.

1.3. As donas de casa fazem parte da população

- a) ativa.
- b) empregada.
- c) inativa.
- d) com idade compreendida entre os 25 e 50 anos.

1.4. Tendo em atenção o quadro seguinte, podemos concluir que o país A

População total	60 000 000
População ativa	42 000 000
População desempregada	1 500 000

- a) tem 18 milhões de indivíduos empregados.
- b) apresenta uma taxa de desemprego aproximadamente igual a 3,6%.
- c) apresenta uma taxa de atividade igual a 30%.
- d) tem uma população inativa composta por 40 500 000 indivíduos.

2 Observa o quadro que se segue.

Valor Acrescentado Bruto por setor (% do PIB) – 2022

Setor	Economias em desenvolvimento	Economias desenvolvidas
Primário	9,0%	1,6%
Secundário	37,0%	23,3%
Terciário	54,0%	75,2%

<https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.GDPComponent>
[consult. 25 fev 2025]

Ficha de trabalho 11 (cont.)

2.1. Analisa o quadro, relacionando a repartição do VAB, em % do PIB, por setor, e o respetivo nível de desenvolvimento das sociedades.

2.2. Diz o que entendes por terciarização da economia.

3 Lê o seguinte texto.

“A estrutura dos empregos por setor de atividade manteve-se. O setor terciário continuou sendo o que mais absorve a mão de obra, com 130 979 empregos e um peso relativo de 68,8%. O setor secundário registou um total de 44 068 empregos, representando 23,1% do total dos empregos. Já o setor primário acolheu um total de 15 415 empregos e um peso relativo de 8,1%.”

INE, Nota de imprensa – Estatísticas do Mercado de Trabalho, IMC 2023

3.1. Comenta os principais aspetos do texto.

3.2. Apresenta duas vantagens da divisão da atividade económica por setores.

4 Analisa o quadro seguinte.

Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%), por sexo, grupo etário e nível de instrução frequentado

Taxa desemprego	2022	2023
Cabo Verde	11,0	10,3
Sexo		
Masculino	9,9	9,4
Feminino	12,3	11,4
Grupo etário		
15-35	16,2	15,2
15-34	16,7	15,9
15-24	26,0	23,9
25-34	12,4	12,5
35-64	6,5	5,9
65 ou +	6,2	0,6
Nível de instrução frequentado		
Sem nível de instrução	8,8	7,4
Básico	9,3	8,7
Secundário	13,4	12,4
Médio/Superior	8,6	7,2

INE, IMC 2011 – 2023

4.1. Explica o significado dos valores apresentados na primeira linha da tabela (Cabo Verde).

- 4.2. Compara a evolução desses valores com a evolução dos valores da população de 15 anos ou mais, segundo o sexo.
- 4.3. Identifica, no quadro, o grupo etário e o nível de instrução frequentado com a maior taxa de desemprego.

5 Lê o seguinte texto.

“O que queremos dizer quando falamos de automatização, robótica e Inteligência Artificial? A automatização é a utilização de um *software* que estabelece e segue passos pré-programados para automatizar uma tarefa. A robótica é um ramo da engenharia mecânica que, basicamente, se encarrega de projetar e construir robôs. Já a Inteligência Artificial é a simulação de processos de inteligência humana por parte de máquinas.

A combinação dessas três disciplinas marcará o futuro do mundo do trabalho, mas é a Inteligência Artificial, talvez por influência de obras literárias e cinematográficas de ficção científica, que nos faz pensar inevitavelmente em uma gradual substituição da mão de obra humana por humanoide. O Fórum Económico Mundial acredita que os **avanços significativos da Inteligência Artificial em vários campos e setores levarão a uma alta rotatividade de profissionais nos próximos anos**: 50% das organizações pesquisadas no relatório mencionado acima acreditam que a IA terá um impacto positivo na criação de empregos, enquanto 25% acham que a tecnologia gerará perda de empregos.”

<https://www.iberdrola.com/talentos/robotizacao-do-trabalho> [consult. 6 mar 2025]

- 5.1. Explicita o sentido da frase destacada no texto.

6 Lê o seguinte excerto de uma notícia.

“O implante de dispositivos electrónicos no cérebro humano já se faz para tratar algumas doenças. Agora, Elon Musk quis ir mais longe: quer que seja possível transmitir e receber pensamentos. Que implicações éticas pode ter?”

<https://rr.pt/noticia/vida/2024/02/07/abriu-se-uma-caixa-de-pandora-no-cerebro/365777/> [consult. 19 mar 2025]

- 6.1. Caracteriza os principais custos e benefícios do desenvolvimento tecnológico na esfera do trabalho.

7 Nos dias de hoje, a Investigação & Desenvolvimento tem um papel fundamental na competitividade das empresas ao permitir a constante inovação dos produtos e processos de fabrico.

Comenta a afirmação anterior, tendo em atenção o conceito de Economia Baseada no Conhecimento.

8 Refere a importância do investimento em capital humano, evidenciando a necessidade da formação ao longo da vida.

12 A repartição dos rendimentos

Objetivos de aprendizagem:

- Relacionar a atividade produtiva com a formação dos rendimentos.
- Explicar o fenómeno da repartição dos rendimentos.
- Descrever o processo de repartição funcional dos rendimentos.
- Definir salário.
- Caracterizar as formas de remuneração do capital.
- Distinguir repartição pessoal do rendimento de repartição funcional do rendimento.
- Verificar as desigualdades da repartição pessoal dos rendimentos.
- Justificar as desigualdades de salários.
- Distinguir as diferentes formas de salário.
- Explicar os indicadores de desigualdades na repartição de rendimento e as suas limitações.
- Explicar em que consiste a redistribuição dos rendimentos, evidenciando o papel do Estado nesse processo.
- Caracterizar os rendimentos secundários.

12.1. A atividade produtiva e a formação dos rendimentos

Produção

Atividade através da qual se geram bens aptos a satisfazer as necessidades humanas.

Conforme vimos no 10.º ano, a **produção** é a atividade através da qual se geram bens aptos a satisfazer as nossas necessidades.

Necessidades

Produção

Satisfação das necessidades

Para produzir os bens de que necessitamos, precisamos de utilizar os fatores de produção capital e trabalho, ou seja, os elementos materiais e humanos que se empregam na atividade produtiva, como a força de trabalho, as máquinas, os edifícios, as matérias-primas, o capital investido, entre outros.

Rendimentos

Fluxos gerados na atividade produtiva que são distribuídos pelos seus intervenientes, de acordo com a participação de cada um.

A utilização dos fatores produtivos na atividade económica permite gerar um rendimento (através da venda dos bens produzidos) que é distribuído pelos vários elementos que participaram na produção. Isto significa que os indivíduos que contribuíram para essa produção, fornecendo a mão de obra ou o capital necessário para a levar a cabo, são remunerados de acordo com o seu contributo. Podemos, então, definir os **rendimentos** como fluxos que se geram na atividade produtiva, através da utilização

de capital e trabalho, e que, posteriormente, são distribuídos pelos vários agentes intervenientes.

A combinação dos fatores produtivos de uma empresa permite-lhe criar valor adicional pelo facto de o total recebido pela venda dos bens ultrapassar o total dos encargos

suportados com o seu fabrico. Isso acontece porque os bens, depois de produzidos, são comercializados por um valor superior àquele que foi gasto com a sua produção. O valor que é atribuído aos bens depois de terem sido transformados é superior ao valor dos vários elementos que o compõem, e, quanto maior é o grau de transformação dos bens, maior é o seu valor acrescentado. O **valor acrescentado** é, assim, o valor adicional que é gerado em cada processo produtivo e que representa a riqueza efetivamente criada por cada unidade produtiva.

Contudo, os rendimentos gerados na produção podem ser distribuídos de diversas maneiras pelos vários elementos que compõem uma população. Sendo assim, é necessário analisar a **repartição dos rendimentos**, que é a forma como os rendimentos são distribuídos pelos vários agentes que contribuíram para a produção de uma nação.

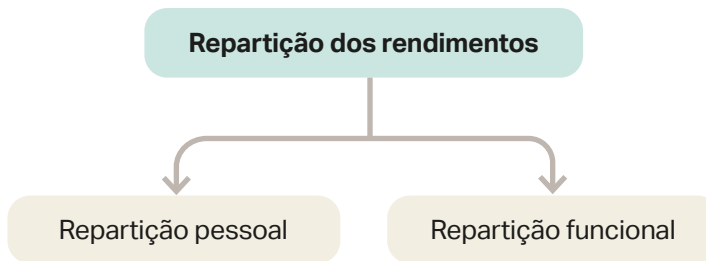
Vamos agora dedicar a nossa atenção aos dois tipos de repartição que existem: a repartição funcional dos rendimentos e a repartição pessoal dos rendimentos.

Valor acrescentado

Valor adicional que é criado pelas unidades produtivas de um país e que representa a riqueza gerada durante um determinado período.

Repartição dos rendimentos

Forma como os rendimentos de um país são distribuídos.



Atividade 1

“O conceito de rendimento está intimamente ligado à atividade produtiva, visto que corresponde ao dinheiro recebido como remuneração dos fatores detidos pelo agente. Todas as rendas, salários, juros e lucros que uma família (ou um país) recebe constituem o total dos seus rendimentos.”

DAS NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

- 1 Comenta o texto, tendo em atenção a noção de rendimento.
- 2 Identifica no texto diferentes formas de remuneração dos fatores produtivos.
- 3 Explica sucintamente o conceito de valor acrescentado.
- 4 Diz o que entendes por repartição dos rendimentos.

12.2. Repartição dos rendimentos

12.2.1. Repartição funcional dos rendimentos

Repartição funcional dos rendimentos

Forma de distribuição do rendimento que é feita de acordo com a função que cada agente desempenhou na atividade económica.

Rendimentos primários

Rendimentos que ocorrem na repartição primária: salários, rendas, juros e lucros.

Rendimentos secundários

Rendimentos provenientes de transferências sociais que podem ter origem interna ou externa.

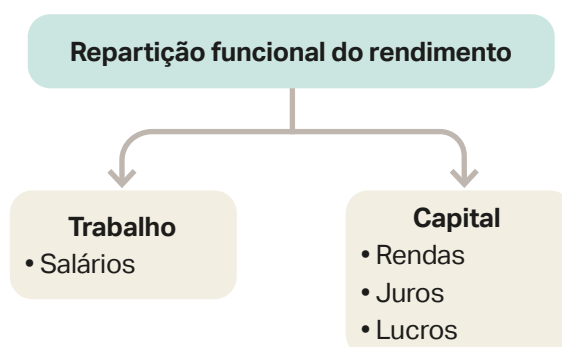
O modo como cada agente económico contribui para a formação dos rendimentos de um país varia conforme a função que este desempenha. A **repartição funcional do rendimento** é a forma de distribuição do rendimento que ocorre de acordo com as funções executadas por cada agente interveniente, fornecendo informação sobre a origem funcional dos rendimentos.

A análise da repartição funcional permite tirar conclusões sobre a divisão do rendimento total de um país pelos diversos tipos de rendimento de cada agente económico, os chamados **rendimentos primários**, que incluem os salários, as rendas, os juros e os lucros.

Estes são obtidos de forma espontânea através da participação direta de cada agente na atividade de um país. Mas existe outro tipo de rendimentos, que não são formados espontaneamente: os **rendimentos secundários**, que resultam da intervenção do Estado, quando este atua como agente regulador, visando atenuar as desigualdades decorrentes da repartição primária dos rendimentos.

Por agora, apenas iremos dedicar a nossa atenção ao estudo dos rendimentos primários. Veremos os rendimentos secundários mais à frente.

Os rendimentos primários podem ser provenientes do fator trabalho ou do fator capital. Os agentes que contribuíram para a produção com o **fator trabalho** recebem em troca os salários, e os agentes que cederam temporariamente o **fator capital** são remunerados através de rendas, juros ou lucros. Assim, genericamente, podemos dizer que o fator trabalho é remunerado através dos salários e o fator capital é retribuído por meio de juros, rendas ou lucros. Em seguida, analisaremos individualmente a remuneração de cada um dos fatores (trabalho e capital).



Atividade 2

“O salário não é o único rendimento recebido pelas famílias. Nem todas as famílias são assalariadas, e existem bastantes outras fontes de rendimento. A produção de bens e serviços dá lugar à distribuição de rendimento àqueles que participaram, direta ou indiretamente, nessa produção.”

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

- 1 Comenta as duas primeiras frases do texto.
- 2 Explica em que consiste a repartição funcional dos rendimentos.
- 3 Distingue rendimentos primários de secundários, tendo em atenção a última frase do texto.



Vídeos
Redistribuição dos rendimentos



Tipos de distribuição e caracterização dos rendimentos



Remuneração do trabalho – o salário

Fator trabalho	
Intervenientes	Formas de remuneração
Trabalhadores dependentes	Salários

O **salário** constitui a forma de remuneração do trabalho dependente. O trabalho dependente é o trabalho que não é realizado por conta própria, é aquele que é prestado a outra pessoa ou outra entidade. Os trabalhadores por conta de outrem recebem um salário em troca da entrega do seu esforço físico e/ou intelectual.

Salário

Forma de remuneração do trabalho dependente.

Este tipo de remuneração pode variar de acordo com o grau de exigência ou de dificuldade da tarefa, do nível de experiência profissional e habilitações académicas do trabalhador, do seu nível de desempenho, da região onde é prestado, da sua duração no tempo, do seu valor de mercado (resultante do confronto entre a oferta e a procura do mercado de trabalho), entre outros.

Documento 1

“Do ponto de vista económico é costume definir salário, no sentido lato, como toda e qualquer forma de remuneração do trabalho, e no sentido restrito abrange só a remuneração do trabalho diário.

A remuneração mensal designa-se por ordenado (empresas privadas) e vencimento (funcionários do Estado). O salário, como preço do trabalho, resulta da interseção das curvas da procura e da oferta de trabalho, mas na realidade há outros fatores condicionantes como a concentração de empresas, os conflitos sociais e os sindicatos que impedem que a remuneração do trabalho se forme no mercado de concorrência perfeita.”

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Salário mínimo (ou RMMG)

Montante mínimo, estabelecido pelo Estado, que um trabalhador deve receber por mês.

Alguns países, como é o caso de Cabo Verde, estabelecem um **salário mínimo** ou **Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG)** numa tentativa de promover uma distribuição mais adequada dos rendimentos. A RMMG é o montante definido pelo Estado que determina o valor mínimo que um trabalhador deve receber por mês

Salário mínimo nacional

Ano	CVE
2025	17 000
2024	15 000
2023	13 000
2022	13 000
2021	13 000
2020	13 000
2019	13 000
2018	13 000
2017	11 000
2016	11 000
2015	11 000
2014	11 000

<https://pt.countryeconomy.com/mercado-laboral/salario-minimo-nacional/cabo-verde> [consult. 24 mar 2025] (adaptado)

Artigo 13.º

Alteração do Decreto-lei n.º 6/2014, de 29 de janeiro

É alterado o artigo 4.º, do Decreto-lei n.º 6/2014, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 35/X/2023, de 31 de dezembro, cria e regula a retribuição mínima mensal garantida aos trabalhadores por conta de outrem, sujeitos ao regime do Código Laboral, que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 4.º

Valor da retribuição mínima mensal garantida

1. A retribuição mínima mensal garantida devida aos trabalhadores por conta de outrem, desde que sujeitos ao período normal de trabalho, é fixada em 17.000\$00 (dezassete mil escudos), sem prejuízo das reduções relacionadas com o trabalhador, previstas no artigo 6.º.

2. [...].”

Lei n.º 45/X/2024 de 30 de dezembro

Documento 2

“Cabo Verde tem novo salário mínimo

O novo salário mínimo de Cabo Verde entrou em vigor a 1 de janeiro e representa um aumento de 13,33% em relação ao ano anterior.

17 000 CVE no setor privado e 19 000 CVE para a função pública é o novo salário mínimo de Cabo Verde, fixado em agosto passado, após a reunião entre os parceiros sociais e o Governo e que agora entra em vigor.

O novo valor já foi comunicado pela Inspeção Geral do Trabalho às entidades empregadoras e sindicatos e deve ser posto em prática a partir deste mês de janeiro.

De recordar que o salário mínimo do país tem tido uma trajetória ascendente. Em 2014, quando foi criado, o valor foi fixado em 11 000 CVE para a função pública, o que significa que em 11 anos o salário mínimo sofreu um aumento de mais de 70%.

Entretanto, o Governo de Cabo Verde, já assumiu o compromisso de aumentar o salário mínimo nacional para os 20 000 CVE até 2027.

Os aumentos salariais foram previstos no Orçamento de Estado, para 2025, orçado em 98 milhões de contos, mais 14% do que o anterior.”

<https://forbesafricalusofona.com/cabo-verde-tem-novo-salario-minimo/>, 7 de janeiro de 2025
[consult. 24 mar 2025]

O salário pode constituir uma remuneração **fixa**, quando o que se paga é uma quantia certa, estipulada por meio de um contrato de trabalho. Para além disso, o salário também pode incluir uma parte **variável**, não se estipulando uma quantia fixa, mas antes uma percentagem relativa a um indicador, como, por exemplo, o volume de vendas. Isto acontece com frequência em algumas profissões, como os delegados comerciais e vendedores, que têm uma parte do seu salário variável em função de objetivos concretos, nomeadamente percentagens sobre as vendas efetuadas. Assim, para além da remuneração fixa, estes profissionais recebem uma parte variável que, por norma, se designa **comissão**.

Nalgumas situações, para além do salário-base e eventuais comissões e/ou prémios, um trabalhador ainda pode beneficiar de regalias adicionais, como o uso de automóvel ou de telemóvel da empresa, assim como pode usufruir de seguros, bolsas de estudo, subsídios de alimentação, entre outros.

Os salários devem, então, ser observados de duas perspetivas diferentes: a do trabalhador, que encara o salário como uma fonte de receita, e a da entidade patronal, que vê os salários e as demais despesas com pessoal como um custo, uma fonte de despesa.

Salário ilíquido e salário líquido

Uma das formas de classificar os salários diz respeito à dedução dos encargos com impostos e contribuições sociais. Os salários estão sujeitos ao pagamento de impostos, porque constituem uma fonte de rendimento, nomeadamente ao pagamento de IRPS

(Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares), que incide, como o seu nome indica, sobre o rendimento dos indivíduos.

Por outro lado, os trabalhadores também têm de entregar ao Estado contribuições para a Segurança Social. Assim, quando falamos em salário, podemos referir-nos ao salário antes ou depois do pagamento desses encargos, sendo conveniente distinguir dois tipos: o salário ílíquido (ou bruto) e o líquido.

Salário ílíquido (ou bruto)

Remuneração do trabalho calculada antes de serem deduzidos os impostos e contribuições sociais.

Salário líquido

Remuneração do trabalho calculada após serem efetuadas as deduções dos impostos e contribuições sociais.

O **salário ílíquido** ou **bruto** é o valor da remuneração antes de serem descontados os impostos e as contribuições para a Segurança Social que os indivíduos têm de pagar ao Estado.

O **salário líquido** é aquele que é efetivamente recebido, ou seja, é o salário que remanesce depois de deduzidos os respetivos impostos e contribuições sociais ao salário ílíquido.

No entanto, importa acrescentar que as entidades patronais também estão sujeitas ao pagamento de contribuições sociais relativamente aos seus funcionários, pois essas prestações são obrigatórias para ambos, sendo

uma parte paga pelo trabalhador e a outra paga pela empresa.

Atividade 3

- 1 Identifica a forma de remuneração do fator trabalho.
- 2 A remuneração do trabalho dependente é fixa?
- 3 Analisa a tabela e o documento 2 sobre o salário mínimo nacional, nas páginas 94 e 95, e comenta a sua evolução.

Salário nominal e salário real

Salário nominal

Quantidade de moeda recebida em troca da força de trabalho.

Salário real

Quantidade de bens e serviços que o salário nominal permite adquirir.

O salário também se pode classificar como salário nominal e salário real. A diferença entre estes dois conceitos está relacionada com a influência do nível geral de preços sobre os salários.

O **salário nominal** representa a quantidade de moeda que um indivíduo recebe em troca do seu trabalho. O **salário real** diz respeito à quantidade de bens que esse indivíduo consegue adquirir com o seu salário nominal, refletindo-se, neste caso, o efeito da inflação.

Se o nível geral de preços for aumentando a um ritmo superior ao do aumento do salário nominal do indivíduo, o seu salário real vai-se tornando cada vez menor, havendo, como consequência, uma perda do seu poder de compra.

Por outro lado, mantendo-se inalterado o salário nominal, se houver diminuição do nível geral de preços, aumentará o poder de compra do indivíduo, pois, com o mesmo rendimento, passa a conseguir adquirir mais bens.

Analisemos o exemplo do Daniel, com um rendimento mensal de 100 000 u.m., num ano em que a taxa de inflação foi de 3%.

$$100\,000 \times 1,03 = 103\,000 \text{ u.m.}$$

$$103\,000 - 100\,000 = 3\,000 \text{ u.m.}$$

Vejam os o que poderia suceder ao poder de compra do Daniel no ano seguinte. Para manter o seu poder de compra, o seu salário deveria aumentar na mesma proporção do aumento do nível de preços, ou seja, deveria aumentar 3 000 u.m..

Hipótese 1: O salário do Daniel aumentava 2 000 u.m. Neste caso, haveria perda de poder de compra, pois o aumento do salário do Daniel era inferior ao aumento do nível de preços.

Hipótese 2: O salário do Daniel aumentava 3 000 u.m. Neste caso, o Daniel mantinha o seu poder de compra, pois o aumento do salário era igual ao aumento do nível de preços.

Hipótese 3: O salário do Daniel aumentava 5 000 u.m. Neste caso, haveria aumento do poder de compra, pois o aumento do salário do Daniel era superior ao aumento do nível de preços.

Assim, de um modo geral, podemos afirmar que o salário é determinante do nível de vida das famílias, pois, como, na maioria dos casos, constitui a sua principal fonte de rendimento, pode influenciar significativamente o seu poder de compra.

Atividade 4

“O salário hoje em dia não cobre as despesas. Basta olhar para o preço do autocarro, dos alimentos, das rendas de casa.”

<https://expressodasilhas.cv/pais/2025/01/26/novo-salario-minimo-entra-em-vigor-enquanto-debate-sobre-se-e-suficiente-persiste/95305> [consult. 29 mar 2025]

- 1 Comenta a afirmação anterior, apresentando os conceitos de salário real e salário nominal.

Remuneração do capital

Fator capital	
Intervenientes	Formas de remuneração
Proprietários de bens imóveis	Rendas
Detentores de capital (dinheiro)	Juros
Empresários	Lucros

Os meios de produção de um país (fator capital) contribuem para a criação de riqueza, permitindo a produção de bens através da utilização de imóveis e meios financeiros, que, posteriormente, são vendidos, dando origem a lucros nas empresas. Vejamos, então, as diferentes formas de remuneração do fator capital que existem.

Rendas

Renda

Remuneração pela cedência temporária de bens imóveis.

A **renda** é a remuneração que é necessário pagar pela utilização temporária de bens imóveis, como, por exemplo, o uso de edifícios ou de terrenos. O arrendamento ocorre quando uma pessoa, proprietária de um bem imóvel, cede a sua utilização,

durante um determinado período, mediante o pagamento de uma renda estabelecida por meio de um contrato de arrendamento.

O arrendatário (inquilino) fica, assim, obrigado a entregar uma renda ao proprietário do imóvel, como forma de remunerar a sua possibilidade de utilizar um bem que não lhe pertence, durante um certo período.

Juros

Juro

Remuneração pela cedência temporária de moeda.

Vimos no capítulo 10 que o **juro** é a remuneração da cedência temporária de uma determinada quantia. Se um indivíduo possuir capital que não necessite de utilizar, durante um determinado período, poderá cedê-lo, recebendo juros em troca.

O juro é o preço do dinheiro, sendo o valor que é pago a alguém pela disponibilização temporária de uma determinada quantia a outra pessoa.

Relembremos a fórmula de cálculo do regime de juros simples:

$$J = C.n.i$$

Juro (J) – remuneração da cedência temporária de uma quantia

Capital (C) – quantia inicial

Tempo (n) – prazo que decorre entre o início e o fim da operação

Taxa (i) – taxa de juro expressa em percentagem referida ao período de um ano

Aplicando esta fórmula para apurar o valor do juro de um depósito de 2000 CVE num banco, durante 6 meses, a uma taxa de juro de 3,5%, em regime de juros simples, efetuava-se o seguinte cálculo:

$$C = 2000 \text{ CVE}$$

$$n = 6 \text{ meses} = \frac{6}{12} \text{ ano}$$

$$i = 3,5 \%$$

$$J = 2000 \times \frac{6}{12} \times 0,035 = 35 \text{ CVE}$$

Lucros

O **lucro** é a remuneração do capital empregue nas unidades produtivas, durante um determinado período, com o objetivo de tornar possível a produção de bens que, mais tarde, se destinam a ser comercializados por um valor superior ao custo a que foram produzidos.

Lucro

Remuneração dos capitais investidos numa unidade produtiva.

O lucro constitui, por um lado, a retribuição do investimento inicial que os empresários fizeram, mas também deve ser suficiente para compensar o risco, a iniciativa e a capacidade de realização que tiveram de ser empreendidos para levar a cabo o projeto.

O lucro é um rendimento variável, porque depende do modo como as empresas são geridas em diferentes contextos: ao nível interno, nas suas relações com parceiros externos ou na forma como lidam com uma determinada conjuntura económica.

Assim, os resultados da atividade da empresa são determinantes do lucro. Este pode ser calculado, **em termos brutos**, através da diferença entre o preço de venda e o preço de custo dos bens produzidos, como se apresenta a seguir.

$$\text{Lucro bruto} = \text{Preço de venda} - \text{Preço de custo}$$

Por outro lado, conforme vimos anteriormente, o capital fixo representa os meios de que a empresa dispõe que podem ser usados em vários ciclos produtivos sem perderem as suas capacidades intrínsecas.

Vimos também que, com o passar do tempo, os equipamentos vão sofrendo algum desgaste natural e que, por vezes, avariavam ou ficam desatualizados, tornando-se obsoletos. Nestes casos, as empresas têm de reparar ou substituir o capital fixo, de modo a não diminuir a sua capacidade produtiva.

O lucro **líquido** é o valor gerado pela empresa após serem deduzidos os encargos com a reposição do capital fixo. Para calcular o valor do lucro líquido, basta retirar ao lucro bruto o montante das amortizações, isto é, retirar ao lucro bruto o valor do capital

fixo que foi consumido durante o processo produtivo e que é necessário repor, para manter intacta a capacidade produtiva e se poder dar início a um novo ciclo.

$$\text{Lucro líquido} = \text{Lucro bruto} - \text{Amortizações}$$

Atividade 5

- 1 Observa a lista seguinte e, em seguida, identifica as diferentes formas de remuneração do capital que estudaste.
 - A Maria paga 20 000 u.m. por mês pelo quarto onde vive desde que foi estudar para a universidade.
 - O André recebeu 200 u.m. pela sua poupança bancária.
 - O Sr. Pinto da mercearia, depois de fazer as contas aos encargos que teve durante a semana, concluiu que tinha ganho 2000 u.m.
- 2 Calcula o juro a receber pelo depósito a prazo de 5000 u.m., durante 3 meses, a uma taxa de 5% ao ano.
- 3 Distingue lucro bruto de lucro líquido.

12.2.2. Repartição pessoal dos rendimentos

Acabámos de ver como se processa a distribuição de rendimentos de acordo com a função que cada agente desempenha na atividade económica. No entanto, observando por outro prisma, também é possível analisar o modo como são constituídos os rendimentos dos diversos agregados familiares de uma população.

Repartição pessoal dos rendimentos

Forma de distribuição do rendimento que indica a composição dos rendimentos dos diversos agregados familiares de uma população.

Referimo-nos, neste caso, à **repartição pessoal do rendimento**. Segundo esta ótica, os rendimentos são observados de uma perspetiva pessoal, isto é, o que se analisa é a composição dos rendimentos por agregado familiar, permitindo, assim, averiguar algumas das desigualdades existentes na sociedade.

Nem todas as famílias têm a mesma estrutura de rendimentos, umas apenas recebem salários, outras lucros, rendas ou juros, mas há famílias que recebem rendimentos mistos, isto é, recebem rendimentos provenientes do desempenho de várias funções na atividade económica.

Podemos, então, falar em famílias que têm apenas uma fonte de rendimento e em famílias com mais do que uma fonte de rendimento.

A título de exemplo, imaginemos uma família em que três dos seus elementos contribuem para o rendimento total do agregado familiar.

Agregado familiar		
Nome	Idade	Rendimentos
Ana	65	Renda mensal de um prédio
Daniela	40	Salário
Carlos	42	Lucros e juros de depósito
Luana	13	---
Tiago	10	---

A Daniela recebe um salário em troca do trabalho que presta a uma empresa, a Ana é proprietária de um edifício arrendado, pelo que recebe uma renda mensal e o Carlos é um empresário que, para além dos lucros que recebe da sua empresa, ainda tem uma poupança no banco que lhe rende juros periodicamente.

No nosso exemplo, o rendimento do agregado familiar é composto por salário, renda, lucros e juros. Mas cada família é um caso diferente e, por isso, é necessário analisar as diferentes composições de rendimento dos agregados familiares de uma sociedade.

Em termos gerais, o que importa analisar é o modo como o rendimento nacional é distribuído pelas diversas famílias e quais são as disparidades que existem no país.

Unidades monetárias

Rendimentos	Agregados familiares				Total
	A	B	C	D	
Salários	37 000	65 000	140 000	242 000	484 000
Rendas	---	---	70 000	40 000	110 000
Juros	---	1 000	---	---	1 000
Lucros	---	30 000	110 000	160 000	300 000
Total	37 000	96 000	320 000	442 000	895 000

Atividade 6

- 1 Analisa o quadro com os rendimentos das famílias A, B, C e D e indica o montante de cada forma de rendimento que é recebido naquela comunidade.
- 2 Observa o rendimento total de cada agregado e comenta.

12.3. Indicadores de desigualdades na repartição pessoal dos rendimentos

Há muitas razões para a existência de disparidades entre os diversos tipos de rendimento das famílias. Por um lado, de um modo geral, o fator capital é mais bem remunerado que o fator trabalho, pelo que quem depende exclusivamente de rendimentos do trabalho fica, logo à partida, em desvantagem.

Por outro lado, conforme já foi referido, há famílias que acumulam vários tipos de rendimentos e outras que apenas têm uma fonte de rendimento.

Outra razão para haver disparidades é a existência de diferentes níveis de remuneração do fator trabalho, sendo as principais causas as variadas habilitações e qualificações profissionais, a maior ou menor antiguidade e experiência profissional, o tipo de profissão, os diferentes ramos de atividade, o género masculino ou feminino, as diferenças entre as várias regiões, a idade, a nacionalidade, entre outras.

Principais disparidades na repartição dos rendimentos

- Fator capital com remunerações superiores ao fator trabalho
- Algumas famílias acumulam vários tipos de rendimento e outras não
- Diferenças salariais
- Disparidades regionais
- Disparidades em função do género

Curva de Lorenz

Curva de Lorenz

Representação gráfica que permite relacionar a percentagem de rendimento de um país com a percentagem de famílias que o obtém.

A **curva de Lorenz** é uma representação gráfica que se utiliza para estudar as desigualdades que ocorrem na distribuição do rendimento pelas famílias. Trata-se de um método estatístico que permite analisar a repartição dos rendimentos da população de um país, possibilitando a comparação de dados entre vários países, em diferentes períodos, e outras comparações.

O gráfico é composto por dois eixos: o eixo das abcissas (eixo horizontal), que representa a percentagem acumulada de famílias, e o eixo das ordenadas (eixo vertical), que corresponde à percentagem acumulada dos rendimentos distribuídos. A bissetriz (diagonal) é a linha de referência para a medição do grau de concentração dos rendimentos das famílias. **Quanto maior for o afastamento de uma curva em relação à bissetriz, maior é o grau de concentração dos rendimentos das famílias**, o que significa que a desigualdade na repartição dos rendimentos também é maior.

Analisando o exemplo a seguir, podemos concluir que: cerca de 30% das famílias recebem apenas 10% do total do rendimento distribuído; 20% do rendimento é entregue a 50% das famílias; 40% do rendimento vai para 70% da população; cerca de 60% do

rendimento total é destinado a 80% dos agregados familiares e 90% das pessoas recebem 80% do rendimento entregue.

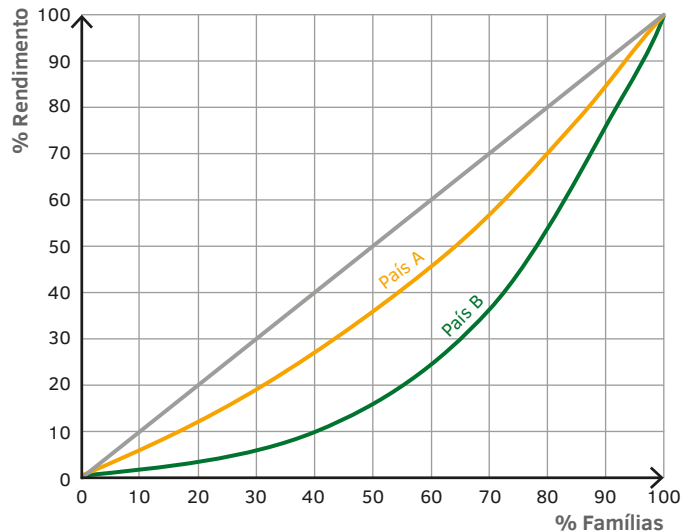
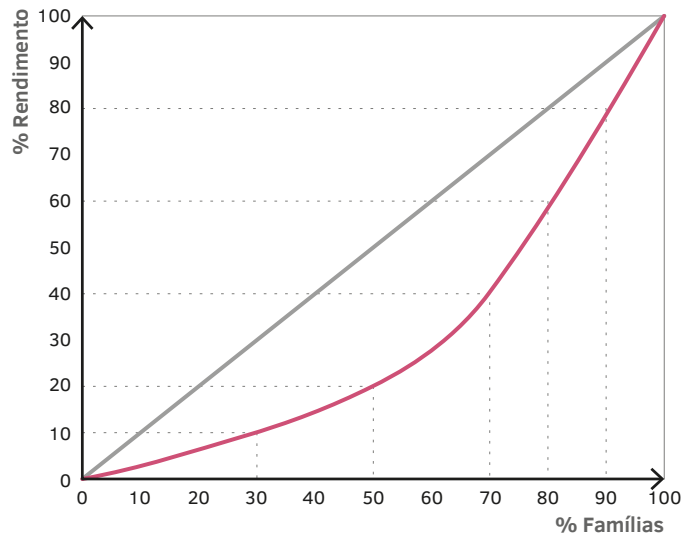
Assim, fazendo algumas contas, chegamos à conclusão de que os últimos 30% (100% – 70%) das famílias recebem cerca de 60% (100% – 40%) do rendimento repartido.

Podemos apresentar, num só gráfico, as curvas da repartição do rendimento de vários países, como se mostra no segundo exemplo, ou de períodos diferentes, relativamente ao mesmo país.

Atividade 7

- 1 Analisa a representação gráfica da repartição do rendimento do país A e do país B, através das respetivas curvas de Lorenz.
- 2 Comenta os principais aspetos atendendo ao grau de concentração dos rendimentos e em termos de desigualdade da repartição.

Curva de Lorenz



Índice de Gini

A análise da curva de Lorenz pode ser complementada com a informação de outro indicador. Trata-se do **índice de Gini**, que mede a dispersão de uma dada distribuição de rendimentos, permitindo aferir desigualdades na distribuição do rendimento de uma sociedade.

O índice de Gini apresenta o coeficiente de Gini em percentagem, isto é, multiplica o valor do coeficiente por 100. O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1, correspondendo o valor 0 à menor concentração de rendimentos, havendo uma menor desigualdade na distribuição de rendimentos, e o valor 1 representa a concentração mais elevada, que corresponde à situação de maior desigualdade na distribuição de rendimentos.

Índice de Gini

Indicador estatístico complementar à Curva de Lorenz, que permite medir a dispersão da distribuição dos rendimentos de um país ou região.

Documento 3

Índice de Gini – Cabo Verde

Ano	Índice de Gini
2015	42,4
2007	47,2
2002	50,5
2001	52,5

<https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-de-gini/cabo-verde> [consult. 29 mar 2025]

“Índice de Gini

O Índice de Gini, ou coeficiente de Gini, é uma medida de dispersão estatística, usualmente utilizada para medir a desigualdade na distribuição de rendimento ou riqueza dentro de uma economia ou grupo social. Do ponto de vista gráfico, o índice de Gini será o rácio entre a área compreendida entre a linha da curva de Lorenz (que representa a distribuição de rendimento ou riqueza numa economia) e a linha de 45° (que representaria uma distribuição perfeita de rendimento).

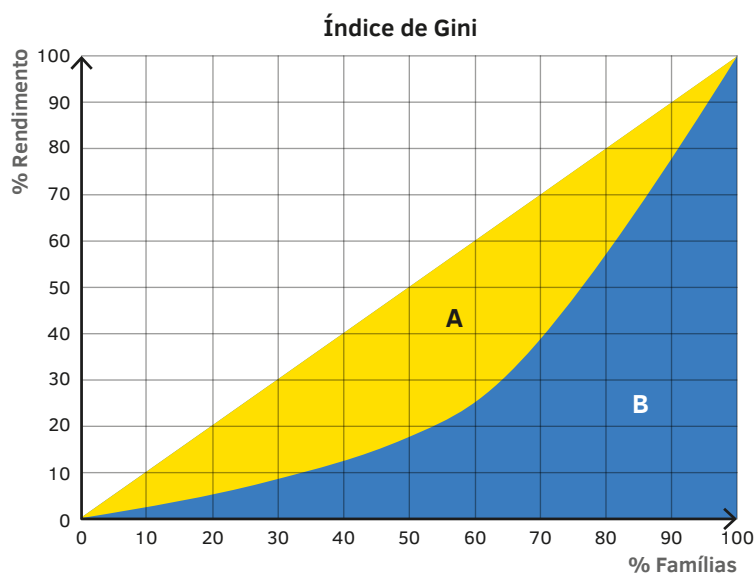
Assim, pode assumir valores compreendidos entre 0 e 1*, sendo que um valor 0 representa uma distribuição perfeita do rendimento ou riqueza, enquanto um valor 1*, representa uma distribuição perfeitamente desigual, em que um indivíduo detém a totalidade da riqueza ou rendimento.”

* ou 100

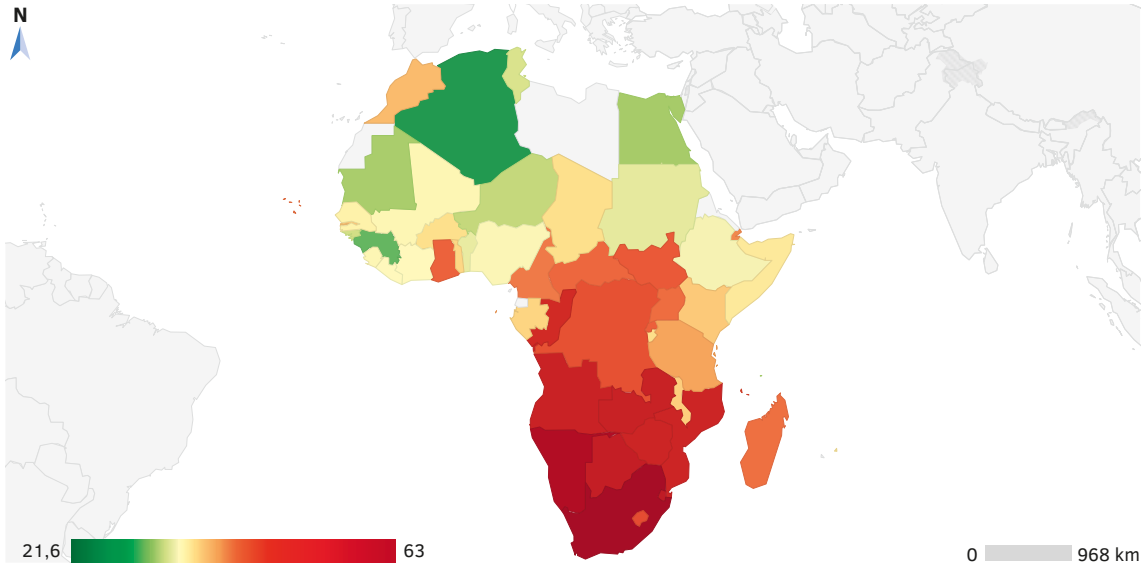
<https://www.cfp.pt/pt/glossario/indice-de-gini> [consult. 29 mar 2025]

O coeficiente de Gini calcula-se através do seguinte quociente:

$$\text{Gini} = \frac{A}{A + B}$$



Índice de Gini 2023



<https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-de-gini> [consult. 29 mar 2025]

Atividade 8

- 1 Analisa a tabela do Índice de Gini de Cabo Verde, retirando conclusões sobre a sua evolução ao longo do tempo.

Limiar de pobreza

O limiar de pobreza é um indicador absoluto que ajuda a compreender a situação de privação de bem-estar de um país. O **limiar de pobreza** é o nível de rendimento abaixo do qual se considera que uma pessoa se encontra em risco de pobreza, isto é, não ter o suficiente para satisfazer as necessidades básicas, como habitação, alimentação ou vestuário.

No entanto, o conceito de pobreza é relativo, varia consoante o nível e a distribuição dos rendimentos entre a população de cada país, podendo uma pessoa ser considerada pobre num país e não o ser noutro.

O limiar de pobreza varia de acordo com o país e o seu contexto económico-social, sendo habitual utilizar um valor de base, em dólares PPC (Paridade de Poder de Compra), para haver uma uniformização de critérios quando se efetuam comparações entre diferentes países.

Limiar de pobreza

Nível de rendimento abaixo do qual se considera que uma pessoa se encontra em risco de pobreza.

Documento 4

“As Nações Unidas tinham definido, para a comparabilidade entre países, a pobreza extrema internacionalmente para toda a população vivendo com menos de 1,9 dólares por dia (PPC 2011). Recentemente, esse limiar foi atualizado para 2,15 dólares por dia (PPC 2017).”

INE, *Estimativas da Pobreza Extrema Internacional 2015-2022*, abril 2023

A observação do limiar de pobreza pode ser complementada com a análise da taxa de risco de pobreza do país, que indica a proporção de indivíduos que obtém rendimentos abaixo do respetivo limiar de pobreza. Dessa forma, ficamos a conhecer a percentagem de indivíduos do país que se encontra em risco de pobreza extrema.

Documento 5

“Definição do limiar de pobreza extrema para Cabo Verde

Segundo o INE, com base nos dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015, o limiar da pobreza extrema em Cabo Verde no ano de 2015 era de 49 699 e 49 205 ECV por ano, respetivamente nos meios urbano e rural, o equivalente a 136 escudos diários ou menos de 135 escudos diários. Em dólares americanos, por ano, seria o equivalente a cerca de 452 para o meio urbano e 447 no meio rural. Assim, no ano de 2015 em Cabo Verde cerca de 54 395 pessoas, ou seja 10,6% da população, viviam em agregados familiares extremamente pobres, ou seja, com níveis de consumo abaixo dos referidos limiares.

Em 2022, o INE realizou uma projeção para o ano de 2020, conforme a tabela seguinte:”

Dados sobre População e Taxas de Pobreza em Cabo Verde em 2020

População	483 628
Pobreza global	152 826 (31,6%)
População em situação de pobreza extrema	63 355 (13,1%)

INE (2022) – Estimativa com dados referentes a 2020 + IDRF – Inquérito Despesas e Receitas das Famílias – INE, 2015

ENEPE – Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Extrema 2022-2026, Boletim Oficial, Resolução n.º 4/2023 de 26 de janeiro

Atividade 9

“A taxa de pobreza absoluta em Cabo Verde caiu de 35,5% em 2015 para 24,75% em 2023, uma diminuição de 10,75 pontos percentuais, em oito anos, anunciou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE) em comunicado de imprensa. O número faz parte da Estimativa de Pobreza calculada para 2023.

Noutro indicador, **a pobreza extrema foi reduzida pela metade, passando de 4,56% em 2015 para 2,28% em 2023, utilizando o limiar internacional de 2,15 dólares por dia e por pessoa.**”

https://www.sapo.pt/noticias/economia/pobreza-absoluta-cai-de-um-terco-para-um_6711108686567442529b88e2, 17 de outubro de 2024 [consult. 29 mar 2025]

- 1 Comenta a afirmação destacada, tendo em atenção o conceito de limiar de pobreza.

Rácios S80/S20 e S90/S10

Os rácios S80/S20 e S90/S10 também nos permitem aferir as desigualdades que existem na distribuição de rendimentos.

• S80/S20 (rácio dos quintis de rendimento)

O rácio S80/S20 é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que determina a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos (quartil 5) e a porção do rendimento auferido pelos 20% com menores rendimentos (quartil 1).

• S90/S10

Outro indicador de desigualdade na distribuição do rendimento é o rácio S90/S10, que, à semelhança do rácio S80/S20, nos indica a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos (decil 10) e a porção do rendimento recebido pelos 10% com menores rendimentos (decil 1).

Documento 6

“No **indicador S80/S20**, é utilizada a distribuição de rendimento por quintis, que divide a população em cinco grupos iguais (20% da população em cada grupo), calculando o “rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos”. Este rácio revela qual a grandeza da diferença entre o rendimento de um e outro grupo da população (um rácio igual a 6, por exemplo, indica que o rendimento dos 20% mais ricos é 6 vezes superior ao rendimento dos 20% mais pobres).

No caso do **indicador S90/S10**, é utilizada a distribuição por decis e comparado os rendimentos recebidos pelos 10% com maiores rendimentos e 10% com menores rendimentos. São disponibilizados dados sobre rácio S80/S20 por “sexo” e “grupo etário”, e dentro do grupo etário são analisadas as desigualdades de rendimentos entre dois grupos etários: população com menos de 65 anos e população com 65 ou mais anos.”

https://cse.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=63627063&FAQSmodo=1&xlang=pt [consult. 29 mar 2025]

A título de exemplo, apresenta-se a seguir um quadro sobre a desigualdade na distribuição do rendimento em Portugal, com os rácios S80/S20 e S90/S10¹.

Desigualdade na distribuição do rendimento – Portugal
Rácios S80/S20 | S90/S10

Anos	Rácio S80/S20	Rácio S90/S10
2023	5,2	8,9
2022	5,6	9,7
2021	5,1	8,5
2020	5,7	9,8
2019	5	8,1
2018	5,2	8,6
2017	5,2	8,7

INE Portugal, Inquérito às condições de vida e rendimento

¹ Na data em que o manual foi elaborado, não foi possível obter dados sobre os rácios cabo-verdianos.

Atividade 10

- 1 Analisa a tabela da desigualdade na repartição do rendimento de Portugal Sabendo que, nos anos 2017, 2018 e 2023, as pessoas que compunham os 20% da população portuguesa com maiores rendimentos receberam 5,2 vezes mais que os 20% com menores rendimentos, interpreta o significado do valor do rácio S90/S10, no ano 2023.

Rendimento *per capita*

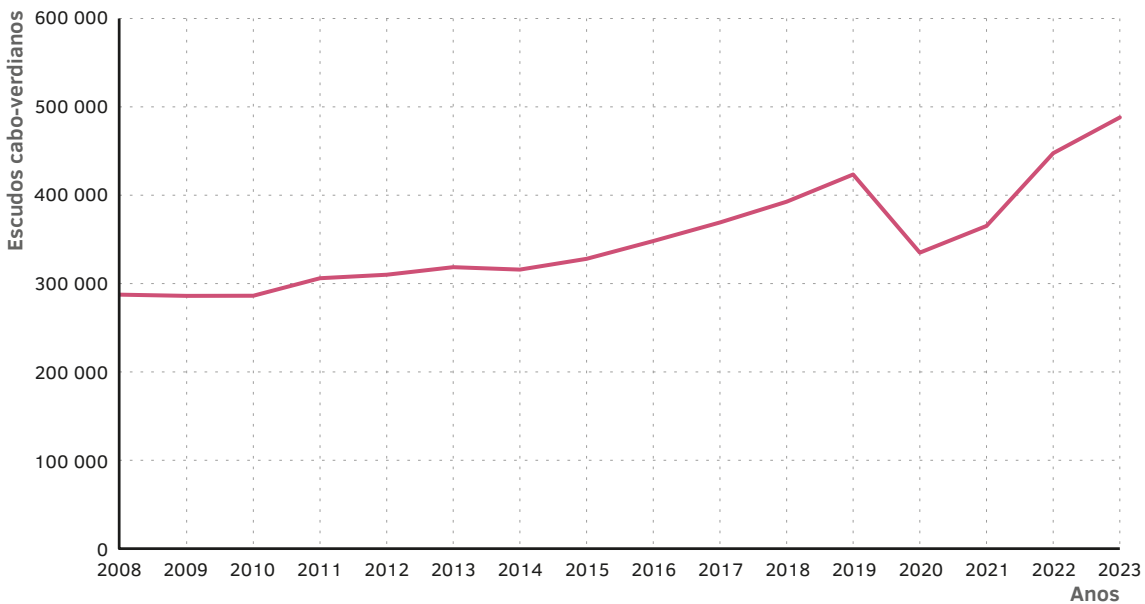
O Rendimento *per capita* é um rácio que serve de indicador do nível médio de rendimento de uma população, podendo ser calculado através do quociente entre o rendimento nacional e o número total de indivíduos que compõem uma população.

$$\text{Rendimento per capita} = \frac{\text{Rendimento nacional}}{\text{População total}}$$

Rendimento *per capita*

Indicador do nível médio de rendimento de uma população, que é calculado através do quociente entre o rendimento nacional e o número total de indivíduos dessa população.

**Rendimento Nacional Bruto *per capita* a preços correntes
Cabo Verde**



Manual Digital

Vídeo
Agentes económicos e atividades económicas



Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CN?end=2023&locations=CV&start=2007&view=chart>
[consult. 31 mar 2025]

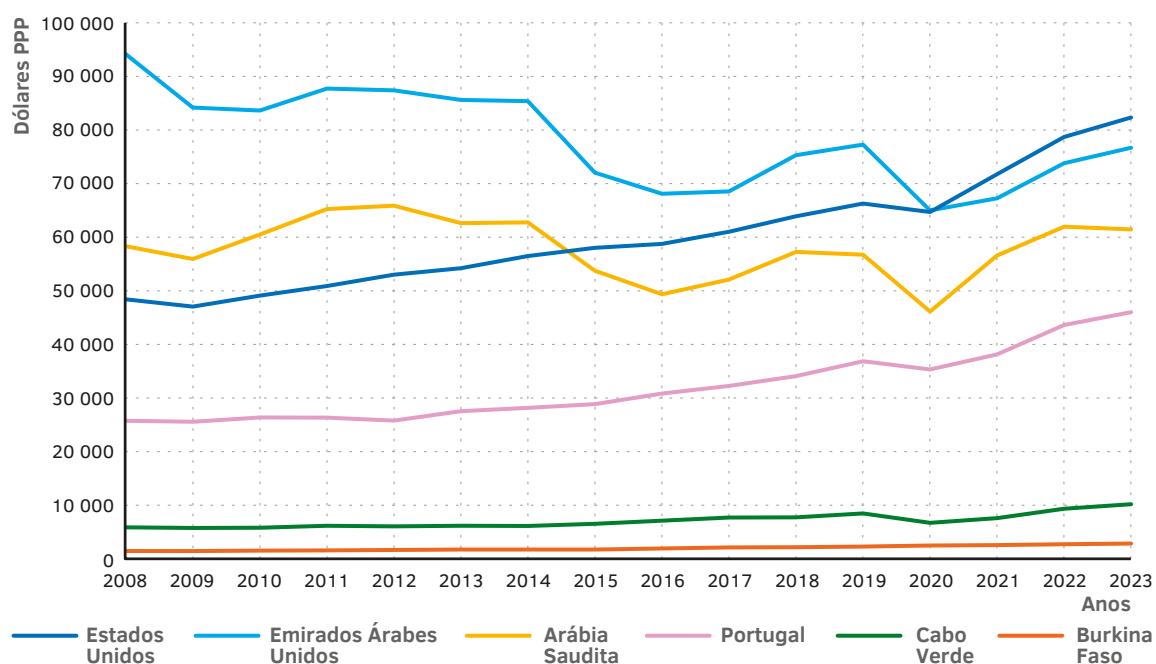
No entanto, como este cálculo representa o valor médio do nível de rendimento de um país, é um valor meramente indicativo, que deve ser usado com algumas reservas, pois pode levar a conclusões erróneas. Existem alguns países com um elevado rendimento nacional mas que têm pouca população, o que faz com que o seu Rendimento *per capita* atinja valores muito altos.

Nesses casos, o que geralmente acontece é que o elevado rendimento do país é obtido por uma minoria de indivíduos, a quem, em troca, é entregue uma grande porção do rendimento total. Assim, à restante maioria de pessoas cabe uma pequena parcela do rendimento total que é repartida por um grande número de pessoas.

Se, na situação anterior, fosse calculado o rendimento médio de cada um dos exemplos apresentados, verificar-se-ia que, no primeiro caso, a minoria de elevado rendimento iria apresentar um rendimento médio muito alto, enquanto, no segundo caso, o rendimento médio revelar-se-ia muito baixo. Ora, se nos limitássemos apenas a calcular o Rendimento *per capita*, poderíamos ser induzidos em erro e pensar que, em geral, essas populações viviam com rendimentos mais elevados do que acontece na prática, pois, na realidade, o seu rendimento é muito baixo.

Em seguida, apresentam-se diversos documentos com dados sobre o Rendimento *per capita* de Cabo Verde e de mais alguns países do resto do Mundo, referentes a diferentes épocas, para se poder tirar conclusões sobre a sua evolução e analisar as diferentes situações que existem.

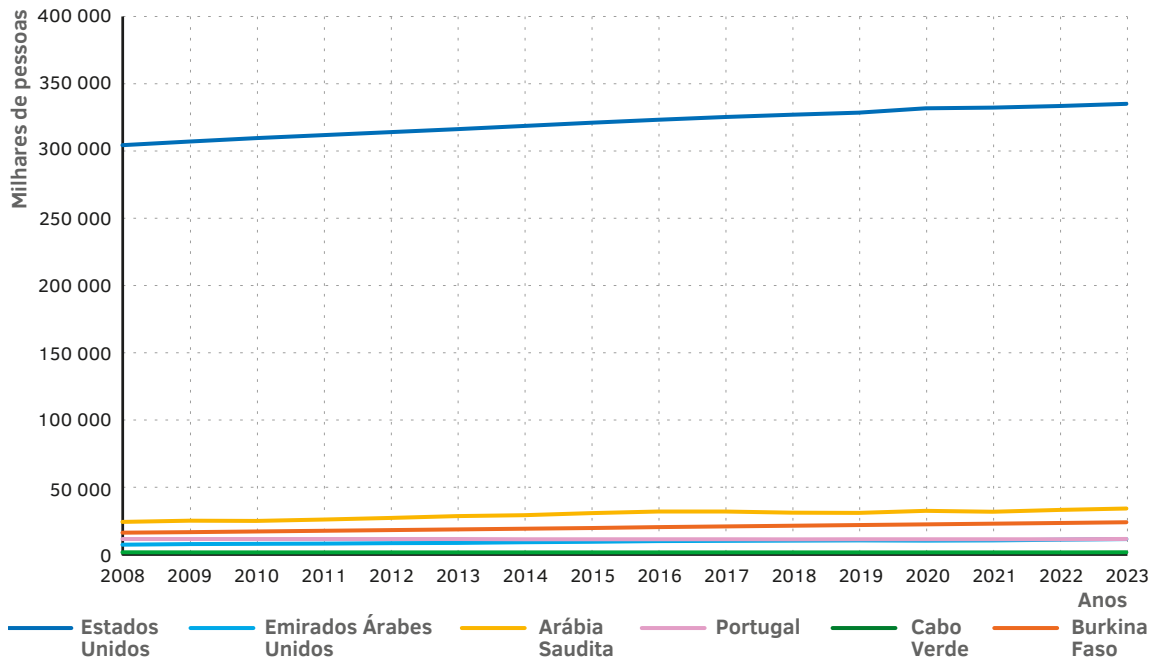
RNB *per capita* em dólares PPP



Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.PP.CD>
[consult. 31 mar 2025]

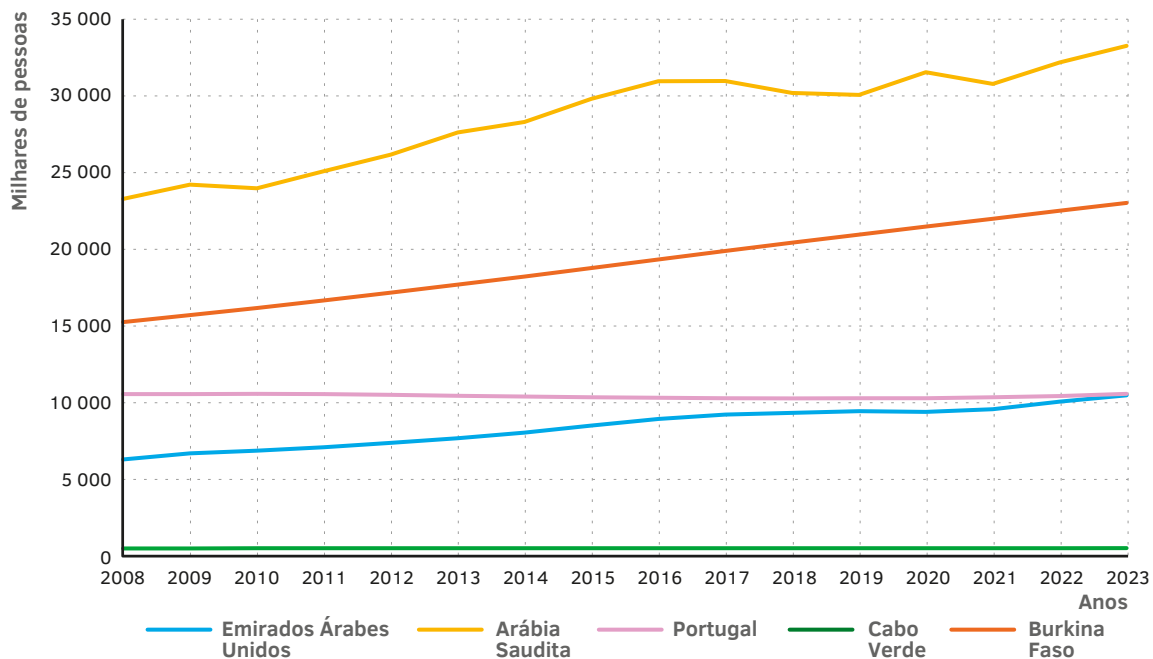
Neste gráfico, podemos verificar a grande diferença populacional entre os EUA e os restantes países que, apesar de parecerem próximos, quando se aumenta a perspetiva (gráfico de baixo), também apresentam realidades diferentes.

População



Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2023&start=2023&view=bar>
[consult. 31 mar 2025]

População



Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2023&start=2023&view=bar>
[consult. 31 mar 2025]

O Rendimento *per capita* não deixa de ser um útil indicador do nível de rendimento de um país, no entanto, o ideal é poder complementar a sua utilização com outros dados ou outros instrumentos de análise.

Atividade 11

- 1 Analisa os gráficos anteriores, tendo em atenção o rendimento *per capita* dos países apresentados, referindo os aspetos de destaque das diferentes realidades observadas.

12.4. Redistribuição dos rendimentos

Repartição primária

Repartição do rendimento que ocorre de forma espontânea, de acordo com a participação de cada um na atividade económica.

Repartição secundária

Segunda etapa da repartição dos rendimentos. Resulta da intervenção do Estado, pela qual procura atenuar as desigualdades decorrentes da primeira etapa.

Redistribuição do rendimento

Conjunto de operações realizadas com o objetivo de corrigir as desigualdades que ocorrem na repartição primária dos rendimentos.

O Estado procura corrigir as desigualdades que resultam da **repartição primária** do rendimento, tentando atenuar as diferenças que advêm espontaneamente da distribuição de rendimentos pela participação de cada agente na economia. Através dessa forma de repartição, cada interveniente recebe salários, rendas, juros e/ou lucros em função do que contribuiu.

No entanto, a repartição primária do rendimento não abrange todos os indivíduos, havendo situações em que é necessário encontrar soluções adicionais para auxiliar a população mais carenciada, ou que sofra de alguma incapacidade ou invalidez e que não possa garantir o seu sustento.

Nessas situações, o Estado intervém, cobrando impostos e outras contribuições a quem tem fontes de rendimento, para depois os transformar em prestações sociais, que entrega aos indivíduos que mais precisam. Esta operação é a **repartição secundária**, a etapa onde se redistribuem os rendimentos gerados na repartição primária.

A **redistribuição dos rendimentos** é o conjunto de operações, realizadas numa lógica social, com o objetivo de corrigir desigualdades ocorridas de modo espontâneo na repartição primária dos rendimentos.

A redistribuição desempenha um **papel de solidariedade**, sendo cobrados impostos à parte da população que recebe rendimentos, para posteriormente os entregar aos que não recebem, ou que recebem muito poucos rendimentos, sob a forma de prestações sociais. Além disso, também leva a que

as gerações se solidarizem umas com as outras, cobrando-se contribuições à geração em ativo e entregando-as às gerações anteriores que já não estão em ativo.

Por outro lado, a **progressividade do imposto** sobre o rendimento também contribui para a redistribuição dos rendimentos. Nestes casos, o imposto aumenta à medida que aumenta o rendimento dos indivíduos, levando o Estado a cobrar mais impostos a quem recebe mais.

Finalmente, importa lembrar que o Estado também impõe **pagamentos obrigatórios** como forma de reduzir a disparidade e a dispersão de rendimentos. Os impostos sobre o rendimento ou as contribuições para a Segurança Social são exemplos disso. O Estado cobra-os para mais tarde os voltar a entregar à população de outra forma, através de transferências sociais, como subsídios e pensões, procurando, dessa maneira, atenuar as desigualdades existentes.

Atividade 12

- 1 Explica em que consiste a redistribuição do rendimento.
- 2 Distingue repartição primária de repartição secundária dos rendimentos.

Convém analisar com mais detalhe alguns conceitos relacionados com a redistribuição dos rendimentos, em especial os conceitos de imposto, taxa e transferências sociais sem contrapartida direta.

Começando pelos **impostos**, podemos defini-los como sendo as prestações pecuniárias obrigatórias sem contrapartida direta, que o Estado cobra aos cidadãos em determinadas situações previstas na lei, como, por exemplo, quando obtêm rendimentos ou adquirem determinado tipo de bens. Os impostos não têm um carácter de sanção, porque não são cobrados com o objetivo de punir determinados comportamentos, como acontece no caso das multas exigidas aos cidadãos que infringem leis.

Os impostos podem ser qualificados como diretos ou indiretos, conforme o fenómeno que os origina.

Os impostos são **diretos** quando incidem diretamente sobre o rendimento e o património das pessoas, como, por exemplo, o IRPS (Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares), o IRPC (Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas) ou o IUP (Imposto Único sobre o Património), e são **indiretos** quando recaem sobre a utilização do rendimento, como os impostos sobre o consumo de bens e serviços: IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e ICE (Imposto sobre Consumos Especiais); ou o IS (Imposto de Selo).

Imposto

Prestação pecuniária obrigatória sem contrapartida direta, cobrada aos cidadãos em determinadas situações previstas por lei.

Imposto direto

Imposto que incide diretamente sobre o rendimento e o património das pessoas, como, por exemplo, o IRPS, o IRPC ou o IUP.

Imposto indireto

Imposto que recai sobre a utilização do rendimento dos indivíduos, como, por exemplo, o IVA, o ICE ou o IS.

Documento 7

“A. Impostos sobre o Rendimento**• Pessoa Coletiva**

Para o efeito, os sujeitos passivos de IRPC enquadram-se em dois regimes:

- a) O regime simplificado para micro e pequenas empresas;
- b) O regime de contabilidade organizada.

• Pessoa Singular

Ficam sujeitos a IRPS as pessoas singulares que residem em território nacional e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos. O IRPS incide sobre o valor dos rendimentos das pessoas singulares provenientes das categorias seguintes:

Categoria A: Rendimento do trabalho dependente e pensões;

Categoria B: Rendimentos empresariais e profissionais;

Categoria C: Rendimentos prediais, os provenientes da cedência do uso de bens imóveis rústicos, urbanos, ou mistos ou de direitos reais que recaiam sobre os mesmos;

Categoria D: Rendimentos de capitais, os ganhos e de mais vantagens económicas, procedentes de elementos patrimoniais, bens, direitos ou situações jurídicas;

Categoria E: Ganhos patrimoniais, considerando com tal, a obtenção de ganhos de jogo, lotaria, apostas mútuas, prémios atribuídos em sorteios ou concursos.

B. Impostos sobre o Consumo**• Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)**

O IVA incide sobre as transmissões de bens e as prestações de serviços, realizadas a título oneroso em território cabo-verdiano, e ainda sobre importação de bens. O IVA é devido pelas pessoas singulares ou coletivas, residentes, que, com carácter de habitualidade, pratiquem atividades de produção, comércio ou prestação de serviço.

• Imposto sobre os Consumos Especiais (ICE)

Trata-se de um imposto de natureza indireta, incidente numa única fase, sobre determinados bens produzidos, importados ou introduzidos no território cabo-verdiano, de acordo com as normas constantes no seu respetivo Regulamento.

C. Imposto de Selo

O Imposto de Selo (IS) incide sobre diferentes factos tributários, e, nomeadamente, sobre operações societárias, transmissões patrimoniais e atos jurídicos documentados.

D. Imposto Único sobre o Património (IUP)

O IUP é um imposto municipal que incide sobre: o valor patrimonial dos prédios situados no território de cada município, categorizando-se em harmonia com a classificação dos prédios em rústica e urbana; o valor das transmissões gratuitas ou onerosas de imóveis; o valor das operações societárias sujeitas à escritura pública, tais como as alterações de pactos sociais, cessão de quotas e outras de igual natureza; o valor de uso ou fruição dos veículos automóveis sujeitos a registos e, finalmente, as mais-valias originadas pela valorização dos terrenos para construção, transmissões de edifícios ou outros bens imóveis.”

https://www.observatoriocanariasafrika.com/documentos/2021_-_TradeInvest_-_Guía_de_inversiones_en_CV.pdf
[consult. 31 mar 2025]

Documento 8

“Os impostos aumentaram 12,9%, face ao período homólogo, sendo o resultado combinado dos:

- Impostos sobre o Rendimento (+16,6%), justificado pelo aumento na arrecadação do IRPS (+11,9%) e do IRPC (+21,1%); [...]
- Impostos de Bens e Serviços (+12,3%), dos quais se destaca o aumento do IVA (+12,2%), decorrente do aumento da cobrança registada, essencialmente, nos setores de alojamento e restauração, do comércio a grosso e a retalho, da indústria transformadora, da atividade financeira e de seguros e dos transportes e armazenagem; [...]
- Imposto sobre Transações Internacionais (+9,9%), em particular, do aumento do direito de importação;
- Outros impostos (+13,0%), decorrentes do imposto de selo, proveniente das operações financeiras e dos atos jurídicos documentados, face ao período homólogo anterior.”

Orçamento do Estado, 2025 – Anexo Informativo

Por outro lado, em determinadas situações, o Estado também pode cobrar taxas aos cidadãos. As **taxas** diferem dos impostos porque, embora também sejam prestações pecuniárias sem carácter de sanção, pressupõem a existência de uma contrapartida por parte de quem as recebe.

Taxa

Prestação pecuniária cobrada aos cidadãos que requerem determinados serviços, nomeadamente serviços públicos. A taxa difere do imposto, porque pressupõe a prestação de um serviço como contrapartida do valor que é pago.

Assim, em troca do pagamento de uma taxa, é prestado um serviço ao utente. Geralmente, as taxas apresentam um custo inferior ao custo habitual dos serviços prestados. Podemos apontar, como exemplo, as taxas municipais e outras contribuições, como a Taxa de Segurança Aeroportuária (TSA) aplicada a passageiros.

Atividade 13

“A política fiscal tem um papel importante na redistribuição do rendimento, ao criar impostos sobre bens e serviços ou sobre os rendimentos pessoais.”

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

- 1 Diz o que entendes por impostos.
- 2 Comenta a afirmação, tendo em atenção o papel dos impostos na redistribuição do rendimento.
- 3 Distingue imposto de taxa.

As contribuições sociais são as entregas obrigatórias que os trabalhadores e as entidades patronais fazem à Segurança Social. Essas contribuições têm como contrapartida as **transferências sociais** do Estado, que são as prestações de âmbito social que a Segurança Social entrega aos cidadãos, como os abonos de família, as pensões, os subsídios de desemprego, de doença, de maternidade, entre outros.

Segundo a lógica da redistribuição, o Estado cobra **contribuições sociais** aos cidadãos ativos, canalizando-as para quem mais necessita através da entrega de **prestações sociais**.

Documento 9

- “As **contribuições sociais** são tributos que incidem sobre salários, pagos pelas entidades empregadoras e pelos trabalhadores no âmbito do sistema previdencial da Segurança Social, com vista à formação de direitos à proteção social em caso de verificação de um dos eventos sociais típicos (doença, incluindo doença profissional, desemprego, parentalidade, velhice, invalidez e morte). As contribuições sociais podem ser classificadas como contribuições efetivas ou imputadas.
- As **prestações sociais** são as prestações a pagar às famílias pelos fundos da Segurança Social (exceto reembolsos). Estas prestações são fornecidas ao abrigo de regimes de Segurança Social e podem assumir a forma de prestações de doença e invalidez, subsídios de maternidade, abonos de família, subsídios de outros dependentes, desemprego, aposentação, pensões de sobrevivência, e outros subsídios e benefícios.”

<https://www.cfp.pt/pt/glossario/> [consult. 31 mar 2025]

Apresentam-se, em seguida, alguns dados estatísticos sobre os beneficiários das prestações sociais em Cabo Verde.

Beneficiários das prestações atribuídas, por mês – janeiro a outubro de 2024

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Beneficiários das prestações pecuniárias	2134	2204	2216	2234	2212	2141	2158	2168	2367	2691
Subsídio de Doença (1)	1342	1445	1445	1501	1511	1512	1535	1490	1601	1846
Subsídio de Maternidade	637	604	616	586	570	522	495	515	569	649
Licença de Paternidade	154	154	154	147	131	107	128	163	197	196
Subsídio de adoção	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0

Notas: (1) Não inclui os beneficiários do Subsídio de Isolamento Profilático.

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Assistência médica e hospitalar (1)										
Estomatologia	2537	3079	3054	3417	3299	2664	3087	3117	2908	2878
Fisioterapia	763	941	898	942	887	742	865	774	723	814
Próteses e out. disp. de compensação	1810	1885	1932	2113	1837	1636	1712	1763	1721	1743
Exames clínicos	1244	1173	1306	1444	1445	1274	1396	1191	1209	1385

Nota: (1) Não inclui os beneficiários das estruturas públicas de saúde e da assistência medicamentosa.

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Pensionistas	9625	9710	9738	9812	9918	10 005	10 060	10 092	10 156	10 181
Pensão de Velhice	6608	6652	6670	6726	6806	6875	6943	6975	7014	7053
Pensão de Invalidez	570	575	573	568	575	580	568	574	582	568
Pensão de Sobrevivência	2439	2474	2486	2509	2528	2541	2540	2534	2551	2551
Pensão Complementar	8	9	9	9	9	9	9	9	9	9

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Abono de Família e Prestações Complementares	65 383	65 754	65 900	66 254	66 594	66 692	66 577	66 547	66 154	64 968
Abono de Família	64 605	65 064	65 231	65 541	65 949	66 044	65 928	65 840	65 453	64 182
Subsídios de Aleitação	346	247	226	261	199	191	196	241	222	321
Subsídio por Deficiência	398	402	410	411	415	423	416	427	438	441
Subsídio de Funeral	34	41	33	41	31	34	37	39	41	24

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Beneficiários do subsídio de desemprego	476	543	567	488	407	349	296	255	229	244
Feminino	264	310	320	288	234	188	149	121	114	125
Masculino	212	233	247	200	173	161	147	134	115	119
Total	476	543	567	488	407	349	296	255	229	244
Santo Antão	7	8	9	9	8	4	2	2	2	2
São Vicente	261	308	287	195	101	59	46	43	52	54
São Nicolau	3	3	4	4	3	1	0	0	0	0

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Sal	107	116	140	169	185	193	146	120	98	103
Boa Vista	35	42	38	36	44	39	41	36	29	29
Maio	4	4	4	4	3	0	0	0	0	0
Santiago	56	59	82	68	61	53	61	54	48	56
Fogo	2	2	2	2	2	0	0	0	0	0
Brava	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Transferências sociais internas
Transferências sociais provenientes do Estado cabo-verdiano.

Transferências sociais externas
Transferências sociais provenientes de outros Estados.

As transferências sociais podem ser **internas** ou **externas** conforme sejam pagas pelo Estado de Cabo Verde ou por outro Estado, para o qual algum cabo-verdiano tenha trabalhado e feito os respetivos descontos.

Assim, por exemplo, qualquer cabo-verdiano que tenha trabalhado durante algum tempo em Portugal e tenha aí efetuado os respetivos descontos, regressando a Cabo Verde após estar reformado, tem direito a receber a sua pensão de reforma de Portugal. Neste caso, a pensão representa uma transferência externa.

Atividade 14

“60% da população de Cabo Verde protegida com pelo menos uma prestação social, revela boletim estatístico

O segundo boletim estatístico do Sistema de Proteção Social em Cabo Verde, apresentado esta segunda-feira, 15, revela que entre 2021 e 2023, 60% da população cabo-verdiana, ou aproximadamente 307.219 pessoas, está protegida por, pelo menos, uma prestação de proteção social.”

<https://expressodasilhas.cv/pais/2024/07/21/60-da-populacao-de-cabo-verde-protegida-com-pelo-menos-uma-prestacao-social-revela-boletim-estatistico/92474>, 21 de julho de 2024 [consult. 29 mar 2025]

- 1 Diz em que consistem as prestações sociais do Estado e qual a sua finalidade. Apresenta exemplos.
- 2 Distingue prestações sociais de contribuições sociais.

Rendimento pessoal disponível dos particulares

Os rendimentos resultantes da repartição primária não correspondem à totalidade do rendimento de que cada indivíduo pode efetivamente dispor, pois já sabemos que esses rendimentos sofrem alterações.

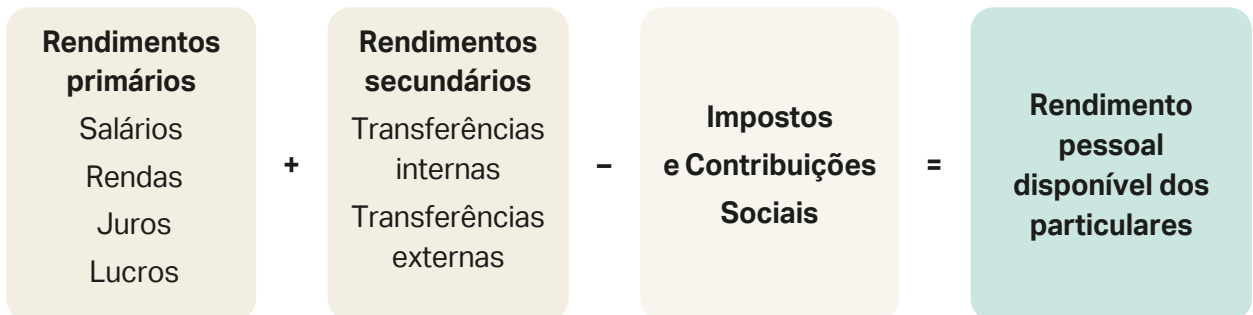
Depois de recebidos os rendimentos primários, provenientes dos fatores trabalho e capital, ainda é necessário descontar o valor dos pagamentos efetuados com os impostos e as contribuições sociais. Mas, para se apurar o valor do rendimento que fica verdadeiramente disponível, também devem ser acrescidas as transferências sociais eventualmente recebidas, quer sejam transferências internas ou externas.

Podemos, então, definir o **rendimento pessoal disponível dos particulares** como o conjunto dos rendimentos primários e secundários recebidos por cada indivíduo, depois de deduzidos os impostos e descontos obrigatórios por si efetuados.

A seguir, apresentamos a fórmula que nos permite calcular o rendimento pessoal disponível dos particulares.

Rendimento pessoal disponível dos particulares

Rendimento de cada indivíduo resultante do somatório dos rendimentos de capital e do trabalho com as transferências sociais, depois de deduzidos os impostos e contribuições sociais.



Atividade 15

- 1 Distingue transferências internas de transferências externas.
- 2 Diz o que entendes por rendimento pessoal disponível dos particulares.
- 3 Explica o processo de cálculo do rendimento pessoal disponível dos particulares.

Conceitos-chave

- Rendimentos
- Valor acrescentado
- Repartição dos rendimentos
- Repartição funcional
- Rendimentos primários
- Rendimentos secundários
- Salário
- Salário ilíquido ou bruto
- Salário líquido
- Salário mínimo
- Salário nominal
- Salário real
- Rendas
- Juros
- Lucros
- Repartição pessoal
- Curva de Lorenz
- Índice de Gini
- Limiar de pobreza
- Rácios S_{80}/S_{20} e S_{90}/S_{10}
- Rendimento *per capita*
- Repartição primária
- Repartição secundária
- Redistribuição do rendimento
- Imposto
- Imposto direto
- Imposto indireto
- Taxa
- Transferências sociais
- Transferências internas
- Transferências externas
- Contribuições sociais
- Prestações sociais
- Rendimento pessoal disponível dos particulares

Síntese

- A atividade económica gera rendimentos que são distribuídos por todos os agentes participantes, sendo cada interveniente remunerado de acordo com a sua participação.
- Os **rendimentos** são os fluxos gerados na atividade económica através da utilização dos fatores produtivos e que posteriormente são distribuídos pelos agentes intervenientes.
- A forma como os rendimentos são distribuídos pelos vários agentes que contribuíram para a produção de um país designa-se por **repartição dos rendimentos**.
- A repartição dos rendimentos pode ser funcional ou pessoal. A **repartição funcional** ocorre de acordo com o papel desempenhado por cada agente interveniente e a **repartição pessoal** revela a composição dos rendimentos dos diversos agregados familiares da população.
- Os **rendimentos primários** incluem os salários, as rendas, os juros e os lucros. Os **rendimentos secundários** são gerados através da intervenção do Estado, surgindo sob a forma de prestações sociais.
- Os rendimentos do fator **trabalho** são os salários e os rendimentos do fator **capital** podem ser: rendas, juros ou lucros.
- O salário pode ser **ilíquido** (ou bruto) ou **líquido**, conforme se calcula antes ou depois de se descontarem os impostos e contribuições sociais, e pode ter uma **componente fixa** e outra **variável**.
- Alguns países, como é o caso de Cabo Verde, definem uma Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) – **salário mínimo**.
- O salário é **nominal** quando representa a quantidade de moeda recebida pelo trabalho prestado e é **real** se deduz o efeito da inflação ao salário nominal.
- As **rendas** representam a remuneração pela cedência temporária de bens imóveis, os **juros** são a remuneração pela cedência temporária de moeda e os **lucros** remuneram os capitais investidos nas unidades de produção. Os lucros também podem ser **brutos** ou **líquidos** conforme incluem, ou não, os encargos com a reposição do capital fixo.
- Os principais indicadores usados na análise das disparidades da repartição dos rendimentos são a **curva de Lorenz**, o **Índice de Gini**, o **Limiar de Pobreza**, os **Rácios S80/S20** e **S90/S10** e o **Rendimento per capita**, que apresentam, respetivamente, o grau de concentração dos rendimentos das famílias e a dispersão da distribuição dos seus rendimentos, o nível de rendimento abaixo do qual se considera estar em risco de pobreza, comparação dos 20% com maiores rendimentos vs. 20% com menores rendimentos, comparação dos 10% com

Síntese (cont)

maiores rendimentos vs. 10% com menores rendimentos e o nível médio do rendimento de uma população.

- A **repartição primária** do rendimento ocorre, espontaneamente, de acordo a participação de cada agente na atividade, gerando desigualdades que o Estado procura corrigir através de um conjunto de operações, a chamada **redistribuição do rendimento**. A intervenção estatal faz-se através da **repartição secundária**, pela qual são cobrados impostos e contribuições sociais a quem obtém rendimentos, para se entregarem prestações sociais a quem necessita.
- Os **impostos** são as prestações pecuniárias sem contrapartida direta, que são cobradas aos cidadãos em determinadas situações previstas por lei. Os impostos podem ser **diretos** ou **indiretos**, conforme incidem sobre o rendimento e o património ou incidem sobre a utilização do rendimento.
- As **taxas** são prestações pecuniárias cobradas aos cidadãos que requerem determinados serviços, nomeadamente serviços públicos. As taxas diferem dos impostos, porque pressupõem a prestação de um serviço como contrapartida do valor que é pago.
- As **transferências sociais** são as prestações de âmbito social que o Estado entrega aos cidadãos com o objetivo de atenuar as desigualdades que resultam da repartição primária do rendimento. Estas transferências podem ser **internas**, se são entregues pelo Estado cabo-verdiano, ou **externas**, se são provenientes de outros países.
- Segundo a lógica da redistribuição, o Estado cobra **contribuições sociais** aos cidadãos ativos, canalizando-as para quem mais necessita através da entrega de **prestações sociais**.
- O **rendimento pessoal disponível dos particulares** é o conjunto dos rendimentos primários e secundários recebidos por cada indivíduo, depois de deduzidos os descontos obrigatórios por si efetuados.

Ficha de trabalho 12

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. O processo que visa corrigir as desigualdades provocadas pela repartição dos rendimentos designa-se

- a) repartição primária.
- b) redistribuição do rendimento.
- c) leque salarial.
- d) formação bruta de capital fixo.

1.2. O salário real

- a) corresponde ao total das remunerações do trabalhador depois de se deduzirem os impostos e contribuições sociais.
- b) corresponde ao poder de compra do salário nominal.
- c) corresponde ao rendimento pessoal disponível.
- d) corresponde à quantidade de moeda que um indivíduo recebe em troca de trabalho.

1.3. As curvas de Lorenz permitem estudar

- a) o grau de concentração dos rendimentos.
- b) o impacto da inflação no poder de compra de uma população.
- c) o nível de endividamento dos indivíduos de uma região.
- d) a evolução dos *stocks* de existências ao longo de um ano.

1.4. A repartição funcional do rendimento

- a) permite analisar a composição dos rendimentos por agregado familiar.
- b) considera a divisão do rendimento segundo a profissão do agente.
- c) é a distribuição do rendimento que ocorre de acordo com as funções desempenhadas por cada interveniente na atividade económica.
- d) considera a divisão do rendimento segundo o estrato social do agente.

1.5. O salário que resulta depois de se deduzirem os impostos e as contribuições sociais ao salário bruto denomina-se salário

- a) ilíquido.
- b) líquido.
- c) real.
- d) nominal.

Ficha de trabalho 12 (cont.)

- 1.6.** As prestações pecuniárias obrigatórias, não sancionatórias, cobradas unilateralmente aos cidadãos de acordo com a legislação em vigor, chamam-se
- prestações sociais.
 - impostos.
 - taxas.
 - multas.

2 Os rendimentos de um país são distribuídos pelos agentes que intervêm na atividade económica.

2.1. Diz o que entendes por repartição dos rendimentos, indicando as duas formas de repartição que conheces.

2.2. Justifica a importância do estudo da repartição dos rendimentos.

3 Lê o texto que se segue.

“O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) divulgou hoje que a taxa de pobreza absoluta em Cabo Verde passou de 35,5% em 2015 para 24,75% em 2023, o que representa uma redução de 10,75 pontos percentuais. Já a pobreza extrema, segundo o limiar internacional de 2,15 dólares por dia e por pessoa, foi reduzida para metade, passando de 4,56% em 2015 para 2,28% em 2023.”

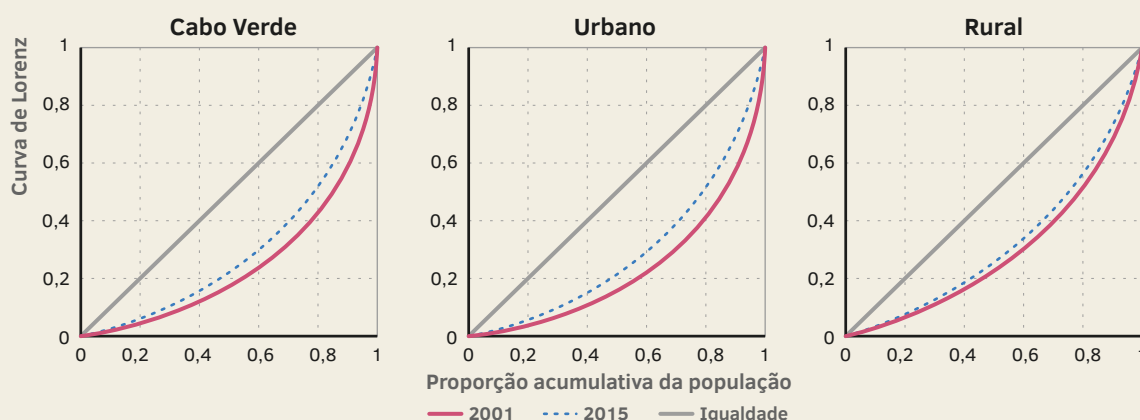
<https://expressodasilhas.cv/topico/pobreza-absoluta>, 17 de outubro de 2024 [consult. 29 mar 2025]

3.1. Refere o indicador de desigualdade na repartição pessoal dos rendimentos presente no texto, explicando em que consiste.

3.2. Explicita o sentido da última afirmação.

4 Analisa os seguintes gráficos sobre a distribuição do rendimento.

Curva de Lorenz, segundo o meio de residência – Cabo Verde 2015



INE, *Perfil da Pobreza em Cabo Verde. Evolução da Pobreza Monetária Absoluta: 2001/02, 2007 e 2015*

4.1. Compara as curvas de Lorenz, tirando algumas conclusões.

5 Explica porque é necessário usar com algumas reservas o rendimento *per capita* como indicador das desigualdades existentes entre países ou regiões.

6 Comenta a afirmação seguinte, explicando em que consistem os indicadores mencionados:

“Os indicadores S80/S20 e S90/S10 analisam a desigualdade na distribuição de rendimento de uma população observando-a através da sua partição em diferentes grupos de rendimento.”

https://cse.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=63627063&FAQSmodo=1&xlang=pt [consult. 29 mar 2025]

7 Analisa a tabela com o Índice de Gini por meio de residência, nos anos 2001, 2007 e 2015, em Cabo Verde.

Índice de Gini por meio de residência – Cabo Verde

	2001	2007	2015
Cabo Verde	53	47	42
Meio de residência			
Urbano	52	45	41
Rural	42	38	37

INE, *Perfil da Pobreza em Cabo Verde. Evolução da Pobreza Monetária Absoluta: 2001/02, 2007 e 2015*

7.1. Comenta os principais aspetos da tabela, tendo em atenção o Índice de Gini, segundo o meio de residência.

8 Lê o texto seguinte.

“Contribuições

No terceiro trimestre de 2024, o número de contribuintes ativos foi de 19 897, diminuindo 0,3% em relação ao trimestre anterior. Em comparação com o trimestre homólogo, registou-se uma variação positiva de 8,4%.”

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, *Boletim Estatístico* – 3.º trimestre 2024

8.1. Diz o que entendes por contribuições sociais.

8.2. Explicita o sentido do texto.

8.3. Indica como se calcula o rendimento pessoal disponível dos particulares.

4



A golden globe is positioned on the left side of the image, partially cut off by the edge. In front of it are several stacks of gold coins, some standing upright and others lying flat. The background is a bright blue with out-of-focus white and yellow light spots, creating a bokeh effect. The right side of the image is a solid purple color.

Macroeconomia

Capítulo 13: O circuito económico e a Contabilidade Nacional

Capítulo 14: As relações económicas com o Resto do Mundo

13 O circuito económico e a Contabilidade Nacional

Objetivos de aprendizagem:

- Distinguir fluxo real de fluxo monetário.
- Elaborar um circuito económico.
- Justificar a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa economia a partir do circuito económico.
- Definir setor institucional e caracterizar os diversos setores institucionais.
- Explicar o conceito de território económico.
- Distinguir unidade residente de unidade não residente.
- Identificar os ramos de atividade.
- Justificar as diferentes perspetivas de cálculo do valor da produção.
- Explicar em que consiste o problema da múltipla contagem e distinguir os dois métodos de cálculo do valor do Produto.
- Distinguir valor da produção de valor do Produto.
- Explicitar o conceito de VAB e deduzir o valor do Produto a partir do VAB.
- Explicitar o conceito de amortização/consumo de capital fixo (CCF).
- Saber calcular e distinguir Produto Líquido de Produto Bruto, Produto Interno de Produto Nacional e Produto a preços correntes de Produto a preços constantes.
- Distinguir as várias componentes do Rendimento e calcular o seu valor.
- Identificar as componentes do Rendimento Disponível dos Particulares.
- Distinguir as várias componentes da Despesa.
- Saber calcular e distinguir Despesa Interna de Despesa Nacional.
- Saber calcular a Procura Interna e a Procura Global.
- Explicitar as limitações da Contabilidade Nacional.

13.1. O circuito económico

Antes de vermos como se elabora um circuito económico, convém relembrar os agentes económicos anteriormente estudados e as respetivas funções.

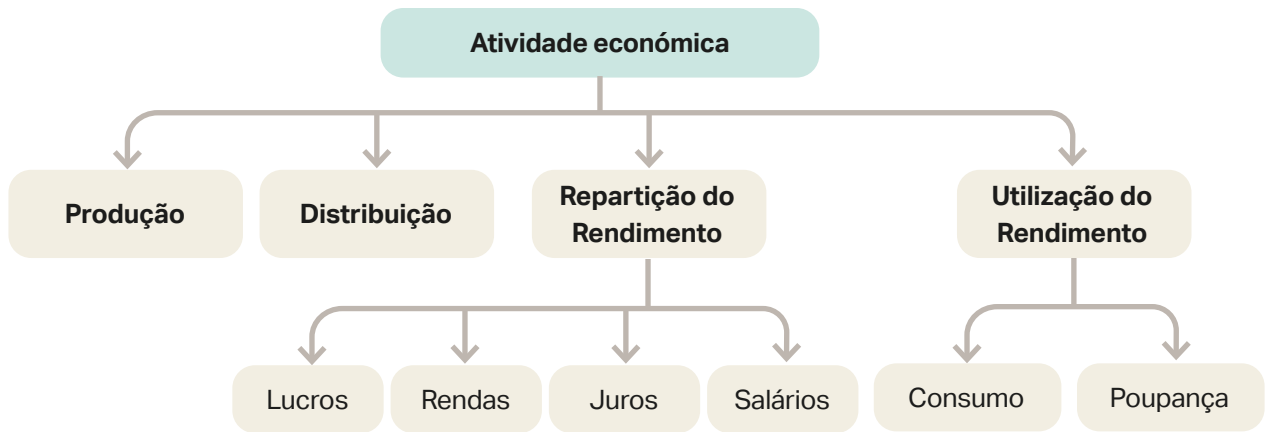
Revisão de conceitos:

Agentes económicos: entidades, individuais ou coletivas, que desempenham uma determinada função na atividade económica com autonomia de decisão.

Atividade económica: conjunto de operações que visam a produção de bens e serviços suscetíveis de satisfazer as necessidades humanas.

Principais funções dos agentes económicos

- Famílias: consumir bens e serviços.
- Empresas não Financeiras: produzir bens e prestar serviços não financeiros.
- Instituições Financeiras: prestar serviços financeiros.
- Estado: promover a satisfação das necessidades coletivas da população e operar a redistribuição do rendimento.
- Resto do Mundo: efetuar transações com agentes residentes.



Como sabemos, os agentes económicos classificam-se de acordo com a função principal que desempenham na atividade económica que, conforme se pode ver no esquema acima, engloba a Produção, a Distribuição, a Repartição e a Utilização de Rendimentos na qual se incluem o Consumo e a Poupança.

No desempenho das suas funções, os agentes económicos estabelecem numerosas relações uns com os outros. Vejamos alguns exemplos de relações que se estabelecem entre os diversos agentes:

- As Famílias consomem os bens que as Empresas não Financeiras produzem e adquirem os serviços financeiros prestados pelas Instituições Financeiras. Mas as empresas necessitam de mão de obra para produzirem bens e serviços. Assim, além de consumirem, as famílias também entregam às empresas a sua força de trabalho em troca de uma remuneração.
- Os indivíduos que trabalham para a Administração Pública recebem do Estado os seus vencimentos. Em sentido contrário, as Famílias entregam ao Estado os respetivos impostos e contribuições sociais. Além disso, através da atribuição de subsídios, o Estado aplica as verbas que recebe dos cidadãos na redistribuição do rendimento, dedicando-se, por outro lado, à produção de bens e serviços que visam a satisfação das necessidades coletivas.
- As empresas também estabelecem relações com a Administração Pública. O Estado consome bens e contrata serviços às empresas efetuando o pagamento correspondente e, inversamente, cobra-lhes impostos. Mas as empresas também estabelecem relações com o agente Resto do Mundo sempre que efetuam transações comerciais com o exterior.

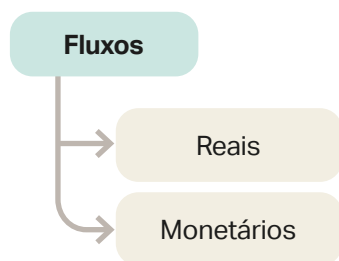
Estes são apenas alguns dos exemplos das relações que se estabelecem entre os diversos agentes económicos, um tema que iremos aprofundar mais à frente.

e Manual Digital

Vídeo
Os agentes económicos e a atividade económica



13.1.1. Fluxos reais e monetários



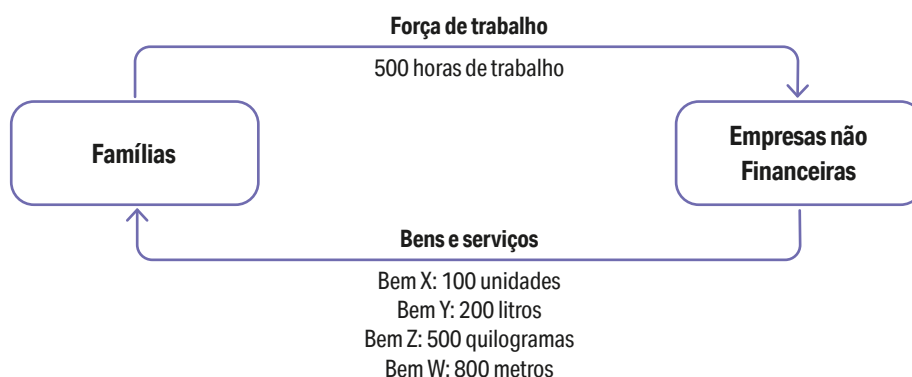
Fluxo real

Conjunto de bens e serviços transacionados entre dois ou mais agentes.

As relações de troca que se estabelecem entre os diferentes agentes económicos denominam-se **fluxos**. Os fluxos podem ser classificados como reais ou monetários, conforme dizem respeito à troca de bens e serviços ou ao valor monetário correspondente aos bens e serviços transacionados. Vejamos cada um destes fluxos de forma mais detalhada.

Começando pelos **fluxos reais**, podemos dizer que estes são os fluxos que representam o conjunto de bens e serviços efetivamente transmitidos entre diversos agentes económicos. Os fluxos reais identificam o tipo de bens e serviços transacionados, sendo, por essa razão, apresentados nas respetivas unidades de conta. Assim, se estivermos a analisar o fluxo correspondente à entrega da força de trabalho numa economia, poderemos usar como unidade de conta as horas de trabalho prestadas. Por outro lado, se observarmos o fluxo real correspondente à aquisição de bens ou serviços produzidos pelas empresas, poderemos encontrar unidades de conta muito variadas. As unidades de conta podem ser apresentadas em medidas de capacidade, de comprimento, em quantidade, entre outras formas, variando de acordo com o tipo de produto ou serviço transacionado.

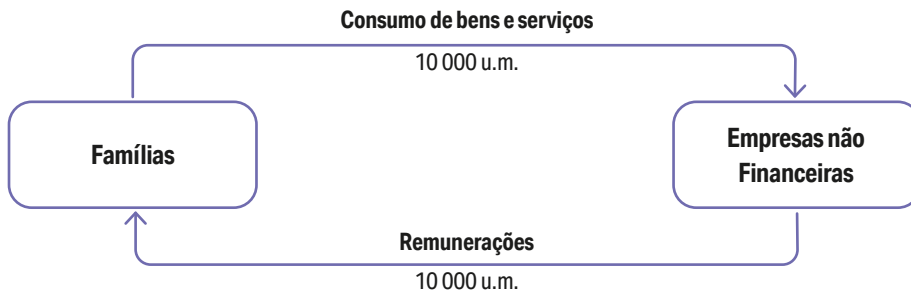
Analisemos o exemplo simplificado de uma comunidade local que entregou 500 horas de trabalho às empresas, tendo-lhes adquirido 100 unidades de bem X, 200 litros de bem Y, 500 quilogramas de bem Z e 800 metros de bem W.



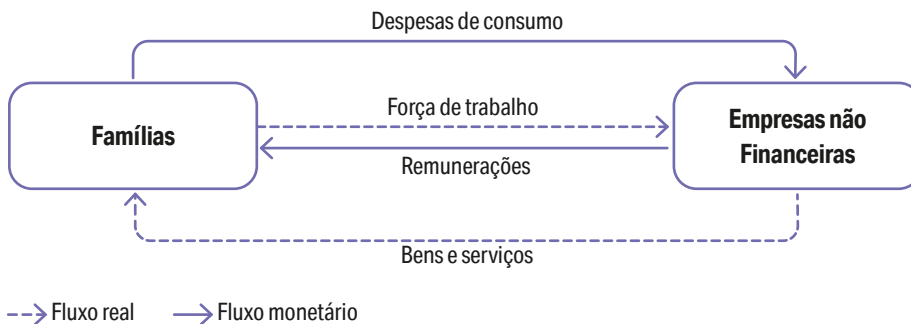
Podemos constatar que, nesta situação, os fluxos reais apareceram representados em unidades de conta diferentes. Caso pretendêssemos quantificar todos os fluxos reais existentes num país, o esquema daí resultante seria muito difícil de analisar, pois, como os fluxos reais podem ser expressos de muitas formas diferentes, tornava-se demasiado confuso, não nos permitindo efetuar uma verdadeira comparação. No entanto, essa dificuldade pode ser ultrapassada se os fluxos reais forem convertidos em unidades monetárias, isto é, se forem transformados em fluxos monetários.

Os **fluxos monetários** revelam a quantidade de moeda que foi transacionada entre vários agentes económicos. Neste tipo de fluxos, as trocas são contabilizadas apenas em unidades monetárias. Os fluxos monetários apresentam uma enorme vantagem sobre os fluxos reais, pois permitem representar toda a situação de forma imediatamente comparável, já que a unidade de conta é sempre a mesma, isto é, unidades monetárias (escudos, euros, dólares, etc.). Assim, por esse motivo, quando pretendemos representar uma realidade económica em esquema, geralmente utilizamos os fluxos monetários.

O esquema que se segue apresenta um exemplo de alguns dos fluxos monetários que se poderiam estabelecer entre os agregados familiares e as empresas da comunidade anteriormente referidos. As Empresas não Financeiras entregaram remunerações aos seus funcionários no valor de 10 000 unidades monetárias (u.m.) e as Famílias efetuaram despesas de consumo às Empresas não Financeiras no mesmo montante.



Apresentamos agora um esquema com os principais fluxos reais e monetários que representam as relações existentes entre as Famílias e as Empresas não Financeiras, para se compreender melhor a diferença entre os dois tipos de fluxos.



Analisando o esquema, verificamos que as Famílias adquiriram os seus bens e serviços às Empresas não Financeiras, dando, em troca, moeda. Isso significa que as despesas de consumo, que são fluxos monetários, tiveram como contrapartida um fluxo real, isto é, a respetiva entrega de bens e serviços. Por outro lado, também se observa que as Famílias entregaram a sua força de trabalho às Empresas não Financeiras, recebendo,

Fluxo monetário

Quantidade de moeda transacionada entre dois ou mais agentes.

e Manual Digital

Vídeo
Os agentes económicos o circuito económico



em troca, remunerações. Assim, o fluxo real que representava a entrega da força de trabalho teve, como contrapartida, o fluxo monetário representado pelas remunerações.

Atividade 1

- 1 Distingue fluxos reais de fluxos monetários.
- 2 Apresenta as principais vantagens da utilização de fluxos monetários.
- 3 Indica dois exemplos de fluxos monetários que se estabeleçam entre os agentes económicos Famílias e Estado.



13.1.2. Fluxos entre agentes económicos

Circuito económico

Representação esquemática dos fluxos que se estabelecem entre os diferentes agentes de uma economia.

Uma vez compreendido o conceito de fluxo e as vantagens da utilização dos fluxos monetários, passaremos a estudar os esquemas que se formam a partir da análise simultânea dos principais fluxos existentes entre os agentes económicos. Vamos ver como se constrói um **circuito económico**, que é uma representação esquemática dos fluxos que se estabelecem entre os diferentes agentes de uma comunidade. Começaremos por analisar individualmente os fluxos de cada agente, para, posteriormente, os agregarmos num circuito económico global. Primeiro, estudaremos os fluxos do agente Famílias e, em seguida, iremos acrescentando os fluxos dos restantes agentes, passando pelas Empresas não Financeiras, as Instituições Financeiras, o Estado e o Resto do Mundo.

Os fluxos monetários de cada agente podem ser de dois tipos: **recursos**, os fluxos que correspondem a entradas (recebimentos), ou **empregos**, os fluxos que correspondem a saídas (pagamentos).

Agente	
Empregos  No lado esquerdo inscrevem-se os pagamentos, os fluxos que correspondem às saídas .	Recursos  No lado direito inscrevem-se os recebimentos, os fluxos que correspondem às entradas .

Começando pelas **Famílias**, podemos dizer que estas entregam o valor dos bens e serviços que consomem às **Empresas não Financeiras**. Por outro lado, como os empresários são os indivíduos que aplicam capital nas empresas, é das Famílias que parte o investimento. Em contrapartida, estas empresas pagam os salários aos seus funcionários, entregam rendas pelos imóveis que arrendam e distribuem lucros aos empresários. Ainda é de referir que tanto os trabalhadores como os proprietários dos imóveis pertencem ao agente Famílias.

No que respeita às **Instituições Financeiras**, as Famílias entregam-lhes os seus depósitos, recebendo juros em troca, amortizam o valor dos empréstimos concedidos, entregando-lhes os respetivos juros, e ainda pagam prémios de seguro, sendo indemnizadas quando ocorrem os sinistros segurados. Como os funcionários das Instituições Financeiras também pertencem ao agente Famílias, os seus ordenados constituem um fluxo de entrada deste agente.

O **Estado** recebe impostos e contribuições sociais das Famílias, entrega-lhes prestações sociais, como subsídios ou pensões, e paga os vencimentos dos funcionários públicos.

Famílias	
Empregos (Pagamentos)	Recursos (Recebimentos)
<p>Às Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesas de consumo • Investimento (cedência de capital) <p>Às Instituições Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro <p>Ao Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impostos • Contribuições para a Segurança Social 	<p>Das Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ordenados (funcionários) • Rendas (proprietários de imóveis) • Lucros (empresários) <p>Das Instituições Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Juros de depósito • Ordenados (dos funcionários) • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) <p>Do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vencimentos (dos funcionários públicos) • Prestações sociais (pensões, subsídios)

Passando às **Empresas não Financeiras**, estas entregam os seus depósitos às **Instituições Financeiras**, recebendo, em troca, os juros; também amortizam os seus empréstimos pagando-lhes os juros devidos e fazem seguros pelos quais são indemnizadas em caso de sinistro. As Instituições Financeiras efetuam investimentos nas Empresas não Financeiras que, por sua vez, lhes entregam os respetivos lucros.

As Empresas não Financeiras pagam impostos ao **Estado** que, em determinadas circunstâncias, lhes atribui subsídios à produção e à importação. As Empresas não Financeiras também vendem bens ao Estado, pelo que recebem o valor das despesas de consumo deste agente.



Empresas não Financeiras	
Empregos (Pagamentos)	Recursos (Recebimentos)
<p>Às Famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ordenados • Rendas (cedência de imóveis) • Lucros (retorno do investimento) <p>Às Instituições Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro • Lucros (retorno do investimento) <p>Ao Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impostos • Contribuições para a Segurança Social <p>Ao Resto do Mundo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor das importações nacionais 	<p>Das Famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesas de consumo • Investimento (cedência de capital) <p>Das Instituições Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento (cedência de capital) • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) <p>Do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesas de consumo • Subsídios à produção e importação <p>Do Resto do Mundo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor das exportações nacionais

As **Instituições Financeiras**, para além do que já foi referido, ainda entregam impostos à **Administração Pública**, remuneram os depósitos do Estado através de juros e concedem-lhe empréstimos, pelo que cobram juros, além de também o indemnizarem pelo valor dos seguros subscritos.

Instituições Financeiras	
Empregos (Pagamentos)	Recursos (Recebimentos)
<p>Às Famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ordenados • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) <p>Às Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento (cedência de capital) • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) <p>Ao Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impostos • Contribuições para a Segurança Social • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) 	<p>Das Famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro <p>Das Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro • Lucros (retorno do investimento) <p>Do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro <p>Do Resto do Mundo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fluxos de compensação¹

¹ Os fluxos de compensação com o Resto do Mundo serão explicados quando analisarmos esse agente.

No que se refere ao Estado, já foram mencionados anteriormente todos os fluxos que ele estabelece com os outros agentes, pelo que apenas se apresenta o quadro com a síntese de todas as relações.

Estado	
Empregos (Pagamentos)	Recursos (Recebimentos)
<p>Às Famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vencimentos (dos funcionários públicos) • Prestações sociais (pensões, subsídios) <p>Às Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesas de consumo • Subsídios à produção e importação <p>Às Instituições Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro 	<p>Das Famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impostos • Contribuições para a Segurança Social <p>Das Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impostos • Contribuições para a Segurança Social <p>Das Instituições Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impostos • Contribuições para a Segurança Social • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro)



Vídeo
O circuito económico



Quanto ao **Resto do Mundo**, embora estabeleça relações de troca com todos os agentes, é com as Empresas não Financeiras e as Instituições Financeiras que trava o maior número de negócios. As Empresas não Financeiras nacionais trocam bens e serviços com as suas congéneres estrangeiras. A entrada de bens corresponde a um fluxo monetário de saída (**valor das importações**) e a saída de bens corresponde a um fluxo monetário de entrada (**valor das exportações**).

No que respeita às transações entre as Instituições Financeiras e o Resto do Mundo, elas são representadas por meio de um fluxo único, designado **fluxo de compensação**. A razão de ser deste fluxo é que os saldos das trocas entre os diferentes países se inscrevem na Balança de Pagamentos que tem de estar sempre saldada. Geralmente, é preciso equilibrar o saldo da Balança de Pagamentos e, para isso, pode ser necessário proceder de duas formas diferentes: se o saldo é negativo, deve-se procurar obter um financiamento externo para permitir a entrada de divisas; quando o saldo é positivo, deve ser feita uma colocação financeira no exterior para fazer sair divisas.

Resto do Mundo	
Empregos (Pagamentos)	Recursos (Recebimentos)
<p>Às Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor das exportações nacionais <p>Às Instituições Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fluxos de compensação 	<p>Das Empresas não Financeiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor das importações nacionais

No quadro anterior são apresentadas as contas do ponto de vista nacional. Assim, onde aparecem os valores das exportações e das importações referimo-nos às

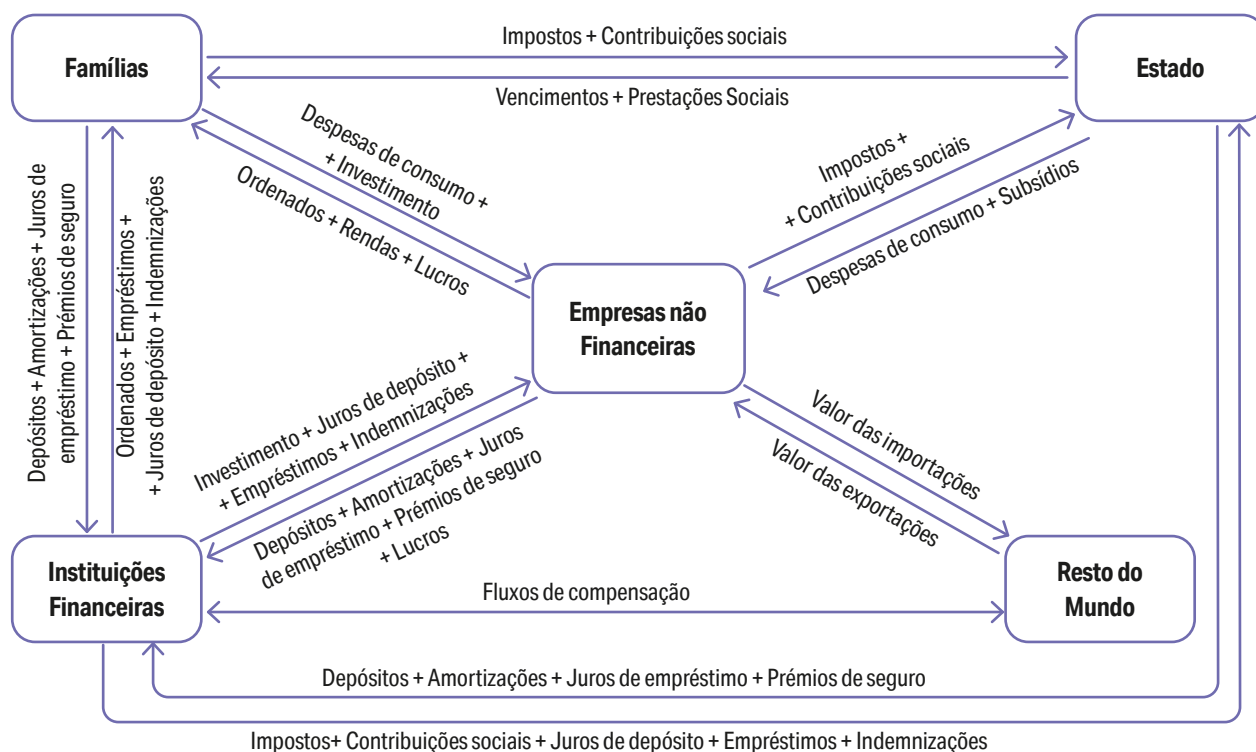
exportações e importações do país. Caso se tratasse dos registos estrangeiros, em vez das importações nacionais estariam exportações e em vez de exportações nacionais apareceriam as importações desse país. O fluxo de compensação inscreve-se sempre como emprego do agente Resto do Mundo, sendo precedido do sinal (–) quando corresponde a um saldo negativo.

Atividade 2

- 1 Redige um pequeno texto sobre algumas das relações que se podem estabelecer entre as Famílias e as Empresas não Financeiras de uma determinada localidade.

Acabámos de reunir todas as informações necessárias para a construção de um circuito económico. Assim, se agregarmos num esquema único as informações principais contidas nas tabelas de cada agente, obteremos o seguinte resultado.

Circuito económico em economia aberta



Atividade 3

Lê atentamente o texto que se segue.

“As famílias de um país colocam à disposição das empresas um fator produtivo fundamental: o trabalho. Estas, naturalmente, remuneram-no, através dos salários que pagam mensalmente. Por outro lado, as empresas vendem bens e prestam serviços às famílias, recebendo em troca o produto dessas vendas (as despesas das famílias em consumo). Essas mesmas famílias colocam as suas poupanças nas instituições financeiras (bancos, seguradoras), que lhes “rendem” juros. Já as empresas adotam também o inverso: pedem dinheiro emprestado a essas instituições para financiar investimentos, pagando por isso juros. As famílias recebem ainda do Estado certas transferências, pagando impostos sobre os seus rendimentos (salários, juros dos depósitos bancários, etc.) e as contribuições para a Segurança Social que mensalmente lhes são “descontadas” nos vencimentos. Também ao Estado e a entidades externas (aqui representadas por “Exterior”) as instituições financeiras emprestam dinheiro, recebendo por isso juros. Em relação ao Estado, pagam, como qualquer outra entidade, os seus impostos.

O Estado recebe impostos das empresas, concedendo-lhes subsídios. Adquire-lhes também certos bens, pelos quais paga a respetiva contrapartida monetária. Finalmente, qualquer país que mantenha relações comerciais com outros países (sendo, portanto, uma economia aberta) exporta para eles e importa deles mercadorias.”

Porto Editora – *Circuito económico* na Infopédia, Porto, Porto Editora [consult. 9 abr 2025]

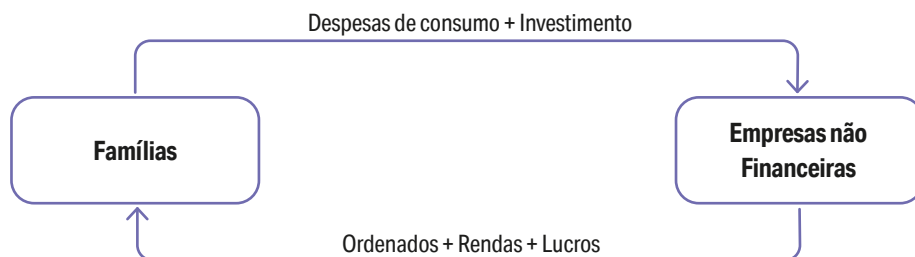
- 1 Identifica no texto um fluxo real.
- 2 Indica todos os fluxos mencionados no texto que dizem respeito ao agente Estado.
- 3 Comenta a última afirmação do texto.

13.1.3. Equilíbrio entre recursos e empregos

À medida que fomos apresentando os diversos agentes através de um sistema de contas (quadros), vimos que cada conta se decompunha em duas partes: os fluxos de saída (empregos) e os fluxos de entrada (recursos). Se analisarmos com atenção as contas de cada agente, podemos concluir que os empregos de um agente correspondem sempre aos recursos de outro agente. Isso acontece devido à necessidade de existência de um equilíbrio entre os empregos e os recursos dos agentes de uma economia.

Um fluxo de saída de um agente económico tem de corresponder sempre a um fluxo de entrada de igual valor de outro agente, pois só assim é possível verificar-se uma situação de equilíbrio económico.

A título de exemplo, vejamos o que acontece com os fluxos que se estabelecem entre as Famílias e as Empresas não Financeiras.



Desenhando as respetivas contas dos dois agentes, facilmente se constata que os empregos das Famílias são simultaneamente recursos das Empresas não Financeiras e vice-versa, pois os recursos das Famílias também correspondem aos empregos das Empresas não Financeiras.

Famílias		Empresas não Financeiras	
Empregos	Recursos	Empregos	Recursos
Para as Empresas : • Despesas de consumo • Investimento	Das Empresas : • Ordenados • Rendas • Lucros	Para as Famílias : • Ordenados • Rendas • Lucros	Das Famílias : • Despesas de consumo • Investimento

No entanto, ainda existe mais um pressuposto para a existência de equilíbrio económico: é que **o total de empregos dos agentes tem de igualar o total dos seus recursos**. Para haver equilíbrio numa dada economia, os seus fluxos de saída têm de corresponder sempre aos seus fluxos de entrada.

Em síntese, dizemos que a existência de **equilíbrio económico** numa economia pressupõe, por um lado, que os recursos de cada agente sejam simultaneamente empregos de outros agentes; e, por outro, que o total dos empregos dos agentes seja igual ao total dos seus recursos.

Equilíbrio económico:

- O recurso de um agente é sempre, simultaneamente, emprego de outro agente.
- Total dos Empregos = Total dos Recursos



Exercício
Os agentes económicos e o circuito económico



Atividade 4

- 1 Explica em que consiste o equilíbrio económico, apresentando os seus pressupostos.

13.2. A Contabilidade Nacional

Acabámos de ver que os agentes económicos interagem sistematicamente, entre si, estabelecendo relações de troca uns com os outros. Analisando a forma como se articulam os fluxos de uma economia, constatamos que existe uma forte interdependência entre os diversos agentes económicos. Podemos comprovar a existência dessa correlação dinâmica observando as relações que se estabelecem no circuito económico.

Cada vez que existe um novo fluxo, geralmente esse facto tem repercussões sobre o circuito económico global, dado que cada movimento afeta o equilíbrio do todo. A complexidade das relações que se estabelecem entre os diversos agentes de um país cria a necessidade de se utilizarem ferramentas eficientes que permitam quantificar corretamente a sua realidade macroeconómica.

Mas os instrumentos de medição da realidade macroeconómica também são muito importantes para os governantes de cada país. Estes precisam de conhecer as respetivas realidades económicas para decidirem as estratégias de desenvolvimento mais adequadas a implementar e, dessa forma, procurar criar melhores condições de vida para os indivíduos. Nos dias de hoje, a economia desempenha um papel muito importante na atuação política de qualquer governo, pois a maioria das decisões políticas que os governantes tomam está diretamente relacionada com medidas de natureza económica.

Para dar resposta a estas necessidades, surgiu a **Contabilidade Nacional**. Trata-se de uma forma de sistematização das contas de um país, que apareceu, sobretudo, com o objetivo de dar a conhecer e quantificar as inúmeras relações que se estabelecem entre os vários agentes económicos. Mas vejamos um pouco mais aprofundadamente em que consiste este conceito.

A Contabilidade Nacional é uma técnica que permite sistematizar grandezas macroeconómicas de uma nação, como, por exemplo, o seu Produto, a sua Despesa ou o seu Rendimento. A Contabilidade Nacional constitui um importante instrumento de quantificação da realidade económica. Produz informação contabilística sobre um país, possibilitando o apuramento do valor da riqueza por ele gerada, em cada momento, bem como efetuar comparações entre diferentes períodos ou diferentes regiões, fazer previsões económicas que possibilitem o planeamento do futuro e planificar com rigor a atuação política que deve ser implementada para que possam ser atingidos os objetivos.

Contabilidade Nacional

Conjunto de operações que permitem apurar o valor das diversas grandezas macroeconómicas de um país, articulando-as através de um sistema de contas (Contas Nacionais).

Documento 1

“Contabilidade Nacional

Conjunto articulado de contas e quadros, onde se registam as operações efetuadas pelos agentes económicos, durante um certo período. Dá uma visão geral de tudo aquilo que se passa na economia. A Contabilidade Nacional permite o cálculo de conceitos importantes em economia: a produção, a despesa e o rendimento. Os indicadores macroeconómicos apurados pela Contabilidade Nacional, o PNB, o PIB, o Rendimento Nacional, a Despesa Interna e os saldos das balanças que compõem a Balança de Pagamentos são frequentemente utilizados em economia, principalmente para avaliar a capacidade produtiva, a repartição do rendimento e o nível competitivo de um país. É, sobretudo, após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se desenvolve a Contabilidade Nacional, como consequência da crise capitalista, da complexidade da vida económica e da interdependência da economia. A complexidade das economias e a interdependência entre elas foram determinantes para o desenvolvimento da Contabilidade Nacional. O aparecimento de problemas económicos e sociais (dinamização da produção, aumento do desemprego, etc.) impunha a formulação de políticas globalizantes que possibilitassem a sua resolução. A solução dos problemas económicos e sociais passa pelo conhecimento desses problemas e pelos efeitos que as medidas possam ter na economia.

A recolha e o tratamento de dados estatísticos, numa perspetiva macroeconómica, só são possíveis com o desenvolvimento da Contabilidade Nacional. Esta disciplina é útil porque é uma técnica de registo sistemático de informação básica sobre a atividade económica e que possibilita a realização de uma análise económica significativa. É uma base importante para a formulação de uma política económica e para quantificar as medidas tomadas em termos de objetivos atingidos e permite definir ou redefinir as melhores estratégias de desenvolvimento de um país e o alcance de melhores níveis de bem-estar para a população.”

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Em síntese, os **principais objetivos da Contabilidade Nacional** são:

- quantificar a atividade económica de um país;
- permitir efetuar comparações no tempo e no espaço;
- possibilitar a previsão de tendências económicas / acontecimentos futuros;
- permitir a tomada de decisões com base em informações rigorosas e de forma fundamentada.

Atividade 5

Lê atentamente o seguinte excerto.

“A Contabilidade Nacional é uma representação simplificada e numérica de todas as operações económicas realizadas durante um ano no interior de uma economia ou entre esta e o Resto do Mundo. Ela permite fazer comparações no tempo e no espaço e constitui um instrumento insubstituível de previsão económica.”

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

- 1 Apresenta uma noção de Contabilidade Nacional, atendendo ao texto.

13.2.1. Conceitos necessários à Contabilidade Nacional

Analisámos anteriormente a classificação dos agentes económicos segundo um critério funcional, isto é, de acordo com a principal função que cada um desempenha na atividade económica. No entanto, os sistemas de Contabilidade Nacional habitualmente utilizam um critério de classificação ligeiramente diferente. Usam o critério institucional que tem por base as unidades institucionais que lhes dão origem e a autonomia dos agentes na tomada de decisões.

Para compreender melhor estes e outros assuntos que dizem respeito à Contabilidade Nacional, a seguir, iremos clarificar alguns conceitos importantes, nomeadamente, compreender o que são unidades institucionais e setores institucionais, dar a noção de território económico e de unidade residente e, por fim, rever o conceito de ramo de atividade.

• Unidades institucionais

Consideram-se **unidades institucionais** todas as entidades económicas que mantêm autonomia de decisão no exercício das suas funções e que dispõem de condições para elaborar um registo contabilístico completo da sua atividade. Em suma, dizemos que são unidades produtivas com poder de decisão autónomo e contabilidade organizada.

Unidade institucional

Unidade produtiva que dispõe de poder de decisão autónomo e que apresenta contabilidade organizada.

• Setores institucionais

A partir do conceito de unidade institucional podemos deduzir a noção de setor institucional. Um **setor institucional** é um conjunto de unidades institucionais com características e comportamentos similares. Assim, se agregarmos todas as unidades institucionais com características semelhantes, obteremos o setor institucional respetivo, como, por exemplo,

Setor institucional

Conjunto de unidades institucionais que apresentam características e comportamentos semelhantes.

o setor institucional Sociedades não financeiras, que agrega todas as unidades que produzem bens e serviços comercializáveis de natureza não financeira.

Mas há exceções no que respeita à classificação dos setores segundo o critério institucional. As famílias constituem uma exceção. Os agregados familiares consideram-se setor institucional, porque, apesar de não possuírem contabilidade organizada, têm poder de decisão em atos de consumo.

Classificação dos setores institucionais

Os principais sistemas de Contabilidade Nacional classificam os setores institucionais nas seguintes categorias: Sociedades não financeiras, Sociedades financeiras, Administrações públicas, Famílias, Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF) e Resto do Mundo.

- **Sociedades não financeiras:** inclui todas as sociedades públicas ou privadas, que têm residência em território nacional, cuja principal atividade é a produção de bens e serviços comercializáveis não financeiros. Neste setor, estão, portanto, abrangidas todas as empresas, filiais de multinacionais e unidades com contabilidade organizada, quer sejam controladas pelo Estado ou não, que produzam bens e/ou prestem serviços de natureza não financeira cuja comercialização pressupõe a entrega de uma determinada contraprestação.
- **Sociedades financeiras:** abrange todas as entidades residentes, de âmbito público ou privado, cuja principal função é a prestação de serviços financeiros, como é o caso das instituições de crédito que financiam a atividade económica através da captação das poupanças ou das seguradoras que contratam a cobertura de riscos mediante o pagamento de um prémio de seguro. Neste setor incluem-se os intermediários e os auxiliares financeiros que efetuam operações financeiras por conta própria ou em nome de terceiros, nomeadamente: banco central, bancos comerciais, sociedades de seguros, fundos de pensões, instituições de microfinanças, entre outros.
- **Administrações públicas:** é o setor no qual se inscrevem as contas relativas às entidades públicas de um país de natureza não mercantil. Este setor é composto por diversos níveis de estruturas organizativas, englobando a Administração Central, na qual se incluem ministérios, secretarias de Estado, direções-gerais, entre outros organismos públicos; a Administração Local, onde se inserem, por exemplo, as câmaras

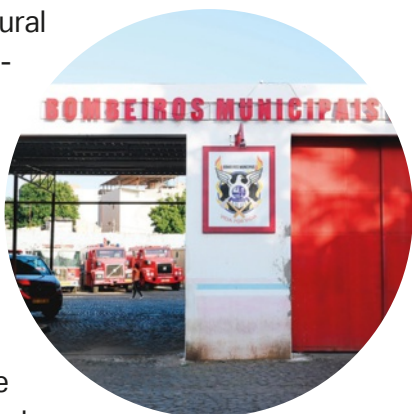


municipais; fundos autónomos e institutos públicos, instituições autónomas controladas pelo Estado, como o Instituto Nacional de Previdência Social.

As principais funções do setor Administrações públicas são, por um lado, a prestação de serviços não comercializáveis destinados a satisfazer o maior número de necessidades coletivas e, por outro lado, efetuar a redistribuição do rendimento do país, através da cobrança de impostos e quotas sociais, com vista a promover uma diminuição das desigualdades sociais.

- **Famílias:** inclui todos os indivíduos que exercem a função de consumidores, trabalhadores por conta própria e pessoas que produzem bens para consumo próprio, como, por exemplo, o cultivo de alimentos. No caso dos trabalhadores por conta própria, embora os negócios sejam de natureza mercantil, na maioria das situações, trata-se de atividades de cariz familiar, não se conseguindo distinguir facilmente as contas particulares do empresário, enquanto indivíduo, das contas da sua atividade empresarial.
- **Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF):** engloba todas as entidades privadas que não têm fins lucrativos e cuja principal função é a prestação de serviços de âmbito social, cultural ou recreativo. As ISFLSF são instituições dotadas de personalidade jurídica que prestam serviços gratuitos, ou de valor reduzido, às famílias, utilizando para isso fundos provenientes de contribuições voluntárias ou de rendimentos de propriedade. Importa salientar que, em determinadas circunstâncias, as ISFLSF podem comercializar certos bens e/ou serviços com o objetivo de angariar recursos, mas os resultados provenientes dessas vendas têm de reverter a favor das suas causas, não podendo haver distribuição de lucros pelos seus membros. Neste setor incluem-se instituições de beneficência e de solidariedade social, igrejas, associações de bombeiros, entre outras.
- **Resto do Mundo:** é o setor que agrega as contas respeitantes a todas as unidades institucionais que não são residentes em território nacional, mas que estabelecem relações económicas com as unidades residentes no país.

O setor Resto do Mundo constitui assim outra exceção na classificação de setores institucionais segundo o critério institucional. Neste caso, as unidades institucionais do setor Resto do Mundo são classificadas em função do local de residência e não devido às unidades que o compõem terem características ou comportamentos idênticos. Dizemos, então, que, para fazerem parte deste setor, as unidades institucionais têm de residir fora do país e estabelecer relações de troca com unidades institucionais nacionais.



Documento 2

“As contas dos setores institucionais visam analisar o comportamento económico de agregados formados por unidades institucionais que apresentam comportamentos homogêneos. Assim a economia nacional (S.1) foi organizada em 5 setores institucionais a saber: S.11 – Sociedades não Financeiras, S.12 – Sociedades Financeiras, S.13 – Administrações públicas, S.14 – Família e S.15 – Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias. O S.15 foi agregado ao S.14.

Num setor único denominado Resto do Mundo – S.2 foram inseridas todas as operações envolvendo residentes e não residentes. Dado que o trabalho de compilação das contas dos setores institucionais é levado a cabo após a publicação das contas de bens e serviços (contas dos ramos de atividade e equilíbrios recursos empregos), foram feitas arbitragens para garantir a consistência/coerência entre as primeiras e as segundas. As contas dos setores institucionais à semelhança do que acontece a nível internacional, são elaboradas apenas a preços correntes.”

<https://ine.cv/contas-dos-setores-institucionais/> [consult. 10 abr 2025]

Atividade 6

- 1 Estabelece a principal diferença existente entre as Sociedades não financeiras e as Sociedades financeiras. Identifica alguns exemplos da tua região.
- 2 Caracteriza o setor Instituições financeiras sem fins lucrativos ao serviço das famílias, referindo o seu papel junto das famílias.

• Território económico

Território económico

Engloba o espaço terrestre, aéreo, zonas francas, enclaves territoriais no estrangeiro, jazigos naturais em águas internacionais e meios de transporte marítimos ou aéreos pertencentes a agentes residentes.

Em Economia, quando nos referimos ao território de um país, geralmente, estamos a falar do seu **território económico**. O território económico de um país abrange todo o seu espaço terrestre e aéreo, zonas francas, enclaves territoriais no estrangeiro, jazigos naturais em águas internacionais, bem como todos os meios de transporte marítimos e aéreos de agentes residentes em território nacional.

O território económico de Cabo Verde inclui as ilhas, com uma área terrestre de cerca de 4 033 km², assim como uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), que se estende por 200 milhas náuticas a partir da costa, ocupando cerca de 734 265 km².

• Unidade residente

Outro conceito que importa definir é o de unidade residente. Chamamos **unidade residente**² de um país a todas as entidades que mantêm um centro de interesse predominante nesse país, nomeadamente, mantendo a posse de propriedades nesse país durante um período de tempo igual ou superior a um ano. Assim, para um agente ser considerado residente em determinado território, é preciso que resida há, pelo menos, um ano nesse território. Este conceito será particularmente útil quando analisarmos mais à frente alguns conceitos relacionados com o Resto do Mundo.

Unidade residente

Agente económico que mantém uma residência fixa em determinado território há, pelo menos, um ano.

• Ramo de atividade

A Ciência Económica recorre a diversos critérios no que respeita à definição das unidades a utilizar para efeitos contabilísticos. Esses critérios variam de acordo com os objetivos que se pretendem atingir em cada análise. Assim, umas vezes poderá ser utilizado um critério de natureza territorial, identificando-se nesse caso os países, grupos de países ou regiões a analisar. Outras vezes, quando se observam as relações que se estabelecem entre os diversos agentes, é utilizado um critério que tenha por base as unidades institucionais e os respetivos setores institucionais a que pertencem. Pode ainda ser necessário utilizar outras unidades de medição quando se pretende contabilizar o processo de produção, nomeadamente os fluxos que se estabelecem entre as diferentes partes de cada unidade institucional.

Dada a complexidade de processos de produção e de fluxos de entrada e saída que se geram na atividade económica, os sistemas de Contabilidade Nacional têm necessidade de encontrar unidades de medição adequadas para poderem efetuar comparações eficientes. Assim, as unidades institucionais são decompostas em unidades de menor dimensão com características idênticas para que o conjunto de atividades económicas possa ser analisado com rigor.

Para efeitos de contabilização dos processos de produção, em termos de análise económica, pode ser utilizada como unidade de medição a unidade de produção homogénea (UPH). As unidades de produção homogénea são as unidades produtivas que utilizam o mesmo processo produtivo, ou processos produtivos semelhantes, no fabrico dos seus produtos.

Juntando todas as unidades de produção de cada produto, obteremos o **ramo de atividade**³ correspondente a esse produto. Um ramo de atividade agrupa todas as unidades produtivas que exercem uma atividade económica semelhante. Cada ramo de atividade só pode ser asso-

Ramo de atividade

Conjunto de todas as unidades de produção de um produto que exercem o mesmo tipo de atividade produtiva.

² A **unidade não residente** não mantém residência fixa em determinado território, há pelo menos, um ano.

³ Poderás rever as diferentes designações dos ramos de atividade cabo-verdianos consultando a Classificação das Atividades Económicas (CAE CV – REV.1) analisada anteriormente.

ciado a um produto. No entanto, se uma unidade produtiva produzir mais do que um produto, nesse caso, deverá fazer parte de mais do que um ramo de atividade.

Atividade 7

“A Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde estende-se por mais de 730 mil km², sendo caracterizada por grandes profundidades e elevados picos submarinos, com uma plataforma continental reduzida.”

<https://www.conscv.nl/pt/cabo-verde/informacoes-gerais-sobre-cabo-verde> [consult. 10 abr 2025]

- 1 Dá a noção de território económico.
- 2 Comenta a veracidade da seguinte afirmação: “considera-se unidade residente todo o agente económico que se encontra presentemente a residir em território nacional”.
- 3 Diz o que entendes por ramo de atividade.

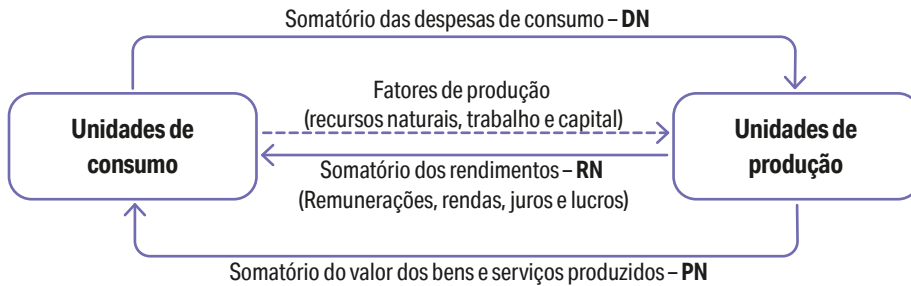
13.2.2. Óticas de cálculo do valor da produção

O equilíbrio económico de uma nação pode ser observado através da análise dos principais agregados macroeconómicos. O Produto Nacional (PN), a Despesa Nacional (DN) e o Rendimento Nacional (RN) são grandezas que revelam esse equilíbrio na medida em que nos demonstram que o total dos recursos de um país é igual ao total dos seus empregos, isto é, o Produto Nacional é igual à Despesa Nacional e ao Rendimento Nacional.

$$\text{PN} = \text{DN} = \text{RN}$$

Explicando essa igualdade de modo resumido, temos, por um lado, o **Produto Nacional**, que corresponde ao somatório de todos os bens e serviços produzidos por um país, durante um determinado período de tempo, geralmente, um ano. Por outro lado, sabemos que a atividade produtiva de cada economia permite gerar rendimentos, pela via do trabalho e/ou do capital, que são distribuídos pelos diversos agentes económicos de acordo com a participação de cada um na atividade económica. Assim, o **Rendimento Nacional** corresponde ao somatório dos rendimentos do país que posteriormente são direcionados pelos agentes para o consumo ou a poupança, que, por sua vez, pode ter como destino o investimento. A análise destas diferentes formas de utilização de rendimentos conduz-nos à **Despesa Nacional**, que corresponde ao somatório dos gastos do país.

A igualdade entre os três agregados representa o equilíbrio económico, conforme podemos observar no esquema seguinte.



As unidades de produção recebem os fatores de produção, que utilizam para produzir bens e serviços que se destinam a ser consumidos. A atividade produtiva permite gerar rendimentos, que posteriormente são distribuídos e utilizados pelos agentes.

Documento 3

“O circuito económico traduz uma situação de equilíbrio económico entre os recursos e empregos, conduzindo às igualdades:

- **Produto = Despesa** – As unidades de consumo adquirem o que as unidades de produção produzem;
- **Rendimento = Despesa** – Os rendimentos auferidos pelos elementos das unidades de consumo, que fornecem trabalho e iniciativa às unidades de produção, são iguais às despesas de consumo;
- **Produto = Despesa = Rendimento** – Em resultado das igualdades anteriores, os três agregados apresentam o mesmo valor.

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

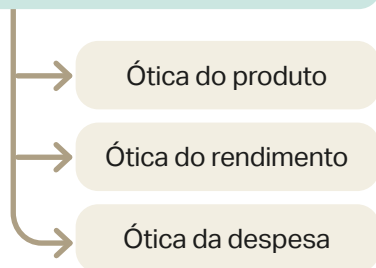
Atividade 8

- 1 Justifica sinteticamente a igualdade:

Produto Nacional = Rendimento Nacional = Despesa Nacional

O conhecimento do valor da produção de cada nação constitui uma importante ferramenta de análise e medição da sua situação. Pelo facto de haver uma igualdade entre os três grandes agregados macroeconómicos, o cálculo do valor da produção de um país pode ser efetuado segundo três perspetivas diferentes – três óticas. As óticas de cálculo

Óticas de cálculo do produto



são a ótica do Produto, a ótica do Rendimento e a ótica da Despesa.

Em linha gerais, dizemos que a **ótica do Produto** permite dar a conhecer o conjunto de bens e serviços que foram produzidos durante um certo período de tempo num país, que a **ótica do Rendimento** revela o modo como os rendimentos, de trabalho e de capital, gerados na atividade produtiva foram distribuídos pelos diversos agentes do país e que a **ótica da Despesa** mostra a forma como foram aplicados os rendimentos distribuídos, isto é, se foram canalizados para consumo ou investimento.

Atividade 9

Lê atentamente o seguinte texto.

“Um único processo produtivo afinal, olhado “de cima”, à escala nacional, é encarado de três ângulos diferentes que correspondem também a diferentes “papéis” desempenhados pelos atores ou agentes económicos: consumidores, produtores, investidores, empresários, trabalhadores...”

MURTEIRA, M. (2002), *A Economia em Vinte e Quatro Lições*, Lisboa, Editorial Presença

- 1 Comenta o texto explicando em que consistem os “três ângulos diferentes”.



Vídeo
Conceitos necessários à Contabilidade Nacional



13.2.2.1. Cálculo do valor da produção pela ótica do Produto

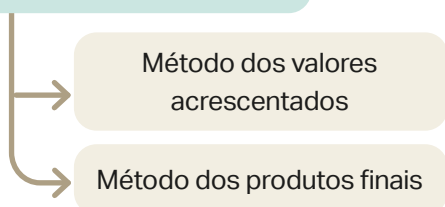
O cálculo do valor da produção segundo a ótica do Produto permite-nos apurar o valor dos bens e serviços que foram gerados num país durante um determinado período, geralmente um ano ou um trimestre. No entanto, quando contabilizamos o valor dos bens e serviços produzidos pelos agentes de uma nação, é necessário acautelar um problema: deve ser evitada a possibilidade de duplicação contabilística dos consumos intermédios utilizados nos processos de fabrico, o chamado **problema da múltipla contagem**.

Este problema pode ocorrer se os bens que se incorporam no processo produtivo de outros (bens de consumo intermédio ou de produção) forem contabilizados mais do que uma vez na contagem total da produção. Isso acontecerá se os bens de produção forem contabilizados no momento em que são produzidos e forem contabilizados

Problema da múltipla contagem

Problema que deriva da possibilidade de se contabilizar mais do que uma vez o valor dos consumos intermédios.

Múltipla contagem



novamente, numa fase posterior, em que já estão incorporados noutros bens, dando assim origem a um valor de produção erróneo.

Documento 4

“Não podemos somar o valor de todos os bens produzidos por todas as empresas. Porquê? Porque existe um problema de **dupla contagem**: no valor do pão está incluído o valor da farinha. Se para calcular o produto somamos o produto do moinho (farinha) com o da padaria (pão), a farinha vem contada duas vezes: uma vez como produto final do moinho e outra vez como componente do valor do pão, somada a farinha. Assim, a soma do valor total das vendas das empresas todas (a sua produção) é muito superior ao valor realmente produzido no país (o produto), pois o valor das vendas de uma empresa não representa o que ela produziu, mas o valor que ela produziu e comprou produzido.”

DAS NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

Mas é possível evitar o problema da múltipla contagem. Para ultrapassar este problema, podemos utilizar dois métodos diferentes:

- método dos valores acrescentados;
- método dos produtos finais.

Método dos Valores Acrescentados

Começando pelo método dos valores acrescentados, podemos dizer que este método permite ultrapassar o problema da múltipla contagem porque apenas entra em linha de conta com o valor dos bens e serviços que foram efetivamente criados por um país num determinado período, isto é, calcula o valor que foi gerado de novo no país durante esse período. O novo valor que é apurado designa-se por **Valor Acrescentado Bruto (VAB)**.

Decompondo a expressão Valor Acrescentado Bruto (VAB), para facilitar a compreensão do seu significado, temos:

- **Valor Acrescentado**, dado que se trata de um valor que foi totalmente gerado de novo durante o processo produtivo;
- **Bruto**, porque, conforme veremos mais à frente, engloba o montante dos encargos suportados com a reposição do capital fixo que sofreu desgaste ou que se deteriorou durante o processo produtivo, ou seja, inclui as chamadas amortizações (ou consumo de capital fixo).

Valor Acrescentado

Valor totalmente gerado ao longo de um processo produtivo e que corresponde à riqueza efetivamente criada.

Consumos intermédios

Conjunto de bens e serviços que são consumidos durante um processo produtivo.

O valor acrescentado de cada intermediário pode ser calculado deduzindo-se o valor dos seus consumos intermédios ao valor da sua produção. O valor do Produto de uma nação corresponde ao somatório dos valores acrescentados de todos os seus agentes.

$$\text{VAB} = \text{Produção Total} - \text{Consumos Intermédios}$$
$$\text{Produto} = \Sigma \text{VAB (de todas as unidades produtivas)}$$

Atividade 10

Lê o seguinte texto.

“A forma de resolver esta questão está em contar, nas vendas de cada empresa, apenas aquilo que é valor acrescentado. O valor acrescentado é aquilo que o produto vale, no momento da venda, a mais do que valiam as suas partes componentes que a empresa comprou já produzidas. O valor acrescentado constitui aquele aumento de valor que a terra, o trabalho e o capital incorporam sobre as matérias-primas. O resto é valor que as matérias-primas já traziam quando chegaram à empresa, e por isso são valores acrescentados por outras empresas anteriormente.”

DAS NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

- 1 Identifica a questão a que se refere a primeira frase do texto.
- 2 Comenta o texto, caracterizando o método a que este se refere.

Consideremos o exemplo simplificado do fabrico de pão de centeio de uma dada região cujo processo produtivo envolve três produtores:

- uma exploração agrícola que produz o centeio;
- uma empresa de moagem que transforma o centeio em farinha;
- uma empresa de panificação que fabrica o pão.

Sabendo que:

- a empresa de exploração agrícola vendeu centeio à empresa de moagem no valor de 300 unidades monetárias;
- a empresa de moagem produziu farinha de centeio que vendeu à empresa de panificação por 500 unidades monetárias;
- a empresa de panificação fabricou pão de centeio no valor 900 unidades monetárias.

Será que podemos dizer que o produto destes agentes corresponde à soma das suas produções, isto é, ao valor das suas vendas? A resposta é não, pois, se somarmos o valor

das respetivas produções, o valor que iremos obter é bastante superior ao valor que foi efetivamente obtido.

Vejamos um esquema.



Somando o montante das vendas de cada produtor, obteremos um valor que não corresponde ao que foi efetivamente realizado, pois não estão a ser deduzidos os valores dos produtos e serviços que foram incorporados ao longo de cada processo produtivo.

$$300 + 500 + 900 = 1700 \text{ u.m. } \times$$

$$\text{Produto: } 900 \text{ u.m. } \checkmark$$

Para se calcular o valor real, deve-se somar apenas o valor acrescentado de cada produtor. Assim, é necessário subtrair o valor dos consumos intermédios de cada agente ao total das suas vendas, isto é, deduzir o montante das compras que efetuaram aos seus fornecedores.

Produtores	Vendas	Consumo Intermédio	Valor Acrescentado
Exploração agrícola	300	0	$300 - 0 = \mathbf{300}$
Empresa de moagem	500	300	$500 - 300 = \mathbf{200}$
Empresa de panificação	900	500	$900 - 500 = \mathbf{400}$
Total	1700	800	900

Analisando o quadro, verificamos que o consumo intermédio da empresa de moagem corresponde ao valor de centeio comprado à exploração agrícola (300 u.m.) e que o consumo intermédio da empresa de panificação corresponde ao montante de farinha comprada à empresa de moagem (500 u.m.). Subtraindo o valor dos consumos intermédios ao valor das vendas de cada produtor, obtemos os seus respetivos valores acrescentados conforme se pode observar na coluna da direita.

Através do método dos valores acrescentados é possível evitar a dupla contagem no cálculo do valor da produção de pão de centeio, somando os valores acrescentados de todos os agentes intervenientes ou subtraindo o valor total dos consumos intermédios ao valor total da produção:

$$\text{Somatório dos VA} = 300 + 200 + 400 = 900 \text{ u.m.}$$

ou

$$\text{Produção Total} - \text{Consumos Intermédios} = 1700 - 800 = 900 \text{ u.m.}$$

Método dos Produtos Finais

Mas existe outra forma de evitar o problema da múltipla contagem. Pelo método dos produtos finais também é possível ultrapassar essa questão. Basta, para efeitos de cálculo, considerar apenas o valor da produção dos bens de consumo final. Desse modo, só serão contabilizados os bens que se destinam ao consumo, aqueles que já não serão alvo de mais transformações, não havendo, portanto, qualquer possibilidade de se duplicar a sua contabilização.

Usando este processo, os bens de consumo intermédio só se contabilizam uma vez, sendo apenas registados quando já estão totalmente incorporados nos produtos finais⁴.

Produto = Valor final das vendas (de todas as unidades produtivas)

Utilizando o método dos produtos finais, para evitar o problema da múltipla contagem no caso anterior, o valor do Produto correspondia ao valor total de vendas do produto final, isto é, os 900 u.m. de vendas de pão de centeio.



Valores em euros

Produtores	Vendas
Exploração agrícola	300
Empresa de moagem	500
Empresa de panificação	900
Total	1700

Atividade 11

- 1 Imagina uma economia constituída por apenas três empresas: a empresa Alfa, a empresa Beta e a empresa Gama. A empresa Alfa recolhe da natureza as matérias-primas que vende à Beta. Por sua vez, a empresa Beta, depois de transformar as matérias-primas em produtos acabados, vende-os à empresa Gama que os comercializa ao público no seu estabelecimento comercial. Determina o valor do produto desta economia, segundo os dois métodos, sabendo que as vendas das empresas foram as seguintes:
 - vendas de Alfa: 10 000 u.m.
 - vendas de Beta: 20 000 u.m.
 - vendas de Gama: 50 000 u.m.

⁴ A contagem dos produtos finais é efetuada uma vez por ano, tendo em consideração a variação de existências entre o início e o fim do período.

Sabemos, então, que existem duas alternativas para evitar a possibilidade de duplicação de registos, podendo o valor do Produto realizado por uma nação ser calculado por dois processos distintos. No entanto, o sistema de Contabilidade Nacional privilegia a utilização do método dos valores acrescentados pelos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, conforme veremos mais à frente. Mas, antes de explorarmos esse assunto, é importante clarificar o conceito de Produto.

Noção de Produto

Documento 5

“Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos num país, num dado momento.”

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, tradução da 2.^a edição americana, Rio de Janeiro, Elsevier

O **Produto** de uma nação não é o mesmo que a sua produção total, pois, como já sabemos, uma parte da produção do país é utilizada para produzir outros bens, o designado consumo intermédio. O Produto é o valor que foi efetivamente acrescentado pelas unidades institucionais de um país durante um determinado período de tempo. O Produto representa a riqueza que foi gerada pelo país ao longo desse período. A periodicidade de cálculo do Produto de uma nação é geralmente um ano ou um trimestre.

Produto

Valor correspondente à riqueza gerada pelas unidades institucionais de um país, ao longo de um certo período de tempo (geralmente um ano ou um trimestre).

Mas o Produto de um país pode ser apresentado segundo diversas perspetivas. Entre outras classificações, o Produto pode designar-se:

- **Bruto** ou **Líquido**, conforme este tenha incluído no seu cálculo, ou não, o montante de capital fixo consumido;
- **Interno** ou **Nacional**, tendo em atenção o território onde foi criado e a nacionalidade dos agentes que o produziram;
- **a preços correntes** ou **constantes**, se o seu cálculo for valorizado aos preços do ano em causa ou aos preços de um ano anterior (base).

Em seguida, iremos estudar cada uma destas noções separadamente, para as compreendermos melhor e, posteriormente, as podermos combinar de diferentes formas.

Produto Bruto e Produto Líquido

Produto Líquido

Produto de uma nação que deduz no seu cálculo o montante de consumo de capital fixo.

Consumo de Capital Fixo (Amortizações)

Valor correspondente à depreciação do capital fixo devido ao passar do tempo.

Produto Bruto

Produto de uma nação que inclui no seu cálculo o montante de consumo de capital fixo.

A distinção entre Produto Bruto e Produto Líquido deriva da inclusão, ou não inclusão, do consumo de capital fixo no cálculo do Produto de um país. Vimos anteriormente que o capital fixo é o conjunto dos meios de produção de uma unidade produtiva que podem ser usados em diversos ciclos produtivos sem perderem as suas capacidades básicas originais, como, por exemplo, equipamentos, meios de transporte ou edifícios. No entanto, os processos produtivos geralmente implicam um desgaste natural do capital fixo das unidades produtivas que os realizam. Os seus equipamentos e infraestruturas vão-se desatualizando e deteriorando com o tempo, necessitando periodicamente de reparações ou até de serem substituídos. O conjunto de encargos que é necessário suportar com as depreciações de capital fixo corresponde ao chamado **consumo de capital fixo (CCF)**, também designado por **amortizações**.

Do ponto de vista das unidades produtivas, o consumo de capital fixo é considerado como um custo, pois, para não verem o seu património reduzir-se, as empresas necessitam de repor o valor do que vai sendo consumido. Assim, para efeitos de cálculo do Produto de um país, considera-se **Líquido (L)** o valor que não engloba o consumo de capital fixo e **Bruto (B)** o que inclui o consumo de capital fixo.

$$PL = PB - \text{Consumo de Capital Fixo}$$

$$PB = PL + \text{Consumo de Capital Fixo}$$

Atividade 12

- 1 Distingue Produto Líquido de Produto Bruto.
- 2 Sabendo que, no ano x, o Produto Bruto do país Alfa era 123 500 milhões de u.m. e que o seu Produto Líquido era 112 400 milhões de u.m., calcula o valor do consumo de capital fixo do país Alfa no ano x.

Produto Interno e Produto Nacional

A classificação em Produto Interno e Produto Nacional está relacionada com a origem da riqueza produzida. O Produto classifica-se como **Interno (I)** se é realizado em território económico nacional, por agentes nacionais ou por agentes estrangeiros residentes, isto é, que mantêm residência fixa em território nacional há mais de um ano. Neste caso, o critério utilizado é um critério de natureza territorial, que inclui toda a produção que é realizada em território nacional. Mas, de acordo com o critério da unidade residente, o Produto também pode ser classificado como **Nacional (N)** nos casos em que os fatores produtivos pertencem a entidades residentes. Assim, o Produto Nacional contabiliza a riqueza gerada pelas unidades institucionais residentes no país, independentemente de ter sido criada em território nacional ou no estrangeiro. Na prática, este agregado apura o valor do Produto obtido por agentes nacionais, quer este seja proveniente do território nacional ou não.

Exemplificando, dizemos que o valor acrescentado pela produção de uma empresa portuguesa, com residência fixa em Cabo Verde há mais de um ano, é contabilizado no Produto Interno cabo-verdiano e que os rendimentos resultantes dessa produção, que sejam eventualmente repatriados, se contabilizam no Produto Nacional português. Por outro lado, uma empresa cabo-verdiana com residência fixa em Portugal há mais de um ano contribui para o Produto Interno português e os rendimentos repatriados provenientes dessa produção contabilizam-se no Produto Nacional cabo-verdiano.

Para se calcular o Produto Interno e o Produto Nacional é necessário determinar o valor do **Saldo dos Rendimentos com o Resto do Mundo (SRRM)**, isto é, a diferença entre o total de rendimentos de trabalho, rendimentos de propriedade, rendimentos das empresas e impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação⁵ que entraram no país, com proveniência do Exterior, e o total de rendimentos primários e impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação enviados para o Resto do Mundo.

Produto Interno

Produto realizado em território económico nacional, independentemente de ter sido produzido por agentes nacionais ou estrangeiros.

Produto Nacional

Produto obtido por agentes com residência em território nacional há mais de um ano, independentemente de ter sido realizado em território nacional ou não.

Saldo dos Rendimentos com o Resto do Mundo (SRRM)

Corresponde à diferença entre os rendimentos primários recebidos do Resto do Mundo e os rendimentos primários enviados para o Resto do Mundo.

$$\text{SRRM} = \text{Rend.}^{\text{tos}} \text{ recebidos do RM} - \text{Rend.}^{\text{tos}} \text{ enviados para o RM}$$

⁵ Impostos sobre a produção e a importação menos respetivos subsídios.

A diferença entre os agregados Nacional e Interno corresponde ao SRRM. O saldo dos rendimentos com o Resto do Mundo é incluído no Produto Nacional e deduzido no Produto Interno.

$$PI = PN - \text{Saldo dos Rendimentos com o Resto do Mundo}$$

$$PN = PI + \text{Saldo dos Rendimentos com o Resto do Mundo}$$

Atividade 13

- 1 Distingue Produto Nacional de Produto Interno.
- 2 Determina o Produto Interno do país Beta, sabendo que:
 - rendimentos do trabalho recebidos do RM: 100 milhões de u.m.
 - rendimentos do trabalho enviados para o RM: 80 milhões de u.m.
 - rendimentos de capital recebidos do RM: 3 200 milhões de u.m.
 - rendimentos de capital enviados para o RM: 420 milhões de u.m.
 - impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios recebidos do RM: 1,2 milhões de u.m.
 - impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios enviados para o RM: 0,8 milhões de u.m.
 - Produto Nacional: 250 300 milhões de u.m.

Produto a preços correntes e Produto a preços constantes

Resta apresentar as noções de preços correntes e preços constantes. Como sabemos, os preços dos bens e serviços vão-se alterando com o passar dos tempos. Basta pensarmos no fenómeno da inflação, que provoca aumentos generalizados nos níveis de preços dos bens e serviços. Essas variações de preços são relevantes para efeitos de cálculo do Produto de uma nação, pois conduzem a diferentes avaliações do mesmo.

Produto a preços correntes

Produto valorizado a preços nominais, isto é, aos preços que vigoram no período a que se refere e que incluem o valor da inflação.

No que respeita à evolução dos preços ao longo do tempo, o Produto de um país pode ser contabilizado segundo duas perspetivas diferentes, podendo este ser avaliado a preços correntes ou a preços constantes. Assim, por um lado, podemos ter em consideração os preços de mercado dos bens e serviços de cada momento, a chamada valorização do Produto a **preços correntes**,

sendo, nesse caso, o valor dos bens e serviços medido segundo os preços em vigor no período a que dizem respeito.

No entanto, pode haver um inconveniente se utilizarmos somente a valorização a preços correntes: é que, contabilizando o valor do Produto a preços correntes, apenas ficamos a conhecer as variações ocorridas ao nível dos preços, ficando por descobrir as eventuais variações em termos de quantidade (volume). Se um país produzir exatamente a mesma quantidade de bens e serviços durante dois anos consecutivos, mas o seu nível médio de preços aumentar de um ano para o outro, o valor do seu Produto a preços correntes aumentará, mas esse aumento apenas terá ocorrido devido às oscilações de preços, uma vez que não houve um aumento real da produção.

Há uma forma de ultrapassar essa questão. Se pretendemos analisar a variação do Produto em termos reais, deveremos calculá-lo a **preços constantes**, retirando, assim, o efeito da inflação. Neste caso, o Produto deverá ser avaliado aos preços de um período anterior.

Retirar o efeito da inflação é o ato de **deflacionar**. Na prática, são tomados como referência os preços de um determinado ano (base) relativamente a outros anos, contabilizando-se os valores dos restantes anos sem a respetiva inflação, sendo, portanto, valorizados aos preços do ano-base, isto é, a preços constantes. Usando este processo, é possível avaliar a variação real efetivamente ocorrida, pois as alterações que se observam de um ano para outro correspondem apenas a oscilações em termos de quantidade.

Geralmente, utilizam-se índices de preços (ou deflatores) para deflacionar valores relativamente a um determinado ano-base. Assim, se desejarmos apurar o valor do Produto a preços constantes, deveremos calcular o quociente entre o Produto a preços correntes e o respetivo índice de preços.

Produto a preços constantes

Produto contabilizado aos preços de um ano-base, tomado como referência, e que serve para efeitos de cálculo da evolução real da economia, pois permite retirar o efeito da inflação.

Deflacionar

Retirar o efeito da inflação através da utilização de índices de preços.

$$\text{Produto a preços constantes} = \frac{\text{Produto a preços correntes}}{\text{Índice preços}} \times 100$$

A título de exemplo, imaginemos que o PIB a preços correntes de um país, num dado ano, foi de 250 000 unidades monetárias. Sabendo que nesse ano a respetiva taxa de inflação foi de 1%, poderemos calcular o PIB a preços constantes deflacionando o seu valor através do quociente entre o PIB a preços correntes e o índice de preços ($100 + 1 = 101$).

$$\text{PIB a preços constantes} = \frac{250\,000}{101} \times 100 \approx 247\,525 \text{ u.m.}$$

Atividade 14

- 1 Explica a diferença entre preços correntes e preços constantes.
- 2 Sabendo que, no ano passado, o PIB a preços correntes do país Alfa foi 165 000 u.m. e que a sua taxa de inflação foi de 2,1%, calcula o PIB a preços constantes do referido ano.



Em certas situações, pode ser útil determinar a taxa de crescimento de um agregado entre dois momentos diferentes (momento n e momento $n-1$) para se poder analisar a evolução temporal dos dados. A taxa de crescimento pode ser calculada tanto em termos reais como em termos monetários.

A taxa de crescimento em termos reais possibilita uma análise das variações de volume entre os dois períodos. Numa primeira fase, é necessário determinar o valor real do crescimento entre esses dois momentos, sendo para isso calculada a diferença entre o agregado a preços constantes do ano em causa (ano n) e o agregado a preços constantes do ano anterior (ano $n-1$). Em seguida, determina-se o peso desse valor sobre o agregado a preços constantes do ano $n-1$ efetuando-se o respetivo quociente.

$$\text{Taxa crescimento real} = \frac{\text{p. constantes (ano } n) - \text{p. constantes (ano } n-1)}{\text{p. constantes (ano } n-1)} \times 100$$

A taxa de crescimento em termos monetários fornece-nos informações sobre as variações nominais dos preços, medindo a evolução do agregado a preços correntes. Neste caso, calcula-se o peso relativo da diferença do agregado a preços correntes entre dois anos (ano n e ano $n-1$), relativamente ao ano $n-1$.

$$\text{Taxa crescimento nominal} = \frac{\text{p. correntes (ano } n) - \text{p. correntes (ano } n-1)}{\text{p. correntes (ano } n-1)} \times 100$$

Unid: 10^6

Ano	Preços correntes	Preços constantes
$n-1$	160 855	160 855
n	169 319	164 660

Observemos o quadro que se segue relativo ao PIB a preços correntes e a preços constantes em dois anos diferentes, o ano $n-1$ e o ano n . Analisando os dados, verificamos que o ano $n-1$ apresenta valores iguais a preços correntes e a preços constantes.

Isso acontece nos casos em que o ano em análise é o ano considerado como referência. Assim, podemos concluir que no exemplo apresentado, o ano $n-1$ é o ano-base.

Se desejarmos calcular a evolução desta economia em termos reais e nominais, deveremos apurar as respetivas taxas de crescimento do PIB. Para isso, fazemos:

$$\text{Taxa crescimento real} = \frac{164\,660 - 160\,855}{160\,855} \times 100 \approx 2,4\%$$

$$\text{Taxa crescimento nominal} = \frac{169\,319 - 160\,855}{160\,855} \times 100 \approx 5,3\%$$

Analisando os resultados, podemos concluir que, apesar de a economia ter registado uma variação nominal do PIB de cerca de 5,3% do ano $n-1$ para o ano n , em termos reais, esta apenas cresceu cerca de 2,4%, correspondendo a variação nominal às alterações de preços verificadas entre o ano $n-1$ e o ano n .

Atividade 15

Observa o quadro referente a um dado país.

- 1 Comenta os valores do VAB relativos ao ano 2016, do país em causa.
- 2 Calcula a taxa de crescimento real do VAB entre 2016 e 2017.
- 3 Explica o sentido da seguinte afirmação:
“O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, em termos reais, 10,2% no 1º trimestre de 2024.”

VAB a preços de base

10⁶ u.m.

Ano	Preços correntes	Preços constantes (Base 2016)
2015	133 366	136 012
2016	138 350	138 350
2017	146 209	142 110
2018	149 311	142 710

INE, Contas Nacionais Trimestrais – 1.º Trimestre 2024

Importa ainda referir que, no cálculo do produto, o valor acrescentado indica o valor de base, contabilizando apenas o valor da produção gerada pelas unidades produtivas. Não inclui os impostos sobre produtos cobrados pelo Estado, como, por exemplo, o IVA, nem inclui apoios estatais, tais como subvenções ou subsídios concedidos sobre alguns produtos básicos, como a farinha ou o arroz, ou sobre serviços públicos essenciais, como, por exemplo, o acesso à água e eletricidade, entre outros.

Assim, para calcular o valor do PIB a preços de mercado, é necessário acrescentar o valor dos **impostos indiretos líquidos de subsídios sobre os produtos** ao VAB, isto é, adicionar os impostos indiretos sobre os produtos e subtrair os respetivos subsídios/subvenções ao somatório dos valores acrescentados de todas as unidades produtivas.

$$\text{PIB} = \text{VAB} + \text{Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos}$$

Sugere-se agora a análise do quadro que se segue, com dados sobre o PIB cabo-verdiano, entre 2015 e 2022, segundo a ótica do Produto.

PIB a preços de mercado (preços correntes) na ótica da Produção, 2015 – 2022
(em milhões de escudos)

VA por setores de atividade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 ^P	2022 ^P
Agricultura, pecuária e silvicultura	8 610	9 183	8 025	6 609	6 446	7 633	7 374	7 618
Pesca e aquacultura	2 535	2 459	2 473	2 708	3 397	3 284	4 018	3 712
Indústrias extrativas	517	458	493	498	615	566	644	732
Indústrias transformadoras	8 595	9 411	9 181	9 430	10 688	9 142	10 794	11 895
Eletricidade e água	4 919	5 012	4 341	4 263	4 719	3 937	3 585	4 667
Construção	11 388	8 477	10 434	15 941	13 449	12 250	13 643	15 691
Comércio e reparação	15 305	17 864	19 636	21 522	23 636	17 744	21 066	30 509
Transporte e armazenagem	14 639	18 541	21 997	19 176	22 537	12 864	12 940	18 905
Alojamento e restauração	12 620	11 261	15 062	15 174	17 141	4 971	3 658	15 308
Atividade de Informação e de comunicação	6 503	5 299	5 150	5 738	5 459	5 217	5 307	6 033
Atividades financeiras e de seguros	11 517	13 189	13 258	14 475	15 819	14 629	13 942	15 787
Atividades imobiliárias	16 335	19 129	17 269	16 473	18 096	16 508	17 654	18 141
Atividades de serviços às empresas	5 721	6 160	6 166	7 202	7 653	4 417	4 283	7 372
Administração pública e segurança social	18 245	19 524	19 662	20 774	24 682	23 199	25 230	26 052
Educação	8 717	9 363	9 502	9 984	10 231	9 682	9 890	10 300
Saúde e ação social	3 201	3 544	4 268	4 137	4 423	4 529	4 490	4 541
Outras atividades de serviços	3 982	3 889	3 969	4 239	5 216	2 583	2 841	2 966
Valor Acrescentado	153 349	162 763	170 886	178 344	194 207	153 154	161 360	200 228
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	20 562	21 639	24 409	27 642	27 621	23 166	24 878	34 775
Produto Interno Bruto	173 911	184 402	195 295	205 986	221 829	176 320	186 237	235 003

P – Provisório

Nota: os dados de 2015 a 2020 são definitivos e os de 2021 e 2022 são estimativas resultantes do acumulado dos respetivos trimestres.

INE, Contas Nacionais Trimestrais – 2.º trimestre 2023

Atividade 16

- 1 Analisa com atenção o quadro do PIB segundo a ótica do Produto, comentando a evolução do valor acrescentado dos dois setores de atividade com maior peso.

13.2.2.2. Cálculo do valor da produção pela ótica do Rendimento

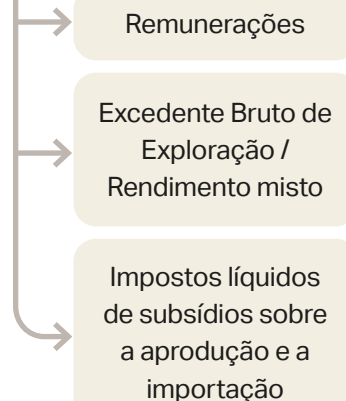
Vimos que através da ótica do Produto é possível ficar a conhecer a origem da produção de um país, observando o valor acrescentado por cada ramo ou setor de atividade. Por outro lado, também sabemos que a comercialização dessa produção permite gerar rendimentos para os agentes que nela contribuíram. Assim, devemos procurar conhecer o modo como são distribuídos pelos agentes os rendimentos gerados na atividade produtiva do país. Essa perspetiva é-nos dada pela ótica do Rendimento, a ótica pela qual se observa a repartição dos rendimentos de um país segundo os fatores produtivos que lhes deram origem.

A ótica do Rendimento coloca em evidência a forma como se distribuem os rendimentos pelos diversos agentes. De acordo com esta ótica, o Produto do país é repartido pelos empregados, pelos empregadores/detentores de capital e pelas Administrações Públicas, sendo este equivalente ao total dos rendimentos gerados pelos fatores trabalho e capital, acrescido dos impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios entregues ao Estado.

O Rendimento é, então, composto por:

- **Remunerações:** rendimentos provenientes do fator trabalho, ou seja, remunerações que os empregadores pagam, em dinheiro ou em espécie, aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado, como os ordenados, os salários e as contribuições sociais dos empregadores.
- **Excedente Bruto de Exploração (EBE)/Rendimento misto:** o EBE corresponde aos rendimentos provenientes do fator capital, isto é, juros, dividendos distribuídos, lucros, rendas, entre outros, e ao valor das Amortizações. O rendimento misto abrange os rendimentos dos trabalhadores por conta própria não constituídos em sociedade, que não se enquadram nem como salários, nem como lucros.
- **Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação:** pagamentos obrigatórios, depois de deduzidos os subsídios, que incidem sobre a produção e a importação de bens e serviços, o emprego, a propriedade ou utilização de terrenos, edifícios ou outros ativos utilizados na produção, que são cobrados pelo Estado.

Ótica do Rendimento



$$\text{PIB} = \text{Remunerações} + \text{EBE/Rend.}^{\text{to}} \text{ misto} + \text{Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação}$$

PIB e seus componentes, a preços correntes

Milhões de CVE

Ótica do Rendimento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Remuneração dos empregados	63 434	65 585	69 967	74 452	78 857	73 102	78 066	85 487
Excedente bruto de exploração / Rendimento misto bruto	88 635	95 634	99 027	102 608	113 469	79 066	87 781	114 154
Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos	20 562	21 639	24 409	27 642	27 621	23 166	24 807	35 254
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	1 279	1 543	1 892	1 284	1 881	986	614	732
Produto Interno Bruto (PIB)	173 911	184 402	195 295	205 986	221 829	176 320	191 269	235 628

Fonte: INE, Contas Nacionais

Nota: o INE privilegia o cálculo do valor da produção pela ótica do Produto (Oferta) e pela ótica da Despesa (Procura), sendo menos frequente a apresentação de quadros estatísticos com a ótica do Rendimento.

Uma vez que conhecemos a fórmula de cálculo do valor da produção segundo a ótica do Rendimento, poderemos deduzir a fórmula do **Rendimento Nacional Bruto**, acrescentando ao valor do PIB o valor do Saldo dos Rendimentos com o Resto do Mundo (SRRM), conforme vimos anteriormente.

$$\text{RNB} = \text{PIB} + \text{SRRM}$$

Documento 6

“O rendimento nacional bruto ou líquido (a preços de mercado) representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedente de exploração (bruto ou líquido) e rendimento misto (bruto ou líquido).

O rendimento nacional bruto (a preços de mercado) é igual ao PIB diminuído dos rendimentos primários pagos pelas unidades institucionais residentes a unidades institucionais não residentes e aumentado dos rendimentos primários recebidos do Resto do Mundo por unidades institucionais residentes.

O rendimento nacional não é um conceito de produção, mas de rendimento, que é mais significativo exprimir em termos líquidos, isto é, após dedução do consumo de capital fixo.”

Regulamento (UE) n.º 549/2013, de 21 de maio de 2013

Atividade 17

Observa os dados do quadro relativos ao PIB de um país, num dado ano, segundo a ótica do Rendimento:

Milhões de unidades monetárias

Remunerações do emprego	60 000
Excedente Bruto de Exploração / Rendimento misto	55 000
Impostos sobre a produção e a importação	19 000
Subsídios	1 500
SRRM	2 500

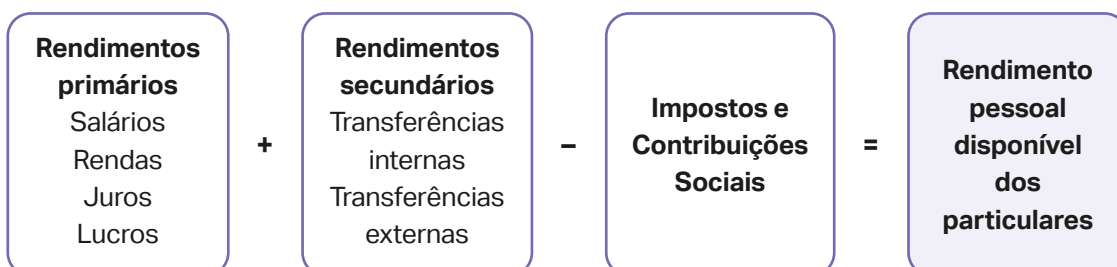
- 1 Calcula o valor do PIB pela ótica do Rendimento.
- 2 Determina o valor do RNB.

Rendimento Disponível dos Particulares

Sabemos que nem todo o rendimento que é distribuído pelos agentes fica verdadeiramente disponível para ser utilizado pelos indivíduos, pois existem pagamentos a fazer, nomeadamente o pagamento de impostos e contribuições sociais.

No capítulo anterior, vimos que o rendimento disponível dos particulares é o montante que as Famílias retêm que fica efetivamente disponível para ser aplicado em consumo ou poupança. As Famílias obtêm os rendimentos provenientes da sua participação na atividade económica, os designados rendimentos primários, mas também recebem do Estado os rendimentos secundários, nos quais se incluem as transferências sociais (abonos de família, pensões, subsídios de desemprego, de doença, de maternidade, entre outros) de origem interna ou externa, conforme se trata de prestações pagas pelo Estado do próprio país ou de um país terceiro.

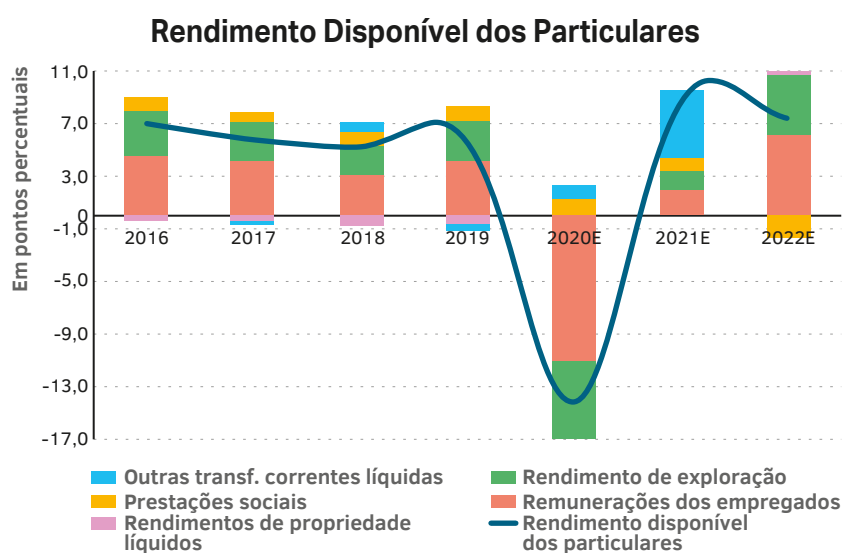
Podemos então calcular o valor do rendimento disponível dos particulares, somando o total dos seus rendimentos primários e secundários e deduzindo o valor dos impostos e demais contribuições a pagar.



Documento 7

“O rendimento disponível bruto das Famílias é o montante total de dinheiro que os agregados familiares têm disponível para gastar e poupar depois de subtrair os impostos sobre o rendimento e as contribuições sociais. O rendimento disponível aumenta com o recebimento de rendimentos, tais como salários, juros ou pensões, e diminui com o pagamento de impostos, de contribuições sociais e de outros encargos que diminuem o orçamento familiar.”

<https://www.cfp.pt/pt/glossario/rendimento-disponivel-bruto> [consult. 14 mai 2025]



E – Estimativas do Instituto Nacional de Estatística.

BCV, *Relatório do Estado da Economia 2022* – junho de 2023

A parte do rendimento disponível que não é aplicada no momento presente e que é reservada para utilização futura corresponde à poupança. Apuramos o valor da **poupança**, deduzindo o montante das despesas de consumo ao rendimento disponível, isto é, as despesas suportadas com os bens e serviços que foram usados para satisfazer as necessidades do presente. Quanto menor for o peso do consumo no rendimento disponível dos particulares, maior será a sua poupança, permitindo a satisfação de necessidades futuras.

13.2.2.3. Cálculo do valor da produção pela ótica da Despesa

Após termos analisado a proveniência da riqueza produzida num país (ótica do Produto) e a forma como posteriormente é repartido o rendimento gerado pelos seus agentes (ótica do Rendimento), iremos agora focar a nossa atenção no modo como esse

rendimento distribuído vai sendo aplicado (ótica da Despesa). A ótica da Despesa permite compreender como é utilizado o resultado da produção de uma economia.

Genericamente, podemos dizer que os rendimentos que são distribuídos pelos agentes de um país são canalizados para despesas de consumo ou investimento⁶. No entanto, também é necessário ter em consideração as transações com o Resto do Mundo, devendo, por isso, ser contabilizadas as respetivas exportações e importações. Pela ótica da Despesa, o PIB pode ser calculado somando-se as utilizações finais de bens e serviços com as exportações e deduzindo-se as importações.

Assim, as componentes da despesa são: o consumo total, o investimento bruto, as exportações e as importações.

- O **consumo total (CT)** corresponde ao valor das despesas de consumo final efetuadas por agentes residentes em território nacional. O consumo total decompõe-se em duas categorias, abrangendo as despesas de consumo dos agentes privados, o **consumo privado (C)**, e as despesas de consumo do Estado, o **consumo público (G)**.

$$\text{Consumo total} = \text{C. Privado} + \text{C. Público}$$

- O **Investimento Bruto (I)**, também conhecido por Formação Bruta de Capital, é, essencialmente, composto pela **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)** e pela **variação de existências (VE)**. Já vimos anteriormente que a FBCF corresponde ao valor do investimento com a aquisição de bens duradouros (capital fixo), incluindo o valor do capital fixo que foi consumido. A variação de existências representa as oscilações dos *stocks* de existências entre dois períodos diferentes, sendo contabilizadas as alterações nos *stocks* de existências entre o início e o fim do ano.

$$\text{Investimento Bruto} = \text{FBCF} + \text{Variação existências}$$

- As **exportações (X)** são as transações de venda de bens e serviços de unidades residentes para unidades não residentes. As vendas ao exterior constituem uma componente da despesa, pois, para ser possível transacionar esses bens e serviços, foi necessário produzi-los primeiro, tendo havido custos em território nacional com a sua produção.

Neste contexto, as exportações representam encargos suportados pelas empresas nacionais com essa produção.

- As **importações (M)** são as aquisições de bens e serviços por parte de unidades residentes a unidades não residentes. Ao contrário das exportações, é necessário deduzir o valor dos bens e serviços comprados ao exterior, uma vez que os gastos com a produção desses bens foram suportados pelas empresas não residentes.

Ótica da Despesa

Consumo total

- Consumo público
- Consumo privado

Investimento bruto

- FBCF
- V. Existências

Exportações

Importações



Vídeo
Cálculo do valor do produto na ótica da despesa



⁶ forma de aplicação da poupança

Depois de ficarmos a conhecer as componentes da despesa, vamos analisar o processo de formação da Despesa Interna de um país. Conforme veremos a seguir, existem dois conceitos fundamentais associados a este processo: o conceito de Procura Interna e o conceito de Procura Global.

Começando pela noção de **Procura Interna**, dizemos que esta corresponde às despesas que os agentes residentes têm de suportar com a produção de bens e serviços em território nacional. A Procura Interna abrange então o consumo total e o investimento bruto.

$$\text{Procura Interna} = \text{Consumo total} + \text{Investimento bruto}$$

ou

$$\text{Procura Interna} = C + G + \text{FBCF} + \text{VE}$$

Por outro lado, a **Procura Global** corresponde ao montante de encargos que as empresas residentes têm de suportar com a produção de bens e serviços comercializados a agentes residentes e não residentes. Obteremos a Procura Global adicionando a Procura Externa à Procura Interna, ou seja, se somarmos o valor das exportações ao consumo total e ao investimento bruto.

$$\text{Procura Global} = \text{Procura Interna} + \text{Exportações}$$

Finalmente, para se calcular a **Despesa Interna (DI)** é necessário deduzir o valor das importações ao valor da Procura Global. As importações não se incluem na DI, porque, conforme foi dito anteriormente, representam encargos com bens e serviços que não foram produzidos em território nacional, tendo os custos com a sua produção sido suportados por agentes não residentes.

$$\text{DI} = \text{Procura Global} - \text{Importações}$$

ou

$$\text{DI} = \text{Consumo total} + \text{Investimento bruto} + \text{Exportações} - \text{Importações}$$

ou

$$\text{DI} = C + G + \text{FBCF} + \text{VE} + X - M$$

A despesa é calculada pelos valores de mercado porque, segundo esta ótica, o que se contabiliza são as despesas com a aquisição de bens e serviços, sendo estas registadas ao preço de venda. Por outro lado, como também se inclui na despesa o valor do consumo de capital fixo, o seu valor é calculado em termos brutos, o que nos leva a obter uma igualdade entre a DI e o PIB (como se pode observar na página ao lado).

$$\text{DI} = \text{PIB}$$

PIB e seus componentes, a preços correntes

Milhões de CVE

Ótica da Despesa	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1. Despesa de Consumo Final	142 654	154 671	169 186	178 486	192 460	174 283	195 105	230 317
Família	107 033	117 729	133 978	140 389	147 760	128 210	143 412	176 707
Administração Pública	35 233	36 570	34 699	37 343	43 954	45 366	50 854	52 698
ISFL	388	371	510	754	746	707	840	912
2. FBCF	47 078	47 761	58 113	57 385	55 650	51 210	50 058	49 261
Privada	32 167	34 293	44 808	43 697	43 114	41 889	35 608	36 717
Pública	14 911	13 468	13 305	13 688	12 536	9 322	14 450	12 544
3. Variação de Existências	4 592	4 896	-924	-767	-3 671	-145	3 019	2 293
4. Investimento (2+3)	51 671	52 657	57 189	56 618	51 979	51 066	53 077	51 554
5. Exportações líquidas (6-7)	-20 414	-22 925	-31 080	-29 117	-22 610	-49 029	-56 913	-46 243
6. Exportações	71 539	76 477	82 158	94 478	103 605	44 597	45 617	91 151
Exportações de bens	13 903	12 413	13 944	23 164	22 442	10 519	14 338	27 042
Exportações de serviços	57 635	64 064	68 214	71 314	81 163	34 079	31 279	64 109
7. Importações	91 952	99 402	113 239	123 595	126 215	93 626	102 530	137 394
Importações de bens	68 101	72 905	87 222	93 938	96 214	75 897	85 969	117 900
Importações de serviços	23 851	26 497	26 017	29 657	30 001	17 728	16 561	19 494
PIB (1+4+5)	173 911	184 402	195 295	205 986	221 829	176 320	191 269	235 628

Fonte: INE, Contas Nacionais

Atividade 18

- 1 Apura o valor da Procura Interna e da Procura Global de 2022, tendo em atenção os dados do quadro. Apresenta as fórmulas utilizadas.

Se quisermos calcular o valor da **Despesa Nacional**, que é equivalente ao PNB, basta adicionar ao PIB o valor do saldo dos rendimentos do Resto do Mundo, como havíamos feito anteriormente.

$$DN = PIB + SRRM = PNB$$

ou

$$DN = C + G + FBCF + VE + X - M + SRRM$$

Atividade 19

Analisa os dados relativos ao país Alfa.

(Unidades monetárias)

Ótica ____ (a) ____	
Valor Acrescentado Bruto	165 042
Impostos s/ produtos líquidos de subsídios	23 340
PIB	(d)
Ótica ____ (b) ____	
Consumo privado	120 120
Consumo público	37 500
FBCF	42 302
Variação de existências	435
Exportações	65 437
Importações	77 412
PIB	(e)
Ótica ____ (c) ____	
Remunerações	95 045
Excedente Bruto de Exploração / Rendimento Misto	75 780
Impostos s/ produção e a importação líquidos de subsídios	17 557
PIB	(f)

- 1 Preenche os espaços em branco, substituindo cada uma das letras pelas respectivas óticas e valores corretos.
- 2 Apresenta a fórmula de cálculo da DI, indicando o seu valor.
- 3 Determina a DN e o PIL, sabendo que:
 - o saldo dos rendimentos com o Resto do Mundo é 1 200 u.m.;
 - o consumo de capital fixo é 32 450 u.m.

Apresenta-se, a seguir, um esquema-síntese das três óticas de cálculo do valor da produção de uma nação, para facilitar a compreensão.

Ótica do Produto		Ótica do Rendimento		Ótica da Despesa
+ VAB		+ Remunerações		+ Consumo Total
+ Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos		+ Excedente Bruto de Exploração/ Rendimento Misto		+ Investimento Bruto
		+ Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação		+ Exportações
				– Importações
= Produto Interno Bruto	=	= Rendimento Interno	=	= Despesa Interna
+ SRRM		+ SRRM		+ SRRM
= Produto Nacional Bruto	=	= Rendimento Nacional	=	= Despesa Nacional

13.2.3. Limitações da Contabilidade Nacional

A Contabilidade Nacional visa quantificar a realidade económica através da produção de informação fidedigna que possibilite efetuar um adequado planeamento do futuro, facilitando assim a tomada de decisões por parte dos seus agentes. Por outro lado, a Contabilidade Nacional também procura averiguar o nível de bem-estar da população através da observação do comportamento dos seus três principais agregados: Produção, Rendimento e Despesa. No entanto, a Contabilidade Nacional não consegue contemplar todas as situações, havendo algumas limitações no seu processo de medição da atividade económica.

A Contabilidade Nacional não leva em consideração a natureza dos bens e serviços criados pelo país, apenas os contabiliza pelo seu valor monetário. Atividades que produzam resultados diferidos no tempo não são observadas, como, por exemplo, os resultados de I&D numa determinada área científica ou tecnológica ou, ainda, a aplicação de medidas educativas que contribuam para o desenvolvimento do país. Na prática, para a Contabilidade Nacional é indiferente se o país produziu armamento ou medicamentos, sendo, por vezes, impossível medir os efeitos de um aumento da produção do país em termos de aumento do seu nível de bem-estar.

Além disso, existem atividades que não são contabilizadas pela Contabilidade Nacional, nomeadamente, a chamada **economia não oficial** ou **paralela** que é composta pela economia informal e pela economia subterrânea. Mas vejamos com mais pormenor em que consiste cada um destes conceitos.

Economia não oficial ou paralela

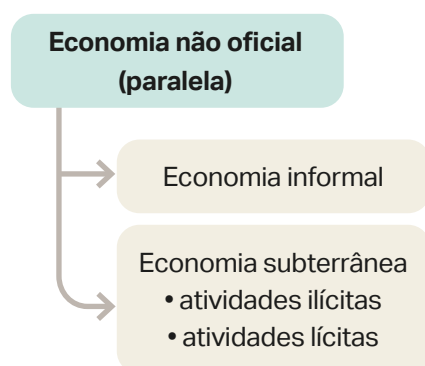
Engloba as atividades que não são registadas oficialmente, incluindo as atividades não remuneradas que compõem a economia informal e as que constituem a economia subterrânea, aquelas que não são declaradas por serem ilegais ou que são legais, mas não são declaradas para fugir ao controlo das autoridades.

e Manual Digital

Vídeo
Limitações da
Contabilidade
Nacional



Economia não oficial ou paralela



As atividades que não fazem parte da economia oficial do país, ou seja, as que não são registadas para efeitos de Contabilidade Nacional, constituem aquilo que normalmente se designa por economia paralela, na qual se incluem duas categorias distintas:

- **Economia informal:** abrange o conjunto de atividades que são desempenhadas sem uma contrapartida monetária, como o trabalho de voluntariado ou a produção para auto-consumo, como, por exemplo, o cultivo de bens, atividades de bricolage ou tarefas domésticas realizadas para utilização própria.
- **Economia subterrânea:** engloba atividades ilícitas e atividades lícitas remuneradas que não são declaradas às Finanças. No primeiro caso, falamos de atividades ilegais, como o tráfico de estupefacientes ou de bens falsificados. No segundo caso, embora as atividades sejam legais, estas não são registadas deliberadamente com o intuito de se evitar o pagamento de impostos ou para não se ter de cumprir determinadas regras impostas pela legislação laboral.

Documento 8

“De acordo com as contas do INE, o setor informal representou 13,3% do Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde em 2023, ‘um peso considerável, mas não tão expressivo’ como noutros países da África Subsaariana.”

https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/cabo-verde-mulheres-na-economia-informal-recebem-menos-40-que-os-homens-ine/#goog_rewarded [consult. 23 abr 2025]

Relembra:

Externalidades

Conjunto de efeitos que a atividade produtiva exerce sobre terceiros e que podem ser de carácter benéfico (positivas) ou prejudicial (negativas).

Outra limitação da Contabilidade Nacional é que não contempla as externalidades. As **externalidades** são consequências da prática de determinadas atividades por parte de entidades coletivas ou individuais, que têm impacto sobre terceiros, podendo estas ser de natureza prejudicial ou benéfica. Como sabemos, as externalidades podem ser classificadas como **positivas** ou **negativas**, conforme o seu resultado gera um benefício ou um custo para os outros.

A Contabilidade Nacional não regista os efeitos resultantes da produção, ou do consumo de bens e serviços, que têm repercussões positivas ou negativas sobre terceiros, como, por exemplo, a melhoria da esperança média de vida, que pode ser proporcionada pela descoberta de novos medicamentos na indústria farmacêutica ou a poluição dos rios resultante das descargas de resíduos tóxicos e lixo das empresas.

Em suma, dizemos que as principais limitações são:

- **A Contabilidade Nacional não discrimina a natureza dos bens e serviços** produzidos por uma economia, sendo apenas registado o seu valor. Aspectos como a qualidade de vida da população ou as suas condições sociais não são avaliados pela Contabilidade Nacional.
- **A Contabilidade Nacional não contabiliza todas as atividades existentes**, a economia não oficial ou paralela. Por um lado, não é registado o trabalho não remunerado que é produzido pela via da chamada economia informal. Por outro lado, existem atividades que não são contabilizadas oficialmente porque constituem a designada economia subterrânea. A economia subterrânea abrange todas as atividades remuneradas que não são contabilizadas porque são ilegais ou, que embora sendo legais, não são declaradas para se evitar o controlo das respetivas autoridades.
- **A Contabilidade Nacional não regista as externalidades positivas e negativas**, isto é, não são considerados os efeitos que advêm da atividade produtiva de natureza benéfica, ou prejudicial, que recaem sobre terceiros, como os resultados de uma descoberta científica que permite aumentar a qualidade de vida dos indivíduos ou a poluição gerada pelo aumento da utilização de transporte próprio numa dada região.

De um modo geral, podemos afirmar que as limitações da Contabilidade Nacional se caracterizam, sobretudo, pela imagem incompleta com que a realidade económica é retratada, sendo esta apresentada segundo uma visão essencialmente economicista. Mas, apesar de a Contabilidade Nacional não permitir efetuar uma avaliação completa do nível de bem-estar da população, ainda assim, constitui um importante instrumento de análise e diagnóstico, pelo que deve ser complementada com outros instrumentos de medição. Dadas as suas limitações, a Contabilidade Nacional deve ser utilizada com alguma reserva, porém não deixa de ser uma das mais importantes ferramentas de análise macroeconómica, sendo, por isso, fundamental para qualquer nação.

Atividade 20

Lê, atentamente, o seguinte texto.

“Mais de 95 mil pessoas trabalhavam no setor informal em Cabo Verde, em 2022, segundo as estatísticas do mercado de trabalho do Inquérito Multiobjetivo Contínuo (IMC), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística. No entanto, números têm baixado nos últimos sete anos.

95 708 pessoas estavam empregadas no setor informal, no ano passado, em Cabo Verde, uma taxa de 53,8 por cento do total de empregos no arquipélago. A Praia, com 29 747 pessoas, é o concelho onde se regista maior número de empregados informais, seguido de São Vicente, com 15 744 e Santa Catarina, com 8 951.

Apesar de serem a maioria dos empregos em Cabo Verde, os informais têm vindo a descer nos últimos anos. Em 2015, estes valores estavam nos 119 930, em 2016 atingiram um máximo de 125 048, em 2017 eram 112 756, em 2018 eram 106 975, em 2019 eram 110 888 e em 2020 foram 96 273.

[...] [N]os mercados emergentes, uma grande percentagem dos trabalhadores e empresas, que operam na informalidade, fazem-no longe da fiscalização dos governos. Ainda nas economias emergentes, o setor informal acolhe mais de 70% desses empregos – superior aos valores em Cabo Verde – e, em média, quase um terço do Produto Interno Bruto. São pessoas que não têm proteção social e que estão à margem de políticas de investimentos e auxílio.”

[https://expressodasilhas.cv/economia/2023/06/11/sector-informal-continua-responsavel-por-mais-de-metade-dos-empregos/86235#:~:text=A%20Praia%2C%20com%2029.747%20pessoas%2C%20é%20o,têm%20vindo%20a%20descer%20nos%20últimos%20anos,11 de junho de 2023 \[consult. 23 abr 2025\]](https://expressodasilhas.cv/economia/2023/06/11/sector-informal-continua-responsavel-por-mais-de-metade-dos-empregos/86235#:~:text=A%20Praia%2C%20com%2029.747%20pessoas%2C%20é%20o,têm%20vindo%20a%20descer%20nos%20últimos%20anos,11 de junho de 2023 [consult. 23 abr 2025])

- 1 Explica por que razão o texto está relacionado com as limitações da Contabilidade Nacional.
- 2 Apresenta outras limitações da Contabilidade Nacional.

Conceitos-chave

- Fluxo real
- Fluxo monetário
- Circuito económico
- Empregos
- Recursos
- Equilíbrio económico
- Contabilidade Nacional
- Unidade institucional
- Setor institucional
- Sociedades não financeiras
- Sociedades financeiras
- Administrações públicas
- Famílias
- Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF)
- Resto do Mundo
- Território económico
- Ótica do Produto
- Ótica do Rendimento
- Ótica da Despesa
- Problema da múltipla contagem
- Método dos valores acrescentados
- Métodos dos produtos finais
- Valor Acrescentado Bruto (VAB)
- Consumo Intermédio
- Amortização/Consumo de Capital Fixo (CCF)
- Saldo Rendimentos do Resto do Mundo
- Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos
- Produto Líquido
- Produto Bruto
- Produto Interno
- Produto Nacional
- Preços constantes
- Preços correntes
- Remunerações
- Excedente Bruto de Exploração (EBE)
- Rendimento misto
- Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação
- Rendimento Nacional Bruto
- Rendimento Disponível dos Particulares
- Consumo Público
- Consumo Privado
- Consumo Total
- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)
- Variação de Existências
- Investimento Bruto
- Exportações
- Importações
- Procura Interna
- Procura Global
- Despesa Interna
- Despesa Nacional
- Limitações da Contabilidade Nacional
- Autoconsumo
- Economia paralela
- Economia informal
- Economia subterrânea
- Externalidades

Síntese

- Os **agentes económicos interagem uns com os outros** no desempenho das suas funções na atividade económica.
- As relações de troca que se estabelecem entre os diversos agentes económicos designam-se por **fluxos**. Os fluxos podem ser **reais** ou **monetários**, conforme correspondem à troca de bens e serviços ou ao valor monetário dos bens e serviços transacionados.
- Os fluxos monetários apresentam vantagens em relação aos fluxos reais, por possibilitarem uma melhor compreensão e comparação da realidade, devido a ser utilizada apenas uma unidade de conta – unidades monetárias.
- O **circuito económico** é uma representação esquemática dos fluxos que se estabelecem entre os diferentes agentes económicos de uma sociedade.
- Os **empregos** correspondem aos pagamentos que um agente efetua a outros agentes (fluxos de saída). Os **recursos** representam os recebimentos provenientes de outros agentes (fluxos de entrada).
- Para haver **equilíbrio económico** numa economia, é necessário que os recursos de cada agente sejam simultaneamente empregos de outros agentes e que o total dos empregos dos diversos agentes seja igual ao total dos seus recursos.
- A **Contabilidade Nacional (CN)** é uma técnica de sistematização das contas de uma nação, cujo principal objetivo é dar a conhecer e quantificar as relações que se estabelecem entre os vários agentes económicos.
- Uma unidade institucional é uma unidade produtiva que dispõe de poder de decisão autónomo e que apresenta contabilidade organizada. O conjunto de unidades institucionais que apresentam características e comportamentos semelhantes constitui um **setor institucional**.
- Consideram-se setores institucionais as **Sociedades não financeiras**, as **Sociedades financeiras**, as **Administrações públicas**, as **Famílias**, as **Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF)** e o **Resto do Mundo**.
- O **território económico** de um país inclui todo o seu espaço terrestre e aéreo, zonas francas, enclaves territoriais no estrangeiro, jazigos naturais em águas internacionais, assim como todos os meios de transporte marítimos e aéreos de agentes residentes em território nacional.
- Um agente económico considera-se **residente** num país se mantém residência fixa no território desse país há, pelo menos, um ano.
- O conjunto de todas as unidades de produção de um produto que exercem uma atividade económica semelhante denomina-se **ramo de atividade**.

- Pela **ótica do Produto** ficamos a conhecer os bens e serviços produzidos num país durante um certo período de tempo; pela **ótica do Rendimento** compreendemos o modo como os rendimentos gerados na atividade produtiva foram distribuídos pelos agentes do país; e pela **ótica da Despesa** sabemos como foram aplicados os rendimentos distribuídos.
- O **problema da múltipla contagem** deriva da possibilidade de se contabilizarem mais do que uma vez os consumos intermédios no cálculo do produto. Este problema pode ser ultrapassado através do **método dos valores acrescentados**, pelo qual se somam os valores acrescentados de todas as unidades produtivas, ou do **método dos produtos finais**, pelo qual apenas se considera o valor das vendas dos produtos de consumo final.
- O **Produto** de um país é diferente da sua produção total, correspondendo à riqueza gerada pelas suas unidades institucionais, durante um certo período de tempo (geralmente, um ano ou um trimestre). O Produto diz-se **Bruto** ou **Líquido**, conforme inclui, ou não, o consumo de capital fixo (amortizações). O produto designa-se **Interno**, se é obtido em território económico nacional, por agentes nacionais ou por agentes estrangeiros residentes, e é **Nacional**, se é realizado por agentes residentes, independentemente do território onde foi criado. O Produto pode ser apurado **a preços correntes** ou **constantes**, se o seu cálculo for valorizado aos preços do ano em causa ou aos preços de um ano anterior (base).
- São componentes do **Rendimento** as remunerações do trabalho, o excedente bruto de exploração/rendimento misto que corresponde aos rendimentos provenientes do fator capital e os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação. O **Rendimento Disponível dos Particulares** é composto pelo total dos seus rendimentos primários e secundários e sendo-lhe deduzido o valor dos impostos e demais contribuições a pagar.
- A **Despesa** é composta pelo consumo privado e público (consumo total), pela formação bruta de capital fixo e a variação de existências (investimento bruto), pelas exportações e as importações. A **Procura Interna** determina-se através da soma do consumo total com o investimento bruto e, adicionando as exportações à Procura Interna, obtém-se a **Procura Global**.
- A Contabilidade Nacional constitui uma importante ferramenta de medição da realidade económica de um país, no entanto, apresenta algumas **limitações**. A CN não discrimina a natureza dos bens e serviços produzidos. A CN não contabiliza todas as atividades existentes, nomeadamente, as atividades da **economia informal** para autoconsumo e da **economia subterrânea**, quer se trate de atividades lícitas não declaradas, quer sejam atividades ilícitas. E a CN também não regista as externalidades positivas e negativas.

Ficha de trabalho 13

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta.

1.1. Os vencimentos dos funcionários públicos

- a) constituem uma receita do agente Estado.
- b) constituem um emprego do agente Famílias.
- c) constituem um emprego do agente Administração Pública.
- d) constituem um recurso do agente Administração Pública.

1.2. As Empresas não Financeiras contabilizam como recurso

- a) as rendas pagas aos proprietários dos imóveis.
- b) os prémios de seguro entregues às seguradoras.
- c) os impostos devidos ao Estado.
- d) as despesas de consumo dos seus clientes.

1.3. No método dos produtos finais

- a) consideram-se todos os consumos intermédios.
- b) apura-se o valor acrescentado por todas as unidades produtivas de um país.
- c) consideram-se todos os bens que são utilizados na produção.
- d) somam-se os bens de consumo final produzidos em todos os ramos de atividade.

1.4. A Administração Pública inclui

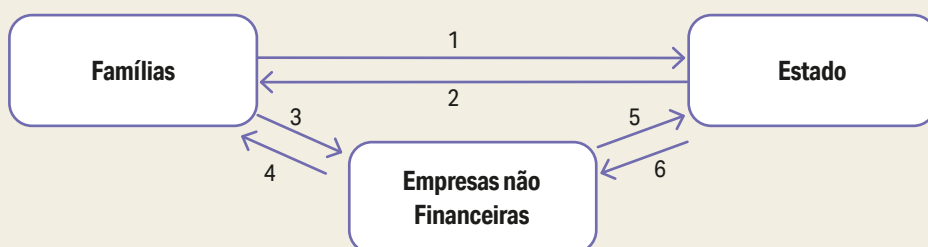
- a) todos os agentes que prestam serviços gratuitos às famílias.
- b) as unidades institucionais de um país que produzem bens e serviços não comercializáveis.
- c) os organismos da Administração Central e as Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.
- d) as unidades produtivas de um país que produzem bens e serviços comercializáveis destinados a uma comunidade.

1.5. Segundo a ótica da Despesa, a produção decompõe-se em

- a) consumo total, investimento, exportações e importações.
- b) consumo privado, investimento, exportações e subsídios à produção.
- c) consumo público, variação de existências, exportações e importações.
- d) investimento e saldo dos rendimentos com o Resto do Mundo.

1.6. O Produto Interno

- a) engloba a produção realizada por agentes estrangeiros a residir em território nacional.
- b) engloba a produção realizada por agentes nacionais a residir no estrangeiro.
- c) engloba as amortizações.
- d) engloba os impostos sobre as exportações.

2 Observa com atenção o esquema seguinte.

2.1. Distingue fluxos reais de fluxos monetários.

2.2. Diz em que consiste um circuito económico.

2.3. Identifica os fluxos do esquema.

- 3** As Instituições Financeiras receberam das Empresas não Financeiras 10 000 u.m. referentes a depósitos, tendo-lhes atribuído juros de depósito no valor de 250 u.m. e concedido empréstimos num total de 9550 u.m. As Empresas não Financeiras venderam ao Exterior bens no montante de 700 u.m., valor que ultrapassou em 200 u.m. o montante das suas importações.

Representa a situação descrita num circuito económico simplificado.

4 Lê o texto seguinte.

“A economia de um país é um sistema em que instituições e pessoas interagem através de trocas e transferências de bens, serviços e meios de pagamento (por exemplo, dinheiro), com vista à produção e ao consumo de bens e serviços.

Na economia, as unidades em interação são entidades económicas com capacidade de possuir ativos, contrair passivos e realizar atividades e operações económicas com outras unidades. Estas unidades são denominadas unidades institucionais.”

Regulamento (UE) n.º 549/2013, de 21 de maio de 2013

4.1. Diz o que entendes por unidade institucional.

4.2. Identifica os setores institucionais da Contabilidade Nacional.

4.3. Caracteriza o setor institucional ISFLSF.

Ficha de trabalho 13 (cont.)

5 Lê o texto seguinte.

“O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, em termos reais, 6,7%, no 4.º trimestre de 2024.

Em 2024, o PIB cresceu 7,3%.

No 4.º trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, uma variação positiva de 6,7%, em volume. Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços de base, apresentou uma evolução homóloga positiva de 5,8%, destacando-se para o efeito as atividades de Indústria transformadora, Alojamento e restauração, Atividades de serviços às empresas e Administração Pública. Os impostos líquidos de subsídios apresentaram uma evolução homóloga positiva de 12,3%. Do lado das despesas, esta variação resultou de um aumento no consumo final e nas exportações de bens e serviços.

Em 2024, o PIB registou um crescimento de 7,3% em volume, depois de um crescimento de 5,4% em 2023.”

https://ine.cv/notas_imprensas/contas-nacionais-trimestrais-4o-trimestre-2024/ [consult. 11 abr 2025]

5.1. Apresenta o conceito de Produto Interno Bruto.

5.2. Explica em que consiste o método dos valores acrescentados utilizado na resolução do problema da múltipla contagem do Produto.

5.3. Comenta a primeira afirmação do texto, explicando a diferença entre um crescimento do PIB em termos nominais e reais.

6 Observa com atenção a seguinte tabela.

PIB a preços de mercado (preços correntes): componentes e variação homóloga, 2019 – 2022

Ótica da Despesa	(Milhões de escudos)				Taxa de Variação Homóloga (%)		
	2019	2020	2021 ^P	2022 ^P	2020	2021 ^P	2022 ^P
1. Despesa de Consumo Final	192 460	174 283	181 509	231 056	-9,4	4,1	27,3
Privada	148 506	128 917	133 516	181 683	-13,2	3,6	36,1
Pública	43 954	45 366	47 994	49 374	3,2	5,8	2,9
2. Investimento	51 979	51 066	59 499	40 970	-1,8	16,5	-31,1
3. Exportações	103 605	44 597	45 685	96 247	-57,0	2,4	110,7
Exportações de Bens	22 793	10 519	14 004	24 997	-53,9	33,1	78,5

	(Milhões de escudos)				Taxa de Variação Homóloga (%)		
Exportações de Serviços	80 812	34 079	31 681	71 250	-57,8	-7,0	124,9
4. Importações	126 215	93 626	100 455	133 270	-25,8	7,3	32,7
Importações de Bens	96 480	75 897	82 606	111 573	-21,3	8,8	35,1
Importações de Serviços	29 735	17 728	17 850	21 697	-40,4	0,7	21,6
PIB (1+2+3 - 4)	221 829	176 320	186 237	235 003	-20,5	5,6	26,2

P – Provisório

Nota: os dados de 2015 a 2020 são definitivos e os de 2021 e 2022 são estimativas resultantes do acumulado dos respetivos trimestres.

INE, *Contas Nacionais Trimestrais – 2.º trimestre 2023*

6.1. Indica, com base nos valores do quadro, como evoluíram as despesas de consumo final de Cabo Verde, no período de 2019 a 2022.

6.2. Apresenta as componentes da Despesa Interna.

6.3. Diz como se calcula a Procura Global, explicando o seu significado.

7 Lê o texto seguinte.

“O setor informal representa uma parte importante na economia e, certamente, no mercado de trabalho, na criação de emprego, produção e geração de renda em muitos países. Em países de baixo rendimento, com altas taxas de crescimento populacional ou urbanização, o setor informal tende a absorver a maior parte da força de trabalho em expansão nas áreas urbanas.”

<https://ine.cv/publicacoes/relatorio-sobre-o-iii-inquerito-ao-setor-informal-isi-2023/> [consult. 23 abr 2025]

7.1. Refere os principais objetivos da Contabilidade Nacional.

7.2. Indica a limitação da Contabilidade Nacional patente no texto, explicando o conceito de economia paralela.

7.3. Explica porque se considera a não contabilização das externalidades como limitação da Contabilidade Nacional.

14 As relações económicas com o Resto do Mundo

Objetivos de aprendizagem:

- Justificar a necessidade do comércio internacional.
- Distinguir protecionismo de livre-cambismo.
- Apresentar os objetivos da Organização Mundial do Comércio.
- Distinguir vantagem absoluta de vantagem comparativa.
- Identificar as componentes e subcomponentes da balança pagamentos.
- Distinguir importações de exportações.
- Calcular e interpretar os saldos das balanças.
- Relacionar saldos das balanças com a capacidade ou necessidade de financiamento (endividamento).
- Justificar a necessidade de operações de câmbio.
- Relacionar o valor da moeda com a evolução da taxa de câmbio.
- Calcular e interpretar indicadores do comércio internacional.
- Distinguir as diferentes etapas de integração económica.
- Apresentar vantagens e desvantagens da integração económica.
- Dar exemplos de formas de integração económica em diferentes áreas geográficas.
- Enquadrar historicamente o surgimento da CEDEAO.
- Identificar as principais instituições e agências especializadas da CEDEAO.
- Compreender a importância e o processo de integração da economia de Cabo Verde na CEDEAO e/ou noutros espaços comerciais (UE).



Vídeo
Necessidade e diversidade de relações internacionais



14.1. As relações económicas internacionais

14.1.1. Comércio internacional e comércio externo

Muitos produtos que utilizamos habitualmente são produzidos por outros países. Isso acontece porque, por um lado, a produção nacional é insuficiente para assegurar as necessidades da população e, por outro, porque muitos bens que consumimos não se produzem no nosso país. Geralmente, os bens são produzidos nos países que têm maior facilidade de acesso às matérias-primas, que dispõem de mão de obra ou de outras condições que favorecem a produção desses bens. **Os países necessitam assim de efetuar**

trocas uns com os outros para conseguirem obter os bens de que carecem.

Comércio interno

Comércio realizado dentro de território nacional.

Comércio externo

Comércio estabelecido entre um país e o Resto do Mundo.

O comércio é a atividade de troca que permite o escoamento dos bens. Esta atividade pode ser realizada entre agentes nacionais ou entre agentes de vários países. Quando é realizada dentro de território nacional por agentes residentes nesse país, designa-se **comércio interno**, e denomina-se **comércio externo** quando a atividade de troca é efetuada entre agentes nacionais e agentes de outros países.

No entanto, é necessário distinguir o conceito de comércio externo com outro semelhante, o comércio internacional. Enquanto o comércio externo diz respeito à análise do ponto de vista de um país concreto, ou seja, das relações que este estabelece com o exterior, o **comércio internacional** é um conceito genérico que abrange o comércio praticado entre quaisquer dois ou mais países.

Comércio internacional

Conceito genérico relativo ao comércio que é praticado entre os diversos países do mundo.

Atividade 1

“O comércio internacional envolve as trocas comerciais realizadas entre diferentes países, englobando fatores económicos, políticos e culturais no contexto global. Por outro lado, o comércio exterior diz respeito às operações de exportação e importação realizadas por um país com outras nações.

Enquanto o comércio exterior está restrito às negociações comerciais de uma nação, o comércio internacional **envolve a análise de como as economias se relacionam entre si**, os fluxos de capital, o impacto de acordos bilaterais e multilaterais e a regulação de organismos internacionais.

O comércio internacional observa tendências globais e busca integrar mercados, enquanto o comércio exterior foca na execução de operações comerciais conforme as normas locais.”

<https://exchangenow.net/blog/comex/comercio-internacional> [consult. 21 mai 2025]

- 1 Diz o que entendes por comércio interno.
- 2 Comenta a expressão destacada, explicando a diferença entre comércio internacional e comércio exterior.

Nas últimas décadas, o comércio internacional tem vindo a desenvolver-se de forma muito acelerada. A mundialização das trocas e a globalização têm originado grandes alterações no modo como os países se relacionam uns com os outros. Os interesses económicos associados às relações comerciais fazem com que se criem laços e os países se aliem de modo a promover o comércio entre si. Assim, iremos agora estudar o contributo fundamental da criação do GATT/OMC no desenvolvimento e a liberalização do comércio internacional.

14.1.2. A Organização Mundial do Comércio (OMC)

A **Organização Mundial do Comércio** surgiu no seguimento do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio), com vista a promover a liberalização e a regulamentação do comércio internacional, contrariando assim algumas posturas demasiado protecionistas.

Organização Mundial do Comércio (OMC) Sucessora do GATT, esta organização tem como objetivo principal promover a liberalização do comércio a nível mundial.

O GATT foi assinado em 1947 por 23 países, na cidade de Genebra, com o objetivo de impulsionar a liberalização comercial, combater práticas protecionistas e regular as relações comerciais internacionais. No ano 1995, o GATT foi substituído pela **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, instituição com um estatuto de organismo internacional com um campo de ação mais alargado. A OMC passou a ocupar-se das questões relacionadas não apenas com as trocas de mercadorias, mas também das transações com serviços, propriedade intelectual, telecomunicações, informática, produtos financeiros, entre outros.

Com o GATT, e a partir de 1995 a OMC, foram promovidas diversas negociações (rondas) para debater temas como a redução de barreiras comerciais, a resolução de disputas entre países-membros, a regulamentação das trocas comerciais e dos serviços, a facilitação e a promoção da transparência no comércio internacional. A última ronda concluída foi a Ronda do Uruguai, negociada entre 1986 e 1994, abordando um grande número de matérias comerciais e abrangendo 123 países. Em 2001, iniciou uma nova negociação em Doha, no Qatar, com vinte e um temas propostos, mas até hoje ainda não foi possível chegar a um acordo. A Agenda de Desenvolvimento de Doha incluía um programa de negociações ambicioso, abrangendo temas como: comércio e ambiente, medidas contra práticas desleais de comércio, regras quanto a subsídios, investimento direto estrangeiro (IDE), liberalização do comércio de produtos agrícolas e de serviços, transparência nas compras públicas e política de concorrência, direitos de propriedade intelectual, entre outros. As prioridades atuais envolvem uma reforma do sistema de solução de controvérsias, o comércio digital, a sustentabilidade ambiental e a inclusão de países menos desenvolvidos.

A OMC tem sede em Genebra, na Suíça, e desde 2024 conta com 166 membros e mais de duas dezenas de países observadores.

Documento 1

“A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi estabelecida em 1 de janeiro de 1995, na sequência das negociações da Ronda do Uruguai, em 1994. A OMC tem sede em Genebra, Suíça, e é dirigida por um Diretor-Geral.

A OMC é o sucessor do Acordo Geral dos Direitos Aduaneiros e Comércio (GATT). Desde então, ambos têm tido por objetivo a redução dos direitos aduaneiros e a eliminação de barreiras ao comércio dos seus membros. Aquando da fundação do GATT, em 1947, era constituído por apenas 23 membros. Atualmente, a OMC já conta com 166 membros, o que representa 98% do comércio mundial.

A OMC tem por função elaborar diplomas globais para o comércio, a fim de aumentar a transparência e previsibilidade do comércio internacional.”

https://www.dsedt.gov.mo/pt_PT/web/public/pg_eetr_ieto_wto [consult. 21 mai 2025]

Documento 2

“A OMC é uma organização intergovernamental cujo regime de decisão é por consenso.

Conferência Ministerial: órgão de decisão supremo da OMC, composto pelos seus membros. Reúne-se, pelos menos, cada dois anos para decidir sobre matérias específicas no contexto dos acordos do comércio multilateral.

Conferências Ministeriais:

- 13.^a Conferência Ministerial, de 26 de fevereiro a 2 março de 2024, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos
- 12.^a Conferência Ministerial, de 12 a 17 de junho de 2022, em Genebra, Suíça
- 11.^a Conferência Ministerial, de 10 a 13 de dezembro de 2017, em Buenos Aires, Argentina
- 10.^a Conferência Ministerial, de 15 a 18 de dezembro de 2015, em Nairobi, Quênia
- 9.^a Conferência Ministerial, de 3 a 6 de dezembro de 2013, em Bali, Indonésia
- 8.^a Conferência Ministerial, de 15 a 17 de dezembro de 2011, em Genebra, Suíça
- 7.^a Conferência Ministerial, de 30 de novembro a 2 dezembro de 2009, em Genebra, Suíça
- 6.^a Conferência Ministerial, de 13 a 18 de dezembro de 2005, em Hong Kong, China
- 5.^a Conferência Ministerial, de 10 a 14 de setembro de 2003, em Cancun, México
- 4.^a Conferência Ministerial, de 9 a 13 de novembro de 2001, em Doha, Qatar
- 3.^a Conferência Ministerial, de 30 de novembro a 3 Dezembro de 1999, em Seattle, EUA
- 2.^a Conferência Ministerial, de 18 a 20 de maio de 1998, em Genebra, Suíça
- 1.^a Conferência Ministerial, de 9 a 13 de dezembro de 1996, em Singapura”

https://www.dsedt.gov.mo/pt_PT/web/public/pg_eetr_ieto_wto [consult. 21 mai 2025]

A Organização Mundial do Comércio tem como **objetivos prioritários** o fomento das trocas internacionais, do crescimento económico e do emprego numa perspetiva de longo prazo, assim como facilitar o acesso dos países menos desenvolvidos ao comércio internacional. Mas o principal objetivo da Organização Mundial do Comércio continua a ser a **liberalização do comércio a nível mundial**. Assim, a OMC orienta-se por um conjunto de princípios que visam promover a abertura das fronteiras, nomeadamente, através da cláusula da nação mais favorecida, inscrita no princípio da não discriminação, do compromisso de transparência e da concorrência leal, acompanhados de políticas nacionais e internacionais adequadas de modo a contribuir para o crescimento e desenvolvimento de cada país.

Documento 3

“A OMC é guiada por uma série de princípios fundamentais que visam promover um comércio internacional justo e previsível.

1) **Princípio da Não Discriminação**

Este princípio é composto por dois subprincípios importantes: o Princípio da Nação Mais Favorecida e o Princípio do Tratamento Nacional.

O primeiro exige que qualquer benefício concedido a um país seja automaticamente estendido a todos os outros membros da OMC, garantindo igualdade de tratamento entre as nações. Já o segundo subprincípio assegura que produtos importados sejam tratados da mesma forma que os produtos nacionais, evitando práticas protecionistas.

2) **Princípio da Previsibilidade**

Este princípio busca garantir transparência e estabilidade nas políticas comerciais, permitindo que os agentes econômicos tenham segurança jurídica ao realizar transações internacionais. Isso inclui a consolidação de compromissos e a adoção de tarifas claras e previsíveis.

3) **Princípio da Concorrência Leal**

O objetivo aqui é promover um comércio justo, livre de práticas desleais como *dumping* e subsídios que possam prejudicar a concorrência justa entre os países. Isso ajuda a garantir condições equitativas para todos os membros da OMC.

4) **Princípio da Proibição de Restrições Quantitativas**

Este princípio impede que os países usem quotas ou proibições para limitar a importação de produtos, exceto em casos específicos previstos pela OMC. Assim, as tarifas são a principal forma permitida de proteção comercial.

5) **Princípio do Tratamento Especial e Diferenciado para Países em Desenvolvimento**

Este princípio oferece vantagens tarifárias e outras medidas favoráveis aos países em desenvolvimento, permitindo que eles tenham mais flexibilidade nas suas políticas comerciais e se possam integrar melhor no comércio global.

6) **Solução de Controvérsias**

A OMC oferece um sistema estruturado para resolver disputas comerciais. Dessa forma, evita-se retaliações unilaterais e promove-se o diálogo.”

<https://investidorsardinha.r7.com/geral/omc-organizacao-mundial-do-comercio/> [consult. 21 mai 2025]

Atualmente, para levar a cabo os seus objetivos, a OMC desempenha essencialmente as seguintes funções:

- dirigir acordos comerciais;
- dinamizar negociações comerciais;
- moderar disputas comerciais;
- contribuir para a revisão de políticas comerciais nacionais;
- apoiar políticas de exportação com assistência técnica e formação;
- cooperar com outras organizações.

Cabo Verde aderiu à OMC em 2008, através de um processo complexo iniciado no ano 1999, que envolveu importantes reformas legislativas quanto às relações comerciais e ao acesso ao mercado dos bens e serviços, bem como a implementação de políticas, para assegurar o cumprimento dos requisitos necessários. A adesão à OMC tem sido importante para Cabo Verde. Contribuiu para o seu desenvolvimento económico e a integração no sistema comercial global, dando acesso aos mercados internacionais e a possibilidade de desenvolver relações comerciais e parcerias estratégicas com outros membros, atrair investimento estrangeiro e beneficiar em termos de segurança jurídica dos princípios e acordos negociados em nome de todos os membros.

Documento 4

“O Governo cabo-verdiano pediu hoje à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma “maior compreensão” das especificidades dos Estados insulares no comércio mundial, no dia em que a organização inicia a segunda revisão da política comercial do país.

“Na construção desse mercado global, Cabo Verde defende e tem defendido sempre maior compreensão às especificidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês)”, pediu o ministro da Indústria, Comércio e Energia cabo-verdiano, Alexandre Monteiro.

O governante falava, na Praia, no arranque de uma missão preparatória da OMC para a Revisão da Política Comercial de Cabo Verde, a segunda, depois da primeira em 2015, desde a adesão do país à organização, em 2008.

O governante constatou que os SIDS representam menos de 1% da população global, contribuem com apenas 0,4% para o PIB global, mas são cerca de 20% do número dos países no mundo e controlam cerca de 30% da dimensão oceânica.

No caso de Cabo Verde, um mercado reduzido em termos geográficos e demográfico, o ministro disse que é “altamente dependente” do mercado internacional, de onde importa mais de 80% dos produtos que consome, e é “altamente vulnerável” a choques externos.

“A diversificação da economia constitui uma das prioridades do Governo para aumentar a resiliência socioeconómica do país”, afirmou.

Em declarações à imprensa, Robson Fernandes, analista de políticas comerciais da OMC, disse que a organização tem “considerações especiais” para com as economias mais vulneráveis, para que todos possam tirar os melhores benefícios da participação no comércio internacional e possibilitar investimento estrangeiro.

O responsável elogiou as políticas comerciais de Cabo Verde para superar a crise provocada pela pandemia da Covid-19 e disse que “está aberto” ao comércio internacional e é um “polo de atração de investimentos”, sobretudo no turismo.”

<https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/cabo-verde-pede-a-omc-maior-compreensao-das-especificidades-dos-estados-insulares/>, 20 de julho de 2024 [consult. 2 jun 2025]

Atividade 2

“A OMC potenciou a cooperação económica a nível mundial; introduziu uma maior solidez no sistema internacional de comércio e uma maior eficácia nas disposições que o disciplinam; estabeleceu um quadro de relacionamento comercial entre as diferentes nações muito mais estável, seguro e previsível.”

http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/EI/EI_13_OMC.pdf [consult. 21 mai 2025]

- 1 Caracteriza a OMC, referindo a importância do seu contributo no comércio internacional.
- 2 Apresenta os principais objetivos da OMC.
- 3 Refere algumas vantagens da adesão de Cabo Verde à OMC.

14.1.3. Políticas comerciais

Cada país adota um conjunto de políticas relativamente ao comércio internacional, quer seja para proteger a economia nacional da concorrência externa ou para incentivar o comércio com o Resto do Mundo, fomentando as exportações.

O posicionamento estatal em relação ao comércio internacional costuma ter duas abordagens distintas: uma abordagem protecionista ou uma abordagem livre-cambista (comércio livre). Segundo a primeira, o Estado deve assumir um papel interventivo no comércio internacional, promovendo medidas que possam beneficiar o país, como, por exemplo, aquelas que conduzem à redução das importações, protegendo as empresas nacionais da concorrência estrangeira. Por outro lado, uma visão livre-cambista defende a livre atuação dos agentes económicos no comércio internacional com vista a aumentar o grau de satisfação das necessidades através do funcionamento do mecanismo de mercado. Neste caso, pretende-se promover o comércio internacional abolindo barreiras comerciais e incentivando a livre concorrência.

Protecionismo

Protecionismo

Corrente que defende a intervenção do Estado no que respeita à proteção das indústrias nacionais contra a concorrência externa.

O **protecionismo** surgiu associado ao mercantilismo, uma corrente dos séculos XVI e XVII que defendia a relação entre a riqueza de um país e a quantidade de metal precioso detido. Importava reduzir ao mínimo o montante das importações para evitar a saída de metal precioso, fazendo com que este ficasse nos cofres do Estado. Mais tarde, especialmente no período que mediou as duas



Vídeo
Políticas
comerciais e
OMC



guerras mundiais do século XX, o protecionismo voltou a ser adotado, adaptando-se à nova realidade. Agora era dada prioridade à proteção das indústrias nacionais relativamente à concorrência externa.

As principais medidas protecionistas atualmente utilizadas para fomentar a redução das importações são as barreiras alfandegárias e os subsídios à exportação.

- **Barreiras alfandegárias:** obstáculos criados à entrada de bens num país, com o objetivo de fazer diminuir as suas importações para proteger as indústrias nacionais. Estas barreiras podem ser de natureza tarifária ou não tarifária.
 - a) As barreiras tarifárias consistem em **direitos alfandegários** cobrados aos produtos importados. Através da aplicação de impostos alfandegários os bens tornam-se mais caros para quem os compra, levando assim a uma diminuição das importações.
 - b) As barreiras não tarifárias abrangem a contingência e a aplicação de regulamentos especiais. A **contingência** consiste na fixação de limites máximos para a importação de determinados produtos. Estes limites podem ser fixados em função do valor ou da quantidade de bens importados. Existem outras barreiras técnicas que se podem aplicar, nomeadamente **regulamentos especiais** com determinadas exigências no que respeita a segurança, higiene, entre outras, que dificultam a entrada de produtos vindos do exterior que não cumpram as condições exigidas.
- **Subsídios à exportação:** outra medida de protecionismo utilizada frequentemente. Estes subsídios servem para encorajar as empresas exportadoras a produzir mais bens para o Resto do Mundo. Ao atribuir subvenções às exportações, o Estado incentiva as empresas que se dedicam à exportação de bens.

Existem ainda práticas como o *dumping* que, embora se considerem desleais, fomentam as exportações. O **dumping** consiste na venda de produtos ao exterior a preços inferiores aos que são praticados em território nacional.

Barreiras alfandegárias

Tarifárias

- Direitos alfandegários

Não tarifárias

- Contingência
- Regulamentos especiais

Direitos alfandegários

Impostos cobrados aos bens importados.

Contingência

Restrição quantitativa fixada relativamente à entrada de certos bens importados.

Regulamentos especiais

Exigências técnicas que funcionam como entrave à entrada de produtos importados.

Subsídios à exportação

Verbas atribuídas pelo Estado às empresas exportadoras com o objetivo de fomentar as exportações.

Dumping

Venda no mercado externo a preços inferiores aos que são praticados no mercado interno.

Livre-cambismo

Corrente que defende que o comércio internacional deve funcionar segundo as leis de mercado, sem intervenção.

Livre-cambismo

O **livre-cambismo** (ou liberalismo económico) nasceu em França, no século XVIII, com os fisiocratas que consideravam que toda a riqueza provinha da terra, opondo-se assim ao intervencionismo mercantilista. No entanto, foi na Grã-Bretanha que o livre-cambismo mais floresceu, devido ao facto de aí ter emergido a Revolução Industrial e

sentir necessidade de poder expandir as suas exportações. Este contexto foi amplamente sustentado por autores como Adam Smith (considerado o pai da Economia), e já no século XIX, apareceu outro seguidor, David Ricardo, o autor da teoria das vantagens comparativas.

De acordo com esta corrente, o protecionismo impedia a livre concorrência, fazendo reduzir a eficiência das indústrias. Por sua vez, uma quebra na eficiência produtiva conduzia a um aumento dos preços dos bens que faria diminuir a liberdade de escolha dos consumidores. Segundo os livre-cambistas, o Estado não deveria intervir nas trocas, mas sim deixar que elas se processassem livremente.

A liberalização do comércio voltou a ser defendida após a Segunda Guerra Mundial, com a reconstrução da Europa e a influência dos EUA a impulsionar a promoção da livre concorrência e a adoção de políticas com vista a reduzir o papel estatal na economia.

Atividade 3

O protecionismo defende a limitação das importações mediante o recurso a diversas barreiras, tarifárias e não tarifárias, o livre-cambismo defende que a liberalização das trocas é vantajosa para a economia mundial.

- 1 Comenta a afirmação anterior, caracterizando sucintamente as duas teorias referidas.

14.1.4. Vantagens absolutas e vantagens comparativas

Os países foram-se especializando progressivamente na produção de determinados bens sobre os quais detêm uma maior aptidão ou para os quais possuem características que lhes permitem produzir de forma mais eficiente que os outros países. Surgiu, assim, o conceito de **divisão internacional do trabalho (DIT)**. Segundo este conceito, o processo de especialização deu origem a uma distribuição desigual das atividades produtivas pelos

diversos países do mundo, fazendo com que, por exemplo, os países mais desenvolvidos produzam bens com maior incorporação tecnológica do que os países em vias de desenvolvimento.

As **principais razões que levam à especialização dos países** são:

- a desigualdade que existe na distribuição dos recursos do planeta;
- o facto de existirem diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico nos diversos países;
- a existência pelo mundo fora de uma grande variedade de fatores de natureza geográfica (clima, relevo, o tipo de solo, etc.) que condiciona a produção e conduz à sua diversificação;
- o facto de haver diferentes níveis de disponibilidade de capital e de formação da mão de obra.



A divisão internacional do trabalho, resultante da especialização da produção pelas diversas regiões do planeta, faz com que os países sejam cada vez mais interdependentes e necessitem de trocar entre si os bens que não produzem. O comércio internacional funciona então como um modo de proporcionar a cada país a possibilidade de ter acesso aos bens que não produz, bem como escoar os bens que produz para o mercado externo.

Os países divergem bastante uns dos outros, apresentando capacidades e características muito diferentes. Por um lado, nem todos possuem as mesmas riquezas naturais, os seus climas são distintos e a produtividade e o tipo de solos também diferem uns dos outros. Por outro lado, cada país evoluiu de modo próprio em termos históricos, culturais, sociais, religiosos e económicos, fazendo com que, presentemente, todos se encontrem em patamares de desenvolvimento diferentes. Além disso, os múltiplos processos de desenvolvimento originaram uma grande variedade de situações, quer no que respeita ao tipo de mão de obra existente, quer no que concerne ao capital disponível, ao nível de evolução tecnológica, etc.

Podemos assim dizer que há inúmeras razões para a existência do comércio internacional. O comércio internacional leva os países a competirem uns com os outros, pois geralmente vende mais quem consegue produzir de modo mais eficiente. Este confronto faz com que, sistematicamente, se comparem as vantagens que cada país oferece relativamente aos bens que produz, podendo estas ser de natureza diversa. Assim, diz-se que um país tem uma **vantagem absoluta** na produção de um bem ou

Vantagem comparativa

Um país deve-se especializar na produção dos bens em que é comparativamente menos ineficiente, independentemente de ter, ou não, vantagem absoluta na produção de alguns bens.

Vantagem absoluta

Um país tem vantagem absoluta na produção de um bem quando é capaz de produzir esse bem de forma mais eficiente que os outros países. Uma vantagem absoluta pode ser natural ou adquirida.

serviço quando é capaz de produzir esse bem ou serviço de forma mais eficiente que os outros países. Essa vantagem pode ser de dois tipos: natural ou adquirida. A vantagem é **natural** quando aparece nesse país de forma espontânea, como o caso dos minérios ou

de outras riquezas naturais, e é **adquirida** se resulta de um investimento feito em áreas concretas, como a formação ou o desenvolvimento tecnológico.



David Ricardo

No entanto, um país pode ter vantagem absoluta relativamente a muitos (ou todos) os produtos e, mesmo assim, optar por se especializar apenas na produção de alguns. Neste caso, o país vai especializar-se na produção daqueles bens em que é mais eficiente e passará a adquirir os restantes produtos a outros países. Ao dedicar-se à produção dos bens em que é comparativamente mais eficiente, o país consegue obter maiores rendimentos que, por sua vez, lhe permitem comprar a outros países os bens que deixou de produzir, ficando ainda a ganhar dinheiro. Nisto consiste a **teoria das vantagens comparativas**.

Documento 5

“Trocas internacionais

O comércio internacional é o resultado de uma divisão do trabalho que se realiza à escala mundial. A troca internacional é necessária porque os países não podem produzir o conjunto dos bens e serviços de que têm necessidade. Os países europeus têm necessidade de matérias-primas que eles não possuem, enquanto outros países desejam obter os seus produtos de alta tecnologia. Cada país pode, portanto, especializar-se na produção de certo tipo de bem e realizar trocas com os países que disponham de uma outra especialização.

A repartição das diferentes especializações entre todos os países do mundo constitui a DIT, a divisão internacional do trabalho.

Procurando defender a ideia do comércio livre, Adam Smith mostrou, no final do século XVIII, que um país não deve hesitar em comprar ao exterior o que os produtores estrangeiros podem produzir a melhor custo que os produtores nacionais. O país que vende um certo produto menos caro que todos os outros países possui assim uma vantagem absoluta para esse produto. Smith sugeria então que um país se especializasse na produção de bens para os quais possuísse esta vantagem absoluta e comprar todos os outros bens.

Esta análise apresentava entretanto o inconveniente de excluir do comércio internacional as nações que não dispunham de qualquer vantagem absoluta. Foi um outro economista inglês, David Ricardo, que demonstrou, no início do século XIX, que, mesmo que um país estivesse mais mal colocado que os outros (em todos os bens), ele deveria especializar-se na produção para a qual a sua desvantagem fosse menor. Trata-se da teoria das vantagens comparativas.”

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

Atividade 4

Lê atentamente o texto que se segue.

“A vantagem comparativa

Esta teoria defende que o comércio internacional beneficia mutuamente os intervenientes, mesmo quando um deles pode produzir qualquer mercadoria mais barata que o outro.

Um exemplo tradicionalmente utilizado na explicação deste paradoxo da vantagem comparativa é o caso da melhor advogada da cidade, que é também a melhor datilógrafa. Irá ela especializar-se em advocacia e deixar o trabalho de datilografia para uma secretária? Como poderá dar-se ao luxo de desviar o seu precioso tempo do campo das leis, em que a sua vantagem comparativa é muito grande, para escrever à máquina, tarefa em que é eficiente mas onde não desfruta de uma vantagem comparativa?

Ou, então encare-se a situação do ponto de vista da secretária. Ela é menos eficiente do que a advogada em ambas as atividades, mas comparando a sua desvantagem relativa com a da advogada, ela é menor no domínio da datilografia.

A chave para esta discussão está nas palavras ‘absoluto’ e ‘comparativa’. Mesmo que determinados países, ou pessoas, sejam em absoluto mais ou menos eficientes que outros, cada um terá uma vantagem comparativa nalguns bens e uma desvantagem comparativa noutros.”

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

- 1 Apresenta as principais razões que levam os países a especializar-se.
- 2 Explica o que é uma vantagem absoluta.
- 3 Explicita o conceito de vantagem comparativa, tendo em atenção o texto.
- 4 Investiga vantagens absolutas/comparativas da economia cabo-verdiana.

Nas últimas décadas, o comércio internacional tem vindo a desenvolver-se de forma muito acelerada. A mundialização das trocas e a globalização têm provocado profundas alterações na forma como os países se relacionam uns com os outros. Os interesses económicos associados às relações comerciais fazem com que se criem laços e os países se aliem de modo a promover o comércio entre si. O aumento das trocas internacionais tem gerado um **aumento dos fluxos migratórios**, fazendo que cada vez circulem mais pessoas de uns países para os outros.

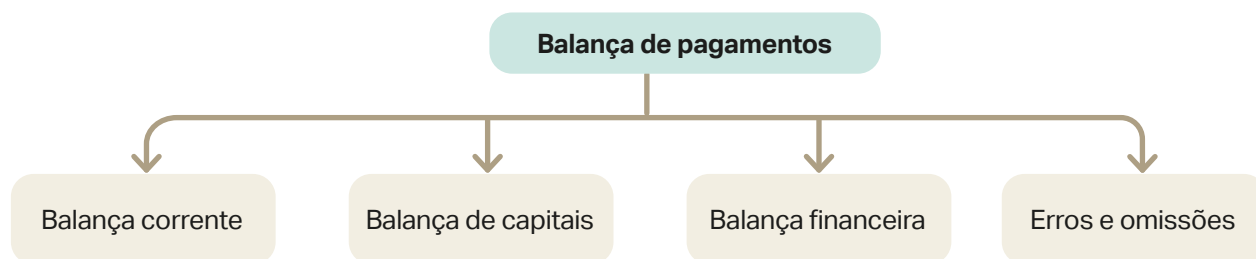
Além dos motivos tradicionais, como a emigração, com o objetivo de obter melhores condições de vida, surgem outros motivos para o aumento dos fluxos migratórios registados a nível mundial. Atualmente, desenvolvem-se muitos negócios a nível internacional, fazendo com que os indivíduos se tenham de deslocar a outros países com bastante

frequência. Por outro lado, existem pessoas que trabalham num país e residem noutro, deslocando-se muitas vezes de um para o outro. Outra razão é o aumento das viagens de turismo internacional resultante das facilidades de crédito concedidas, da diminuição de preços em virtude do aumento do número de passageiros e das mudanças de mentalidade, nomeadamente, as que decorrem da sociedade de consumo em que vivemos.

14.2. Registo das relações com o Resto do Mundo – balança de pagamentos

A Contabilidade Nacional também observa as relações que se estabelecem ao nível do comércio internacional, procedendo ao registo das operações económicas realizadas entre os diversos agentes. Os fluxos de entrada e de saída entre um país e os restantes são registados a crédito ou a débito na **balança de pagamentos**, que é o mapa onde se registam todas as transações económicas operadas entre um país e o Resto do Mundo. Este registo é feito sob a forma de um sistema de contas, em equilíbrio permanente, de modo a permitir que a balança de pagamentos esteja sempre saldada (saldo igual a zero).

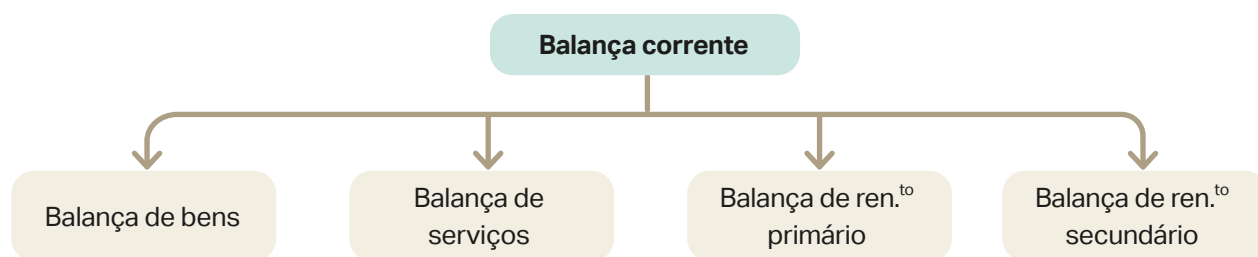
A balança de pagamentos decompõe-se em três: **balança corrente**, **balança de capital** e **balança financeira**. Mas a balança de pagamentos inclui ainda uma rubrica, denominada **erros e omissões**, que serve para registar as divergências nos fluxos decorrentes da diferença de conceitos e de fontes de informação. Esta rubrica destina-se a corrigir os desvios ocorridos nas balanças corrente, de capital e financeira.



14.2.1. Componentes da balança corrente

A balança corrente compreende, de uma forma geral, todas as transações correntes efetuadas entre agentes residentes e não residentes no âmbito do comércio internacional. Esta balança engloba os fluxos que se estabelecem entre diferentes países relativos a pagamentos e recebimentos de transações com bens, serviços, rendimentos primários e secundários, decompondo-se, assim, em quatro balanças.





Balança de bens

A balança de bens engloba as transações de mercadorias entre os agentes de um país e o Resto do Mundo. Nesta balança são registadas as **importações**, as entradas de bens que correspondem a uma saída de moeda, e as **exportações**, as saídas de bens que dão origem a uma entrada de moeda, possibilitando, desse modo, efetuar o apuramento do saldo da balança de bens, que pode ser deficitário, superavitário ou nulo. Este saldo obtém-se subtraindo as entradas de bens (débitos) às saídas de bens (créditos).

Importação de bens

Entrada de bens que correspondem a uma saída de moeda (débito).

Exportação de bens

Saída de bens que dão origem a uma entrada de moeda (crédito).

SalDOS da Balança de Bens	
DéfiCe	Exportações (C) < Importações (D)
Superavit	Exportações (C) > Importações (D)
Nulo	Exportações (C) = Importações (D)
Saldo = Crédito (C) – Débito (D)	

Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Bens)	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Bens ⁽¹⁾	-63 832,2	-66 368,1	-82 054,2	-90 902,2	-86 185,6
Crédito	12 495,6	16 624,1	29 650,6	26 191,3	33 416,7
Débito	76 327,8	82 992,2	111 704,8	117 093,5	119 602,3

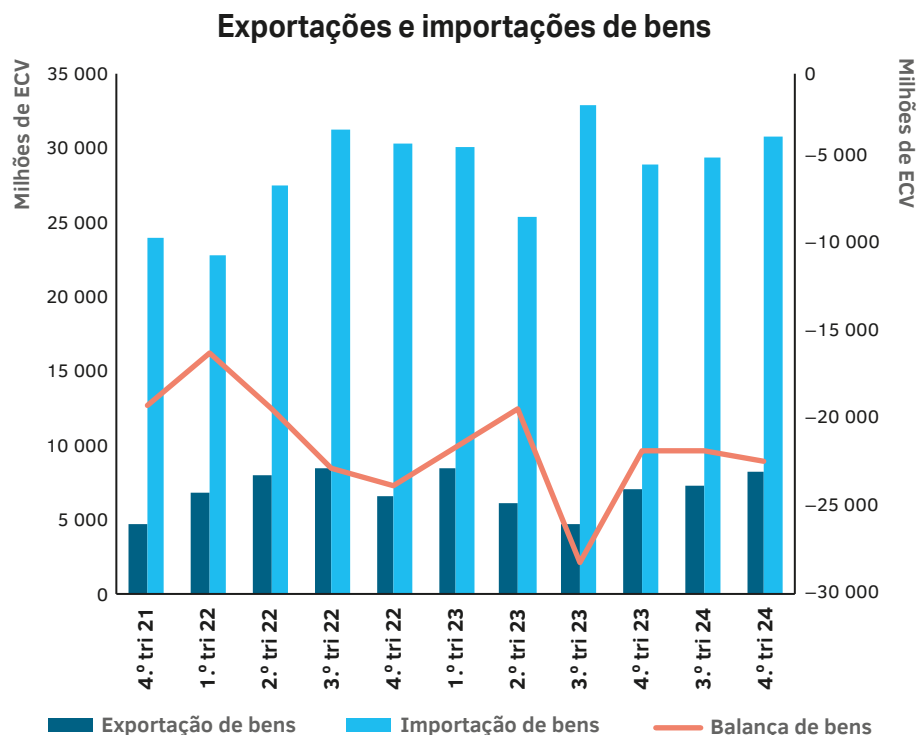
Banco de Cabo Verde

(^P) Provisório

(¹) Dados de exportações e importações de bens, segundo estatísticas de comércio exterior da DGA, ajustados com dados reportados pelas empresas nos inquéritos trimestrais.

Atividade 5

“O défice da balança de bens fixou-se em 22 360 milhões de escudos. O aumento de 644 milhões de escudos relativamente ao quarto trimestre de 2023 deveu-se ao aumento das importações em 1 813 milhões de escudos.



Refira-se que o aumento das importações foi determinado pelo aumento da importação de bens de capital (37 por cento), bens de consumo (30 por cento) e bens intermédios (17 por cento). Em contrapartida, os preços dos combustíveis diminuíram em 26 por cento.”

BCV, Nota de informação estatística – 4.º trimestre de 2024

- 1 Distingue importações de exportações.
- 2 Comenta a evolução do saldo trimestral da balança de bens patente no gráfico, entre o final de 2021 e 2024, explicando o seu significado.
- 3 Justifica o aumento de 644 milhões de escudos do défice da balança de bens no quarto trimestre de 2024, face ao período homólogo do ano anterior.

Balança de serviços

A balança de serviços compreende as transações associadas à prestação de serviços entre residentes e não residentes. Esta balança engloba serviços como viagens e turismo, transportes, seguros, direitos de utilização, como, por exemplo, direitos de autor, serviços de intermediação financeira, comunicações ou informática.

Os saldos da balança de serviços calculam-se, conforme vimos na balança de bens, obtendo a diferença entre o total de créditos e de débitos.

Milhões de CVE

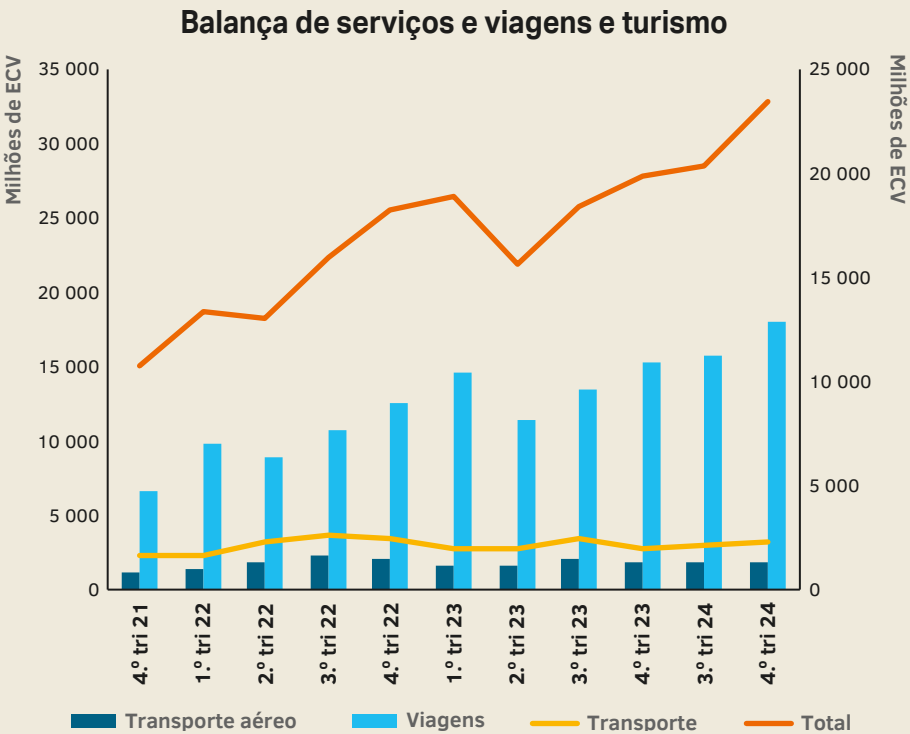
Balança corrente (rubrica: Serviços)	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Serviços	7 752,2	5 633,0	33 833,6	44 544,5	54 084,3
Crédito	28 960,3	26 982,2	59 849,6	72 875,9	84 654,0
Débito	21 208,1	21 349,2	26 016,0	28 331,3	30 569,7

(^P) Provisório

Banco de Cabo Verde

Documento 6

“A balança de serviços registou um excedente de 15 256 milhões de escudos (que compara aos 13 164 milhões de escudos do quarto trimestre de 2023). A sua recuperação foi determinada pelo aumento das exportações de serviços de viagens de turismo (em 2 607 milhões de escudos).”



BCV, Nota de informação estatística – 4.º trimestre 2024

Atividade 6

Observa o quadro com a decomposição da balança de serviços entre 2020 e 2024.

Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Serviços)	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Serviços	7 752,2	5 633,0	33 833,6	44 544,5	54 084,3
Transporte	-282,0	-2 336,0	-1 861,6	135,1	405,2
Marítimo	-3 274,8	-4 046,4	-6 121,0	-5 424,7	-5 330,4
Aéreo	2 929,2	1 671,1	4 270,4	5 570,9	5 755,0
Viagens	10 768,3	8 426,1	35 981,9	47 719,0	57 479,9
Negócios	819,3	867,7	1 508,6	1 612,4	2 273,4
Turismo	12 844,5	10 057,3	36 896,7	48 640,6	58 120,3
Outros Serviços	-2 734,2	-457,1	-286,7	-3 309,6	-3 800,8
Transformação de Bens	2,8	28,5	75,7	75,0	91,7
Reparação de Bens	-512,5	-428,3	-298,0	-771,6	-668,3
Serviços de Construção	538,6	474,5	138,0	184,6	47,3
Serviços de Seguros e Pensões	-201,2	-124,7	-133,7	-164,9	-155,2
Serviços Financeiros (excluindo seguros)	-390,1	-403,4	-509,2	-440,5	-706,2
Uso de Propriedade Intelectual	-362,4	-122,5	-124,6	-195,7	-194,6
Serviços de Comunicação, Informática e Informação	-674,0	-1 093,4	-917,7	-1 088,2	-1 186,2
Outros Serviços Empresariais	-2 393,5	-181,7	-473,7	-1 610,4	-1 585,5
Serviços Pessoais, Culturais e de Lazer	65,2	70,8	79,5	31,7	25,0
Bens e Serviços Governamentais n.i.o.p.	1 155,8	1 323,0	1 876,9	670,5	531,2

^(P) Provisório; (n.i.o.p.) não incluídos noutras partidas.

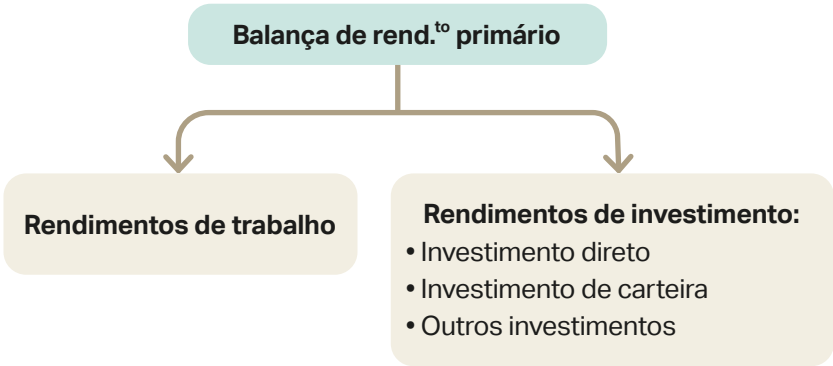
Banco de Cabo Verde

- 1 Analisa a evolução da rubrica turismo na balança de serviços entre 2020 e 2024.
- 2 Reflete sobre a importância do turismo na balança de serviços e na balança corrente.

Balança de rendimento primário

A balança de rendimento primário inclui os rendimentos de trabalho e de investimento que um país recebe ou paga ao Resto do Mundo. Na rubrica de **rendimentos de trabalho** incluem-se os salários e outros benefícios recebidos pelo trabalho prestado em Cabo Verde por indivíduos não residentes ou pelo trabalho prestado no exterior por indivíduos

cabo-verdianos. Quanto aos **rendimentos de investimento**, estes resultam da propriedade de ativos financeiros externos ou da emissão de passivos financeiros detidos por não residentes, como dividendos e juros recebidos por agentes residentes provenientes de investimentos no exterior ou recebidos por agentes não residentes que detêm investimentos em Cabo Verde. Esta rubrica compreende os rendimentos de investimento direto, de investimento de carteira e de outros investimentos.



Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Rendimento primário)	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Rendimento primário	-3 719,1	-2 643,4	-2 942,8	-3 039,2	-5 289,4
Rendimentos de trabalho	428,5	462,3	1 014,3	1 257,1	992,4
Rendimentos de investimento	-4 147,3	-3 106,0	-3 957,1	-4 296,3	-6 281,9
Rendimentos de investimento direto	-1 481,6	-1 273,9	-1 540,6	-2 740,3	-4 440,5
Rendimentos de investimento de carteira	-19,6	-7,6	2,8	-21,1	-189,5
Outros investimentos	-2 960,0	-1 927,8	-2 535,5	-2 299,7	-3 211,0

^(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

Documento 7

“O deficit da balança de rendimento primário foi de 1.210 milhões de escudos, comparado com os 97 milhões de escudos registados no trimestre homólogo. Este aumento foi determinado, pelo aumento do pagamento de dividendos em 721 milhões de escudos e de juros de dívida externa pública, não obstante o aumento dos rendimentos dos ativos de reserva em 260 milhões de escudos.”

BCV, Nota de informação estatística - 4º trimestre 2024

Atividade 7

- 1 Analisa a evolução da balança de rendimento primário entre 2020 e 2024, comentando se o país está a gerar mais rendimento do que está a pagar.

Balança de rendimento secundário

Esta balança inclui os valores correspondentes a transferências unilaterais, ou seja, mudanças de propriedade sem contrapartida, que sejam de natureza corrente. Engloba assim as transferências oficiais, como os fluxos relativos à cooperação entre Estados; as remessas dos emigrantes e imigrantes, como os rendimentos de cabo-verdianos a viver no estrangeiro enviados regularmente para Cabo Verde e outras transferências privadas, como, por exemplo, doações de organizações não governamentais estrangeiras com destino a projetos sociais cabo-verdianos.



Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Rendimento Secundário)	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Rendimento secundário	32 455,3	40 189,0	42 817,2	42 886,2	47 724,7
Transferências oficiais	5 295,4	4 476,4	3 099,6	4 136,3	5 841,8
Remessas dos emigrantes	18 536,8	25 602,0	28 925,4	27 908,4	29 572,9
Outras transferências privadas	8 623,1	10 110,7	10 792,2	10 841,5	12 310,0

^(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

Documento 8

“As remessas dos emigrantes são um dos pilares da economia cabo-verdiana, a par do turismo.”

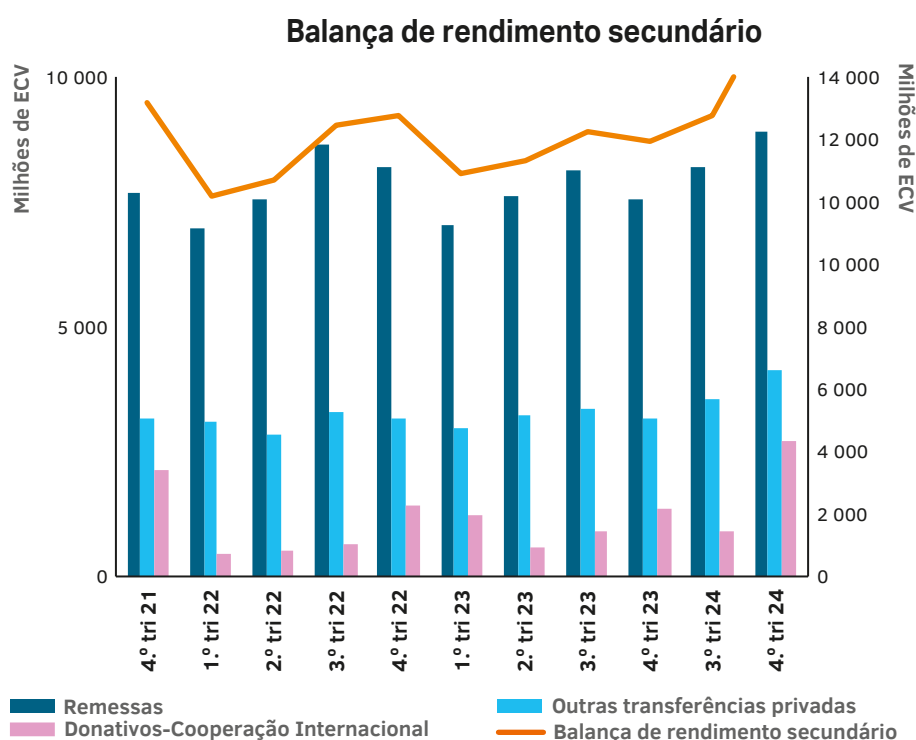
<https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/cabo-verde-remessas-de-emigrantes-atingem-recorde-em-2024/>
[consult. 4 set 2025]



Atividade 8

“O excedente da balança de rendimento secundário aumentou em 3 679 milhões de escudos em termos homólogos, resultado dos donativos da Cooperação Internacional e do aumento de outras transferências privadas em 1 392 e 974 milhões de escudos, respetivamente.

As remessas dos emigrantes aumentaram em cerca de 1 348 milhões de escudos em termos homólogos, em função do aumento das transferências em divisas oriundas dos Estados Unidos de América e Portugal.”



BCV, Nota de informação estatística – 4.º trimestre de 2024

- 1 Analisa a evolução trimestral das remessas dos emigrantes, referindo o seu impacto na balança de rendimento secundário cabo-verdiana.

Reunindo as quatro balanças anteriores, obtemos a balança corrente.

Milhões de CVE

	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Balança corrente	-27 343,8	-23 189,5	-8 346,2	-6 510,7	10 334,0
Bens	-63 832,2	-66 368,1	-82 054,2	-90 902,2	-86 185,6
Serviços	7 752,2	5 633,0	33 833,6	44 544,5	54 084,3
Rendimento Primário	-3 719,1	-2 643,4	-2 942,8	-3 039,2	-5 289,4
Rendimento Secundário	32 455,3	40 189,0	42 817,2	42 886,2	47 724,7

^(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

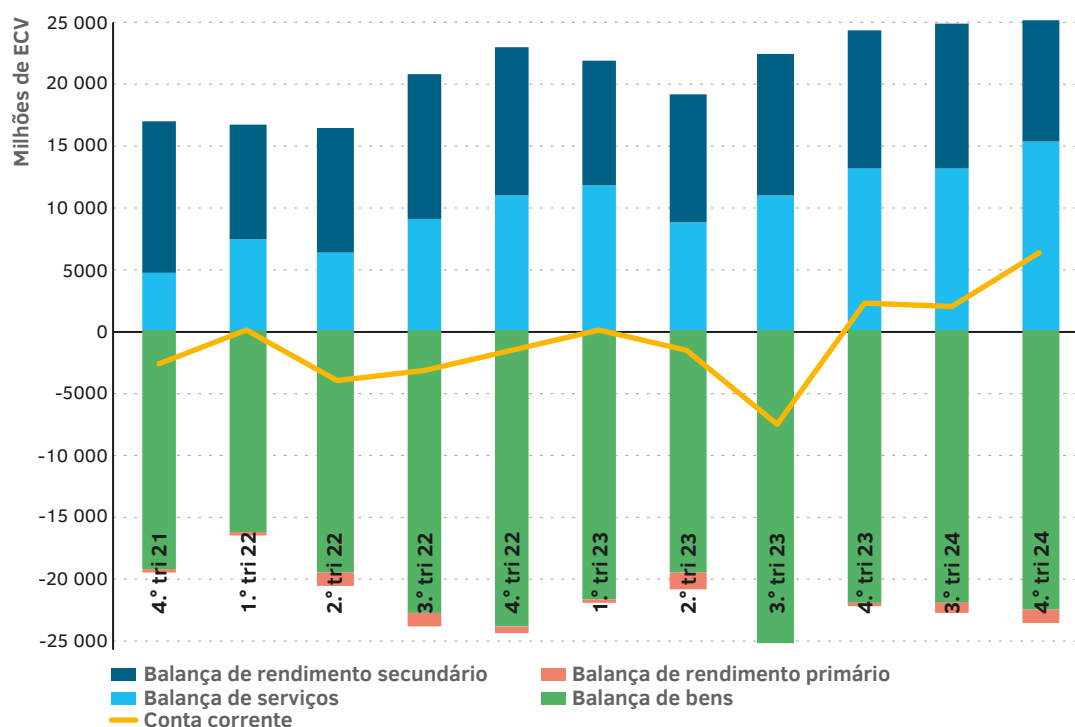
Documento 9

“De acordo com informações ainda provisórias, a balança corrente registou, em 2024, um *superavit* de 10 334 milhões de escudos (3,7 por cento do PIB), o que se compara com um *déficit* de 6 510,7 milhões de escudos (2,5 por cento do PIB) registado no ano anterior. Para esta evolução concorreram, sobretudo, os aumentos verificados nas exportações de serviços de turismo (em 19,1 por cento), nas reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais (em 23,9 por cento), nas exportações de mercadorias (em 41 por cento), nas remessas dos emigrantes (em 6,3 por cento), nas transferências correntes oficiais (em 41,2 por cento), associado à entrada da ajuda orçamental da União Europeia e do Luxemburgo, e nas outras transferências correntes privadas (em 13,5 por cento), em particular, donativos de individualidades e instituições sem fins lucrativos, bem como o abrandamento registado nas importações de bens e serviços, que passaram de um crescimento de 5,6 por cento em 2023 para 3,3 por cento em 2024, em linha com a moderação da procura interna). Entretanto, a contribuir negativamente para a evolução da balança corrente, destaca-se o aumento dos rendimentos de investimento direto expatriados e dos pagamentos de juros da dívida externa pública.”

BCV, Relatório de Política Monetária | Evolução Recente do Estado da Economia

Nota: o termo reexportação significa que um país importa produtos e exporta-os em seguida, sendo os produtos reexportados geralmente vendidos sem qualquer transformação adicional.

Balança corrente



BCV, Nota de informação estatística – 4.º trimestre de 2024

Atividade 9

“Balança corrente

O comportamento da balança corrente traduziu o aumento da balança de rendimento secundário (em 33%) e o excedente da balança de serviços (em 16%), não obstante um aumento do défice da balança de rendimento primário (em 1 113 milhões de escudos) e da balança de bens (em 3%).”

BCV, Nota de informação estatística – 4.º trimestre de 2024

- 1 Explicita o sentido da afirmação anterior, referente ao 4.º trimestre de 2024 comparativamente com o período homólogo do ano anterior, tendo em atenção o gráfico trimestral da balança corrente cabo-verdiana entre o final de 2021 e 2024.

Operações de câmbio

No âmbito do comércio internacional, é fundamental compreender o que são as operações de câmbio, pois, para um país efetuar um pagamento a outro país, necessita de trocar a sua moeda pela moeda do país em causa.

No comércio internacional é possível encontrar muitas moedas diferentes de aceitação generalizada. O processo de troca de uma moeda por outra designa-se por **câmbio** e as moedas que servem como meio de pagamento no contexto do comércio internacional denominam-se **divisas**. O euro, o dólar americano e o iene japonês são alguns exemplos de divisas.

A **taxa de câmbio** exprime a relação de troca que se estabelece entre duas moedas diferentes. Importa compreender dois sistemas de taxas de câmbio: o sistema de **taxas de câmbio fixas** e o sistema de **taxas de câmbio flexíveis** ou **flutuantes**. No primeiro sistema, as taxas de câmbio são fixadas pelas autoridades monetárias, que intervêm sempre que é necessário alterar o valor estabelecido. No segundo sistema, funciona o mecanismo de mercado sem intervenção da autoridade monetária ou havendo intervenção apenas em situações especiais.

Cabo Verde mantém um regime cambial de paridade fixa com a moeda portuguesa desde 1998. Inicialmente, o escudo cabo-verdiano (CVE) estava indexado ao escudo português (PTE) e, a partir 1999, passou a estar indexado ao euro quando a moeda portuguesa passou a ser o euro (EUR).

Câmbio

Processo de troca de uma moeda por outra.

Divisa

Moeda internacionalmente aceite como meio de pagamento.

Taxa de câmbio

Valor que exprime a relação de troca entre duas moedas.

Documento 10

“Em março de 1998 foi assinado, na cidade da Praia, o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) entre a República de Cabo Verde e a República de Portugal. Este visava sobretudo a ligação da moeda cabo-verdiana à moeda portuguesa, através de um regime de paridade fixa, e a criação de condições que garantissem a convertibilidade do escudo cabo-verdiano (CVE). O acordo fixa alguns objetivos, sendo de realçar três:

1. a criação de condições para o incremento dos fluxos comerciais e de investimento;
2. o apoio ao processo de reformas estruturais da economia cabo-verdiana com vista à abertura e modernização da sua economia;
3. a estabilidade cambial entre as moedas dos dois países, como condição para o sucesso dos objetivos enunciados.”

<https://www.bcv.cv/pt/Supervisao/Consumidores/Serviços%20ao%20Público/perguntasrespostasfrequentes/mercadocambial/Paginas/MercadoCambial.aspx> [consult. 11 jun 2025]

Documento 11

“O escudo cabo-verdiano encontra-se indexado ao euro, o que significa que a sua cotação em relação a outras moedas depende da variação cambial do euro. A cotação do escudo cabo-verdiano em relação ao euro é fixa, sendo que é 1 EUR = 110,265 CVE. A taxa de câmbio do escudo cabo-verdiano em relação ao dólar norte-americano (USD) varia, portanto, de acordo com a variação do euro em relação ao dólar.”

<https://aai.gov.cv/cat-cv/59-economia> [consult. 28 mai 2025]

As flutuações cambiais influenciam as trocas comerciais porque têm repercussões nos preços dos bens transacionados. Quando a moeda de um país se desvaloriza, os produtos que esse país vende para o exterior tornam-se mais baratos, gerando um aumento das exportações. Por outro lado, os bens adquiridos ao Resto do Mundo ficam mais dispendiosos, levando a uma diminuição das importações. Podemos então concluir que uma **desvalorização monetária** tem um impacto positivo na balança comercial, na medida em que faz aumentar as exportações e diminuir as importações. Acontece o oposto quando há uma **valorização monetária**, isto é, o impacto na balança comercial é negativo porque as exportações diminuem e as importações aumentam.



O valor de uma moeda está diretamente relacionado com a evolução da sua taxa de câmbio, influenciando-se mutuamente. Uma diminuição da taxa de câmbio conduz a uma valorização monetária e vice-versa.

Atividade 10

“Ao escolher vincular a sua moeda à de um outro país, Cabo Verde perdeu parte da autonomia em matéria de política monetária. No entanto, os resultados demonstram que a estabilidade cambial alcançada e a ligação a uma âncora credível têm sido mais úteis do que a autonomia cambial, especialmente quando se pondera a instabilidade existente aquando da celebração do ACC. No fundo, o país trocou a autonomia cambial pelo bom desempenho dos preços, por níveis de inflação baixos e por um crescimento económico sustentado.”

<https://expressodasilhas.cv/economia/2018/05/19/duas-decadas-de-estabilidade-e-de-credibilidade-para-a-moeda-cabo-verdiana/58141>, 19 maio de 2018 [consult. 11 jun 2025]

- 1 Comenta sucintamente o texto, explicando o significado da expressão «ligação a uma âncora».
- 2 Comenta o impacto de uma desvalorização monetária sobre a balança de bens.
- 3 Relaciona o valor da moeda com a evolução da taxa de câmbio.

Além das operações cambiais, convém também analisar alguns **indicadores do comércio internacional**: a estrutura das importações e das exportações e a taxa de cobertura.

• Estrutura das importações e das exportações

A estrutura das trocas comerciais é um importante indicador do nível de desenvolvimento de um país que permite comparar a sua situação em diferentes períodos de tempo ou com a situação de outros países. É possível obter informações relevantes sobre o grau de dependência externa de um país e o seu nível de especialização, analisando a composição das suas trocas comerciais, isto é, os vários tipos de bens e serviços que o país exporta e importa, em maior e menor quantidade, os setores de atividade a que pertencem, se os bens são muito ou pouco transformados, os principais fornecedores e clientes externos, a sua localização geográfica, etc.

O tipo de bens que cada economia exporta e importa do Resto do Mundo revela a natureza das relações comerciais que esse país estabelece com o exterior. O nível de tecnologia incorporada nos produtos exportados e importados está diretamente relacionado com o valor acrescentado que o país consegue criar, na medida em que os bens que sofrem menos transformações geram um valor acrescentado menor do que aqueles

bens que requerem muita tecnologia. Assim, um país que exporte bens com elevado nível tecnológico consegue obter um rendimento superior ao de outro país cujos bens vendidos ao exterior envolvam menos tecnologia.

Os países que exportam produtos com baixo nível tecnológico incorporado, além de receberem pouco retorno em termos de valor acrescentado dos bens que vendem, geralmente, importam muitos bens de equipamento que não conseguem produzir no seu país, sendo, por isso, tecnologicamente dependentes dos países que os fornecem.

A seguir, apresentam-se elementos para análise relativos às exportações e importações de Cabo Verde.

Exportação de Mercadorias por Tipo de Produtos

	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P	2025 ^P				
				jan	fev	mar	abr	mai
em milhões de escudos								
Produtos Tradicionais	3 796,8	4 391,1	6 404,4	844,2	593,8	163,6	628,3	402,0
Produtos do Mar	3 796,8	4 391,1	6 404,4	844,2	593,8	163,6	628,3	402,0
Peixe Enlatado	3 589,1	4 195,5	6 402,6	844,2	593,8	163,6	628,3	402,0
Peixe Congelado	207,8	195,6	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Peixe Fresco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crustáceos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Transformados	827,6	853,1	833,5	48,8	56,3	82,2	42,6	94,9
Calçado	295,1	319,2	279,0	21,7	26,9	26,4	9,0	43,5
Vestuário	532,4	533,9	554,4	27,1	29,4	55,7	33,6	51,4
Outros Produtos	392,1	349,3	650,9	352,6	43,9	8,1	584,6	40,6
Total	5 016,5	5 593,5	7 888,8	1 245,6	694,0	253,8	1 255,4	537,4
estrutura em percentagem								
Produtos Tradicionais	75,7	78,5	114,5	67,8	85,6	64,4	50,0	74,8
Produtos do Mar	75,7	78,5	114,5	67,8	85,6	64,4	50,0	74,8
Peixe Enlatado	71,5	75,0	114,5	67,8	85,6	64,4	50,0	74,8
Peixe Congelado	4,1	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Peixe Fresco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crustáceos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Transformados	16,5	15,3	14,9	3,9	8,1	32,4	3,4	17,7
Calçado	5,9	5,7	5,0	1,7	3,9	10,4	0,7	8,1
Vestuário	10,6	9,5	9,9	2,2	4,2	22,0	2,7	9,6
Outros Produtos	7,8	6,2	11,6	28,3	6,3	3,2	46,6	7,5
Total	100,0	100,0	141,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: dados das exportações de mercadorias de acordo com as estatísticas de comércio externo.

(P) Provisório

BCV, Boletim de Estatísticas – maio 2025

Importação de Mercadorias por Categoria Económica

Milhões de escudos

	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P	2025 ^P				
				jan	fev	mar	abr	mai
Bens de Consumo	38 950,0	40 705,6	43 651,0	4 139,1	3 133,8	3 418,9	3 786,7	4 217,9
Produtos alimentares primários	6 462,8	6 731,6	6 172,1	753,4	338,5	472,2	640,5	488,0
Produtos alimentares transformados	21 965,4	22 514,3	23 016,3	2 162,3	1 901,4	1 960,3	1 906,4	2 047,0
Material de transporte	2 431,9	2 802,6	4 971,3	415,4	302,8	249,1	357,1	442,3
Outros bens consumo duradouros	2 957,2	3 089,8	3 315,3	356,8	280,0	340,8	408,7	602,2
Outros bens consumo semi-duradouros	2 079,3	2 121,4	2 332,5	193,7	133,8	168,6	186,2	251,7
Outros bens consumo não duradouros	3 053,4	3 445,9	3 843,6	257,4	177,4	227,9	287,8	386,7
Bens Intermédios	21 357,6	21 100,3	20 767,8	1 958,7	1 500,2	1 865,7	1 788,3	1 902,7
Produtos alimentares primários	1 107,2	710,0	600,8	148,7	1,7	0,5	1,5	152,7
Produtos alimentares transformados	515,7	667,4	644,8	54,7	44,4	33,6	59,8	51,1
Produtos primários não especificados	156,9	172,5	166,7	4,9	16,1	36,4	15,9	6,4
Produtos transformados p/ agricultura	69,8	80,4	71,2	3,6	3,1	10,3	6,2	4,2
Prod. transf. p/ indústria alimentar	861,0	803,1	895,5	115,3	40,2	75,8	68,1	80,4
Prod. transf. p/ confeção e calçado	145,1	131,0	148,8	15,3	8,9	16,7	8,1	8,3
Prod. transf. p/ indústrias várias	851,9	924,1	883,4	45,4	62,6	60,4	92,2	58,5
Prod. transformados p/ construção	9 275,5	8 881,0	8 810,3	901,5	745,3	848,0	723,5	771,4
Cimento	2 877,6	2 633,2	2 903,7	248,2	321,4	387,2	198,3	260,7
Ferro	4 051,9	3 530,8	3 553,0	387,0	239,3	246,8	295,9	294,9

	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P	2025 ^P				
				jan	fev	mar	abr	mai
Produtos transformados p/ carpintaria	1 767,6	1 980,7	1 553,9	118,2	97,0	128,5	153,7	132,5
Material elétrico	1 944,1	1 915,4	2 416,0	192,0	141,2	139,0	209,1	297,1
Produtos transformados não especificados	4 325,2	4 486,5	4 191,4	316,8	294,4	463,3	403,1	312,2
Peças e acessórios p/mat. transporte	337,6	348,4	385,1	42,3	45,4	53,3	46,9	28,0
Bens de Capital	8 280,5	14 292,5	11 672,4	1 082,9	860,2	1 081,4	928,2	913,2
Máquinas	5 808,5	6 649,8	7 751,0	810,2	558,8	753,2	607,0	624,3
Máquinas agrícolas	66,2	41,4	13,6	1,7	0,1	1,9	0,5	2,2
Máquinas industriais	285,8	544,0	355,3	59,6	47,3	211,6	19,3	62,0
Máquinas para construção	586,6	268,1	581,4	160,6	35,4	48,0	115,5	37,1
Instrumento de telecomunicações	871,3	856,8	945,0	103,3	67,3	125,2	30,0	125,5
Outras Máquinas e Instrumentos	3 998,6	4 939,5	5 855,7	485,0	408,7	366,6	441,7	397,5
Meios de transporte	2 164,0	7 365,0	3 472,5	253,3	275,7	254,2	304,9	267,5
Autocarros	230,7	382,7	453,9	20,8	18,8	26,2	102,1	42,6
Aviões	0,2	5 024,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcos	221,4	142,3	770,4	28,3	23,1	14,7	5,1	4,2
Tratores e veículos p/transp. carga	1 044,6	1 218,2	1 602,8	147,9	184,6	156,3	116,8	149,5
Motores	307,9	277,6	448,8	19,4	25,8	74,0	16,2	21,5
Combustíveis	18 368,8	14 678,3	14 069,3	963,0	1 577,2	1 149,7	948,3	1 056,0
Diesel oil	8 899,8	6 986,0	6 652,8	470,7	584,1	774,8	346,5	480,9
Fuel-oil	6 147,1	4 908,6	4 549,9	293,3	715,6	136,3	318,4	293,9
Gasolina	1 585,0	1 408,5	1 421,5	58,5	152,4	106,7	111,9	122,2
Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Artigos diversos não especificados	9 118,6	9 840,5	10 557,9	874,0	1 024,1	824,9	845,7	878,8
Total Geral	96 075,5	100 617,1	100 718,4	9 017,6	8 095,5	8 340,6	8 297,1	8 968,6

Nota: dados das importações de mercadorias em valor CIF (*cost insurance and freight*), de acordo com as estatísticas de comércio externo.

(P) Provisório

Importação de Mercadorias por Categoria Económica – estrutura em percentagem

%

	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P	2025 ^P				
				jan	fev	mar	abr	mai
Bens de Consumo	40,5	40,5	43,3	42,8	38,7	41,0	45,6	47,0
Produtos alimentares primários	6,7	6,7	6,1	10,2	4,2	5,7	7,7	5,4
Produtos alimentares transformados	22,9	22,4	22,9	18,5	23,5	23,5	23,0	22,8
Material de transporte	2,5	2,8	4,9	3,3	3,7	3,0	4,3	4,9
Outros bens de consumo duradouros	3,1	3,1	3,3	4,8	3,5	4,1	4,9	6,7
Outros bens de consumo semi-duradouros	2,2	2,1	2,3	2,7	1,7	2,0	2,2	2,8
Outros bens de consumo não duradouros	3,2	3,4	3,8	3,3	2,2	2,7	3,5	4,3
Bens Intermédios	22,2	21,0	20,6	26,3	18,5	22,4	21,6	21,2
Produtos alimentares primários	1,2	0,7	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
Produtos alimentares transformados	0,5	0,7	0,6	0,7	0,5	0,4	0,7	0,6
Produtos primários não especificados	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,1
Produtos transformados p/ agricultura	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Prod. transf. p/ indústria alimentar	0,9	0,8	0,9	1,2	0,5	0,9	0,8	0,9
Prod. transf. p/ confeção e calçado	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
Prod. transf. p/ indústrias várias	0,9	0,9	0,9	0,7	0,8	0,7	1,1	0,7
Prod. transformados p/ construção	9,7	8,8	8,7	13,0	9,2	10,2	8,7	8,6
Cimento	3,0	2,6	2,9	4,2	4,0	4,6	2,4	2,9
Ferro	4,2	3,5	3,5	5,7	3,0	3,0	3,6	3,3
Produtos transformados p/ carpintaria	1,8	2,0	1,5	2,0	1,2	1,5	1,9	1,5
Material elétrico	2,0	1,9	2,4	3,4	1,7	1,7	2,5	3,3

	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P	2025 ^P				
				jan	fev	mar	abr	mai
Produtos transformados não especificados	4,5	4,5	4,2	4,5	3,6	5,6	4,9	3,5
Peças e acessórios p/mat. transporte	0,4	0,3	0,4	0,3	0,6	0,6	0,6	0,3
Bens de Capital	8,6	14,2	11,6	10,8	10,6	13,0	11,2	10,2
Máquinas	6,0	6,6	7,7	7,4	6,9	9,0	7,3	7,0
Meios de transporte	2,3	7,3	3,4	3,2	3,4	3,0	3,7	3,0
Motores	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	0,2	0,2
Combustíveis	19,1	14,6	14,0	9,3	19,5	13,8	11,4	11,8
Diesel oil	9,3	6,9	6,6	3,5	7,2	9,3	4,2	5,4
Fuel-oil	6,4	4,9	4,5	3,7	8,8	1,6	3,8	3,3
Gasolina	1,6	1,4	1,4	0,5	1,9	1,3	1,3	1,4
Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Artigos diversos não especificados	9,5	9,8	10,5	10,8	12,7	9,9	10,2	9,8
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: dados das importações de mercadorias em valor CIF (*cost insurance and freight*), de acordo com as estatísticas de comércio externo.

(P) Provisório

BCV, *Boletim de Estatísticas* – maio 2025

Distribuição Geográfica de Comércio Externo de Mercadorias

Milhões de escudos

	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P	2025 ^P
	1.º trim			
Exportação de Mercadorias				
EUA	261,4	263,8	294,7	34,4
Área do Euro dos quais:	4 708,5	5 264,6	7 206,7	1 793,9
Alemanha	0,0	0,0	0,0	1,0
Espanha	2 813,4	3 372,9	5 069,7	1 375,5
França	6,8	6,1	3,2	0,0
Países Baixos	40,5	35,0	24,4	3,0
Portugal	898,0	894,3	856,5	187,4

	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P	2025 ^P
				1.º trim
CEDEAO dos quais:	1,5	26,1	82,5	70,3
Gana	0,1	0,2	0,0	0,0
Guiné-Bissau	0,9	5,2	0,2	8,5
Outros Países	45,1	39,0	304,8	294,7
Total	5 016,5	5 593,5	7 888,8	2 193,4
Importação de Mercadorias				
EUA	1 956,4	6 630,3	1 662,7	456,2
Área do Euro dos quais:	60 554,2	66 014,6	68 833,2	16 500,8
Alemanha	383,1	317,1	712,8	244,8
Espanha	8 547,6	10 947,4	10 239,9	2 144,8
França	1 667,8	4 081,1	1 749,5	348,9
Itália	1 721,5	919,2	2 617,4	1 619,5
Países Baixos	5 054,4	4 737,2	5 383,9	910,2
Portugal	43 179,8	45 012,5	48 129,7	11 232,7
Reino Unido	526,7	261,8	63,4	33,0
Suécia	80,1	34,3	100,3	6,6
Brasil	3 882,8	4 538,3	4 704,9	1 531,4
CEDEAO dos quais:	9 114,6	4 561,6	3 583,1	926,7
Costa do Marfim	7,8	15,4	12,9	0,0
Gana	48,4	223,1	1,7	0,0
Guiné-Bissau	12,3	8,5	9,7	0,5
Senegal	2 181,7	795,6	1 447,2	444,4
Togo	6 674,5	3 476,9	2 106,4	476,1
Outros Países	19 960,7	18 576,2	21 770,8	5 999,1
Total	96 075,5	100 617,1	100 718,4	25 453,7

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

(P) Provisório

BCV, Boletim de Estatísticas – maio 2025

Atividade 11

- 1 Analisa os documentos anteriores, retirando algumas conclusões relativamente à estrutura das trocas comerciais cabo-verdianas.
- 2 Explica a importância do estudo da estrutura das trocas comerciais de um país.

• Taxa de cobertura

Outro indicador importante do comércio internacional é a taxa de cobertura das importações pelas exportações, que revela a percentagem de importações que são pagas (cobertas) pelas exportações. A taxa de cobertura permite calcular o peso das exportações sobre as importações. Esta percentagem é inferior a 100 quando o valor das exportações é menor que o valor das importações, é igual a 100 quando as exportações e as importações têm o mesmo valor, e é superior a 100 quando o valor das exportações ultrapassa o valor das importações.

$$\text{Taxa de cobertura} = \frac{\text{Exportações}}{\text{Importações}} \times 100$$

Documento 12

“Dados provisórios do Comércio Externo relativos ao 1º trimestre de 2025 indicam um aumento das Exportações de 16,9%, relativamente ao 1º trimestre de 2024. As Importações diminuíram -1,0% face ao 1º trimestre de 2024. [...] No período em análise, o *déficit* da balança comercial diminuiu 1,7% e a taxa de cobertura aumentou 0,7 pontos percentuais (p.p.).”

INE, Estatísticas do Comércio Externo – 1.º trimestre de 2025

Atividade 12

“No primeiro trimestre de 2025, Cabo Verde importou 50,5 mil milhões de escudos de mercadorias e exportou 2,2 mil milhões de escudos, mantendo-se o perfil de país insular importador.”

https://www.sapo.pt/noticias/economia/exportacoes-de-cabo-verde-aumentaram-17-no_68123409b180eb5adf597948
[consult. 27 mai 2025]

- 1 Determina a taxa de cobertura cabo-verdiana do primeiro trimestre de 2025, atendendo aos dados do texto. Comenta o resultado obtido.

14.2.2. A balança de capital

A balança de capital regista as operações entre agentes residentes e agentes não residentes num país, relativas a fluxos de capital unilaterais que não exigem um pagamento futuro como contrapartida ou a fluxos de capital referentes a transações de *ativos não produzidos, não financeiros*¹, como a compra ou venda de ativos intangíveis (patentes, marcas, *copyrights*, *franchises*) e outras transações de ativos tangíveis (aquisição de terrenos ou habitações por parte de embaixadas e instituições internacionais).

Segundo a metodologia internacional seguida pelo Banco de Cabo Verde, o Manual da Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional, 6.^a edição (BPM6) do Fundo Monetário Internacional, nesta balança incluem-se transferências de capital, como doações ao investimento provenientes de entidades estrangeiras e perdão de dívida (transferências oficiais) ou transferências de património resultantes do regresso definitivo de emigrantes.

Milhões de CVE

	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Balança de Capital	2 243,1	2 671,6	2 308,9	1 903,6	4 202,7
Transferências Oficiais	1 118,9	792,1	944,3	991,9	2 989,9
Remessas dos Emigrantes	238,2	300,7	192,3	127,0	114,4

^(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

Documento 13

“O excedente da balança de capital aumentou 120,8 por cento em 2024, fixando-se nos 4 202,7 milhões de escudos, impulsionado pelo acréscimo registado tanto nas transferências de capital oficiais (donativos), como nas transferências de capital privadas (de emigrantes e de outras individualidades) em 201,4 e 31,8 por cento, respetivamente. Refira-se, em particular, nas transferências de capital oficiais, o contributo do donativo concedido pelo Reino de Marrocos ao governo de Cabo Verde.”

BCV, Relatório de Política Monetária | Evolução Recente do Estado da Economia

¹ Geralmente nulos, ou muito baixos, em Cabo Verde. **Ativos não produzidos**: bens que surgem de forma espontânea sempre que se verificam determinadas condições favoráveis à sua criação, não resultando, assim, de processos de transformação; **não financeiros**: bens que não são de natureza financeira, excluindo-se, por esse motivo, os produtos financeiros (depósitos a prazo, ações, obrigações, bilhetes do tesouro, fundos de investimento, entre outros). Os ativos sem existência física dizem-se intangíveis, enquanto os bens materiais ou corpóreos se consideram tangíveis.

Atividade 13

- 1 Analisa a evolução da balança de capital entre 2020 e 2024.
- 2 Refere o papel de transferências de capital privadas, como as remessas de emigrantes, na economia cabo-verdiana.

O somatório dos saldos da balança corrente e da balança de capital permite avaliar a existência de uma necessidade de financiamento externo ou de um excesso de liquidez por parte de uma economia em relação ao Resto do Mundo. No caso de o saldo ser negativo, isso significa que há **necessidade líquida de financiamento externo**, fazendo com que o país necessite de recorrer a capitais estrangeiros para se financiar; por outro lado, quando o saldo é positivo, acontece o contrário, isto é, o país tem **capacidade líquida para financiar o exterior**, colocando o seu capital à disposição do Resto do Mundo.

Saldo da Balança corrente + Balança de capital

Saldo negativo \Rightarrow Necessidade líquida de financiamento externo

Saldo positivo \Rightarrow Capacidade líquida de financiamento externo

Milhões de CVE

	2024 ^P			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Balança corrente	3 727,90	-1 871,50	2 094,20	6 383,40
Balança de capital	971	476,4	569,7	2 185,50
Balança corrente + Balança de capital	4 698,90	-1 395,10	2 663,90	8 568,90

^(P) Provisório

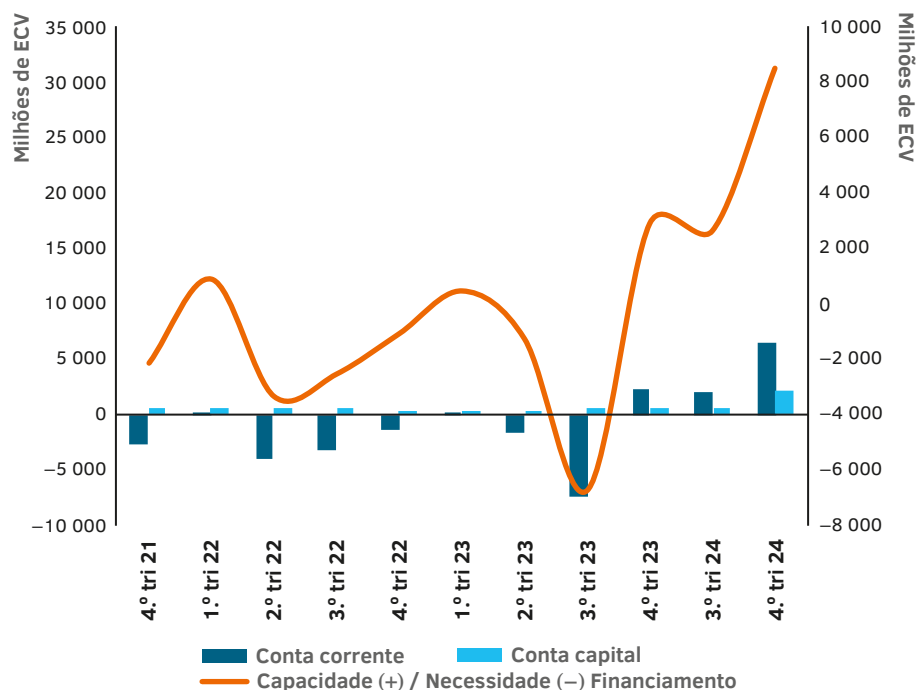
Calculado com dados do Banco de Cabo Verde

Assim, em síntese, podemos concluir que a balança corrente regista as transações correntes com o exterior respeitantes à troca de bens, serviços e rendimentos, enquanto a balança de capital regista as transações de capital com o exterior que envolvem mudança de propriedade e transferência de património. E o saldo conjunto das duas indica a capacidade ou necessidade de financiamento externo do país.

Atividade 14

Observa o gráfico seguinte.

Balança corrente e capital, e a capacidade de financiamento da economia



BCV, Nota de informação estatística – 4.º trimestre de 2024

- 1 Analisa o comportamento da linha laranja, indicando o que representa essa linha.

14.2.3. A balança financeira

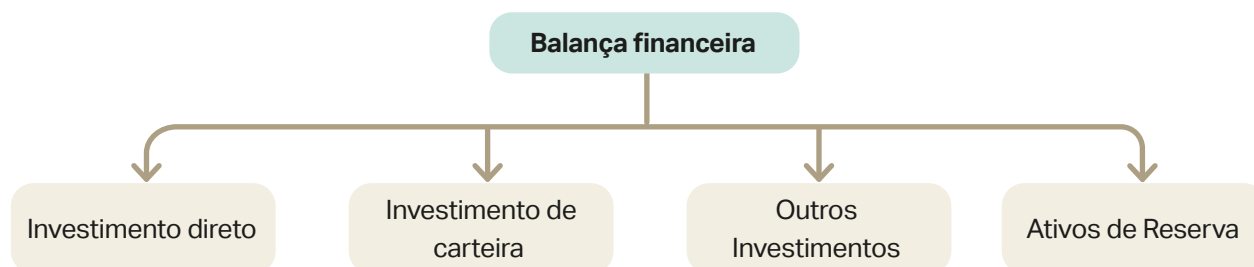
A **balança financeira** regista as transações entre residentes e não residentes relativas à mudança de propriedade de ativos e passivos financeiros. Esta balança dá a conhecer o montante de investimento de um país no Resto do Mundo e o montante de financiamento que obtém do Resto do Mundo.

A balança financeira engloba os fluxos associados à mudança de titularidade de ativos e passivos financeiros, entre agentes residentes e agentes não residentes num país, bem como os fluxos de criação e extinção de ativos ou passivos financeiros sobre o Resto do Mundo.

Segundo a metodologia BPM6 do FMI, nesta balança, um saldo positivo corresponde a um aumento líquido dos ativos financeiros detidos pelo país sobre o exterior ou a uma diminuição líquida dos passivos financeiros face ao exterior, e vice-versa, isto é, um saldo

negativo reflete uma diminuição líquida dos ativos financeiros ou um aumento líquido dos passivos.

A balança financeira inclui o investimento direto, o investimento de carteira, outro investimento e os ativos de reserva.



Vejamos com mais pormenor em que consiste cada uma destas rubricas.

- **Investimento direto** – esta categoria de investimento diz respeito ao investimento de agentes de um país sobre empresas de outros países. O investimento direto pressupõe uma participação duradoura, de pelo menos 10%, no capital da empresa investida. Assim, regista-se a crédito o investimento direto do exterior em Cabo Verde (IDE), como a aquisição ou criação de empresas no nosso país por parte de agentes não residentes, e inscrevem-se a débito os fluxos referentes ao investimento de Cabo Verde no exterior, como a compra ou criação de empresas no Resto do Mundo.
- **Investimento de carteira** – esta rubrica de investimento pressupõe uma participação inferior a 10% no capital das empresas investidas e abrange as transações com não residentes de ativos financeiros como ações, obrigações ou títulos de dívida. Incluem-se os fluxos relativos às transações de produtos financeiros efetuadas entre agentes residentes e não residentes, como, por exemplo, a aquisição, por parte de não residentes, de valores mobiliários (ações, obrigações) na bolsa de valores cabo-verdiana ou quando os agentes residentes adquirem produtos financeiros nas bolsas de valores do Resto do Mundo.
- **Outros investimentos** – nesta rubrica registam-se todas as transações financeiras efetuadas entre os agentes de vários países não abrangidas pelas restantes categorias.
- **Ativos de reserva**² – esta rubrica serve para registar posições em moeda estrangeira (como o dólar e o euro), ouro monetário ou direitos de saque especiais, detidas por autoridades monetárias, como o Banco de Cabo Verde. Os ativos de reserva servem como reserva de valor, estando à disposição das autoridades monetárias para satisfazer necessidades de financiamento da balança de pagamentos ou para lidar com crises cambiais.

² Na metodologia anterior (BPM5), os ativos de reserva eram apresentados separadamente.

Milhões de CVE

	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Balança financeira	-22 684,6	-17 360,4	-6 319,8	-3 005,3	14 433,4
Investimento direto	-6 154,4	-8 554,1	-10 877,9	-15 380,3	-8 884,9
Investimento de carteira	-22,7	77,6	13,2	-0,6	-0,3
Outros investimentos	-8 224,9	-9 971,9	1 941,8	7 261,7	17 701,1
Ativos de reserva	-8 282,6	1 087,9	2 603,0	5 113,9	5 617,5

^(P) Provisório

Calculado com dados do Banco de Cabo Verde

Documento 14

“O investimento [direto estrangeiro] realizado no país destinou-se, sobretudo, aos setores do turismo e imobiliária turística, nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boavista. O capital investido proveio, maioritariamente, de Portugal, Reino Unido, Espanha e Itália.”

BCV, *Nota de informação estatística – Setor Externo, Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas* (4.º trimestre de 2024)

Atividade 15

“Na relação do país com o exterior, o saldo da balança financeira mostra se o país está a mobilizar mais financiamento vindo do estrangeiro (saldo negativo) ou se está a investir mais no exterior (saldo positivo).”

<https://www.cfp.pt/pt/glossario/balanca-financeira#> [consult. 12 jun 2025]

- 1 Comenta a afirmação anterior.
- 2 Reflete sobre o impacto que o investimento direto estrangeiro pode ter na balança financeira de um país.

A balança de pagamentos decompõe-se, então, em três: balança corrente, balança de capital e balança financeira. No entanto, como vimos antes, nesta balança também é incluída a rubrica **erros e omissões**, onde se registam eventuais divergências nos fluxos devido a diferenças de conceitos e de fontes de informação.

Balança financeira = Balança corrente + Balança de capital + Erros e omissões

Balança de pagamentos	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P	2023 ^P	2024 ^P
Balança corrente	-27 343,8	-23 189,5	-8 346,2	-6 510,7	10 334,0
Balança de capital	2 243,1	2 671,6	2 308,9	1 903,6	4 202,7
Balança financeira	-22 684,6	-17 360,4	-6 319,8	-3 005,3	14 433,4
Erros e omissões	2 416,0	3 157,4	-282,4	1 601,8	-103,3

^(P) Provisório

Calculado com dados do Banco de Cabo Verde

A balança de pagamentos cabo-verdiana tem vindo a recuperar nos últimos anos, diminuindo consideravelmente o défice da balança corrente e reforçando a sua posição em relação ao exterior. No entanto, ainda revela alguma fragilidade sendo uma economia pouco diversificada e bastante dependente de setores como o turismo.

Atividade 16

“A natureza da balança de pagamentos é o **equilíbrio**. No entanto, dada a dificuldade de calcular com precisão o total das exportações e importações de um país, é comum que ocorram desequilíbrios que deem origem a erros e omissões. Estes são geralmente o resultado de imperfeições nos dados de origem e na compilação.”

<https://www.sage.com/pt-pt/blog/balanca-de-pagamentos-o-que-e-e-para-que-serve/#gate-56228f27-e58f-435b-9b72-a561d684e263> [consult. 2 jun 2025]

- 1 Comenta a primeira afirmação, atendendo à necessidade de a balança de pagamentos estar sempre saldada.

14.3. A integração económica

14.3.1. Integração formal e informal

Atualmente, os países procuram cada vez mais eliminar os obstáculos que limitam as suas relações comerciais, havendo tendência para colocar de lado as medidas protecionistas que dificultam a liberalização do comércio a nível mundial. Essas barreiras conferiam algumas vantagens aos países envolvidos, pois, por um lado, permitiam arrecadar as receitas provenientes dos direitos aduaneiros e, por outro lado, implicavam a existência de uma autonomia que é perdida quando os países decidem abolir, entre si, essas barreiras. Mas estas também apresentam desvantagens, pois a não abertura das economias ao exterior faz perder a possibilidade de fomentar o crescimento, de favorecer a existência de economias de escala, de aumentar a capacidade produtiva e o poder negocial.

Os benefícios obtidos pelos países que se decidem associar ultrapassam, em larga



Vídeo
Formas de
integração
económica



medida, as vantagens dos que não se aliam. Por essa razão, os países passaram a relacionar-se cada vez mais em sistemas de parceria, criando laços que conduzem à sua integração económica. A **integração económica** é um processo de abolição de discriminações entre os agentes económicos de países diferentes. Existem várias formas de integração económica, correspondendo cada uma delas a um grau diferente.

Integração económica

Processo de supressão de barreiras entre agentes económicos de vários países, que pode apresentar diferentes graus de intensidade.

Documento 15

“Integração, para quê?”

Esta será a pergunta mais pertinente na abordagem deste tema. Porque é que os países aderem a determinados espaços económicos? Será que a sua integração em espaços económicos irá resolver os seus problemas de desenvolvimento? Será que esta adesão irá por si só ser suficiente para a sua resolução?

A integração por si só não resolve nada. Os aspetos principais são as transformações de carácter nacional e o aproveitamento ao máximo das vantagens do comércio internacional que deverão acontecer. Assim, a integração não pode considerar-se como o caminho que leva à superação de todos os males das economias subdesenvolvidas. Para alcançar essa meta do desenvolvimento integral, a integração económica deve ser completada com uma série de medidas de transformação económica.

Os argumentos utilizados em prol da integração são vastos e abrangentes, podendo ir desde o aproveitamento das economias derivadas da produção em grande escala (ou simplesmente, economias de escala), à intensificação da concorrência dentro de um mercado ampliado, passando pelo aumento do poder de negociação perante países terceiros.”

https://www.members.tripod.com/espacos_economicos/formas.html [consult. 29 mai 2025]

Importa acrescentar que um processo de integração económica pode ser estabelecido de modo formal ou informal, conforme o grau de complexidade e formalismo com que se reveste.

Nalguns casos, existe uma **integração informal**, havendo apenas uma cooperação comercial entre dois ou mais países, com a concessão de vantagens aduaneiras entre si. Um exemplo de integração informal são os sistemas de preferências aduaneiras, a forma mais simples de integração económica que estudaremos a seguir.

Noutras situações, há uma **integração formal** estabelecida através da celebração de acordos complexos entre os países, revestindo-se de um maior formalismo. São exemplos de integração formal, as restantes formas de integração que iremos agora ver.

14.3.2. Etapas (ou formas) de integração económica

As principais formas de integração económica existentes são o sistema de preferências aduaneiras, a zona de comércio livre, a união aduaneira, o mercado comum, a união económica e a integração económica total, consistindo, cada uma destas, numa etapa posterior de aprofundamento relativamente à forma de integração anterior.

Sistema de preferências aduaneiras

Forma de integração económica mais fraca de todas, pela qual se concedem algumas vantagens aduaneiras aos países-membros.

• Sistema de preferências aduaneiras

Corresponde à forma mais fraca de integração económica que pode haver, consistindo na concessão mútua de vantagens aduaneiras aos países-membros. Um exemplo de um sistema de preferências aduaneiras é a *Commonwealth*.

Zona de comércio livre

Acordo existente entre um conjunto de países que aceitam abolir entre si todos os direitos aduaneiros e restrições quantitativas ao comércio de mercadorias.

• Zona de comércio livre

Trata-se de um acordo em que os países-membros aceitam abolir entre si todos os direitos aduaneiros e restrições quantitativas ao comércio de mercadorias. No entanto, cada país mantém as suas próprias tarifas no que respeita ao comércio com países terceiros. Um exemplo de uma zona de comércio livre é a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

União aduaneira

Forma de integração que acrescenta à forma de integração anterior – o mercado comum, a adoção de políticas económicas e sociais comuns a todos os países-membros.

• União aduaneira

Nesta forma de integração, para além das condições das zonas de comércio livre, os países-membros ficam obrigados à aplicação da mesma pauta tarifária no que respeita ao comércio com países terceiros. A União Aduaneira da África Austral (UAAA) é um exemplo de uma união aduaneira.

Mercado comum

Forma de integração que corresponde a uma união aduaneira sem restrições à livre circulação de capitais, pessoas e serviços.

• Mercado comum

Esta forma de integração corresponde a uma união aduaneira com menos restrições, passando a existir liberdade de circulação não só para as mercadorias, mas também para capitais, pessoas e serviços. Um exemplo de mercado comum é o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

União económica

Forma de integração que inclui a abolição de barreiras alfandegárias, sujeitando os países-membros à aplicação de uma pauta tarifária comum relativamente ao comércio com outros países.

• União económica

Ao mercado comum passam a ser acrescentadas políticas económicas e sociais comuns a todos os países-membros. O Tratado de Maastricht transformou a Comunidade Europeia numa União Económica. Numa

fase mais avançada, esta forma de integração pode transformar-se em União Económica e Monetária, acrescentando-se à União Económica uma moeda comum, como aconteceu na União Europeia, a partir de 1 de janeiro de 1999, com o aparecimento do euro.

• Integração económica total

A integração económica total pressupõe que a União Económica e Monetária também unifique as políticas económicas, monetárias, fiscais e sociais através da existência de órgãos supranacionais com poder de soberania relativamente a todos os países-membros.

Integração económica total

Forma de integração que pressupõe a unificação das políticas económicas, monetárias, fiscais e sociais através de órgãos supranacionais soberanos a todos os países-membros.

Documento 16

“A integração pode desenrolar-se de diversas formas e pode assumir diferentes formas, que traduzem diferentes graus de integração, a saber:

- Zona de Comércio Livre
- União Aduaneira
- Mercado Comum
- União Económica
- Integração Económica Total

Cada uma destas integrações representa uma forma mais abrangente de integração e união. As Zonas de Comércio Livre podem considerar-se como um termo intermédio entre as Preferências Aduaneiras e a União Aduaneira.

Uma zona de Comércio Livre é uma área formada por dois ou mais países que, de forma imediata ou gradual, suprimem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si, mas mantendo cada um deles para com terceiros a sua própria pauta aduaneira. A sua constituição encontra-se presente no GATT, onde se estabelecem as condições básicas para que se eliminem as barreiras entre os países-membros. De entre as várias Zonas de Comércio Livre existentes salientamos a EFTA (European Free Trade Association) e a Zona de Comércio Livre latino-americano.

Por outro lado, a união aduaneira, que constitui uma forma de integração mais abrangente e profunda que a Zona de Comércio Livre, constitui uma área em que, para além da supressão das discriminações no que diz respeito aos movimentos de mercadorias no interior da união, existe uma pauta exterior comum em relação ao comércio com países terceiros. É precisamente isto que distingue claramente a União Aduaneira da Zona de Comércio Livre, onde face ao exterior subsistem as diferentes pautas aduaneiras dos Estados-membros. Esta pauta aduaneira comum designa-se por Tarifa Externa Comum (TEC) e encontra-se regulamentada no art.º 24.º do GATT que define claramente a formação do TEC e explica que este não poderá ter direitos, como a média, mais elevados do que os existentes nas anteriores pautas dos países-membros da união. A CEE, criada em 1957, e o MCAC (Mercado Comum da América Central), criado em 1960, são dois exemplos de Uniões Aduaneiras criadas e verificamos que, no caso da CEE, a União Aduaneira esteve nas bases da formação de uma União Económica (União Europeia) que é a mais importante do nosso tempo.

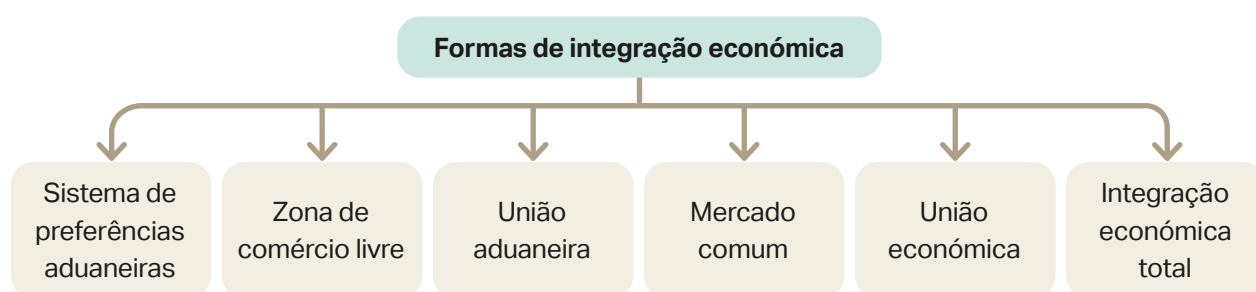
O Mercado Comum, que representa uma forma mais elevada de integração económica em relação à União Aduaneira, tendo por base a abolição não só das restrições comerciais mas também das restrições aos movimentos de fatores produtivos, como o trabalho e o capital.

Documento 16 (cont.)

A União Económica, que se distingue do Mercado Comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores produtivos com certa harmonização das políticas económicas com vista a um espaço de maior coesão.

A Integração Económica Total, que implica, em acumulação das anteriores formas, uma unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, com o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são de acatamento obrigatório para os Estados-membros.”

https://www.members.tripod.com/espacos_economicos/formas.html [consult. 29 mai 2025]



A integração económica pode apresentar **vantagens** e **desvantagens** para os países envolvidos. A sucessiva eliminação de barreiras potencia o aumento das trocas comerciais e a diminuição dos custos, permitindo expandir o crescimento económico, aumentar a competitividade e a especialização de cada país. No entanto, a integração económica pode implicar uma perda de soberania e autonomia na tomada de decisão e na adoção de medidas, além de poder exigir a adaptação legislativa por parte dos países, com eventuais custos, e evidenciar a desigualdade dos países em termos de nível de desenvolvimento.

Atividade 17

- 1 Reflete sobre as vantagens e desvantagens da integração económica.

14.3.3. Blocos económicos de integração regional

Bloco económico

Grupo de países que se associam com o objetivo de fazer face à concorrência internacional.

Hoje em dia, constata-se que a maioria dos países do mundo procura desenvolver relações de cooperação, associando-se a outros países que têm interesses comuns, para formar **blocos económicos de integração regional**. Nas últimas décadas, têm surgido blocos económicos de integração regional em todos os continentes, apresentando-se em diferentes etapas de integração económica.

Por norma, a formação de blocos económicos contribui para o fomento do comércio externo e o desenvolvimento económico dos países que os integram. Com a eliminação de barreiras comerciais e a simplificação dos processos alfandegários, as empresas conseguem reduzir custos e, consequentemente, aumentar a sua competitividade. Além disso, a formação de blocos leva a um alargamento natural dos mercados que impulsiona o crescimento económico e a atração de investimento dos seus membros.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos de blocos económicos de integração regional existentes atualmente.

Blocos Económicos de Integração Regional	
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela
APEC – Cooperação Económica Ásia-Pacífico	Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Singapura, Tailândia, Taiwan, Vietname
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático	Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Vietname
CARICOM – Comunidade do Caribe	Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trindade e Tobago
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	Benim, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Nigéria, Níger, Senegal, Serra Leoa e Togo
Comunidade Andina	Bolívia, Colômbia, Peru e Equador
EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre	Islândia, Noruega, Listenstaine e Suíça
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (suspensa)
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	Angola, Botsuana, Comores, República Democrática do Congo, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue
UMA – União do Magrebe Árabe	Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia
União Europeia	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Chéquia, Roménia e Suécia
USMCA (substitui o NAFTA) – Acordo Estados Unidos-México-Canadá	Canadá, EUA, México

Nota: grafia dos países de acordo com VOP – Vocabulário Ortográfico do Português, <https://voc.cplp.org/index.php?action=on&on=pt>

Atividade 18

- 1 Indica o papel dos blocos económicos na economia mundial.

14.3.4. CEDEAO

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) surgiu com o Tratado de Lagos, em 1975, tendo o objetivo de promover a cooperação e a integração económica na África Ocidental, elevar os padrões de vida dos cidadãos, reforçar a estabilidade económica, fomentar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e o desenvolvimento do continente africano. Cabo Verde aderiu à CEDEAO em 1977.

Documento 17

“Antes da criação da CEDEAO, o território da África Ocidental era constituído por Estados com diferentes experiências coloniais e administrativas que, em conjunto, acabaram por definir as fronteiras dos 15 países situados nessa zona.

Apesar de os Estados-membros da comunidade terem três línguas oficiais estrangeiras (Inglês, Francês e Português), existem, contudo, mais de mil línguas locais, entre as quais, línguas nativas transfronteiriças, inclusive, como o Ewe, Ffulfulde, Hausa, Mandingo, Wolof, Yoruba, Ibo, Ga, etc., faladas por mais de 300 milhões de habitantes numa vasta área de cerca de 5.1 milhões de quilómetros quadrados.

Antes do colonialismo, a região foi palco de muitos soberbos impérios e reinos que perduraram durante séculos dos quais os do Ghana, Mali Songhai, Wolof, Oyo, Benin e Kanem Bornu.

A diversidade cultural, linguística, ecológica apresenta simultaneamente oportunidades e desafios para o processo de integração. A vontade de combinar forças a nível político e económico foi sempre reconhecida como sendo um passo em frente para a criação de prosperidade na região.

Assim, o primeiro esforço de integração data de 1945, com a criação do franco CFA que reuniu os países francófonos da região numa união monetária única. Posteriormente, em 1964, o Presidente da Libéria, William Tubman, propôs uma união económica da África Ocidental que resultou num acordo em 1965 entre a Costa do Marfim, a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa.

Contudo, não houve nenhum resultado concreto na sequência desse acordo até 1972, quando o Chefe de Estado Nigeriano, Yakubu Gowon, e o seu homólogo togolês, o Presidente Gnassingbe Eyadema, fizeram uma digressão na região para promover a ideia de integração. Assim, graças aos esforços envidados, foram apresentados projetos com base nos quais foi elaborado em 1975 o Tratado de Lagos que instituiu a CEDEAO. O Tratado de Lagos estava, previamente, limitado às políticas económicas, mas, com a ocorrência de problemas políticos, foi sujeito à revisão que permitiu, em 1993, o alargamento do seu âmbito de aplicação e das suas prerrogativas.

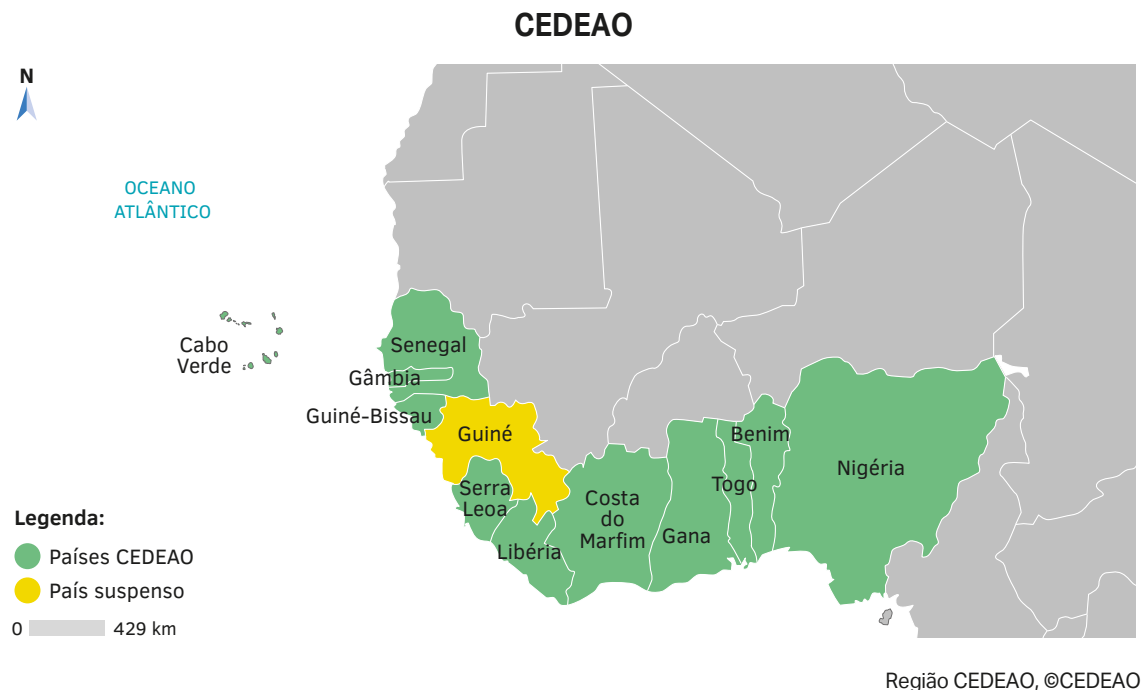
A razão de ser da CEDEAO é promover a cooperação económica e política entre os Estados. Está, assim, em sintonia com a história, na medida em que os cidadãos da África Ocidental, até no período pré-colonial, já eram das populações que mais se deslocavam no mundo, mesmo se a mobilidade ocorria essencialmente no seio da região. Cerca de 7,5 milhões de migrantes da África Ocidental (3% da população regional) residem em países da CEDEAO diferente do seu. Os outros migrantes, 1,2 milhão, residem sobretudo na América do Norte e na Europa. Havia cerca de 149 milhões de migrantes em 2013, dos quais mais de 50% correspondiam às mulheres a nível regional. A migração transfronteiriça de mulheres comerciantes e de empresárias coloca-as como potenciais campeãs na promoção da integração, ainda que se tratem de dados por explorar.

Durante os últimos anos, a população da África Ocidental observou um forte crescimento, passando de 70 milhões de habitantes para 300 milhões entre 1950 e 2010. No fim do ano de 2014, representava cerca de 40% da população da África subsaariana. Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da África Ocidental deverá chegar aos 550 ou 600 milhões de habitantes em 2050. É a região mais jovem do mundo. Além disso, com cerca de 5% da população mundial e com uma área superior a 40% da África subsaariana, a África Ocidental é a mais densamente povoada.

A dimensão sociocultural diversificada do desenvolvimento é essencial para o estabelecimento da paz e da segurança na região. Retirando ilações do passado, os líderes da comunidade envia-ram esforços para manter a estrutura política da região. Em 1976, Cabo Verde, um dos dois países lusófonos da região, aderiu à CEDEAO, e em dezembro de 2000 a Mauritânia retirou-se, tendo anunciado essa sua intenção de se retirar em dezembro de 1999.”

<https://ecoslate.github.io/sobre-cedeo/historia/-lang=pt-pt.htm> [consult. 16 jun 2025]

Nas últimas décadas, 15 países da África Ocidental pertenceram à CEDEAO, contudo 3 países solicitaram a sua saída (Burkina Faso, Mali e Níger) e 1 encontra-se atualmente suspenso (Guiné).



O tratado que criou a CEDEAO foi revisto em 1993, visando reforçar os órgãos de decisão, criar mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, desenvolver o processo de integração e cooperação regional, entre outros tópicos. Para consolidar a

integração económica, adotaram-se diversas estratégias setoriais de desenvolvimento para promover a paz, a segurança, a integração monetária, a cooperação industrial, o setor privado e o meio ambiente. Houve ainda uma harmonização de políticas e regulamentos, tendo sido criados projetos de infraestruturas entre as diferentes ligações regionais.

Tendo em vista a criação de uma região sem fronteiras e com livre circulação de bens e pessoas, a CEDEAO conseguiu a alcançar uma união aduaneira com a introdução de uma tarifa externa comum. E para alargar a sua integração económica, continua em curso a tentativa de implementação de uma moeda única, como já aconteceu com alguns dos seus países-membros, no âmbito da União Económica e Monetária do Oeste Africano.



Link
CEDEAO

Documento 18

“Em termos de **integração económica**, a CEDEAO visa criar um mercado comum para permitir o livre fluxo de mercadorias, serviços, capital e mão de obra. Isso é alcançado por meio da remoção de barreiras comerciais, da harmonização de tarifas e regulamentações alfandegárias e da promoção de projetos de investimento conjuntos. Ao criar um espaço económico competitivo, a CEDEAO visa promover o crescimento dos países-membros e criar empregos.

Para garantir a **paz e a estabilidade política** na região, a CEDEAO desenvolveu vários mecanismos. Esses mecanismos incluem esforços diplomáticos, prevenção de conflitos, mediação em crises políticas e o envio de forças de paz para áreas de conflito. Os esforços de manutenção da paz ficaram conhecidos principalmente por meio das sanções impostas a Mali em 2021. A força de intervenção da CEDEAO também alcançou a imprensa mundial no conflito em torno do golpe no Níger.

A fim de **melhorar o padrão de vida e o desenvolvimento social**, a CEDEAO iniciou programas para combater a pobreza, promover a educação e a saúde, bem como a agricultura sustentável. O objetivo é melhorar as condições de vida das pessoas na região. As áreas rurais são o foco desses esforços.

A CEDEAO também contribuiu para a promoção da cooperação regional no campo das **infraestruturas**. Foram implementados projetos de fornecimento de energia, conexões de transporte e telecomunicações.

Suspensões

Em janeiro de 2024, os Estados-membros Burkina Faso, Mali e Níger anunciaram sua retirada da comunidade. Entretanto, como a retirada formalmente não pode ocorrer imediatamente, os 3 países são atualmente considerados suspensos. A Guiné já havia sido suspensa em setembro de 2021 devido a um golpe militar.

<https://www.dadosmundiais.com/acordos-comerciais/cedeo-africa-ocidental.php> [consult. 9 jun 2025]

Principais instituições e agências especializadas da CEDEAO

A CEDEAO é composta por diversas instituições e agências especializadas. As principais **instituições** da CEDEAO são a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, a Comissão, o Parlamento, o Tribunal de Justiça e o Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC).

- A **Conferência dos Chefes de Estado e de Governo** é o órgão máximo da CEDEAO que reúne os líderes de cada país-membro para tomada de decisões estratégicas e orientação da política geral da comunidade quanto à integração, segurança, economia e paz da região.
- O **Conselho de Ministros** é outro órgão importante da CEDEAO, sendo composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças de cada país-membro, com a função de supervisionar e garantir a aplicação das decisões da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, avaliar orçamentos e programas da comunidade e recomendar políticas.
- A **Comissão** é o órgão executivo da CEDEAO, encarregado da implementação das decisões e gestão quotidiana da comunidade. A Comissão coordena programas regionais, promove a integração regional da comunidade, desenvolve políticas comuns, mantém relações como o exterior e de cooperação internacional.
- O **Parlamento** é o órgão que representa os cidadãos da CEDEAO, sendo composto pelos representantes eleitos dos parlamentos de cada país-membro. Este órgão tem funções consultivas e de supervisão, promovendo temas como a democracia, os direitos humanos e a integração dos povos.
- O **Tribunal de Justiça** é outra importante instituição da CEDEAO, responsável pela interpretação e aplicação dos tratados e regulamentos, que tem como função garantir a justiça e a implementação uniforme das leis da comunidade. O Tribunal julga casos de violação de direitos humanos, conflitos entre países-membros e litígios entre cidadãos e instituições da CEDEAO.
- O **Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC)**, com sede no Togo, tem como função financiar projetos de desenvolvimento nos países-membros, com vista a apoiar setores como a agricultura, infraestruturas, energia, saúde ou educação.

E, encontra-se em fase de desenvolvimento, o **Banco Central da CEDEAO**, que tem como meta a coordenação das políticas monetárias e a criação de uma moeda única para a região, com o objetivo de fortalecer a integração económica, estabilizar as economias dos países-membros e facilitar o comércio dentro da comunidade.

A CEDEAO inclui ainda **instituições especializadas** como a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), o Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo (GIABA).

- A **Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS)** tem como função a coordenação de políticas de saúde entre os países-membros e o combate de epidemias (como,

por exemplo, Ébola e COVID-19), promovendo programas de vacinação, saúde materna e o reforço dos sistemas de saúde nacionais.

- O **Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo (GIABA)** que, como o seu nome indica, atua no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, a CEDEAO possui algumas **agências especializadas** que desempenham um papel essencial no processo de integração regional e na concretização dos objetivos da comunidade, atuando em áreas específicas como a saúde, a energia, a agricultura, o comércio, tecnologias, telecomunicações, assuntos sociais e políticos, entre outros setores fundamentais.

A **Agência Regional para Agricultura e Alimentação**, a **Autoridade de Regulação do Setor da Eletricidade da CEDEAO**, o **Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética**, o **Grupo da Energia da África Ocidental**, o **Centro de Desenvolvimento do Género da CEDEAO**, o **Centro do Desenvolvimento da Juventude e dos Desportos da CEDEAO**, o **Centro de Coordenação dos Recursos Hídricos da CEDEAO** e o **Instituto Monetário do Oeste Africano** constituem exemplos de agências especializadas.

Estas agências colaboram na tradução de políticas e estratégias da CEDEAO, promovem o desenvolvimento e a implementação de projetos e programas nas diferentes áreas de atuação, atuam como plataformas de coordenação entre países-membros, oferecendo apoio e assistência técnica.

Atividade 19

“O BIDC tem por objetivo geral contribuir para o desenvolvimento económico da África Ocidental através do financiamento dos projetos e dos programas da CEDEAO, nomeadamente aqueles que se prendem com os transportes, a energia, as telecomunicações, a indústria, a redução da pobreza, o ambiente e os recursos naturais. [...]”

O BIDC está ainda envolvido no financiamento do comércio intrarregional visando fomentar o comércio entre os Estados-membros da comunidade. Apoia a agricultura para permitir que os Estados-membros da comunidade alcancem a autossuficiência alimentar e promove o financiamento de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em particular aqueles que se prendem com a eficiência energética, as energias renováveis e o mercado do carbono através da sua contribuição para a criação do Biocombustível de África e do Fundo de Energias Renováveis com o apoio do Banco Mundial e de outros parceiros.”

<https://www.ecowas.int/institutions/ecowas-bank-for-investment-and-development-ebid/?lang=pt-pt> [consult. 16 jun 2025]

- 1 Identifica a instituição referida no texto, comentando as suas principais áreas de atuação.
- 2 Pesquisa mais sobre as restantes instituições e agências especializadas da CEDEAO.

14.4. A economia cabo-verdiana na atualidade

A integração da economia cabo-verdiana na CEDEAO tem-se processado de forma seletiva e cautelosa. Cabo Verde, como se sabe, manteve a sua moeda indexada ao euro, ainda não integrou a zona monetária comum. Por outro lado, como é uma economia insular, a distância até ao continente africano provoca um aumento dos custos de transporte, que se traduz numa perda de competitividade relativamente aos outros países-membros.

No quadro a seguir são fornecidos dados trimestrais do comércio de Cabo Verde com os países da CEDEAO, em 2024. Como se pode constatar, a participação da CEDEAO no total das trocas comerciais cabo-verdianas ainda não é muito expressiva.

Em milhões de escudos

Comércio com os Países da CEDEAO	1.º tri 24		2.º tri 24		3.º tri 24		4.º tri 24	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
Total	1 286,19	0,01	653,50	1,35	891,01	1,77	752,41	79,35
Benim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa do Marfim	0,00	0,00	10,60	0,00	0,00	0,00	2,30	0,00
Gana	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	1,70	0,00
Gâmbia	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,68
Guiné-Bissau	0,51	0,00	4,92	0,00	2,53	0,18	1,77	0,00
Guiné-Conacri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	1,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	1,47	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	1,54	0,00
Senegal	760,21	0,00	210,69	1,35	262,90	1,57	213,43	1,67
Serra Leoa	0,00	0,00	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	523,99	0,00	425,21	0,00	625,58	0,00	531,60	0,00
Total do Comércio Externo	22 868,95	1 872,15	24 539,57	1 981,08	25 943,06	1 720,41	27 366,87	2 315,11
Participação da CEDEAO no Comércio Externo (%)	5,624	0,000	2,663	0,068	3,434	0,103	2,749	3,427

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística

Nota: exportações e importações de mercadorias, segundo Estatísticas de Comércio Externo.

Contudo, um mercado tão vasto representa enorme potencial para Cabo Verde, podendo vir a beneficiar setores estratégicos dos serviços, como a logística ou o transporte marítimo e aéreo. Além disso, a CEDEAO oferece cooperação política e segurança

regional que podem ser úteis na prevenção de crises, mediação diplomática, no combate ao crime organizado, entre outros.

Mesmo havendo alguns desafios estruturais e geográficos à integração plena de Cabo Verde, a CEDEAO constitui uma excelente oportunidade de diversificação económica a médio e longo prazo.

Documento 19

“Há outro repto que a moeda cabo-verdiana terá de enfrentar, mais cedo ou mais tarde, e este vem do continente. “Nós estamos na CEDEAO. A CEDEAO tem um programa que visa ter uma moeda comum na região, apesar dos muitos atrasos nessa ambição”. Em termos monetários, dos quinze países que constituem a CEDEAO, oito deles (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) integram a União Monetária Económica da África Ocidental (UEMOA), partilhando uma moeda comum (o franco CFA), emitida pelo banco central da União. Os restantes sete países mantêm bancos centrais próprios. Em 2000, nasceu a ideia da criação de uma União Monetária para o conjunto de países da CEDEAO, cujo processo passaria por duas fases. Numa primeira fase seria criada a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO), à qual deveriam aderir todos os países da CEDEAO que não fazem parte da UEMOA. Numa segunda fase, a ZMAO seria fundida com a UEMOA, dando origem à união monetária. Na prática, foram já dados alguns passos no sentido da futura criação da ZMAO, foi criado um instituto monetário (embrião do futuro banco central) e foram acordados um conjunto de critérios a serem observados pelos futuros Estados-membros antes da entrada em funcionamento da união monetária. Dos sete países da CEDEAO que preservam moeda própria, seis deles subscreveram a respetiva participação na ZMAO assim que ela entre em funcionamento. Cabo Verde tem mantido o estatuto de país observador. Em 2014, o então Primeiro-Ministro José Maria Neves anunciou a vontade de integrar a moeda comum da CEDEAO. Para a data da entrada em funcionamento da ZMAO, têm sido fixados objetivos que, por razões diversas, têm vindo a ser sucessivamente adiados. “Este propósito tem sido reforçado nos últimos meses”, sublinha José Luís Livramento, “não será fácil porque há a fileira anglófona, a fileira francófona, e no meio estão os dois países lusófonos. Mas Cabo Verde terá de se posicionar sobre o futuro da sua moeda em relação a essa futura moeda única da CEDEAO”.

Para já, o que vigora há duas décadas é mesmo o Acordo de Cooperação Cambial, e José Luís Livramento resume o documento em duas palavras-chave: estabilidade e credibilidade. “Inclusive tem sido até um estabilizador automático na economia cabo-verdiana.”

<https://expressodasilhas.cv/economia/2018/05/19/duas-decadas-de-estabilidade-e-de-credibilidade-para-a-moeda-cabo-verdiana/58141>, 19 maio de 2018 [consult. 11 jun 2025]

Por outro lado, Cabo Verde mantém uma parceria especial com a União Europeia, desde 2007, continuando a UE a ser um importante parceiro da economia cabo-verdiana, nomeadamente, em termos de comércio e pescas, fortes relações bilaterais e convergência normativa.

Documento 20

“A República de Cabo Verde e UE estão unidas por laços históricos, humanos, religiosos, linguísticos e culturais. Partilham valores sociopolíticos fundamentais, tais como a defesa da democracia e dos direitos humanos e a promoção da boa governação, da paz, da segurança e da luta contra o terrorismo e a criminalidade.”

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, de 24 de outubro de 2007, sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=LEGISSUM:r13018#:~:text=A%20República%20de%20Cabo%20Verde%20e%20UE,luta%20contra%20o%20terrorismo%20e%20a%20criminalidade> [consult. 16 jun 2025]

Documento 21

“Cabo Verde e a União Europeia realizaram, no dia 31 de janeiro de 2025, em Bruxelas, a 13.^a Reunião de Diálogo Político a nível ministerial, copresidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, José Filomeno Monteiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Bélgica, Bernard Quintin, em nome da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

O encontro teve como objetivo avaliar a implementação da Parceria Especial entre as partes, desde a última reunião de 2023, e discutir questões de paz e segurança na África Ocidental, com ênfase no apoio a organizações multilaterais como a CEDEAO. A reunião também destacou o progresso das relações bilaterais, especialmente em áreas como Economia Azul, Transição Energética e Digital, com base na iniciativa Global Gateway da União Europeia. Cabo Verde sublinhou a importância das relações económicas com a União Europeia, particularmente nos setores de pescas, segurança marítima e mudanças climáticas, e propôs novas ambições para a parceria, incluindo Defesa, Segurança, Comércio e Mobilidade.

Em relação à mobilidade, Cabo Verde enfatizou a necessidade de fortalecer a prevenção e combate à migração irregular e ao tráfico de seres humanos, além de explorar a possibilidade de isenção de vistos com a União Europeia.

Foi acordado que a próxima reunião ministerial ocorrerá em Cabo Verde em 2026.”

<https://www.governo.cv/cabo-verde-e-uniao-europeia-reuniram-se-para-a-13-a-reuniao-ministerial/>, 1 de fevereiro de 2025 [consult. 16 jun 2025]

A economia cabo-verdiana encontra-se perante desafios com um enorme potencial de desenvolvimento. O momento atual convida a uma reflexão sobre o futuro e o rumo a seguir.

Atividade 20

“A Comissão da CEDEAO está preocupada com a implementação de programas críticos e estratégicos que aprofundarão a coesão e eliminarão progressivamente os obstáculos que previnem uma integração plena. Desta forma, os estimados 300 milhões de cidadãos da comunidade podem, em última análise, apropriar-se da concretização da nova visão de passar de uma CEDEAO de Estados para uma **“CEDEAO dos Povos: Paz e Prosperidade para Todos”** até 2050.”

<https://www.ecowas.int/institutions/ecowas-commission/?lang=pt-pt> [consult. 16 jun 2025]

- 1 Comenta o sentido da afirmação destacada.
- 2 Reflete sobre a importância da integração da economia cabo-verdiana na CEDEAO e/ou noutros espaços comerciais, como a União Europeia.

Em seguida, apresentam-se alguns documentos para complementar a informação e auxiliar a reflexão sobre a problemática da economia cabo-verdiana na atualidade.

Exportações de mercadorias por Zonas Económicas e principais países de destino (mil contos) 2023-2024

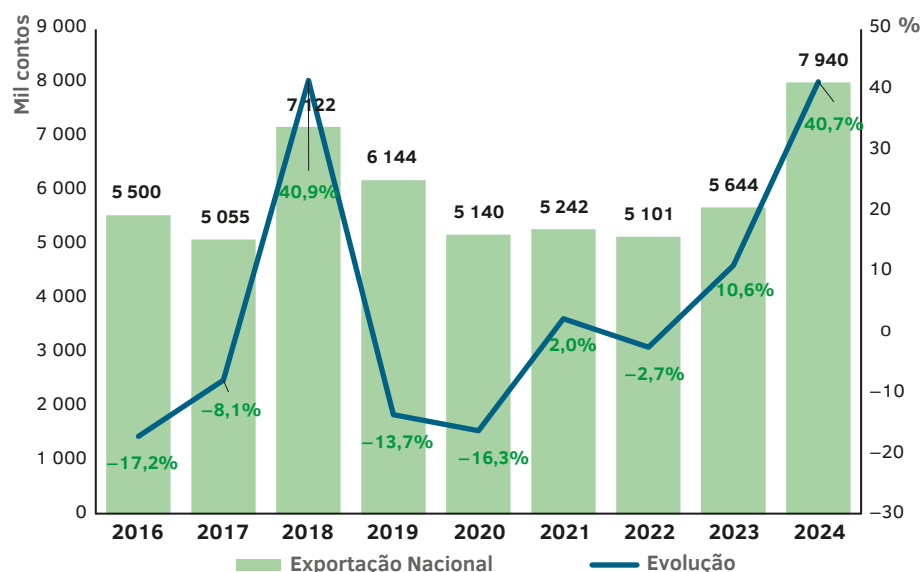
Zonas Económicas e Principais Países	2023		2024		Evolução	
	Valor	(%)	Valor	(%)	1	2
Total	5 644	100,0	7 940	100,0	40,7	100,0
Europa	5 305	94,0	7 519	94,7	41,7	96,4
Espanha	3 339	59,2	5 052	63,6	51,3	74,6
Itália	956	16,9	1 250	15,7	30,6	12,8
Portugal	934	16,5	920	11,6	-1,5	-0,6
Reino Unido	1	0,0	265	3,3	24 581,4	11,5
Países Baixos	35	0,6	24	0,3	-30,2	-0,5
Outros	40	0,7	7	0,1	-81,2	-1,4
América	278	4,9	307	3,9	10,5	1,3
Estados Unidos	263	4,7	292	3,7	11,0	1,3
Outros	15	0,3	15	0,2	1,2	0,0
África	41	0,7	88	1,1	114,8	2,1
Gâmbia	0	0,0	78	1,0	100,0	3,4
Marrocos	9	0,0	0	0,1	-100,0	0,2
Costa do Marfim	6	0,1	0	0,0	-100,0	-0,1
Nigéria	12	0,1	0	0,0	-100,0	-0,1
Outros	15	0,3	10	0,1	-29,0	-0,2
Ásia	17	0,3	22	0,3	28,4	0,2
China	2	0,0	12	0,2	555,1	0,5
Malásia	15	0,3	0	0,0	-100,0	-0,7
Outros	0	0,0	10	0,1	100,0	0,4
Resto do Mundo	3	0,0	4	0,0	50,0	0,1

1 Taxa de variação (%)

2 Contribuição para a variação global (%)

INE, Estatísticas do Comércio Externo

Evolução das Exportações, Comércio Externo (mil contos), Cabo Verde, 2016-2024



INE, Estatísticas do Comércio Externo

Importação de mercadorias por Zonas Económicas e principais países de origem (mil contos) 2023-2024

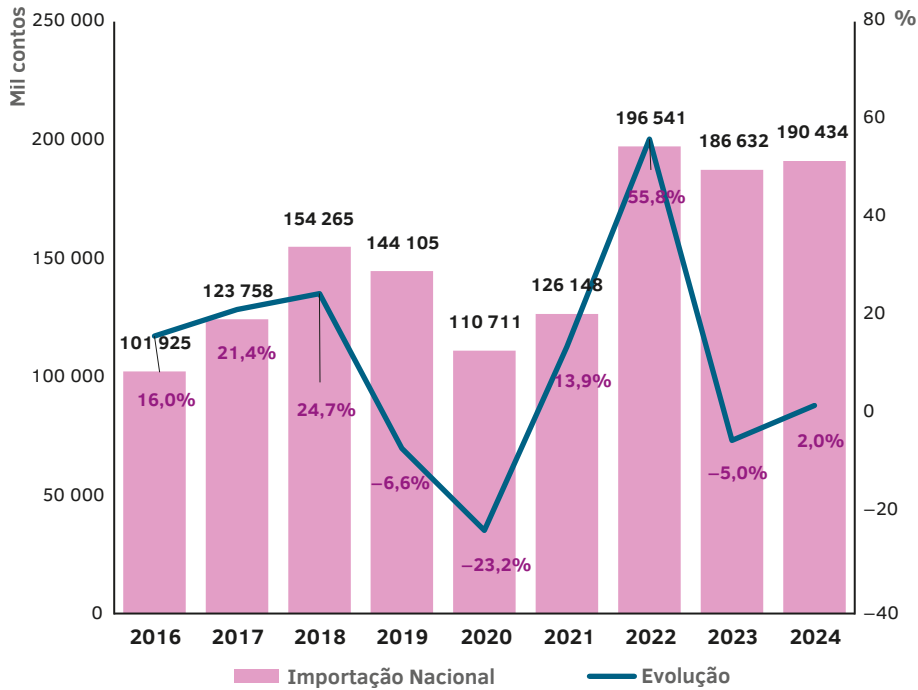
Zonas Económicas e Principais Países	2023		2024		Evolução	
	Valor	(%)	Valor	(%)	1	2
Total	186 632	100,0	190 434	100,0	2,0	100,0
Europa	109 940	58,9	121 132	63,6	10,2	294,4
Portugal	55 568	29,8	58 415	30,7	5,1	74,9
Espanha	15 511	8,3	22 967	12,1	48,1	196,1
Itália	1 146	0,6	12 794	6,7	1 016,6	306,4
Países Baixos	15 312	8,2	9 514	5,0	-37,9	-152,5
França	11 265	6,0	5 575	2,9	-50,5	-149,6
Outros	11 138	6,0	11 866	6,2	6,5	19,1
América	13 922	7,5	8 160	4,3	-41,4	-151,5
Brasil	4 730	2,5	4 947	2,6	4,6	5,7
Estados Unidos	7 172	3,8	1 841	1,0	-74,3	-140,2
Outros	2 020	1,1	1 373	0,7	-32,0	-17
África	2 375	1,3	9 675	5,1	307,3	192,0
Angola	1	0,0	4 239	2,2	396 876,6	111,5
Togo	0	0,0	2 750	1,4	100,0	72,3
Marrocos	638	0,3	810	0,4	27,0	4,5
Outros	1 736	0,9	1 876	1,0	8,1	3,7
Ásia	58 439	31,3	49 399	25,9	-15,5	-237,8
Índia	6 071	3,3	15 361	8,1	153	244,3
China	10 044	5,4	8 814	4,6	-12,2	-32,4
Arábia Saudita	22 558	12,1	4 959	2,6	-78,0	-462,9
Outros	19 766	10,6	20 265	10,6	2,5	13,1
Resto do Mundo	1 956	1,0	2 067	1,1	5,7	2,9

1 Taxa de variação (%)

2 Contribuição para a variação global (%)

INE, Estatísticas do Comércio Externo

Evolução das Importações, Comércio Externo (mil contos), Cabo Verde, 2016-2024



INE, Estatísticas do Comércio Externo

Saldos comerciais, por Zonas Económicas e Principais Países, 2023-2024

Zonas Económicas e Principais Países	2023	2024	Taxas de Variação (%)
Total	-180 988	-182 494,0	0,8
Europa	-104 635	-113 613,7	8,6
Portugal	-54 634	-57 495,0	5,2
Itália	-189	-11 544,0	5996,2
Espanha	-12 172	-17 915,0	47,2
Países Baixos	-15 277	-9 490,0	-37,9
Reino Unido	-396	-19,0	-95,3
Outros	-21 967	-17 150,0	-21,9
América	-13 887	-8 136,0	-41,4
Estados Unidos	-7 132	-1 833,0	-74,3
Outros	-6 473	-6 295,0	-2,7
África	-2 113	-9 383,7	344,2
Marrocos	-630	-810,0	28,7
Costa do Marfim	-14	-13,0	-8,2
Nigéria	-31	-11,0	-65,5
Outros	-1 648	-8 753,0	431,3
Ásia	-58 439	-49 321,1	-15,6
China	-10 042	-8 802,0	-12,4
Outros	-48 380	-40 575,0	-16,1
Resto do Mundo	-1 947	-2 066,9	6,2

INE, Estatísticas do Comércio Externo

Documento 22

“Praia, 11 de junho de 2025 – No âmbito dos eventos comemorativos do 50.º aniversário da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Representação da CEDEAO em Cabo Verde e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) organizaram conjuntamente a III Semana de Relações Internacionais e Diplomacia, sob o tema: «50 anos da CEDEAO: Retrospetivas e perspetivas sobre a política sub-regional de Cabo Verde». Realizado de 9 a 11 de junho, o evento proporcionou uma plataforma crítica para o diálogo e a reflexão sobre as contribuições de Cabo Verde e o seu papel em evolução no quadro da integração regional da África Ocidental.

Reunindo funcionários governamentais, diplomatas, académicos, estudantes e a sociedade civil, o evento analisou marcos importantes, desafios emergentes e orientações futuras da CEDEAO, particularmente da perspetiva de um Estado insular. As discussões destacaram o posicionamento estratégico de Cabo Verde no bloco regional e enfatizaram a importância de uma maior colaboração nos domínios político, económico e social.

Este evento académico e centrado nas políticas seguiu-se a duas reuniões de alto nível organizadas no âmbito das comemorações do jubileu de ouro da CEDEAO. A cerimónia oficial de lançamento teve lugar em 26 de maio de 2025, com a participação da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Cabo Verde, Sra. Miryan Vieira, e do Diretor Executivo do CEREEC e Representante Residente interino da CEDEAO em Cabo Verde, Sr. Francis Sempore. A cerimónia comemorativa principal foi realizada em 28 de maio de 2025, presidida pelo Ministro do Interior de Cabo Verde, Sr. Paulo Rocha, e contou com a presença de membros do corpo diplomático, parceiros nacionais e funcionários das instituições da CEDEAO sediadas em Cabo Verde, incluindo a Representação da CEDEAO, o Centro da CEDEAO para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética (ECREEE) e o Centro Multinacional de Coordenação Marítima (MMCC) – Zona G.

Outras atividades estão programadas para os próximos meses, à medida que Cabo Verde continua a comemorar cinco décadas de contribuição da CEDEAO para a paz, a estabilidade e a integração regional. As comemorações do jubileu servem não só para honrar o passado, mas também para olhar para um futuro mais forte e inclusivo para a região da África Ocidental.”

<https://www.ecreee.org/comemoracao-dos-50-anos-da-cedeo-em-cabo-verde-uni-cv-e-representacao-da-cedeo-organizam-a-iii-semana-de-relacoes-internacionais-e-diplomacia/?lang=pt-pt> [consult. 16 jun 2025]

Documento 23

“O Ministro do Mar, Eng.º Jorge Santos, destacou hoje, 12, na Assembleia Nacional, que a União Europeia (UE) é a maior parceira de Cabo Verde e informou que o Acordo de Pesca 2024/2029, assinado entre o país e a UE, está avaliado em 3 900 000 euros.

O Acordo, mutuamente vantajoso, reforça e consolida a Parceria Estratégica entre Cabo Verde e a União Europeia. Portanto, o Acordo de Pesca constitui um canal diplomático que abre possibilidades para a UE pescar em águas cabo-verdianas, embora o processo não seja automático.”

<https://www.governo.cv/uniao-europeia-e-a-maior-parceira-de-cabo-verde-ministro-jorge-santos/#:~:text=União%20Europeia%20é%20a%20maior%20parceira%20de,a%20UE%2C%20está%20avaliado%20em%203.900.000%20euros,13> março de 2025 [consult. 16 jun 2025]

Conceitos-chave

- Comércio interno
- Comércio externo
- Comércio internacional
- Organização Mundial do Comércio / *General Agreement on Tariffs and Trade* (OMC/GATT)
- Protecionismo
- Barreiras alfandegárias
- Direitos alfandegários
- Contingentação
- Regulamentação especial
- Subsídios à exportação
- *Dumping*
- Livre-cambismo
- Especialização dos países
- Vantagem absoluta
- Vantagem comparativa
- Balança de pagamentos
- Balança corrente
- Balança de bens
- Importações
- Exportações
- Saldo da balança
- Balança de serviços
- Balança de rendimento primário
- Rendimentos de trabalho
- Rendimentos de investimento
- Balança de rendimento secundário
- Operações de câmbio
- Divisas
- Taxa de câmbio (fixa ou flexível/flutuante)
- Valorização/desvalorização monetária
- Estrutura das importações e exportações
- Taxa de cobertura
- Balança de capital
- Necessidade/capacidade líquida de financiamento externo
- Balança financeira
- Investimento direto
- Investimento de carteira
- Outros investimentos
- Ativos de reserva
- Integração económica
- Integração formal e informal
- Sistema de preferências aduaneiras
- Zona de comércio livre
- União aduaneira
- Mercado comum
- União económica
- Integração económica total
- Blocos económicos de integração regional
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Instituições e agências especializadas da CEDEAO

Síntese

- O comércio é a atividade que disponibiliza os bens necessários ao consumo, podendo ser realizado entre agentes do mesmo país – **comércio interno**, ou entre agentes de diferentes países. No segundo caso, pode ser denominado como **comércio externo** ou **comércio internacional**, conforme diga respeito às relações comerciais entre um país e o Resto do Mundo ou designe, de forma genérica, as transações entre os diversos países do mundo.
- A **Organização Mundial do Comércio (OMC)** sucedeu, em 1995, ao Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio – GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), tendo como objetivo principal promover a liberalização do comércio a nível mundial.
- **Cabo Verde aderiu à OMC em 2008**, através de um processo complexo iniciado no ano 1999, que envolveu importantes reformas legislativas em termos de relações comerciais e acesso ao mercado dos bens e serviços, bem como a implementação de políticas de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos necessários.
- Um país pode adotar diferentes políticas relativamente ao seu posicionamento no comércio internacional. As principais teses defendidas são o **livre-cambismo** e o **protecionismo**, deixando o comércio funcionar livremente, sem intervenção, ou protegendo-se as indústrias nacionais da concorrência externa com **barreiras alfandegárias** e **subsídios à exportação**.
- Ao longo dos tempos, **os países foram-se especializando** na produção de determinados bens sobre os quais detêm mais vantagens, passando a comprar a outros países os bens que não produzem.
- Diz-se que um país tem uma **vantagem absoluta** quando consegue produzir bens de forma mais eficiente que outros países. As vantagens absolutas podem ser **naturais** ou **adquiridas**. No entanto, um país pode ter vantagem absoluta relativamente a certos bens, mas especializar-se apenas na produção de alguns, aqueles bens em que tem uma **vantagem comparativa**, isto é, em que é comparativamente mais eficiente.
- A **balança de pagamentos** é o mapa onde se registam, por meio de um sistema de contas, as transações existentes entre um país e o Resto do Mundo. A balança de pagamentos cabo-verdiana é composta pela **balança corrente**, a **balança de capital**, a **balança financeira** e por uma rubrica designada **erros e omissões**.
- A balança corrente regista as transações correntes entre agentes residentes e não residentes, englobando a **balança de bens**, a **balança de serviços**, a **balança de rendimento primário** e a **balança de rendimento secundário**.

Síntese (cont.)

- O processo de troca de uma moeda por outra designa-se por **câmbio**. A **taxa de câmbio** exprime a relação de troca que se estabelece entre duas moedas diferentes. Existem dois sistemas de taxas de câmbio: o sistema de taxas de câmbio **fixas** e o sistema de taxas de câmbio **flexíveis** ou **flutuantes**.
- O valor de uma moeda está diretamente relacionado com a evolução da sua taxa de câmbio. Uma **desvalorização monetária** tem um impacto positivo na balança comercial, porque faz aumentar as exportações e diminuir as importações. Uma **valorização monetária** tem um impacto negativo na balança comercial porque faz diminuir as exportações e aumentar as importações.
- A estrutura das importações e das exportações e a taxa de cobertura são importantes **indicadores de comércio internacional**.
- A balança de capital regista as operações entre agentes residentes e agentes não residentes num país, relativas a fluxos de capital unilaterais que não exigem um pagamento futuro como contrapartida, como doações ao investimento provenientes de entidades estrangeiras e perdão de dívida ou transferências de património resultantes do regresso definitivo de emigrantes, abrangendo as **transferências de capitais** e as **aquisições e cedências de ativos não financeiros, não produzidos**.
- O resultado do somatório dos saldos da balança corrente e da balança de capital permite avaliar a existência de uma **necessidade de financiamento externo** ou de um excesso de liquidez em relação ao Resto do Mundo (**capacidade de financiamento externo**).
- A balança financeira regista as transações com o Resto do Mundo relativas à mudança de propriedade de ativos e passivos financeiros do exterior, englobando as rubricas de **investimento direto, investimento de carteira, outro investimento** e **ativos de reserva**.
- Atualmente, os países procuram eliminar os obstáculos que restringem as suas transações comerciais, criando laços que conduzem a processos de integração económica. A **integração económica** consiste numa união entre os agentes económicos de países diferentes, pela qual se vão suprimindo os impedimentos à livre troca e estabelecendo elementos de cooperação entre os países. A integração económica pode ser formal ou informal, conforme o grau de complexidade e formalismo envolvido.
- As principais etapas de integração económica que existem são o **sistema de preferências aduaneiras**, a **zona de comércio livre**, a **união aduaneira**, o **mercado comum**, a **união económica** e a **integração económica total**.

- A integração económica apresenta **vantagens** e **desvantagens**: por um lado, potencia o aumento das trocas comerciais e a diminuição dos custos, permitindo expandir o crescimento económico, aumentar a competitividade e a especialização de cada país; e, por outro, pode implicar uma perda de soberania e autonomia na tomada de decisão e na adoção de medidas, exigir adaptação legislativa com eventuais custos e evidenciar desigualdades.
- Grande maioria dos países do mundo estabelece relações de cooperação associando-se a países que partilham interesses comuns, para formar **blocos económicos de integração regional**. Os blocos económicos contribuem para fomentar o comércio externo e o desenvolvimento económico dos países que os integram.
- A **Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)** foi criada em 1975, pelo Tratado de Lagos, com o objetivo de promover a cooperação e a integração económica na África Ocidental, elevar os padrões de vida dos cidadãos, reforçar a estabilidade económica, fomentar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e o desenvolvimento do continente africano.
- **Cabo Verde aderiu à CEDEAO em 1977**. Apesar de haver alguns desafios estruturais e geográficos à integração plena de Cabo Verde, a CEDEAO constitui uma oportunidade de diversificação económica a médio e longo prazo.
- A CEDEAO é composta por diversas instituições e agências especializadas. As principais **instituições** da CEDEAO são a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, a Comissão, o Parlamento, o Tribunal de Justiça e o Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC). Inclui ainda **instituições especializadas** como a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), o Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo (GIABA) e **agências especializadas** como a Agência Regional para Agricultura e Alimentação, a Autoridade de Regulação do Setor da Eletricidade da CEDEAO, o Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética, o Grupo da Energia da África Ocidental, o Centro de Desenvolvimento do Género da CEDEAO, o Centro do Desenvolvimento da Juventude e dos Desportos da CEDEAO, o Centro de Coordenação dos Recursos Hídricos da CEDEAO e o Instituto Monetário do Oeste Africano.
- Cabo Verde também mantém uma **parceria especial** com a **União Europeia**, desde 2007, continuando a UE a ser um importante parceiro da economia cabo-verdiana.
- Os desafios atuais convidam a uma reflexão sobre o **rumo a seguir** e o **futuro da economia cabo-verdiana**.

Ficha de trabalho 14

1 Selecciona, em cada caso, a opção que consideras correta:

- 1.1. A organização que tem como principal objetivo promover a liberalização das trocas a nível mundial é
 - a) a antecessora da CEDEAO.
 - b) uma instituição que instiga práticas protecionistas.
 - c) o Banco Mundial.
 - d) uma instituição que combate práticas protecionistas.
- 1.2. Os seguros e os transportes registam-se na
 - a) balança de bens.
 - b) balança de serviços.
 - c) balança de rendimento primário.
 - d) balança de rendimento secundário.
- 1.3. Quando a balança de bens apresenta um
 - a) défice, o valor das exportações é menor que o valor das importações.
 - b) *superavit*, o montante registado a crédito é inferior ao montante a débito.
 - c) défice, o montante registado a crédito é superior ao montante a débito.
 - d) saldo nulo, o valor das exportações ultrapassa o valor das importações.
- 1.4. A taxa de câmbio
 - a) exprime uma relação fixa entre duas moedas.
 - b) é o montante cobrado numa transação comercial.
 - c) exprime o preço de uma moeda em unidades monetárias de outra moeda.
 - d) permanece sempre indexada.
- 1.5. Um sistema de preferências aduaneiras caracteriza-se por ser um conjunto de países que
 - a) decidem eliminar entre si todas as barreiras alfandegárias.
 - b) aplicam a mesma pauta aduaneira aos restantes países.
 - c) garantem, entre si, a liberdade de circulação de bens, serviços, pessoas e capitais.
 - d) concedem entre si algumas vantagens alfandegárias.

2 Refere a importância da adesão de Cabo Verde à OMC.

3 Lê com atenção o seguinte texto.

“Dados provisórios do Comércio Externo relativos ao ano de 2024 indicam um aumento das Exportações de 40,7%, relativamente ao ano de 2023. As Importações aumentaram 2,0% face ao ano de 2023.

No período em análise, o *déficit* da balança comercial aumentou 0,8% e a taxa de cobertura aumentou 1,2 pontos percentuais (p.p.).”

INE, Estatísticas do Comércio Externo – anual 2024

3.1. Diz o que entendes por comércio internacional.

3.2. Comenta a última afirmação, explicando o significado da taxa de cobertura.

3.3. Distingue uma perspetiva protecionista de uma perspetiva livre-cambista, no contexto do comércio internacional.

3.4. Identifica os vários tipos de barreiras alfandegárias que conheces.

4 Observa o quadro seguinte.

Milhões de CVE

Exportação de Mercadorias por Tipo de Produtos	2024			2025		
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Produtos Tradicionais	739,8	711,7	223,4	844,2	593,8	163,6
Produtos do Mar	739,8	711,7	223,4	844,2	593,8	163,6
Peixe Enlatado	739,8	711,7	223,4	844,2	593,8	163,6
Peixe Congelado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Peixe Fresco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crustáceos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Transformados	60,3	82,5	61,9	48,8	56,3	82,2
Calçados	22,4	32,1	16,3	21,7	26,9	26,4
Vestuários	37,9	50,4	45,6	27,1	29,4	55,7
Outros Produtos	327,8	14,0	106,3	376,5	43,9	8,1
Total	1127,9	808,3	391,7	1269,6	694,0	253,8

Direção Geral das Alfândegas; Instituto Nacional de Estatística; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: exportações de mercadorias, segundo estatísticas de comércio externo.

4.1. Explica a importância da análise da estrutura das importações e das exportações no âmbito das trocas comerciais.

4.2. Analisa os principais aspetos do quadro, atendendo à estrutura das

Ficha de trabalho 14 (cont.)

exportações cabo-verdianas por tipo de produtos.

- 5 “A balança corrente registou um *superavit* no primeiro semestre de 2024 face ao semestre homólogo. O aumento das exportações de serviços de turismo e das remessas dos emigrantes e o abrandamento das importações foram determinantes.”

BCV, *Relatório de política monetária* – outubro 2024

- 5.1. Explicita o sentido da primeira afirmação do texto.
- 5.2. Caracteriza a balança de pagamentos, referindo as suas componentes.
- 5.3. Comenta a última afirmação do texto, atendendo ao importante papel que o turismo e as remessas de emigrantes desempenham na economia cabo-verdiana.

- 6 Lê o texto que se segue.

“O processo de integração europeu que tem sido paradigmático e referência para os casos de integração africana e não só pode ser citado em exemplo quando alude à condição de membro da União europeia associada à obrigação de critérios de convergência políticos (valores democráticos), económicos (opção pela economia de mercado) e de funcionamento (através do *acquis* comunitário).

O contrário não poderia ser em relação à CEDEAO e a integração regional, neste caso como noutros, significa que as Partes sejam integráveis e, para que assim seja, a convergência de modelos de governança política e económica, enquanto processo de integração, é necessária.”

<https://expressodasilhas.cv/opiniao/2024/02/19/a-integracao-regional-na-cedeo-confrontada-a-novos-desafios/90027> [consult. 16 jun 2025]

- 6.1. Caracteriza o processo de integração cabo-verdiano na CEDEAO, referindo a sua importância.
- 6.2. Explica em que consiste uma união aduaneira.
- 6.3. Apresenta algumas vantagens e desvantagens da integração económica.
- 6.4. Justifica o surgimento de blocos económicos de integração regional um pouco por todo o mundo.
- 6.5. Descreve sucintamente a problemática da economia cabo-verdiana na atualidade.

Introdução à Economia 11.º ano

Criação intelectual
Rita Pereira Gomes

Revisão científica
Universidade
de Cabo Verde
João Brito

Design
Porto Editora

Créditos fotográficos
© Stock.Adobe.com
© Pedro Moita

Edição
2025

Este manual segue
o programa da disciplina,
publicado pelo Ministério
da Educação.

Cabo Verde



Brasão



Bandeira



Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!